



Relatório do Reitor 2023/2024

plano e relatório anual das atividades académicas da UAL

Índice

Introdução	1
1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação.....	6
1.1. Atividades Pedagógicas	6
1.1.1. Caraterização do corpo discente	9
1.1.1.1. Licenciaturas.....	10
1.1.1.2. Mestrado Integrado de Arquitetura	29
1.1.1.3. Mestrados	32
1.1.1.4. Doutoramentos	40
1.1.2. Caraterização do corpo docente	43
1.1.2.1. Composição do corpo docente	43
1.1.2.2. Avaliação dos docentes.....	53
1.1.2.3. Atividades de investigação e outras não docentes.....	69
1.1.3. Eficiência Formativa.....	77
1.1.3.1. Licenciaturas.....	78
1.1.3.2. Mestrado Integrado de Arquitetura	85
1.1.3.3. Mestrados	86
1.1.3.4. Doutoramentos	90
1.2. Atividades Científicas e de Investigação.....	91
2. Cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e Entidade Instituidora.....	104
2.1. Conselho Científico	104
2.2. Conselho Pedagógico.....	108
2.3. Entidade Instituidora	115
2.3.1. Qualidade e Acreditação	116
2.3.2. Internacionalização.....	124

3.	Representação da UAL.....	131
4.	Unidades de Apoio à UAL.....	138
4.1.	Biblioteca Camões - Repositório Institucional e Autónoma Edições	138
4.2.	Núcleo de Apoio aos Recursos Digitais (NARD).....	142
4.3.	Gabinete para a Inclusão e Resiliência Universitária (GIRU).....	145
4.4.	Gabinete de Inserção Profissional/Alumni (GIP).....	148
4.5.	Gabinete de Aconselhamento e Promoção da Saúde (GAPS).....	151
5.	Autónoma Academy	154
6.	Considerações Finais.....	161
	Anexo 1 – Cursos que conferem grau	1
	Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída	17
	Anexo 3 - Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações	25
	Anexo 4 – Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Investigação	111
	Anexo 5 – Relatório de Atividades do Conselho Científico	127
	Anexo 6 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico.....	139
	Anexo 7 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau	149
	Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2023/2024	153
	Anexo 9 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais.....	159
	Anexo 10 – Protocolos, convénios e parcerias.....	167
	Anexo 11 – Representações do Reitor	171
	Anexo 12 – Doutoramentos na UAL (2023/2024).....	175

Introdução

Os Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões (UAL) referem na alínea i) do nº 1 do Artigo 17º como competências, que é, afinal, uma obrigação do Reitor, “elaborar o plano e o relatório anuais das atividades da UAL, submetendo-os à aprovação da Entidade Instituidora”.

O que se apresenta neste relatório, tal como nos anos precedentes, relativo ao ano letivo de 2023/2024 é o modo como decorreu a atividade da UAL em ligação com as atividades de apoio dependente da Entidade Instituidora, de tal modo que a conjugação de ambos os relatórios reflita o plano e a atividade da UAL.

Daí que os 3 primeiros capítulos deste relatório se centrem nas funções e nas características de funcionamento mais específicas e autónomas da UAL, designadamente as atividades pedagógicas, científicas e de investigação (primeiro capítulo), a cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e Entidade Instituidora (segundo capítulo) e representação do Reitor (terceiro capítulo), a que estão associados os 12 anexos deste relatório.

O primeiro capítulo que constitui a parte mais extensa e relevante do relatório, separa as atividades pedagógicas das científicas e de investigação embora, dada a posição central dos docentes no campo da investigação, a ligação entre ambos, como se evidenciará no ponto específico, não possa ser esquecida.

No primeiro ponto do capítulo faz-se uma pormenorizada caracterização do corpo discente, dividida pelos diversos ciclos de estudos, tendo sempre presente a dinâmica da evolução face a anos letivos precedentes, analisando-se várias características, desde as idades, o peso de cada uma dos géneros, os tipos e as condições de entrada na UAL, os dois turnos de funcionamento em alguns cursos, a presença de estudantes estrangeiros, com discriminação dos procedentes de países lusófonos, com grande peso de Angola nos primeiros ciclos de estudos e do Brasil nos segundos e terceiros ciclos, tendo como base de referência os diversos cursos que integram cada ciclo lecionado na UAL em 2023/2024.

Aí se evidencia a grande assimetria da frequência entre os diversos ciclos de estudos e, dentro deles, também uma grande heterogeneidade entre a frequência dos diversos cursos, para além da repartição dos estudantes entre os turnos diurno e pós-laboral, cuja evolução dinâmica não pode deixar de ser evidenciada, já que de uma preponderância do pós-laboral há vários anos atrás, tem passado continuamente a uma clara e crescente preponderância do turno diurno, a que corresponde, naturalmente, um rejuvenescimento da população estudantil, embora se não possa olvidar a queda relativa, mas com certa estabilidade nos últimos anos, dos estudantes que frequentam o curso pós-laboral, até pelas implicações de organização da UAL quer, sobretudo, pelo que isso pode representar de negativo do ponto de vista social.

Segue-se uma caracterização do corpo docente da UAL, tendo como unidade de referência o departamento em que cada um dos docentes se insere, sem prejuízo da atividade pedagógica que alguns desses docentes exercem nos cursos de outros departamentos.

Esse ponto do relatório ocupa-se, obviamente, da composição do corpo docente e sua incorporação nos respetivos departamentos, tendo em particular atenção a categoria académica de cada docente e o tipo de contrato com a Entidade Instituidora, com a análise incorporando a preocupação dessas duas situações que têm níveis mínimos de exigência que têm de ser cumpridos e, preferencialmente, ultrapassados para garantir a continuidade da acreditação dos vários cursos em funcionamento ou, perspetivamente, visualizando as condições a potencial criação de novos cursos dadas as exigências destes, designadamente nos segundos ciclos e, sobretudo, nos terceiros ciclos. Também aí se revelam significativas assimetrias no que toca a certas fragilidades que têm de ser supridas.

Para além da composição, há um segundo e muito relevante tema que tem a ver com a avaliação dos docentes e por parte dos docentes.

Neste campo há, fundamentalmente, três tipos de avaliações e respetivos questionários que as materializam em Inquéritos de Avaliação dos Docentes por parte dos estudantes, Inquéritos de Satisfação dos Docentes relativamente às condições de funcionamento da UAL e Inquéritos de Avaliação dos Docentes, baseados em autoavaliação dos mesmos e que é realizado de três em três anos. No ano letivo de 2023/2024 apenas se realizaram os dois primeiros, cuja utilidade é inegável, apenas se lamentando a relativamente baixa taxa

de resposta por parte dos estudantes, que têm de ser incentivados a uma crescente participação, através de evidências de que as suas opiniões têm consequências.

Finalmente, neste ponto relativo aos docentes, assinalam-se as atividades de cada docente no campo das atividades científicas e de investigação, comportando orientações de dissertações e de teses, presença em júris de provas públicas, publicações de diversa ordem, com relevância para artigos em revistas indexadas e participações ativas em seminários, congressos, conferências e projetos de investigação, informação diretamente recolhida dos docentes, com clara assimetria de participação, desde logo na resposta ao questionário, mas também e, sobretudo, no campo das publicações.

Estes dados ligam-se, diretamente, ao segundo ponto do primeiro capítulo relativo às atividades científicas e de investigação do ponto de vista das unidades orgânicas votadas a essas atividades, evidenciando-se aí uma evolução que tem vários cambiantes estratégicos que são devidamente escalpelizados, tendo em particular atenção a ligação entre o funcionamento da investigação e a acreditação dos terceiros ciclos de estudo.

No que toca ao segundo capítulo, há que descrever as relações entre o Reitor e o Conselho Científico, maioritária ou quase exclusivamente relacionadas com a formação de júris de doutoramento ou de provas de agregação, respeitando as competências de cada um dos órgãos, como se evidencia nesse capítulo, tendo sido superadas, conquanto não tenha havido grande evolução na interação entre os dois órgãos, desconformidades referidas no relatório relativo ao ano 2022/2023.

Quanto ao Conselho Pedagógico, e com base no relatório enviado ao Reitor, tal como, aliás, se passou com o Conselho Científico, são descritas as atividades desenvolvidas no ano 2023/2024, no âmbito das competências específicas que lhes são atribuídas estatutariamente. Nesse contexto, o Reitor aprecia as atividades e comenta, com preocupação, algumas fragilidades de funcionamento devidas a uma sub-representação dos estudantes e a alguma alienação de alguns Diretores de Departamento no que toca à colaboração que é pedida para a adequada e participada atividade do Conselho Pedagógico, nomeadamente no que toca ao Regime de Avaliação de Conhecimentos.

No que concerne à cooperação direta em atividades específicas com a Entidade Instituidora, duas áreas assumem relevância fundamental para o funcionamento da UAL e para a avaliação e acreditação dos seus cursos: A avaliação da qualidade da instituição e a avaliação e conseqüente acreditação dos seus cursos. Neste campo salientam-se o papel fundamental do Gabinete da Qualidade e as diversas atividades desenvolvidas no sentido de serem conseguidos os objetivos desejados, embora haja ainda passos a dar, o menor dos quais não é conseguir o empenho de todos os órgãos, unidades e pessoal docente, discente e colaboradores, assumindo integralmente que essa é uma atividade permanente e da qual nada, nem ninguém, se pode autoexcluir.

Em sentido completamente diferente, mas também muito relevante na consideração da qualidade do ensino/investigação da UAL é o problema da Internacionalização da UAL, sendo descritas as atividades lançadas nesse sentido, quer institucionais, quer das unidades de ensino e investigação, para além da presença de alunos não portugueses, e sua composição, na UAL e da mobilidade de estudantes, docentes ed colaboradores, com clara preponderância neste domínio do programa Erasmus+.

A terminar esta parte central do Relatório do Reitor é apresentado o ponto designado por “Representação do Reitor”, que põe em evidência as atividades mais específicas do Reitor, com maior relevância para a preparação e realização dos júris de doutoramento, cuja busca de garantir a qualidade deve ser uma, senão a maior, preocupação do Reitor.

Noutro plano há referência às múltiplas solicitações internas e externas de presença do Reitor que, designadamente nas últimas, tem tido a disponível e segura partilha com o Prof. Doutor José Victorino, a quem o Reitor agradece a cooperação autónoma, oportuna e ponderada, de que este Relatório também é pendor, pela colaboração que prestou, designadamente na revisão do texto.

O capítulo 4, a partir dos relatórios enviados pelos respetivos coordenadores, cuja disponibilidade o Reitor agradece, evidencia uma série de atividades de apoio que possibilitam o normal funcionamento da UAL, emergindo, naturalmente, o papel da Biblioteca pela sua constante atualização e atenção às novas tecnologias da informação, sendo neste campo de destacar o constante apoio às atividades pedagógicas e de investigação do Núcleo de Apoio aos Recursos Digitais.

Noutro plano, mais votado ao apoio aos estudantes e à preocupação pelo seu bem-estar e com a sua inclusão e resiliência, são descritas as principais atividades do Gabinete para a Inclusão e Resiliência Universitária, o Gabinete de Inserção Profissional e o Gabinete de Aconselhamento e Promoção da Saúde.

O capítulo 5, baseado no relatório apresentado pelos responsáveis pela Autónoma Academy, a quem o Reitor agradece a par das informações que, sistematicamente ao longo do ano lhe foram dadas informalmente, resume as principais atividades da Autónoma Academy. Aí é visível a fase de readaptação que teve de sofrer face à escassez de recursos humanos que, de algum modo, puseram em causa o desempenho programado e desejado. Além disso, reflete-se sobre a ligação da Autónoma Academy à UAL com vista a um eventual reposicionamento dessa ligação, tendo em atenção as competências específicas da UAL.

Naturalmente, o relatório termina com o capítulo 6, designado “Considerações Finais”, uma designação genérica para incorporar Recomendações que são melhorias simples, ou mesmo reconfigurações estratégicas, numa lógica de planeamento de curto prazo dos semestres em que essas readaptações possam fazer sentido, sem perder de vista a estratégia mais aberta de médio e longo prazo que, obviamente, mais não é que uma potencial contribuição para a estratégia global do Grupo Autónoma.

Uma palavra final de agradecimento para a Anabela Cunha que, como sempre, é corresponsável pela forma do relatório e sua construção, bem como em parte do conteúdo pela sua contribuição na obtenção de muitos dos indicadores que nele figuram.

1. Atividades pedagógicas, científicas e de investigação

Este capítulo é o mais representativo da atividade da UAL e procura descrever, analisar e, quando oportuno, criticar ou sugerir o que os dados fornecidos revelam.

Há uma divisão entre atividades pedagógicas, por um lado, e científicas e de investigação, por outro, cuja divisão traduziria uma clara repartição entre estas atividades o que, dada a opção por no ponto 1.1 relativo às atividades pedagógicas, se incluir a caracterização das atividades docentes, uma parte dessas atividades está, naturalmente, incorporada neste primeiro ponto.

Assim, o ponto 1.1 começa pela descrição do corpo discente diferenciando Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos e isolando ainda o Mestrado Integrado em Arquitetura, pela sua estrutura específica e também por ter uma localização fora da sede da UAL, localização de todos os outros cursos.

Segue-se a caracterização do corpo docente, descrevendo a sua composição por categorias e regime de ligação à UAL, incorporando também dados relativos à Avaliação dos Docentes e atividades científicas e de investigação ligadas a cada docente.

Finalmente, procura avaliar-se. Através de alguns indicadores, a eficiência formativa na UAL.

1.1. Atividades Pedagógicas

Independentemente do modo como se olha para a Universidade e se discutem, em diversos tons, os seus objetivos e a sua concretização, não há que escapar ao facto de que nos estudantes são a razão primeira para a sua existência.

Por outro lado, a escolha da Universidade que querem representar está dependente, no que toca à procura global de estudos universitários, da situação económica e social do País e, hoje em dia, do Mundo, atentas até as hipóteses de opção por estudos no estrangeiro e da atração de estudantes não nacionais para as universidades portuguesas.

Só, depois, entram outros fatores como a possibilidade de os estudantes concretizarem a sua primeira escolha e, não sendo possível, que alternativa perseguem.

E neste contexto, a assimetria de posições do ensino público e do ensino privado é claramente favorável ao público, dada a diferença de custo entre os dois sistemas que é, muitas vezes, o fator decisivo para o estudante, dado o nível médio de rendimento das famílias portuguesas.

A sobrevivência do Ensino Privado nestas circunstâncias é sinal da sua capacidade de, apesar dessa assimetria, a que acrescem outras não menos relevantes e discriminatórias, de natureza legislativa e regulamentar que atingem, de maneira iníqua, os estudantes do Ensino Privado.

Com efeito, mesmo sem conceder, pode usar-se o argumento de que o Estado não tem de subsidiar entidades privadas, apesar de elas estarem, também, a cumprir um direito constitucional que o Estado não assegura por completo, sendo até essas entidades reconhecidas como de Utilidade Pública.

O que não tem defesa possível é que os estudantes sejam discriminados no que toca a apoios que são diretamente dirigidos aos estudantes do ensino superior. São cidadãos como todos os estudantes do ensino público, as famílias de ambos pagam os seus impostos da mesma maneira, não se justificando, portanto, que quando o Estado, e o que está em discussão é o Estado (não o Governo que tem de cumprir as funções do Estado), atribui bolsas de estudo, estas não contemplem, nas mesmas condições, todos os estudantes, tal como a presença em residências universitárias públicas e outros apoios de diversa índole.

Pesem todas estas assimetrias e dificuldades, a UAL, tal como tem vindo a suceder nos últimos anos, tem reafirmado uma clara estabilização do número de estudantes, bem como a modificação do tipo de frequência que se acentuou nos últimos anos.

Assim, Quadro 1 do Anexo 1, o número total de estudantes nos 3 ciclos de estudos foi de 3.507, menos 32 (<1% face a 2022/2023), sendo 2.564 nas Licenciaturas (menos 17 que no ano precedente), 122 no Mestrado Integrado de Arquitetura (menos 12, o que é da ordem de 10%), 637 nos Mestrados (menos 15, cerca de 2,3% menos) e 124 nos Doutoramentos (mais 12, cerca de 7%) que em 2022/2023.

São diferenças menores, sendo a última justificada, no caso dos doutoramentos, pelo funcionamento completo de doutoramentos mais recentes na UAL.

No que toca à evolução do número de estudantes de cada curso, há que não esquecer a quase inexistência de estudantes (apenas 5) em Administração de Unidades de Saúde, por estar descontinuado, tal como acontece no doutoramento em Direito, ainda assim com 54 estudantes procurando terminar as suas teses.

Na avaliação da evolução, há que ter em conta que as percentagens de variação não podem ser desligadas dos valores absolutos das variáveis observadas. Assim, nos cursos de frequência relativamente pequenos, qualquer pequena variação em valor absoluto traduz-se numa elevada percentagem que tem de ser encarada com a relatividade que a caracteriza.

Nas licenciaturas, houve aumentos nos cursos de Psicologia (9,7%, um valor significativo, com um acréscimo de 28 estudantes), História (4,4%, mas apenas mais 3 estudantes) e Direito (0,4%, mais 3 estudantes).

Em contrapartida, as quedas foram em Engenharia Eletrónica e de Comunicações (30,4% e sendo apenas menos 7 estudantes, representam uma quebra grande face ao já reduzido número existente), Gestão do Desporto (8,8%, menos 11 estudantes), Engenharia Informática (8,4%, menos 15 estudantes), Informática de Gestão (7,7%, menos 4 estudantes), Relações Internacionais (6,5%, menos 12 estudantes) e Economia (2,4%, menos 2 estudantes).

Neste conjunto, há que salientar positivamente a evolução de Psicologia e, negativamente, Relações Internacionais, Gestão do Desporto e, preocupantemente, as áreas da Engenharia que continuam com dificuldade em impor-se na UAL.

Na área dos Mestrados, as variações em valor absoluto são naturalmente menores porque os cursos têm menor dimensão, pelo que a qualquer pequena variação do número de inscritos corresponde a uma variação percentual elevada.

Mesmo tendo em atenção essa circunstância, não pode deixar de ser assinalada positivamente a evolução de Direito (2,8%, correspondendo a mais 8 estudantes), já que a evolução de História e Patrimónios (23,5%, mais 6 estudantes) é devida a terem entrado,

pela primeira vez, estudantes para o segundo ano, sendo também animador a sustentação, apesar de em números baixos, de Engenharia Informática e de Telecomunicações.

Em sentido contrário, e preocupante, a queda acentuada de Gestão (16,9%, uma diminuição de 14 estudantes) e, sobretudo de Direito, Ciências Jurídico-Policiais, cuja queda de 25% (4 em 16 estudantes) vem agravada pelo facto de neste ano não ter havido novos inscritos no curso.

Finalmente, no que diz respeito aos Doutoramentos, há que salientar os naturais aumentos em Arquitetura e em Património, Tecnologia e Território, devido ao funcionamento dos segundos anos, com sustentabilidade dos números em relação ao primeiro ano de funcionamento. Também é de salientar um aumento significativo em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (20,4%, passando de 49 a 59 estudantes), dando maior expressão a um doutoramento que é, no contexto da UAL, relevante, dado o peso estruturante conferido ao Departamento de Relações Internacionais.

Em contrapartida, não se pode deixar de assinalar a fraca frequência do doutoramento em Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

1.1.1. Caraterização do corpo discente

A base de informação para este ponto do relatório é o extenso e diversificado Anexo 1 – Cursos que conferem grau, optando-se, neste relatório, na continuidade de anos precedentes, por uma separação dos três ciclos de estudos, para além do Mestrado Integrado em Arquitetura, conquanto no Anexo 1 as informações que lhe dizem respeito figuram nos quadros relativos às licenciaturas.

Embora na introdução ao capítulo 1 os departamentos tenham sido a unidade de informação de referência para os dados e as análises apresentadas, a caraterização do corpo discente utilizará como base de referência o curso, permitindo uma abordagem mais específica, estando em causa fundamentalmente aspetos pedagógicos.

1.1.1.1. Licenciaturas

Estão em funcionamento regular, tal como no ano letivo 2022/2023, 11 cursos de licenciatura, embora se apresente no Anexo 1 ainda o curso de Administração de Unidade de Saúde, que foi descontinuado, mas mantém ainda alguns estudantes (5) que visam concluir o seu curso.

O número total de estudantes nos 11 cursos é 2559, isto é, menos 1 estudante que no ano letivo precedente.

A estrutura global dos cursos não difere naturalmente muito dos anos precedentes, mantendo-se uma grande assimetria entre os números de estudantes dos vários cursos.

Assim (Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2023/2024) do Anexo 1), Direito (788 estudantes) aparece claramente destacado, com 30,7% (quase um terço) dos estudantes, com Gestão (430) distante (16,8%), com maior aproximação de Psicologia (335) com 13,1%, ultrapassando Ciências da Comunicação (320) com 12,5%.

Há, no entanto, algumas tendências e comparações relativas que convém salientar.

Em primeiro lugar, o peso dos dois maiores cursos (Direito e Gestão) que andava em conjunto em torno dos 50% (49,5% no ano letivo 2022/2023) continua a cair (47,5%) em 2023/2024, enquanto os 4 maiores cursos têm, em conjunto, 73,1% dos estudantes da licenciatura. Este resultado evidencia bem a assimetria referida já que os outros 7 cursos têm, em conjunto, apenas 26,9% (pouco mais de um quarto) dos estudantes.

Mas, mesmo dentro desse grupo de 7, as diferenças são assinaláveis, com apenas 3 deles com um número de estudantes superior à centena: Engenharia Informática (179) com 7% do total, Relações Internacionais (174), muito próximo, com 6,8% e Gestão do Desporto (114), com 4,4%.

Isto significa que os outros 4 cursos representam, em conjunto, apenas 8,7% dos estudantes: Economia (com 84 estudantes), História (71), Informática de Gestão (48) e bem distante, com grande preocupação pela continuada falta de “afirmação” de um curso que deveria ser relevante para a UAL, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, apenas com 16 estudantes.

Além disso, 3 destes cursos diminuíram, embora pouco em termos absolutos, o seu número de estudantes (apenas História subiu ligeiramente), tal como, aliás, os três intermédios, enquanto todos os 4 maiores aumentaram o número de estudantes, com relevo para Psicologia (mais 9,1%), agravando a assimetria. É particularmente preocupante a tendência negativa das áreas de Engenharia no crescimento desta assimetria, quando se comparam o número de estudantes inscritos pela primeira vez nos anos letivos de 2023/2024 com 2022/2023. De facto, enquanto o número total (668) aumenta cerca de 2% com crescimento ou manutenção dos 4 maiores, com relevo para o crescimento em Gestão (superior a 20%), Engenharia Informática caiu mais de 30% (de 65 para 43) e, em especial, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações passou de 7 novos estudantes em 2022/2023 para 2(!) em 2023/2024.

Na comparação das frequências totais por ano dos cursos entre 2023/2024 e 2022/2023, embora se mantenha a “lógica” de o número de estudantes ser crescente do primeiro para o segundo ano, deste para o terceiro ano (em Direito do terceiro para o quarto ano), fruto de os estudantes se inscreverem no ano mais avançado que lhes é possível, sem que tal corresponda a um aproveitamento total (ou mesmo razoável) do ano precedente, a que há a crescer o número de estudantes que se matriculam em anos mais avançados pela primeira vez, com a consequente acumulação de estudantes nos anos finais dos ciclos de estudos, há que ressaltar alterações significativas.

De facto, enquanto a sequência do número de estudantes dos primeiros, segundos e terceiros anos (Direito será tratado mais adiante) é em 2022/2023 (634/ 775/ 929), em 2023/2024 ela é (626/ 710/ 939). Assim enquanto em 2022/2023 a relação 2º ano/1º ano foi de 1,222 em 2023/2024 foi de 1,131, ao passo que na relação 3º ano/2º ano esta relação se inverteu claramente: 1,199% para 1,323%. Esta alteração é fruto de uma frequência dos primeiros e segundos anos, claramente maior em 2022/2023, contrariamente aos terceiros anos em que o número de estudantes é maior em 2023/2024. Sendo certo que para os segundos anos o número de estudantes que se inscrevem pela primeira vez no segundo ano em 2022/2023 (61) excedeu o de 2023/2024 (46), a diferença não pode explicar a maior acumulação de estudantes nos terceiros anos. DE facto, o número total de estudantes dos dois primeiros anos era de 1409 em 2022/2023 e passou para 1338 (uma

queda de 5%), muito devido a uma frequência global dos segundos anos em 2022/20223 superior em 9,2% ao ano 2023/2024, que poderá ser explicada, para além do maior número de estudantes matriculados pela primeira vez no segundo ano, uma maior retenção dos estudantes no segundo ano nesse ano letivo.

No que toca ao curso de Direito é, desde logo, de salientar que, como era de esperar, o maior número de estudantes se verifica no quarto ano (287, mais 18,1% que em 2022/2023), representando 36,7% do total de estudantes do curso de Direito, isto é, bem acima dos 25% que lhe corresponderiam se não houvesse acumulação nesse ano e a repartição dos estudantes, fosse homogeneamente distribuída por anos. Vale a pena estar atento às causas desta acumulação que não pode, por certo, ser desligada da falta de aproveitamento e, atendendo ao peso do turno pós-laboral, a menor disponibilidade para o estudo que se exige.

Só que este valor não é único no contexto das licenciaturas da UAL. Com efeito, nas outras licenciaturas a taxa de acumulação atinge 56,3% em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, 52,4% em Economia, 48% em Engenharia Informática, 47,4% em Gestão do Desporto, 45,8% em Informática de Gestão e 43,1% em Psicologia, embora a taxa de homogeneidade neste caso, que serviria de referência, era de 33,3% e não 25%.

Uma vez mais há que estar atento a estes dados cuja explicação está longe de ser comum aos diversos cursos, pois a evolução do número de estudantes ao longo do tempo nalguns cursos, como já se referiu, não é uniforme e para o caso em que houve diminuição de entradas nos últimos anos letivos, essa cumulação é uma natural consequência estatística, como será o caso das Engenharias e da Informática de Gestão.

Vale a pena, neste ponto, lembrar o que foi referido no relatório no ano letivo 2022/2023, já que, “em termos formais, o que caracteriza a concretização de um curso de licenciatura não é o número de anos, nem o número de unidades curriculares, mas o número total de créditos (European Credit Transfer System – ECTS)”.

Se se pretende que o ensino seja centrado no estudante, fará todo o sentido que cada estudante, dentro das limitações curriculares que lhe são impostas, adapte o seu ritmo de estudo e a dinâmica de concretização do total de ECTS, escolha o caminho que considere

mais adequado, o que ultrapassa esta lógica rígida de análise por anos. De facto, para descodificar essa “acumulação” no ano final, seria necessário distinguir entre os ECTS que faltam a cada estudante para completar o curso e estudar a eventual acumulação de estudantes nalgumas unidades curriculares.

No que toca à distribuição por género, em 2023/2024 (Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2023-2024), do Anexo 1) o género feminino continua a prevalecer mantendo a mesma percentagem que no ano letivo anterior (53,5%) embora, com grandes variações entre os diversos cursos. Em média, os estudantes do género masculino são 86,7% dos do género feminino. Contudo, no que toca à presença por ano letivo, nota-se uma grande aproximação nos primeiros anos (95%) de estudantes do género masculino e terceiros anos (94,4% e menor (88,8%) nos segundos anos, mas, mesmo assim, maior que a média. Estes resultados, aparentemente estranhos, são imediatamente explicados pela presença do quarto ano de Direito, em que o género feminino duplica o masculino, com uma presença feminina (192 estudantes) que também supera, quase duplicando, a dos outros anos de estudo.

Tendo em atenção quer o peso do curso de Direito no total de estudantes e o peso feminino do quarto ano, verificámos que essa maior presença relativa, embora ainda mais reforçada no quarto ano, é igualmente muito significativa em todos os anos do curso, de tal modo que, globalmente, em Direito, 65% são estudantes do sexo feminino e 35% do sexo masculino.

Retirando, então, do conjunto, o curso de Direito, o número de estudantes do género masculino (916) representa 51,6% do total de estudantes, acima das estudantes do género feminino (860).

Ainda aí o peso do quarto ano de Direito é significativo pois a diferença favorável ao masculino nos três anos das licenciaturas é inferior ao excesso de estudante do género feminino face aos do masculino no quarto ano (97). É esta diferença que explica a maior percentagem relativa de estudantes do género masculino nos três primeiros anos da licenciatura.

Isto evidencia que, independentemente da grande variação dos pesos relativos dos dois géneros no conjunto dos outros cursos, que existe, a maior presença feminina é muito marcada pelo seu peso do curso de Direito, sendo que a este curso corresponde quase um terço do total dos estudantes das licenciaturas.

A grande assimetria existente em Direito não é, contudo, a maior verificada no conjunto dos cursos, mesmo no que toca à prevalência do género feminino, já que a maior assimetria entre os dois géneros ocorre em Psicologia (81,7% vs. 18,3%), seguida de Ciências da Comunicação (71,5% vs. 28,5%) bem acima do que se passa em Direito (65% vs. 35%). Mas as maiores assimetrias verificam-se em sentido contrário, isto é, em muito maior peso do género masculino relativamente ao feminino ocorrendo o máximo em Engenharia Informática (92,2% vs. 7,8%), seguido de Gestão do Desporto (87,7% vs. 12,3%) e Informática de Gestão (85,4% vs. 14,6%), ainda com Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (81,4% vs. 18,6%) muito próximo de Psicologia, mas em sentido contrário.

Estes resultados mostram bem que a assimetria existente está muito ligada à natureza dos cursos, pois é evidente o extremar das diferenças, num ou noutro sentido, em diversos cursos.

Embora se não verifique qualquer outra presença maioritária do género feminino em qualquer outro curso para além dos já referidos, há, no entanto, dois cursos em que a diferença entre o número de estudantes dos dois géneros é insignificante, quase se podendo afirmar, em termos de significância estatística, que há paridade de presença. São os casos de Relações Internacionais (51,8% vs. 48,2%) e Economia (52,4% vs. 47,6%), tanto mais que a diferença em termos absolutos é muito pequena e há variação entre os diversos anos dos cursos.

História tem também uma prevalência clara, mas não tão “esmagadora” do género masculino (73,3% vs. 26,7%) sendo quase o equivalente, em sentido contrário, do que ocorre em Ciências da Comunicação.

Gestão, apresentando uma maior participação do género masculino (59,1% vs. 40,9%), tem uma situação especial, já que, sendo clara a existência de uma maior presença masculina, a presença feminina também é significativa.

Estes valores relativos não podem ser lidos desligados do peso relativo de cada curso dentro de cada um dos géneros, sendo evidente uma maior assimetria do género feminino, com grande peso do Direito (37,4% do total de estudantes do género feminino), seguido de Psicologia (20%), Ciências da Comunicação (16,7) e também, Gestão (12,8%), da presença ainda significativa do género masculino num curso que é, em número total de estudantes, o segundo a seguir a Direito.

O que se nota, também, é uma maior concentração do género feminino em poucos cursos, existindo uma maior dispersão no género masculino. Basta atender a que enquanto as estudantes de Direito representam 37,4% do total de todas as estudantes, os estudantes desse curso representam “apenas” 23,1% do total dos estudantes. Assim, a concentração de estudantes do género feminino nos 4 cursos de maior peso da sua presença é de 86,9%, ao passo que, no género masculino, essa concentração é de 74,8%.

Aliás, é bem visível a baixa presença absoluta e relativa em vários cursos das áreas da Engenharia, Informática e Gestão do Desporto, que no conjunto desses 4 cursos o número total de estudantes do género feminino é apenas 42, isto é, 1,6% do número total de estudantes e 3,1% do número de estudantes do género feminino.

A presença maioritária, embora sem diferença relevante do género feminino no conjunto dos estudantes das licenciaturas, resulta afinal da presença feminina se concentrar em 4 cursos de maior frequência na UAL (Direito, Gestão, Psicologia e Ciências da Comunicação), sendo quase irrelevante a presença nas áreas da Engenharia e Informática.

Em termos gerais esta participação não difere significativamente da do ano letivo de 2022/2023, o que evidencia também neste ponto, uma certa estabilidade nestes últimos anos.

No que respeita à distribuição por faixas etárias (Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2023-2024), do Anexo 1), 579 estudantes (22,6%) tinham menos de 20 anos, 1239 (48,3%) entre 20 e 23 anos, 348 (13,6%) entre 24 e 27 anos e 398 (15,5%) tinham 28

e mais anos, uma estrutura etária muito semelhante à de 2022/2023, já que quando se comparam as percentagens das diversas faixas etárias consideradas, as diferenças são sempre inferiores a 1%.

Assim, se na esteira do ano letivo 2022/2023, mais de 70% (70,9%) têm menos de 24 anos, sinal de um rejuvenescimento da população estudantil, em especial se se tiver em atenção que há um turno pós-laboral que, por norma, acolhe estudantes em idades mais avançadas. Aliás, uma das razões para o referido rejuvenescimento é a diminuição, contínua nos últimos anos letivos, da relação entre o número de estudantes do turno pós-laboral em relação ao diurno.

No que toca à presença das diversas faixas etárias por curso de licenciatura, Direito ocupa, naturalmente, dado o número total dos seus estudantes, a maior percentagem em todas as faixas etárias, com a esperada maior predominância nos maiores de 28 anos (42,5% do total), quase metade dos estudantes dessa faixa etária, resultando de três situações simultâneas, da existência de um quarto ano da licenciatura, que por sua vez, o ano de acumulação de estudantes com unidades curriculares em atraso e a existência de cursos pós-laborais.

Contudo, nos estudantes com menos de 20 anos, apesar de Direito manter a maior percentagem (24,9%) é muito aproximado por Gestão (23,3%) e, mais afastado, Ciências da Comunicação (17,8%). Psicologia, apesar de ser o terceiro curso com maior número de estudantes, está bastante longe dos outros, designadamente de Ciências da Comunicação, que tem um número de estudantes ligeiramente menor, pois apresenta apenas 10% de estudantes nessa faixa etária, assinalando uma estrutura etária com estudantes de idades superiores.

Como é natural, todos os outros cursos, de menores dimensões, têm percentagens bastante mais baixas, mas razoavelmente consistentes com a sua participação no total de estudantes das licenciaturas, em particular no que se refere aos estudantes com menos de 20 anos.

De qualquer modo, não pode deixar de se chamar a atenção para que só há um estudante com menos de 20 anos em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, o que no

conjunto do próprio curso equivale a apenas 6,3% do número total de estudantes, sinal acrescido de preocupação pela falta de capacidade de atração para o curso.

Aliás, passando, agora, à estrutura etária por curso, o que, à semelhança do ano precedente, aparece como mais “jovem” é Ciências da Comunicação, com 32,2% com menos de 20 anos, sendo aproximado por Gestão com 31,4%, os dois claramente afastados de todos os outros cursos.

Tendo em atenção que a percentagem de estudantes deste ciclo de estudos com menos de 20 anos é de 22,6%, acima deste valor, para além dos 2 cursos atrás referidos, apenas Gestão do Desporto (22,8%) excede ligeiramente estas percentagens, com Economia igualando esse valor global. Todos os outros, para além de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, com exceção de Relações Internacionais (21,8%) estão abaixo de 20% dessa faixa etária, apresentando valores entre 16,9% (História) e 18,8% (Informática de Gestão), com Psicologia (17,3%) ratificando as indicações já apresentadas.

Também Direito tem menos de 20% (18,3%), mas essa percentagem não é comparável às dos outros, pois tem uma dispersão dos estudantes por 4 anos. Se se tiver em atenção o número de estudantes dos 3 primeiros anos essa percentagem passa a ser de 23,6%, acima do valor global. Ainda assim, não é claro que isso possa, com segurança, traduzir uma real presença de maior peso nessa faixa etária do que a média, pois, em termos relativos, provavelmente o número de estudantes do terceiro ano não é comparável ao dos outros cursos já que este ano nesses outros cursos é ano de concentração de estudantes com unidades curriculares em atraso, enquanto isso em Direito é transferido para os quartos anos. Basta ver (Quadro 1 do Anexo 1) que a percentagem de estudantes inscritos no terceiro ano de Direito é apenas de 25,3%, bem longe de todas as percentagens dos outros cursos, bem como da percentagem de estudantes do quarto ano (36,4%), esta mais em linha com os outros cursos, embora menor que na maioria deles.

Para o conjunto de estudantes com menos de 24 anos (as duas primeiras faixas etárias consideradas), Ciências da Comunicação, tal como no ano letivo precedente, aparece em posição de claro destaque com 87,8% dos estudantes em idades inferiores a 24 anos. Uma outra nota relevante é que, com a preocupante situação de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (31,3%) todos os outros cursos apresentam percentagens bem acima

dos 50%, embora Informática de Gestão (52,1%) pouco exceda essa percentagem, com Engenharia Informática (58,1%) ainda relativamente perto e Economia um pouco mais acima (61,9%).

Curiosamente, História apresenta o segundo valor mais elevado (80,3%), apesar de ser dos cursos com menor percentagem de estudantes com menos de 20 anos. Tal se deve a uma grande percentagem (63,4%) de estudantes com idades entre os 20 e os 23 anos.

Aliás, essa faixa (com exceção de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações) é claramente maioritária em todos os cursos, excedendo mesmo os 50% ainda em Ciências da Comunicação (55,6%), Gestão do Desporto (55,5%), Psicologia (52,5%, com Relações Internacionais com esse valor (50%).

Mas nenhum desses cursos, para além de História, já referenciada, apresenta uma percentagem para o conjunto de menores de 24 anos superior a Gestão (77,9%) que só apresenta 46,5% nessa faixa de 20 a 23 anos, sinal do tal rejuvenescimento do curso já assinalado. Em sentido contrário, Psicologia, diferentemente destes cursos acima referidos, todos com mais de 70% no total de menores de 24 anos, fica um pouco atrás, com 69,8%

Na análise das faixas etárias, importa também ter em atenção a faixa de estudantes com idades iguais ou superiores a 28 anos, que, globalmente, representam ainda 15,5% do total dos estudantes, um valor que não se pode considerar surpreendente, se se atender à existência de cursos com turnos pós-laborais.

A primeira nota a salientar é que não é Direito (com mais um ano de licenciatura e também com curso pós-laboral) que apresenta a maior percentagem dos seus estudantes nessa faixa etária.

Os seus 21,4% são claramente excedidos por Informática de Gestão (27,1%), Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (25%) e, ainda que ligeiramente, Psicologia (21,5%), reforçando aqui a análise da estrutura etária deste curso.

Em sentido contrário, e bem abaixo da média de 15,5%, como era de esperar Ciências da Comunicação apresenta apenas 3,8% de estudantes nesta faixa etária e, abaixo de 10%, há ainda História (8,5%) e Gestão do Desporto (9,6%), com Gestão a atingir exatamente os

10%. Abaixo da média de 15,5% está ainda Relações Internacionais (12,1%), com Economia a atingir essa média e Engenharia Informática a ultrapassá-la (19%).

Estas informações dão uma primeira, mas não segura, indicação de potenciais problemas na concretização dos cursos por alguns dos estudantes, com variação, entre os diversos cursos, que têm de ser confrontadas com a existência de cursos pós-laborais e das idades de entrada dos estudantes nos diversos cursos.

No relatório relativo a 2022/2023 salientava-se que, com as devidas cautelas, nomeadamente a análise da informação mais desagregada, o rejuvenescimento da UAL pode ter uma correlação com o peso do género feminino, acrescentando que “A observação de que os cursos de maior peso feminino são, em geral, os de mais baixos níveis etários é um sinal que legitima a hipótese.”

Sem pôr em causa a legitimidade da formulação de hipóteses, os dados de 2023/2024, designadamente os de Psicologia, põem algum “arrefecimento” na expectativa de verificação desta hipótese, que aliás, como, logo a seguir é salientado no relatório, “o nível etário global também depende, em boa parte da idade dos que entram de novo na UAL, que, por sua vez, depende do ano para que se entra e do modo de entrada, sendo aqui determinante o concurso institucional”. Em particular, há que ter em atenção a relação dos géneros nos recém-entrados, sem esquecer a relação dos estudantes no pós-laboral/estudantes no turno diurno.

A análise do tipo de entradas de novo para a UAL permite dar indicações sobre a expectativa da evolução da estrutura etária, mas também, e fundamentalmente, da capacidade de continuar a atrair estudantes pelas diversas vias de acesso.

Nesse sentido o Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2023-2024), do Anexo 1, fornece a base de dados relevante para a pretendida análise.

Assim, no que toca à procura inicial há um dado muito positivo em 2023/2024 face a 2022/2023, já que para o mesmo número de vagas (920) houve um claro aumento de candidaturas, de 894 para 1043, ou seja, um aumento de 16,7%. Contudo, essa expectativa de crescimento não se materializou no número de inscrições no primeiro ano pela primeira

vez que passou apenas de 614 a 626 (cerca de 2%), o que significa que o rácio do número dessas inscrições/número de candidatos passou de 68,7% para apenas 60%, claramente abaixo dos dois terços. Este grau de “aproveitamento” mereceria um estudo específico, designadamente entre os dois anos letivos, para um melhor desenho futuro do processo de recrutamento.

Graças ao esforço e empenho da Dra. Ana Matos, que o Reitor muito agradece, foi possível identificar a proveniência geral dos candidatos ao concurso via 12º ano, verificando-se que 97,6% dos candidatos provém de escolas situadas em Portugal e só 2,4% tem origem em escolas secundárias localizadas fora do território nacional.

O distrito de Lisboa é, naturalmente, responsável pela grande maioria (68,5%) dos candidatos, sendo os cursos com maior expressão Direito (19,7%), Gestão (18%) e Psicologia (16,2). Estão também identificadas as escolas de origem com maior número de candidatos com 4 do concelho de Lisboa (63 candidatos em conjunto), seguidas de 3 escolas do concelho da Amadora, Odivelas e Sintra (13 candidatos cada).

Sem surpresa, o distrito de Setúbal aparece em segundo lugar (19,7%), sendo os cursos procurados com igual distribuição a Lisboa.

Os outros distritos têm uma menor presença, com Santarém (3,2%), Leiria (2,4%), Faro (1,7%), com Funchal, Braga, Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora e Viseu com 2,3% em conjunto, com a mesma escolha de preferências de áreas científicas, aparecendo apenas, neste último grupo, Ciências da Comunicação e Arquitetura.

Na fraca representação de fora de Portugal, Angola com 1,7% do total tem uma presença claramente maioritária, com a Bélgica, Cabo Verde, Espanha, S. Tomé e Príncipe e Guiné com 0,15% cada, completando o total.

A situação face ao ano letivo 2022/2023 ainda menos se altera em número de inscritos quando se tem em conta o número total de inscrições, tendo em atenção os que se inscrevem pela primeira vez em anos mais avançados das licenciaturas (de 76 para 72), de modo que o aumento é apenas de pouco mais de 1%.

Voltando ao número de candidatos, o excesso de candidatos face ao número de vagas não foi verificado em todos os cursos, havendo diferenças significativas. Na linha de

preocupação já anteriormente repetida, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações teve apenas 17 candidatos para 60 vagas, o que põe claramente em evidência a fraca visibilidade da licenciatura, embora tenha aumentado 5 face ao ano passado. Só que, enquanto no ano letivo 2022/2023, dos 12, se inscreveram, em 2023/2024 apenas 1 (!) dos 17 se matriculou. Abaixo do número de vagas, embora com pequenas diferenças face a esse número estão ainda Engenharia Informática com 96 para 100 vagas e Gestão do Desporto com 40 inscrições para 45 vagas.

O maior excesso em número absoluto ocorreu em Direito (89), seguido de Psicologia (42), Gestão (21) e Ciências da Comunicação (14) que são, aliás, os cursos de maior dimensão da UAL.

A surpresa é a diferença em História (17) que ultrapassa a diferença absoluta de Ciências da Comunicação, sendo um curso de bastante menor dimensão. Os outros cursos tiveram pequenas diferenças (≤ 10), em consonância aliás com a dimensão dos respetivos cursos.

Se tivermos em conta a dimensão utilizando o rácio candidato/número de vagas, História vem, então, em primeiro lugar (1,85), superando Direito (1,64) e Psicologia (1,6), sendo que Economia (1,23) supera Gestão (1,17) e Ciências da Comunicação (1,14) que é aproximado por Relações Internacionais (1,13) e Informática de Gestão (1,12).

Quando se comparam estas relações com as do ano letivo de 2022/2023, dado o crescimento absoluto dos candidatos em 2023/2024 é natural que esses rácios sejam maiores neste ano.

A única diferença é em Psicologia cujo rácio desceu de 1,77 para 1,6.

Mas em termos absolutos há duas alterações significativas de sentido contrário. Gestão que em 2022/2023 tinha um défice de 32 candidaturas face ao número de vagas, passou a ter um excesso de 21 candidaturas, passando o rácio de 0,789 para 1,17. Ao contrário, Gestão do Desporto que em 2022/2023 teve um excesso de 9 candidaturas e um rácio de 1,2 passou em 2023/2024 a um déficit de 5 candidaturas e um rácio de 0,89.

Só que o “aproveitamento” final fica longe das vagas para o primeiro ano por entrada direta em todos os cursos, embora com diferenças significativas entre eles e alguns resultados curiosos.

O curso com maior preenchimento das vagas por esta via da Psicologia, com 97,1% das vagas preenchidas, seguido de Direito (92,1%) e de História (90%) e Ciências da Comunicação (88,8%).

Todos os outros ficaram abaixo dos 80%, com Gestão (79,4%) próximo desse valor e Gestão do Desporto com 73,3%.

Na casa dos 60% aparecem Informática de Gestão (64%) e Relações Internacionais (62,7%). Economia (58%) ficou acima dos 50%, mas as situações mais negativas, evidenciando uma vez mais, se necessário fosse, a situação das Engenharias, aparecem em Engenharia Informática (33%) e, no limite do desaparecimento, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1,7%) (!).

Gestão do Desporto apresenta uma situação original neste contexto. Tendo tido menos candidatos que vagas, teve, no entanto, um “aproveitamento” relativamente melhor que todos os outros face aos candidatos. De facto, o rácio de “aproveitamento” dos candidatos foi de 82,5%, bem acima do rácio relativo ao número de vagas (73,3%).

Relativamente ao ano de 2022/2023, Psicologia e Direito mantiveram os primeiros lugares, só que invertidos, em relação a 2023/2024, com Direito (99,3%) e Psicologia com os mesmos 97,1%.

Com sinal muito positivo face a 2022/2023 aparece Gestão que de 65% de preenchimento das vagas passou para 79,4%, aproveitando provavelmente o facto de também o número de candidatos ter aumentado muito. De facto, se o rácio foi feito em relação ao número de candidatos, o rácio de “aproveitamento” teria caído de 82,3% para 71,1%.

Em termos relativos, sem grande significado a nível de números absolutos, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações apresenta em 2022/2023 resultados superiores a 2023/2024, caindo de 5% de “aproveitamento” para 1,7% relativamente às vagas e de 25% para 5,8% em relação ao número de candidatos. Esta evolução, mesmo em números pequenos, evidencia a falta de dinâmica quer de atração de candidatos, quer, sobretudo, de retenção.

Com sinal negativo mais uma vez na área da Engenharia, aparece Engenharia Informática com um aproveitamento em 2022/2023 de 63% face ao número de vagas, caindo para

cerca de metade em 2023/2024 (33%), situação mais agravada quando a comparação é feita com o número de candidaturas que em 2022/2023 foi de 84,1%, caindo para menos de metade em 2023/2024 (34,4%), não tendo sido obtida qualquer vantagem do aumento de 52,4%. Pelo contrário, o número absoluto de entradas até caiu fortemente de 53 em 2023/2024 para 33 em 2023/2024, uma impensável queda de 37,7%, apesar de um grande acréscimo de candidaturas.

Importa, pois, como já se referiu, estudar a fundo este caso, com todas as informações relevantes que estejam disponíveis ou se possam ainda obter.

Mantendo-nos na análise das novas candidaturas, há que, conforme informação do Quadro 6 do Anexo 1, considerar as entradas diretas para anos mais avançados que somaram 72 (uma queda de 4 em relação ao ano precedente) que aumentam, naturalmente, a percentagem de preenchimento das vagas por esta via, de tal modo que Direito passa a preencher o número de vagas, tal como Psicologia, Ciências da Comunicação passa para 92% e Gestão para 91,1%. Um salto relativamente elevado é o de Relações Internacionais para 77,3%, de Economia para 67,5% e de Engenharia Informática (passa para 43%), um rácio, de qualquer modo muito baixo e bem inferior ao do ano precedente que atingiu 64%.

Mais significativo ainda, não nos valores absolutos, mas nos relativos, é o que se passa em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações que, com a entrada de 4 estudantes para anos mais avançados em 2022/2023, atinge nesse ano o “aproveitamento das vagas” de 11,7%, contra o incrível valor de 3,3% em 2023/2024, coroando a preocupante dinâmica negativa destas áreas.

O Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2023/2024, do Anexo 1, ao evidenciar os resultados dos diversos concurso/regimes de acesso no ano letivo 2023/2024, lança alguma luz sobre as prováveis causas de “aproveitamento” dos candidatos, até sobre a estrutura hierárquica dos estudantes das licenciaturas da UAL.

O número dos diversos regimes apresentados com inscrições nesse quadro são:

i) Concurso institucional	489	(73,2%)
ii) Estudantes estrangeiros	40	(6,0%)
iii) Concursos especiais	112	(16,8%)

- titular de curso de dupla certificação do ensino secundário	9	(1,3%)
- maiores de 23 anos	77	(11,5%)
- titular de curso superior	26	(3,9%)
iv) Reingresso e mudança de par/instituição/curso	82	(12,3%)
- mudança	27	(4,0%)
- reingresso	55	(8,2%)

Estas informações impõem dois esclarecimentos. Em primeiro lugar, continuando apenas nos estudantes que se matriculam pela primeira vez, há que alienar os Reingressos, uma vez que estes não se referem a inscrições pela primeira vez. Assim, a soma total de referência para as percentagens acima apresentadas dizem respeito aos 668 estudantes inscritos pela primeira vez, independentemente do ano letivo em que ingressam.

Em segundo lugar, os “alunos estrangeiros” deste quadro referem-se fundamentalmente a estudantes que não têm a nacionalidade portuguesa nem são cidadãos dos países lusófonos.

Para além disso existem outros estudantes estrangeiros que frequentam a UAL por via do Programa Erasmus+ que serão apresentados noutra parte do relatório.

Estas informações evidenciam o papel fundamental do Concurso Institucional que é responsável por cerca de 3 de 4 dos estudantes inscritos pela primeira vez.

Não considerando os alunos estrangeiros, a contribuição mais relevante dos outros tipos de acesso é a dos maiores de 23 anos, com 11,5% do total dos candidatos inscritos pela primeira vez.

Comparando com 2022/2023, com um total de 656 estudantes, valor muito próximo do de 2023/2024, a contribuição relativa do concurso institucional é só ligeiramente superior, enquanto a dos “maiores de 23” é inferior em 9 estudantes, o que, em termos relativos, representa uma queda ligeiramente superior a 10%. Esta última referência vem justificada pela tendência negativa que já se assinalava no relatório precedente em que, a uma relativa estabilização do número global de alunos, tal como também já foi referido para 2023/2024, se verificava um acentuado declínio dos “maiores de 23”, cuja relevância histórica dentro da UAL é merecedora de uma atenção especial que consta, como habitualmente, do

Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2023/2024, do Anexo 1.

Nesse relatório salientava-se a queda dos “maiores de 23” acentuada de 2021/2022, para em 2022/2023, consistentemente com o “rejuvenescimento” do corpo estudantil da UAL, na linha da queda, também elevada, dos candidatos inscritos e dos que realizaram provas de avaliação.

Comparando os dois anos essa queda continua a verificar-se no número de candidatos inscritos para provas (de 171 em 2022/2023 para 116 em 2023/2024), no número de candidatos que se apresentaram a provas (de 118 para 107), mas curiosamente, não no número de aprovados (de 92 para 103), mas voltando à tendência de decréscimo quando ao número de matriculados (de 86 para 77)

Não pode deixar de se salientar, nesta comparação, a diferença significativa da taxa de aprovação na avaliação entre os dois anos. Enquanto em 2022/2023 a taxa de aprovação foi de 78,3%, em 2023/2024 atingiu 96,3% (!), uma média muito próxima (13,5 em 2022/2023 e 13,4 em 2023/2024), sendo 14 a moda em ambas.

Ao contrário, em 2022/2023 a taxa dos inscritos dentro dos aprovados foi de 91,5%, enquanto em 2023/2024 foi de 74,8%, tendo como resultado final que, uma vez mais, o número de novas inscrições de estudantes “maiores de 23” tenha caído, na linha da dinâmica negativa dos últimos anos letivos, com consequências não irrelevantes sobre o funcionamento dos turnos pós-laborais.

Sem querer repetir as preocupações já bem expressas no relatório precedente, é bom procurar perceber o que se passou, porque está em causa a sobrevivência de alguns turnos pós-laborais e o histórico papel de recuperação de estudantes que não tiveram ocasião de frequentar curso superior ou dele desistiram, uma função também de responsabilidade social de que a UAL sempre se orgulhou.

O Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2023/2024, do Anexo 1, tem a novidade de ser responsável pelo maior número de estudantes (131) bem distante de Direito (107), ao contrário do que acontecia em 2022/2023, apesar de mesmo nesse ano os números já

serem muito próximos. Em contrapartida, Direito é o que recebe mais estudantes maiores de 23 anos (17), seguido de Gestão (12), tal como Engenharia Informática, com Psicologia ainda com 10.

De notar, em termos relativos, o peso desse grupo em Engenharia Informática, representando mais de 50% dos alunos inscritos por via do concurso institucional.

Os reingressos em 2023/2024, que em 2022/2023 aparecem sem qualquer estudante inscrito, têm um valor relevante representando 71,4% dos “maiores de 23 anos” com um peso relativo de 41,8% do conjunto de tal modo que o nível de inscrições por essa via nesse curso excedeu a dos “mais de 23 anos”.

Finalmente, o número de estudantes internacionais apresentados nesse quadro (40) excede, em termos relativos, o de 2022/2023 (23), sendo quase duplo, com relevância para Economia (9), tanto quanto os do concurso institucional e, naturalmente, Relações Internacionais (9), ou seja, metade dos estudantes que acederam por via do concurso institucional, obviamente, em ambos os casos também em relação aos “maiores de 23”, situação que não ocorreu em 2022/2023.

Finalmente uma referência aos titulares de cursos superiores (26), sendo 2 em 2022/2023, 18 dos quais para anos avançados (7 em Direito, 5 em Gestão e 5 em Economia e 1 em Engenharia Informática).

Estes resultados evidenciam uma potencial diferenciação na estrutura dos diferentes cursos, pois os processos de entrada referidos no Quadro 7 e as entradas para anos avançados apontam, naturalmente, para estudantes de idades maiores das dos que, por norma, concorreram ao concurso institucional.

Este problema da estrutura etária não pode também esquecer a presença de trabalhadores estudantes, qualquer que seja a via de acesso, que em 2022/2023 eram 374 (Quadro 12 do Anexo 1), sendo 342 em 2023/2024, representando, por isso, 14,7%, uma percentagem não irrelevante e que, por certo, tem influência na estrutura etária atual.

Do ponto de vista da organização pedagógica e logística, os trabalhadores estudantes representam sempre um desafio que não pode deixar de ser devidamente acompanhado,

desafiando também a capacidade de a UAL contribuir decisivamente para a sua melhor inserção na sociedade.

De notar que 105 (28,1%) são estudantes de Direito e 80 (21,2%) são de Psicologia, neste caso representando 23,5% do total de estudantes dessa licenciatura. De notar que estes números relativos a estes 2 cursos aumentaram, em conjunto, 31,2% em relação a 2022/2023, enquanto o número total de trabalhadores estudantes apenas aumentou 9,7%.

Em termos relativos a presença de trabalhadores estudantes é também significativa em Informática de Gestão (29,2%) e, em menor grau, em Engenharia Informática (20,1%) e Relações Internacionais (17,8%).

Também será difícil desligar a estrutura etária da existência de um turno pós-laboral e, em particular, da relação entre o peso deste face ao diurno que, como se tem assinalado ao longo dos últimos anos, tem caído significativamente.

O Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2023/2024, do Anexo 1, descreve a situação no ano letivo 2023/2024. No que toca às licenciaturas, 1919 (74,6% do total) frequentam o turno diurno e 650 (25,4%) o pós-laboral, o que significa que o turno diurno tem o triplo de estudantes do pós-laboral, confirmando uma situação que se vem cimentando ano a ano. Relativamente ao ano precedente há uma maior aproximação ao rácio 3 para 1, com o turno diurno representando 73,1% e o pós-laboral (26,9%).

De notar que o quarto ano de Direito tem sempre um peso relativo maior de pós-laboral com 40,7% em 2023/2024, superior ao de 2022/2023 (36,2%), com subida apreciável dos valores dos dois turnos em 2023/2024.

Finalmente, tendo em atenção que o real número de estudantes estrangeiros é relevante para a caracterização do corpo discente, há que ter em atenção o Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2023/2024, do Anexo 1, que representa os estudantes por nacionalidade, isolando os que são de nacionalidade portuguesa, o que evidencia que os valores apresentados nos quadros precedentes ignoram o grande número de estudantes lusófonos.

Globalmente, no contexto dos 3 ciclos de estudos, 727 foi o número de estudantes não portugueses, uma queda de 8,9% face ao ano 2022/2023 (806), representando 20,9% do total dos estudantes, cerca de 1 em cada 5 dos estudantes da UAL, com uma grande concentração nos ciclos pós-licenciatura, que integram 61,1% do total de estudantes não portugueses.

No caso das licenciaturas eles representam 13,5% do total dos estudantes, com Angola em grande evidência já que tem 214 estudantes no total de 304 de não portugueses neste ciclo de estudos (71,1%) ou seja, mais do que 2 em cada 3 desses estudantes. Brasil, com 61, é o segundo (17,7%), o que significa que ambos são responsáveis por 90% de todos os estudantes não portugueses deste ciclo. Os outros (pouco mais de 10%) distribuem-se por 12 países, com Cabo Verde com o maior número (8), Espanha (7), Roménia (5), Itália (4), São Tomé e Príncipe (3). Todos os outros países (Argélia, Guiné-Bissau, Moldova, Moçambique, Noruega, Ucrânia e Venezuela) estão presentes com apenas 1 estudante cada.

A presença de estudantes não portugueses nas licenciaturas é quase exclusivamente representada por Angola e Brasil, com uma pequena presença de outros países lusófonos (Moçambique tem uma presença irrelevante), com a interessante presença da Roménia, enquanto Espanha e Itália têm uma presença discreta.

Importa, também, verificar a sua dispersão pelos diversos cursos, sendo de assinalar que existem estudantes não portugueses em todos os cursos, sendo que Angola assegura que tal acontece com presença em todos eles. Saliência em particular em termos absolutos para 76 estudantes angolanos em Direito (mais de 10% do total). Aliás, Direito é, em termos absolutos, o que integra maior número de estudante não portugueses (107), com Brasil (20), Cabo Verde (5) e, surpreendentemente, Roménia (3).

Contudo, em termos relativos, o curso com maior participação de estudantes não portugueses é Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (8 angolanos, 1 espanhol e 1 de São Tomé e Príncipe), o que significa que 62,5% são “não portugueses”, o que, de novo, levanta o problema da sustentabilidade deste curso. Com uma representação relativa significativa vem Economia (31), ou seja (36,9%), todos de países lusófonos, quase todos angolanos (28).

Acima de 20 estudantes angolanos aparecem ainda Gestão (28) e Relação Internacionais (29).

Aliás, Relações Internacionais é o segundo curso com mais estudantes não portugueses, seguido de perto por Gestão (37), novamente com grande peso de Angola (29).

O Brasil, para além de Direito, tem uma presença sensível em Psicologia (12), o único curso em que ultrapassa Angola (11).

Espanha espalha os seus estudantes por Direito, Economia, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, Engenharia Informática, Gestão e Relações Internacionais.

Em resumo, a atração de estudantes fora da área lusófona (e aparte o Programa Erasmus+) continua muito incipiente e, mesmo entre os países lusófonos, com exceção de Cabo Verde, nota-se, fundamentalmente, uma quase inexistência de estudantes de Moçambique.

1.1.2.2. Mestrado Integrado de Arquitetura

Na senda dos relatórios anteriores, o Mestrado Integrado em Arquitetura, pelas suas características especiais é tratado separadamente dos outros mestrados, uma vez que não há uma licenciatura isolada.

Em 2023/2024 frequentaram este mestrado 122 estudantes, menos 12 que no ano precedente, uma queda significativa de 9%, com menos 4 inscritos pela primeira vez, um dos quais no primeiro ano e 3 no terceiro ano, com mais 1 no segundo ano e, em relação ao número total de inscritos, uma queda substancial no segundo ano (de 36 para 26) que não é compensada pelo número de inscritos no terceiro ano (apenas mais 1 inscrito). A quebra do número de estudantes para o primeiro ano, embora ligeira no número de inscritos, apresentou uma quebra clara no número de candidatos (35 para 60 vagas), face ao ano precedente (52 para 60 vagas), embora, como se referiu, esta diferença tenha tido pouca expressão no número de inscritos (Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2023-2024), do Anexo 1).

A diferença já assinalada no que toca à frequência dos estudantes está bem patente no Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2023/2024, do Anexo 1, havendo a registar 4 reingressos que, como em

2022/2023 não havia qualquer registo neste tipo de inscrição, atenuaram, de algum modo, a diferença que seria ainda maior.

No caso específico dos “maiores de 23 anos” (Quadro 8 do Anexo 1), há a registar uma quase ausência de candidatos em qualquer dos anos em análise comparativa. Em número foi de 4 (3 em 2022/2023) no que toca aos inscritos para provas, 3 dos que a realizaram e ficaram aprovados (2 em 2022/2023) e 2 matriculados em qualquer dos dois anos.

A presença de estudantes não nacionais (Quadro 10 - Distribuição dos alunos por país de nacionalidade, 2023/2024, do Anexo 1) acaba, afinal, por ser a razão mais significativa para a quebra do número de estudantes.

Assim, enquanto em 2022/2023 estavam inscritos 39 estudantes não nacionais para 95 portugueses (uma percentagem de 29,1 do total de estudantes), em 2023/2024 essa percentagem passou para 15,6 (19 não nacionais para 102 portugueses).

Assim, a quebra não foi consequência de menos estudantes portugueses, mas de uma quebra de 20 estudantes estrangeiros, enorme em termos relativos, pois passa a ser metade do número do ano precedente, resultando, sobretudo, da dinâmica dos estudantes de Angola (de 20 para 7) e do Brasil (de 13 para 7), que explica quase totalmente a diferença encontrada. Os países presentes, para além dos 2 anteriormente citados, são Espanha, França, Itália, com um estudante cada e Ucrânia com dois estudantes, quase emulando 2022/2023 com a diferença de perda de 1 estudante francês.

Não se pode deixar de chamar a atenção para uma alteração do perfil de nacionalidades dos estudantes deste mestrado, que teve durante anos uma presença muito significativa de não portugueses, com entradas não irrelevantes para os quartos anos, sobretudo de Itália que, agora, está quase desaparecida.

Como é patente no Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2023/2024, do Anexo 1, não existe turno pós-laboral neste mestrado, apesar de (Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2023/2024, do Anexo 1) estarem inscritos 3 trabalhadores estudantes, enquanto em 2022/2023 apenas 1 estudante tinha esse estatuto.

Uma nota relevante quanto à evolução deste mestrado é a relativa à distribuição por género. Em 2022/2023 verificou-se uma surpreendente entrada de estudantes do género feminino (22) enquanto o género masculino apresentava apenas 7. Em todos os anos do curso desse ano letivo o género masculino prevaleceu sobre o feminino, claramente, com exceção do terceiro ano em que há uma igualdade.

Como resultado, mesmo tendo em conta este novo dado relativo ao primeiro ano, em 2022/2023 a percentagem de estudantes do género feminino era de 47,8%.

Ora em 2023/2024, o número de estudantes do género feminino aumentou para 67, com 17 estudantes do género feminino no primeiro ano e 11 do género masculino, enquanto o número de estudantes do género masculino caiu para 57 (era 70 em 2022/2023), de tal modo que a percentagem do género feminino no total de estudantes passou a ser de 55%.

Esta inversão acontece também, como é natural, no segundo ano, dado o número de entradas no ano precedente, com 18 estudantes do género feminino e 8 do masculino, enquanto nos restantes 3 anos a prevalência masculina é clara no quarto e quinto anos, o que corresponde a uma licenciatura e confere o diploma de Estudos de Arquitetura, a predominância feminina é clara, embora ainda pouco evidente no terceiro ano, constituindo já 60% do corpo estudantil. Ao contrário, nos quartos e quintos anos, o peso do género masculino é ainda claramente maioritário, representando, 65,6% do conjunto de estudantes que frequentaram esses anos.

A situação dos quartos e quintos anos é, em valores absolutos e relativos, muito semelhante à de 2022/2023, ao contrário do que sucede com os valores dos três primeiros anos onde o peso feminino, embora já superior a 50%, devido aos números de entrada para o primeiro ano já nesse ano, era de 52%.

Será que esta tendência, bem vincada nos dois últimos anos letivos, será para continuar? Não terá também, atendendo à quebra de estudantes não portugueses, a ver com a distribuição dos géneros entre esses estudantes?

Finalmente, a distribuição por faixas etárias (Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2023-2024), do Anexo 1) evidencia que 22,8% dos estudantes tem menos de 20 anos, 48,4% entre 20 e 23 anos, 13,6% entre 24 e 27 anos e 15,5%, 28 ou mais anos, uma

variação algo significativa face a 2022/2023, com uma queda clara no primeiro ano (29,1% em 2022/2023), muito provavelmente em consequência da grande entrada do género feminino no primeiro ano, também nos 28 ou mais anos, embora menos sensível.

Ao contrário, há uma grande queda nas idades entre 20 e 23 anos (de 48,4% para 37,3%) bem como a das idades entre 24 e 27 anos (de 20,1% para 13,6%).

Há, portanto, uma evidente mudança da estrutura etária do curso, coetaneamente com o aumento da presença feminina e a diminuição de não portugueses, e também uma diminuição da idade média, já que as faixas até 23 anos representam 72,2% dos estudantes (66,4% em 2022/2023).

Há que ter em conta que estas percentagens não podem ser comparadas com o conjunto dos resultados das licenciaturas, à semelhança do que sucedia com Direito e com maior razão por estarem em causa agora 5 e não só 4 anos, devendo ser antes comparado, com as devidas cautelas, com o conjunto dos mestrados.

Para dar uma ideia de que é um curso que em relação aos outros tem idades mais baixas, basta ver que nos primeiros e segundos anos, os seus estudantes representam, respetivamente, 4,6% e 3,7% do conjunto dos estudantes, enquanto os estudantes com menos de 20 anos e entre 20 e 23 anos representam, respetivamente, 5,7% e 4,8% do conjunto de estudantes nessas faixas etárias.

1.1.2.3. Mestrados

No ano letivo 2023/2024 funcionaram 8 mestrados com um total de inscritos de 637 estudantes, uma queda ligeira de 2,3% em relação ao ano letivo precedente (652), dos quais 258 (40,5%) na fase de dissertação/estágio, uma percentagem um pouco menor que no ano precedente (44,1%).

O número de inscritos pela primeira vez foi de 195, uma queda muito significativa de 14,5% relativamente a 2022/2023 (228).

Globalmente, o peso do Mestrado em Direito é avassalador, quase representando metade do total de estudantes inscritos neste ciclo de estudos (46,8%), bem longe do segundo, Psicologia Clínica e de Aconselhamento (26,1%) e, ainda mais afastado, de Gestão de

Empresas (10,8%). Estes três cursos representam, portanto, em conjunto, 83,7%, deixando os outros 5 apenas com 16,3%, sendo o menor deles o Mestrado em Direito Ciências Jurídico-Policiais, com apenas 2%, o que leva a área do Direito a aproximar-se ainda mais de 50%.

O maior entre esses é Relações Internacionais (4,9%), com todos os outros com cerca de 3%: História e Patrimónios (3,3%), Engenharia e Tecnologia Informáticas (3,0%) e Comunicação Aplicada (3,3%).

De notar desde já que os três maiores caem nas áreas do maior número de estudantes das licenciaturas, embora Gestão, que tem perdido peso nesta área, apareça bastante sub-representado. Mas a maior preocupação é a da área de Ciências da Comunicação, uma das 4 maiores áreas de licenciatura da UAL, aqui com um mestrado de dimensão muito reduzida. É certo que é um curso relativamente novo sem a tradição, por comparação, com o de Gestão, mas não deixa de ser preocupante quando, por exemplo, se compara o número de inscritos pela primeira vez (8) igual ao que se verificava no ano letivo precedente e tendo ainda em atenção que o número total de inscritos (21) é também inferior a 2022/2023 (23).

Também o Mestrado em Engenharia e Informática e de Telecomunicações, com 19 estudantes tem expressão reduzida (mas uma queda de 23 em 2022/2023), ainda assim maior que o número de estudantes da licenciatura em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, evidenciando, de novo, a fragilidade dessas áreas na UAL.

Entre os menores História e Patrimónios, muito recente, aumentou de 13 para 17, com 6 novas entradas face às 11 iniciais do ano precedente, sendo uma queda natural.

Relações Internacionais também caiu de 34 para 31, sendo também consequência da queda de novas entradas (de 12 em 2022/2023 para 11 em 2023/2024).

No que diz respeito às novas entradas, no entanto, a situação mais preocupante é a de Direito Ciências Jurídico-Policiais, que não teve qualquer inscrição em 2023/2024, ainda agravando a situação do ano letivo precedente em que só tinha havido um novo aluno inscrito.

Como consequência, o curso tem, no total, apenas 12 estudantes, não conseguindo manter qualquer fluxo de entradas que permita um funcionamento normal, problema que deve ser encarado de frente.

Entre os de maior dimensão há uma ligeira subida de inscrições em Direito (de 290 para 298), mas uma queda significativa em Gestão (16,9%), mantendo-se Psicologia Clínica e de Aconselhamento quase igual ao ano letivo precedente (166 em 2023/2024 e 164 em 2022/2023).

Na queda de Gestão é visível e preocupante também pela queda dos inscritos pela primeira vez que passa de 28 em 2022/2023 para 16 em 2023/2024, uma queda de 42,9%, enquanto é igual em Direito (100) e quase igual em Psicologia Clínica e de Aconselhamento (50 em 2022/2023 e 49 em 2023/2024), evidenciando uma certa estabilidade.

Uma informação que não pode ser olvidada é a que diz respeito à situação da produção das dissertações, pois os estágios são quase irrelevantes, só existindo em Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2 em 2023/2024 e 5 no ano precedente).

Aí, como é óbvio, pontifica ainda mais Direito com 175, representando 68,4%, isto é, ligeiramente mais de 2 em cada 3 estudantes desta fase, uma queda significativa face ao ano precedente (54,8%) que pode ter diversas causas, uma delas, porventura a mais preocupantes o aumento do tempo de produção das dissertações. Aliás, a legitimidade do peso desta hipótese vem robustecida pelo facto de a relação entre os estudantes na fase de frequência do curso e os que estão na fase de produção da dissertação ter caído de 87,1% em 2022/2023 para 70,1% em 2023/2024. Contudo, este resultado, centrado nos valores globais pode ser posto em causa por uma indicação de 50 estudantes dados como “Novos” na fase de dissertação em 20223/2024, quando não há qualquer indicação de qualquer estudante nessa situação em 2022/2023, o que não deixa de ser surpreendente.

Retirando esses “Novos”, até haveria melhoria de 87,1% para 98,4%. O problema está na interpretação dos “Novos”. Se for consistente com o critério de inscrição pela primeira vez que subjaz à realização das estatísticas apresentadas nos quadros, há que identificar bem que conjunto de admissões diretas à realização de dissertações ocorreu e em que

circunstâncias. Aliás, o volume de “Novos” em ambos os anos em comparação também é estranhamente elevado.

O Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento aparece em segundo lugar, consistentemente com o que acontece com o número total de inscritos, com apenas 13,3% do total de estudantes nesta fase do mestrado existindo uma enorme queda (51,4%), passando a cerca de metade dos estudantes nessa situação, que originou a tal baixa percentagem de 13,3%, quando no ano precedente era de 24,7%. Esta alteração ainda é mais visível quando se compara o número de estudantes na fase de frequência do curso com a fase de produção da tese, cujo ratio passa de 1,27 em 2022/2023 para 3,82 (!). Para isto também contribuiu, certamente, o baixíssimo número de estudantes no primeiro ano (apenas 4) em 2022/2023 e o de 2023/2024 (28), uma assinalável recuperação.

De qualquer modo, não pode passar em claro que a situação é completamente diferente da de Direito, mas também apresenta uma variabilidade e uma súbita alteração do perfil que não pode deixar de ser tida em conta.

O número de presenças nesta fase com alguma relevância é o de Gestão (21), cerca de 4,7%, bem abaixo dos (36), isto é, cerca de 12,7% no ano precedente, fazendo naturalmente crescer o rácio do número de estudantes na fase de curso, dos do estágio, de 1,31 em 2022/2023 para 2,89.

Este aumento até pode ser resultado de uma mais rápida concretização das dissertações, mas enquanto isso em Psicologia Clínica e de Aconselhamento essa “saída” é compensada pela estabilização do número total de estudantes no ciclo, apesar da volatilidade atrás referida, em Gestão há, como já se evidenciou, uma queda do número de estudantes crescente no mestrado.

O número de estudantes nesta fase nos outros mestrados é muito pequena, dada a dimensão deles, com exceção, em termos relativos, de Relações Internacionais, com 10 (21 em frequência do curso), uma subida enorme face aos 4 de 2022/2023, Engenharia Informática e de Telecomunicações 6, com uma queda face aos 9 do ano precedente, Comunicação Aplicada com 5 face aos 3 no ano precedente, Direito, Ciências Político-

Judiciais, com 4, mas sem qualquer estudante no ano precedente, e História e Patrimónios com 1 face a 4 no ano precedente.

Tendo em atenção todas as observações do Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2023/2024), do Anexo 1, não pode deixar de se chamar a atenção para o número muito baixo de estudantes nalguns dos mestrados, com relevo, como já foi referido, para Direito, Ciências Jurídico-Policiais, sem qualquer entrada de estudantes em 2023/2024, para além da quebra de frequência de Gestão que tem de ter uma expressão mais significativa na UAL, à semelhança do que acontecia e que os dados mais recentes bem mostram.

No que diz respeito à distribuição por género (Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2023-2024), do Anexo 1), globalmente o género feminino foi maioritário com 59,8% do total em 2023/2024, uma subida face aos 57,2% de 2022/2023, por ligeiras perdas do lado masculino (visível na perda da única maioria que tinha em 2022/2023 no primeiro ano) e uma ligeira subida do lado feminino.

Contudo, quando se passa ao nível de cada um dos mestrados, a situação é bastante heterogénea, já que a predominância do género feminino apenas se verifica em 2 deles, Direito e Psicologia Clínica e de Aconselhamento porque, representando em conjunto 72,8% do total de estudantes deste ciclo de estudos, acabam por determinar, praticamente, o resultado global. Assim, em Direito, o género feminino constitui 58,6% do total de estudantes desse mestrado e em Psicologia Clínica e de Aconselhamento esse valor é de 76,5%. Convém, no entanto, ter em atenção eventuais diferenças entre o que se passa na fase de frequência do curso e na fase de dissertação. Nesse caso, em Direito, essa percentagem sobe a 64,3% ao passo que na fase de dissertação ela cai a 54,7%. Já em Psicologia Clínica e de Aconselhamento a participação feminina na fase de curso (76,2%) aproxima-se da média geral tal como na fase de construção da dissertação (77,7%), embora esta ligeiramente acima.

A diferença entre as duas sugere que há uma maior retenção do género feminino na fase de curso, o que parece improvável ou, o mais provável, é que haja uma maior eficiência na produção da dissertação do seu lado.

Nos outros casos, globalmente, para além do já referido mestrado de Psicologia Clínica e de Aconselhamento, apenas Comunicação Aplicada tem clara maioria feminina (67,1%). Nos outros ou há uma clara maioria masculina, como nos casos de Engenharia Informática e de Telecomunicações (78,9%) e Direito, Ciências Jurídico-Policiais (66,7%), ou equilíbrio entre os géneros Relações Internacionais (51,7%) e Gestão (50,7%) com ligeira maioria masculina e História e Patrimónios com ligeira predominância feminina (52,4%).

Tendo, ainda, em atenção, as duas fases dos mestrados, verifica-se que, globalmente, que 57% dos estudantes estão na fase de frequência do curso, há predominância feminina (61,9% entre esses), o mesmo se verificando na fase de dissertação ou equivalente (54,7%). Este resultado, aparentemente inconsistente com as indicações por cursos, resulta do grande peso feminino em Psicologia Clínica e de Aconselhamento nas duas fases e da, embora menor predominância feminina, também em ambas as fases em Direito.

No que toca à estrutura etária, 70% têm idades iguais ou superiores a 28 anos, sendo a faixa etária mais baixa, de 20 a 23 anos, também a menos representada, apenas com 10,8%. A faixa entre 24 e 27 anos tem quase o dobro (19,2%) mas muito longe da faixa maioritária. Contudo, como resultado também da grande diversidade da dimensão dos mestrados e dos tempos do seu funcionamento, há uma grande variação entre os cursos.

Assim, História e Patrimónios tem, em termos relativos, a maior representatividade na faixa de 20 a 23 anos (28,6%) do total dos mestrados, enquanto Direito, Ciências Jurídico-Policiais não tem qualquer estudante nessa faixa e Direito tem apenas 5,4%. Ao contrário, Psicologia Clínica e de Aconselhamento, com 19,4% do total dos estudantes deste ciclo de estudos, nesta faixa tem 15,1% dos seus estudantes.

Na faixa etária predominante, apesar das grandes diferenças entre os diversos cursos, há que assinalar que, com exceção de Engenharia Informática e de Telecomunicações (31,6%), todos os outros estão acima de 50%, sendo o de menor percentagem, com Gestão de Empresas (53,5%) e Relações Internacionais (54,8%) pouco acima dessa percentagem e, no extremos oposto, Direito, Ciências Jurídico-Policiais (91,7%) e Direito (83,2%), muito acima da média global de 70%, abaixo da qual estão todos os outros.

Uma nota para os 57,1% na faixa de 24-27 anos em Engenharia Informática e de Telecomunicações, o dobro das mais próximas, com Direito, Ciências Jurídico-Policiais com 8,3% e Direito (11,4%) no outro extremo.

No que se refere a estudantes não nacionais no mestrado, o seu número (318) é praticamente igual ao dos estudantes portugueses (319), situação alterada face ao ano letivo 2022/2023, com o número de estudantes não nacionais (351) a exceder em 16,6% os portugueses (301), consequência de uma pequena subida destes e uma descida mais acentuada dos não portugueses.

No conjunto dos estudantes não portugueses, Brasil com 74,5% dos estudantes e Angola com 17,9% (92,4% no total) constituem a quase totalidade desses estudantes, representando cerca de 46% do total dos estudantes deste ciclo de estudos. Aliás, em 2022/2023 representavam quase 50% do total de estudantes (49,3%) e é a queda de ambos, mais sensível nos brasileiros (9,2%) que justifica esta alteração global.

Além desses estudantes, estão representados mais 12 países, com relevância para a Guiné-Bissau com 8 (7 no ano precedente) e Cabo Verde 3 (mas 8 no ano precedente). De assinalar Moçambique (3) e Bangladesh (2). Todos os outros (Bielorrússia, Japão, Macau, Nepal, São Tomé e Príncipe, Ucrânia, Estados Unidos da América e África do Sul) têm apenas um estudante. De notar, em sentido negativo, a total ausência de estudantes espanhóis, franceses e italianos.

No que toca aos mestrados mais representados, Direito com 216 estudantes (67,3%), dos quais 187 brasileiros é, de longe, o que tem maior expressão, com a natural presença de outros estudantes lusófonos, a maioria de Angola (23), mas ainda Cabo Verde (2), Moçambique, Guiné-Bissau e Macau com 1, aparecendo também a Bielorrússia.

Com alguma expressão estão os Mestrados de Gestão de Empresas com 35 estudantes (13 de Angola, 12 do Brasil, 4 da Guiné-Bissau e 2 de Moçambique, 1 de Cabo Verde e, ainda, 2 da Bielorrússia e 1 do Nepal), e de Psicologia Clínica e de Aconselhamento com 28, sendo 21 do Brasil, 4 de Angola e 1 de São Tomé e Príncipe, sendo neste curso que estão os estudantes os Estados Unidos da América e da África do Sul.

Relações Internacionais tem 12 estudantes, 6 angolanos, 3 brasileiros, 1 Guiné-Bissau e ainda 1 da Ucrânia e 1 do Japão.

Comunicação Aplicada tem 6 estudantes, todos lusófonos, bem como História e Patrimónios com 2 estudantes.

Há duas situações que merecem especial atenção, tendo o peso relativo de estudantes não portugueses face à dimensão do curso: Engenharia Informática e de Telecomunicações, com 10 estudantes lusófonos (Angola com 8, Brasil com 1, tal como Guiné-Bissau), face aos 9 portugueses e, especialmente, Direito, Ciências Jurídico-Policiais com 9, todos brasileiros, face a 3 portugueses.

Tendo em particular atenção, a dimensão deste curso, com apenas 12 estudantes e nenhuma entrada em 2023/2024, é altura de repensar o seu futuro.

Também, mas não estando em causa a manutenção do mestrado, mas a sua dimensão futura, está Direito, já que o número de estudantes portugueses (82) corresponde a apenas 43,9% (menos de metade) dos estudantes brasileiros e a 38% do total dos estudantes do mestrado.

Em quase situação de igualdade surge o Mestrado de Gestão de Empresas com 35 estudantes não portugueses e 34 portugueses, com presença quase paritária de Angola (13) e Brasil (12), e com presença de outros lusófonos (Guiné-Bissau 4, Moçambique (2) e Cabo Verde (1), sendo neste curso que estão os estudantes do Bangladesh e do Nepal.

Importa ainda indicar o regime de frequência dos estudantes (Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2023/2024, do Anexo 1) na fase do curso, com grande e natural prevalência do pós-laboral, com 311 estudantes, isto é, 82,5% do total de estudantes dos primeiros e segundos anos, com uma percentagem de 85,8% no primeiro ano e 80,5% no segundo ano. De notar, também, como já foi assinalado, que o número de estudantes dos primeiros anos (113) caiu fortemente face a 266 no segundo ano, ou seja, menos de metade, com um acréscimo em termos relativos da prevalência do pós-laboral.

De qualquer modo, há uma alteração sensível face ao ano letivo 2022/2023, em que dos 128 estudantes inscritos nos primeiros anos, apenas 1 não se inscreveu no pós-laboral.

Curiosamente (Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2023/2024, do Anexo 1), apenas 18 estudantes deste ciclo de estudos (19 no ano 2022/2023) assumiram a condição formal de trabalhador-estudantes, sendo a grande maioria (13) de Psicologia Clínica e de Aconselhamento, com 2 em Relações Internacionais e História e Património e 1 em Gestão de Empresas.

1.1.2.4. Doutoramentos

O número de estudantes inscritos nos doutoramentos da UAL em 2023/2024 (Quadro 1 do Anexo 1) é 184, mais 12 do que em 2022/2023, com 5 doutoramentos em funcionamento regular e outro (Direito) em fase de descontinuação face à não reacreditação do curso.

Se retirarmos os dados relativos a este curso, com 54 estudantes em elaboração da tese (eram 61 em 2022/2023, além de um estudante inscrito no terceiro ano), a situação dos cursos regulares, evidencia 130 estudantes, uma subida de 18,2% face aos 110 estudantes em 2022/2023. Para esta subida contribuíram o funcionamento do terceiro ano do de Doutoramento em Arquitetura e o segundo ano do Doutoramento em Património, Tecnologia e Território.

Este dado atenua a ideia de aumento da frequência dos doutoramentos que, aliás, é posta em causa pelo número de inscritos pela primeira vez (34), isto é, menos um que em 2022/2023. Neste contexto, é preocupante que o Doutoramento em História não tenha tido qualquer novo estudante em 2023/2024, ao contrário do ano precedente com 6 entradas.

Neste indicador há, ao contrário, a assinalar uma entrada de 14 estudantes para Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (10 no ano precedente), 4 para Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em contradição com a queda no Doutoramento em Património, Tecnologia e Território, que passou de 11 entradas em 2022/2023 para 8 em 2023/2024, um doutoramento em conjunto com o Instituto Politécnico de Tomar.

Não contando com o estudante de Direito inscrito na fase de produção da tese, são 35 os estudantes inscritos nesta fase, naturalmente apenas em 3 dos cursos, dado que dois deles são relativamente recentes. De qualquer modo, é um aumento de mais do dobro

relativamente a 2022/2023 (15 estudantes), em que apenas 2 doutoramentos (História (11) e Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (4) tinham estudantes nesta fase.

Em 2022/2023 a maioria, configurando um grande crescimento relativamente a 2022/2023, Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia apresenta 18 estudantes (4 em 2022/2023), estando os outros 17 distribuídos por História (9) e Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pela primeira vez com estudantes (8) nesta fase.

No que toca à fase do curso, em que se consideram 3 anos, estão inscritos 95 estudantes, curiosamente com quase igualdade entre os 3 anos (33 nos primeiros anos, 30 nos segundos anos e 32 nos terceiros anos). Em relação ao ano de 2022/2023 há uma queda de 2 estudantes nos primeiros anos (reflexo de menor entrada), mas uma subida acentuada nos segundos anos de 10 (muito em resultado do funcionamento do doutoramento em Património, Tecnologia e Território) e uma ligeira subida nos terceiros anos (eram 30 em 2022/2023).

Globalmente, em 2023/2024, e não considerando Direito, Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia tem o maior número de inscritos (59), isto é, 41,5% do total. História com 21 (mas sem estudantes no primeiro ano) vem em segundo, com Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com estudantes em todos os anos e na fase de realização da tese, com apenas 19.

Património, Tecnologia e Território tem 16 estudantes (mas apenas com 2 anos de funcionamento), enquanto Arquitetura, com 3 anos de funcionamento, apenas com 15, embora se note um crescimento contínuo, embora não elevado, ao longo dos 3 anos.

No que toca à distribuição por género (Quadro 2 do Anexo 1), não considerando Direito, com 37 do género masculino e 17 de feminino na fase de tese, na fase de curso há uma maioria do género masculino com 62 (59,6%) dos 102 inscritos nessa fase. Também na fase de produção de tese essa maioria prevalece com 63%. Contudo, na generalidade dos cursos esse desequilíbrio não é tão acentuado, sendo Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia o de maior dimensão, com 70,7% de estudantes do género masculino (na fase de curso, sendo ainda maior na de tese) o responsável por ele, a que há a acrescentar

História (75%), mas com muito menor peso no conjunto. Nos outros há claro equilíbrio: Arquitetura (8 masculino; 7 feminino), Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (9 masculino, 10 feminino) e Património, Tecnologia e Território (8 masculino e 8 feminino).

No que respeita às faixas etárias (Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2023-2024), do Anexo 1), praticamente todos os estudantes têm 28 ou mais anos, com exceção de 4 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia que têm entre 24 e 27 anos.

Não é, pois, de estranhar que a maioria esteja a frequentar o pós-laboral (82,3%), sendo de evidenciar 16 no sistema de e-learning, correspondentes ao Doutoramento em Património, Tecnologia e Território, dado ser esse o seu sistema de funcionamento.

Neste campo (Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2023/2024, do Anexo 1), apenas 1 estudantes de Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa assumia a condição de trabalhador-estudante.

Finalmente, no que diz respeito à presença de estudantes não portugueses, não considerando o caso de Direito, com 40 não portugueses (Brasil com 38 e Angola com 2 e 17 portugueses), em 2022/2023 eram 45 os estudantes não portugueses a frequentar os doutoramentos na UAL (eram 41 e 2022/2023 não portugueses e 68 portugueses).

A maior percentagem de não portugueses é do Brasil (31), isto é, 68,9% do total desse grupo.

Para além do Brasil, estão representados mais 13 países, todos com um só estudante com exceção de Itália com 2. São eles Angola, Camarões, Colômbia, Cabo Verde, República Dominicana, Argélia, Equador, Espanha, Grécia, Irão, Moçambique e Roménia.

O Brasil reparte-se por todos os cursos, com grande expressão em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, com 18 estudantes, 6 em História, 3 em Média e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e 2 em Arquitetura e em Património, Tecnologia e Território. Neste curso, ainda Angola, Cabo Verde e República Dominicana.

Em Arquitetura estão a Itália (2), o Equador, a Espanha, a Irlanda e a Roménia.

Em História, Moçambique, e em Património, Tecnologia e Território, graças ao e-learning, estão Camarões, Colômbia, Argélia e Grécia.

1.1.2. Caraterização do corpo docente

1.1.2.1. Composição do corpo docente

O Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída descreve, pormenorizadamente, a situação do corpo docente da UAL no ano letivo 2023/2024, evidenciando, tal como acontecia no ano precedente, uma certa dispersão quer no que toca ao regime contratual, muito ligado à identificação do que é um docente de carreira na UAL e, em particular, a enorme e equívoca dispersão de docentes por diversas categorias.

Para simplificação e melhor caraterização da situação, em conformidade aliás, com as classificações mais habituais do regime contratual e do Estatuto da Carreira Docente da UAL, considerar-se-ão apenas três contratos “normalizados” – tempo completo e dedicação plena, constituindo o conjunto de docentes de carreira da UAL, tempo integral e tempo parcial, a que acresce a situação de colaboração, que evidencia a presença de outros docentes e especialista que, em situações específicas, dão a sua colaboração à UAL no campo da docência.

Note-se que face à legislação vigente e, em especial, às exigências dos processos de acreditação dos vários ciclos de estudos, uma posição charneira, nem sempre bem clara no modo como essa situação é considerada nesses processos, dos docentes em tempo integral.

É que um docente em tempo integral num estabelecimento de ensino superior não pode assumir essa situação em qualquer outro estabelecimento do mesmo nível de ensino, o que, de algum modo, traduz uma relação específica do docente com a instituição que o acolhe em tempo integral.

Este equívoco resultado do malfadado Decreto-Lei nº 65/20008, de 16 de agosto, que conduz à republicação do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterando o regime

jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, que na alínea k) do Artigo 3º cria o conceito de “corpo docente de carreira” que descreve esse conjunto como segue:

“i) Nas instituições de ensino superior públicas, o conjunto de professores catedráticos, associados e auxiliares, no caso do ensino universitário, e o conjunto de professores coordenadores principais, coordenadores e adjuntos, no caso do ensino superior politécnico, contratados por tempo indeterminado ou sem termo, ainda que se encontrem no período experimental;

ii) Nos estabelecimentos de ensino superior privados, o conjunto de docentes que integre as categorias de carreira estabelecidas pelo regime jurídico previsto no artigo 53.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro”

Ora o Artigo 53º atrás referido estabelece que “o regime do pessoal docente e de investigação das instituições privadas é aprovado por decreto-lei.”

Como sabemos, 17 anos depois esse decreto-lei ainda não apareceu, sem embargo de, em meu entender, o seu conteúdo correr o risco da intromissão do Estado em entidades privadas, pondo em causa a sua legítima autonomia.

Para ajudar à confusão, o Decreto-Lei nº 65/2018, logo a seguir à descrição de “docente de carreira”, acrescenta na alínea m) o “regime de tempo integral”, descrevendo-o como “exercício da docência em que se encontram os que fazem do ensino e da investigação (aqui ensino e investigação aparecem ligados), ao contrário do que sucede no caso da “carreira” em que são tratados separadamente), a sua atividade profissional exclusiva ou predominante, não podendo ser considerados como tal em mais de uma instituição de ensino superior.”

Deixando de lado, para já, o adjetivo “predominante”, parece não haver dúvidas que, em princípio, o exercício de atividade profissional em exclusivo caracterizaria, sem qualquer ambiguidade, a relação com “carreira” e, conseqüentemente, a não distinção entre “tempo integral” e “carreira”. Mas a definição data trata de distinguir as duas situações, impondo a ligação profissional desse regime a uma só instituição. Pode estar noutra, mas não em tempo integral.

Se assim é, por que não ser professor de carreira na instituição que goza desse exclusivo, permitindo maior flexibilidade quer aos docentes quer às instituições no cumprimento de certos rácios legalmente impostos?

Finalmente, o adjetivo “predominante” será aferido com que critério? Número de horas afetadas a cada atividade? Contrato com outra entidade não ligada ao ensino ou investigação? Quando tanto se defende a ligação entre o ensino superior e a sociedade, não fará sentido, em certas situações, que esse “predominante” se verifique pela própria natureza das atividades exercidas fora do estabelecimento de ensino superior?

E o ensino privado que autonomia tem para, com segurança, definir os seus docentes de carreira no sentido operacional que releva, por exemplo, das exigências dos processos de acreditação dos ciclos de estudos?

Foi este conjunto de preocupações que nos levou a optar pela escolha dos 3 regimes, sem embargo de continuarmos sem conhecer o modo como serão considerados no campo dos diversos processos de avaliação/acreditação a que são sujeitos.

Mas há ainda mais um dado que vem obscurecer a divisão do Anexo 2 entre o regime contratual e a categoria dos docentes. É que, no fundo, a descrição (não a definição, que não existe) de “corpo de docentes de carreira”, exige a conjugação de categorias específicas – professores catedráticos, associados e auxiliares – ao tipo de contrato – “contratados por tempo indeterminado ou sem termo, ainda que se encontrem em período experimental.”

Esta é uma razão mais ponderosa para se evitar a profusão de categorias (14, mas na realidade 11, dado que a agregação é um título que valoriza o docente, mas não altera a categoria e o Professor Visitante é externo à universidade, com uma colaboração singular e avulsa) apresentada no Anexo 2 e que há que procurar refazer, de modo a clarificar as situações.

Em particular, há que clarificar o que é um Professor Convidado, que não poderá integrar a carreira na UAL, de um docente em Colaboração, sendo que, no Anexo 2, a Colaboração aparece ligada ao contrato e o “Convidado” a uma categoria.

Por outro lado, a categoria de Assistente tem uma natureza diferente das categorias académicas relativas à Carreira Docente e o Investigador Estagiário deveria estar na Carreira de Investigação se, na UAL, estivesse já devidamente assumida.

Daí que a repartição dos docentes por categorias seja complicada e possa não corresponder aos objetivos de uma caracterização operacional, como seria desejável.

Globalmente o número de docentes foi 224, em queda ligeira face aos 232 de 2022/2023.

De notar que os Docentes Convidados representam 20,5% do total, para além de 1 Investigador Estagiário (0,3%) e de 3 Professores Visitantes (1,3%).

É uma percentagem que não pode deixar de ser preocupante, dada a estrutura que lhe subjaz.

É que 13,8% do total de docentes são Assistentes, ou seja, dois em cada três dos Convidados têm essa “categoria”, o que, tendo em atenção as exigências formais para acreditação dos cursos é, desde logo, uma “carga negativa” que não pode ser ignorada. É que ter Professores Convidados faz sentido quando representam uma valorização da capacidade de ensino/aprendizagem na UAL, ao mesmo tempo que refletem uma saudável e desejável relação de cooperação com outras instituições, com a área empresarial e a sociedade civil. Sem embargo de nalgum caso especial dos denominados “Assistentes” essa situação não prevalece nesse grupo.

Contudo, faz sentido na lógica do que se entende por ensino/aprendizagem que haja docentes nessa condição que colaborem no ensino/aprendizagem, enquanto estudantes de Doutoramento, o que, na UAL, ainda é pouco visível.

A maior percentagem de “Assistentes” no conjunto dos docentes de cada Departamento é em Psicologia (18,5%), mas há vários outros com valores muito próximos: Ciências da Comunicação (18,1%), Direito (17,9%) e Arquitetura (16,7%). As menores percentagens verificam-se em Relações Internacionais, que não tem qualquer “Assistente”, em História (9,1%), Ciências Económicas e Empresariais (11,2%) e Engenharia e Ciências da Computação (11,8%).

Como em todos os outros dados de natureza relativa, as comparações têm de acautelar os valores absolutos ligados, por vezes, ao número de cursos e à sua dimensão em cada

departamento, para além das presenças cruzadas de docentes de um departamento a lecionar unidades curriculares noutros departamentos

No que toca ao número absoluto de docentes de cada departamento, Ciências Económicas e Empresariais apresenta 54 (23,3%) do total, Direito 39 (16,8%), Ciências da Comunicação 33 (14,2%), Psicologia 27 (11,6%), Arquitetura 24 (10,3%), História, Artes e Património 22 (9,5%), Engenharia e Ciências da Computação 17 (7,3%) e Relações Internacionais 16 (6,9%).

Como já foi referido, o número de docentes de cada departamento não pode ser isolado de outros fatores, designadamente do número de ciclos de estudos que engloba e do número de estudantes que os frequenta.

Como indicador de referência, tendo em atenção as informações do Anexo 1 – Cursos que conferem grau e do Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída, verificamos que, globalmente, o rácio de estudantes/docentes na UAL (com 3507 estudantes no conjunto de todos os ciclos de estudos) é de 15,7 estudantes por docentes, um rácio muito aceitável.

Como é de esperar, este rácio tem enormes divergências entre departamentos, devido às diferenças já assinaladas e, ainda, ao facto de, em termos operacionais, não ter em atenção as presenças de leção de docentes afetados a um departamento num curso de outro departamento.

Naturalmente, a presença do terceiro ciclo tenderá à diminuição destes rácios, dado que o número de estudantes desse ciclo ser, em princípio, menor que os do segundo e os deste menores que os do primeiro ciclo.

Isto verifica-se, de facto, em Arquitetura (5,1), História, Artes e Humanidades (6,9), Ciências da Comunicação (11,3) e, em menor grau, Relações Internacionais (15,5).

Também, sem surpresa, os cursos com maior número de estudantes, designadamente no primeiro ciclo, aparecem com rácios superiores à média, com exceção de Ciências Económicas e Empresariais que tem um rácio inferior à média (14,4) também porque tem o maior número de docentes porventura em consequência de vários cursos do primeiro

ciclo que exigem valências variadas, alguns deles, com um número de estudantes relativamente reduzido.

O caso mais relevante é o de Direito, com um rácio praticamente duplo da média global, muito em consequência do elevado número de estudantes do primeiro ciclo nos dois turnos, de um elevado número nos segundos ciclos e ainda alguns dos estudantes procurando completar o terceiro ciclo.

Claro que a natureza diferenciada das temáticas reclama ou admite tempos de contacto e de presença muito díspares, como serão os casos de Direito, de um lado, e Engenharia e Ciências da Computação (15,4) do outro.

De qualquer modo, já que refletir sobre estes dados que não serão irrelevantes para a análise das questões ligadas às situações de tempo parcial, de convite e de colaboração.

No que toca às categorias que integram regulamentarmente a carreira académica, há que evidenciar a reduzida presença de professores catedráticos, apenas 9 (4%), a que acrescem 4 como Convidados, uma queda face a 2022/2023 (6,9%).

A percentagem de Associados (22,3%) subiu ligeiramente face ao ano precedente, mas a soma de Catedráticos e Associados (26,3%) continua bem longe das exigências formais que indicativamente se apresentam como desejáveis.

Em contrapartida, o número de auxiliares (113), a que corresponde uma percentagem de 50,4%, é muito elevada e, em princípio, evidencia, a curto prazo, condições para se atingir uma maior representação do conjunto de Associados e Catedráticos.

É certo que estas percentagens se referem ao conjunto de todos os 224 docentes e que, no que toca à carreira docente, isto é, isolando os Convidados, as percentagens melhoram algo (e são essas as relevantes), passando o conjunto de Catedráticos e Associados a 33,3%, mas ainda claramente insuficiente. Em sentido contrário, o peso dos Auxiliares passa, naturalmente, para 66,9%, ou seja, no conjunto de docentes que integram a carreira docente, os Auxiliares são o dobro do conjunto Catedráticos e Associados.

Contudo, estes resultados globais não revelam a assimetria entre os diversos departamentos, nem têm ainda em conta a situação contratual dos docentes que, como é óbvio, têm relevância para todos os processos de acreditação dos vários ciclos de estudos.

No que respeita à assimetria entre os departamentos, Relações Internacionais surge destacado com 59,2% de Catedráticos e Associados, um valor que se aproxima já bem dos indicadores mais exigentes neste campo, com História, Arte e Humanidades a apresentar também uma percentagem significativa (46,4%), tal como Direito (43,1%) e, em menor grau, Psicologia (37,2%).

Todos os outros departamentos se encontram claramente abaixo da média (já fraca) da UAL, havendo nesse conjunto apenas um Professor Catedrático (em Ciências Económicas e Empresariais). Assim, a situação mais “deficitária” encontra-se em Engenharia e Ciências da Computação (7,0%), Ciências da Comunicação (23,6%), Ciências Económicas e Empresariais (25,2%) e Arquitetura (32,6%), já muito próximo da média da UAL. Tratando-se da evolução na carreira e, não menos relevantemente, das exigências de acreditação dos cursos, a situação contratual é relevante e obriga a alguma contenção na interpretação dos valores atrás indicados.

Isso conduz-nos à análise da situação contratual que o Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída mostra para o conjunto de todos os docentes da UAL, com os docentes em tempo completo e dedicação plena a representarem apenas 35,7% e os em tempo integral 21%, o que significa que, em conjunto, esse dois tipos de contrato, relevantes no campo da acreditação, somam apenas 56,7%, embora essa percentagem suba quando se isolam os Convidados, passam 71,3%, acima dos 70%, que é um indicador de referência relevante.

Como é de esperar, também se revelam grandes assimetrias entre os departamentos. Assim, globalmente, Relações Internacionais tem todo o pessoal docente concentrado em tempo completo e tempo integral. No polo oposto, e preocupantemente, Direito tem apenas 28,6% nessas condições, atingindo o tempo parcial (60%) um valor muito preocupante e muito afastado de todos os outros departamentos, com exceção de Arquitetura que também apresenta 51,9% dos docentes em tempo parcial.

Além de Direito e de Arquitetura (48,1%) também Ciências da Comunicação apresenta para o conjunto de tempo completo e tempo integral um valor inferior a 50% (46,9%), embora “só” com (37,5%) em tempo parcial, devido a 15,6% dos seus docentes estarem em regime de “colaboração”.

O nível preocupante de docentes em tempo parcial estende-se a Psicologia (44,4%) e só (55,5%) em tempo integral e completo e a Ciências Económicas e Empresariais (38%) e, portanto, (62%) em regime de tempo integral ou completo.

Em situação “confortável” deste ponto de vista estão História, Artes e Humanidades (73,7%) em tempo integral ou completo e Engenharia e Ciências da Computação (70,6%) nesses regimes.

Continuando na perspetiva do acompanhamento das condições do corpo docente face aos requisitos de acreditação e consolidação dos cursos, há que não esquecer que, para além de todas as análises feitas até este ponto, o doutoramento é condição de base, salvo raras exceções, para integração na carreira docente e, conseqüentemente, para garantir os objetivos atrás referidos.

Neste contexto, o número total de doutorados foi de 162, o que significa uma diminuição de cerca de 3,5% face ao ano letivo precedente, embora a percentagem de doutorados no total dos docentes (72,3%) tenha subido ligeiramente face a 2022/2023 (71,6%) por maior queda relativa no número total de docentes.

Como se depreenderá da análise que outros dados relativos ao corpo docente, a este valor médio está associada uma variância entre departamentos que não pode deixar de ser assinalada.

Assim, enquanto a generalidade dos departamentos tem rácios acima de 70% de doutorados, independentemente da ligação contratual à UAL, 3 deles estão abaixo desse valor, ainda assim com evidente e preocupante diferença entre Arquitetura, com apenas 44,4% dos docentes, Direito, a apresentar 65,7% e Ciências da Comunicação com 68,8%.

Do lado oposto estão Relações Internacionais (88,2%) e Ciências Económicas e Empresariais (86,0%), com os outros 3 departamentos na casa dos 70%: Engenharia e Ciências da Computação (76,5%), Psicologia (74,1%) e História, Artes e Humanidades (73,7%).

Contudo, do ponto de vista estratégico da UAL, designadamente no cumprimento das condições de acreditação dos cursos, sem esquecer o problema das capacidades e reais atividades de investigação dos docentes, nomeadamente para funcionamento dos

terceiros ciclos, importa inalienavelmente ter em atenção a relação contratual desses docentes com a UAL.

Neste contexto, a situação altera-se, no sentido negativo, quer globalmente quer interdepartamental. De facto, quando se considera essa relação contratual, a percentagem global dos docentes em tempo integral e em tempo completo cai para 63,6%, bem abaixo dos 70% e com agravamento da variação interdepartamental.

Assim, apenas 2 departamentos, com relevância para Relações Internacionais com 93,3% dos doutorados nessas condições e História, Artes e Humanidades (85,7%) estão acima dos 70%. Ciências Económicas e Empresariais (68,7%) e Engenharia e Ciências da Computação (69,3%) estão próximos desse limiar, com Psicologia algo mais afastada (65%).

As situações mais preocupantes são, claramente, Ciências da Comunicação (40,9%), Direito (43,4%) e Arquitetura (50%), tendo até em particular atenção que dois deles têm em funcionamento os três ciclos de estudo e o outro não pode deixar de prosseguir a recuperação do terceiro ciclo perdido.

Não querendo repetir o que já foi escrito a este propósito no relatório precedente, não é possível deixar de salientar que toda a descrição atrás feita tem subjacentes essas considerações, pois se levantam problemas de alguma conflitualidade entre a necessidade de ter uma maior percentagem de professores associados e catedráticos (obviamente, antes de tudo doutorados), mas também a sua “performance” real e, sobretudo no caso de um processo de promoção, também potencial no campo da produção científica.

Sem embargo de o problema da “performance” da investigação científica ser tratada noutro ponto do relatório, a experiência, particularmente neste ano letivo 2023/2024, evidencia condições para a conflitualidade atrás referida.

Na avaliação da estrutura do corpo docente de uma universidade há, com grande frequência, o efeito potencialmente negativo da endogamia por poder conduzir a um “fechamento” da universidade, sem a abrir ao exterior, num processo competitivo que possa trazer “sangue novo” ao corpo docente. Associado em geral a um espírito conservador, a ligação umbilical a uma só instituição é vista com o mérito de uma fidelização, que é vista como meritória. Claro que há razões para defender uma e outra

posição, havendo, por exemplo, situações, vividas por muitos de nós, em que essa fidelização, que é transformada em “direito de permanência” no caso do topo da carreira, tem efeitos perversos, pois permite uma certa instalação que pode contaminar o desenvolvimento da investigação.

Por outro lado, uma universidade relativamente recente, como a UAL, ainda por cima nascida com uma vocação prioritariamente pedagógica, com a investigação em posição subsidiária, que, agora, urge ultrapassar, pode dizer-se que até aqui este problema não existia, porque a quase generalidade dos doutorados não fez o seu doutoramento na UAL.

Daí, com alguma lógica, que se assemelha a uma compensação por fidelização, o atual Estatuto da Carreira Docente prevê, para os docentes da UAL, um processo de promoção individual, fora de concursos abertos ao exterior.

Esse processo tem tido aplicação que, de início, contribuiu para o desejado aumento de Professores Associados, mas que, particularmente nalguns departamentos, tem de ser aplicada com maior moderação, tendo em atenção o tal salto para a investigação que não se pode alienar.

Assim, com frequência, os docentes assim que sentem estar cumpridas as condições temporais presentes nos Estatutos que abrem a porta à promoção, tendem, naturalmente, a candidatar-se a essa promoção.

Contudo, com frequência, o Reitor que, por inerência, é presidente do júri desses concursos, tem verificado uma grande fragilidade curricular na área da investigação dos candidatos, incluindo também um comportamento de alheamento relativamente à participação nas atividades de investigação realizadas na UAL ou em que esta participa, que põe necessariamente reservas à sua capacidade e desenvolvimento de uma atividade de investigação no futuro na qualidade de Associados. E assim sendo, estará comprometida, também, a possibilidade de se atingir, com mérito, a categoria Catedrático.

Isto obriga, no entender do Reitor, a uma abertura mais cautelosa de concursos individuais para promoção a Associados, sobretudo nalguns departamentos em que esses concursos já realizados têm maior expressão, optando, preferencialmente, por robustecer o corpo docente com concursos abertos ao exterior.

As generalizações são sempre perigosas e até, frequentemente, conduzem a apreciações injustas. É o caso, ligado, no fundo, à fidelização e ao real empenho dos docentes, nas funções de gestão e de direção pedagógica e de relação com a sociedade civil, que quase os inibe de participarem em ações de investigação, que de outro modo, poderiam ter a sua participação e o seu empenho. Como é evidente, essas situações devem ser devidamente tidas em atenção, no caso das promoções internas.

Por outro lado, este processo deverá ter sempre em atenção a natureza dos cursos, designadamente dos ciclos de estudos, em cada departamento, bem como da “juventude” desses cursos, tal como não deve ignorar a necessidade do cumprimento de rácios em casos extremos de garantir as condições formais de acreditação dos cursos.

A aplicação do Estatuto da Carreira Docente da UAL, nesta área, faz sentido nos objetivos que procurava atingir e nos processos que incorporou, mas talvez ganhe em considerar uma adaptação à situação atual do corpo docente da UAL e às exigências de investigação que lhe são impostas.

1.1.2.2. Avaliação dos docentes

Como tem ficado exuberantemente salientado nos relatórios precedentes, a avaliação dos docentes é dos temas mais delicados que a Universidade tem de tratar, não só pelo conjunto de vertentes englobadas na atividade dos docentes que vão bem para além das ações pedagógicas, bem como pelo dificilmente eliminável grau de subjetividade que pode encerrar. Isto é particularmente sensível quando se olha para o objetivo da avaliação como visando sobretudo uma evolução na carreira, quiçá, em certos casos, mais genericamente, em sistemas empresariais, fixação de vencimentos e de eventuais bónus.

No caso do Reitor e do seu relatório, dadas as suas funções e obrigações estatutárias numa instituição de ensino superior privado, o que está, fundamentalmente em causa, é uma avaliação no sentido da melhoria do processo pedagógico, a mais ligada à função docente e, noutro plano, uma vez que na Universidade, salvo casos especiais, se exige uma conjugação entre docência e investigação, também nesta vertente importa criar condições para essa melhoria.

Contudo, neste ponto do relatório, o que está em causa é, sobretudo, a vertente pedagógica e tudo o que com ela, direta ou indiretamente, se relaciona.

Neste contexto, os Inquéritos Pedagógicos aos alunos, que se procura que exprimam, com transparência e objetividade possíveis, as impressões dos estudantes face ao comportamento dos seus professores, tal como as condições de funcionamento em que os docentes atuam, também pode ser instrumento de informação importante o Inquérito de Satisfação dos Docentes que se realiza habitualmente.

São esses os dois instrumentos relevantes para avaliar os docentes e o funcionamento pedagógico dos vários ciclos de estudos, não podendo o Reitor deixar de assinalar e agradecer com enorme apreço o trabalho do Gabinete da Qualidade da UAL, que tem sido incansável na sua atividade, desenvolvida com grande empenho e competência.

Há um aspeto muito importante e talvez mais sensível que é o processo de uma avaliação integral dos docentes, um processo complexo, já desenvolvido pela UAL, centrado na autoavaliação de cada docente nas diversas funções que pode desempenhar na Universidade, que se realiza de três em três anos, ano que não figura neste relatório por não ter ocorrido no ano em análise.

A primeira nota em relação aos Inquéritos Pedagógicos, na senda do que vem sendo referido nos relatórios precedentes, é o lamentável baixo nível de respostas, apesar do esforço do Gabinete da Qualidade, lamento esse que se justifica tanto mais quanto se verifica a utilidade destas, pela credibilidade e empenho evidenciado pelas respostas que são recebidas.

Elas dão “sinais” importantes para a perceção do funcionamento pedagógico e indicações no sentido de melhoria a que só falta alguma consistência estatística, que permitiria deixar de referir “sinais” (embora alguns já sejam mais do que isso, pela sua repetição e consistência), para poderem passar a ser indicações estratégicas de melhoria.

Neste campo, os relatórios do Gabinete da Qualidade são exemplares, procurando, cautelosamente, identificar todos esses “sinais”, facilitando muito a escrita deste relatório.

Ainda no sentido do preenchimento destes Inquéritos repete-se, sem que se encontre explicação cabal, o que se tem passado nos últimos anos, ou seja, a taxa de preenchimento no segundo semestre cai sensivelmente face ao primeiro semestre.

Assim, no que respeita aos primeiros ciclos, a taxa de resposta global no primeiro semestre foi de 21,75 (quase igual à de 2022/2023) e apenas de 13,8% no segundo semestre (15% no ano 2022/2023). Estes dados mostram que não houve qualquer melhoria na taxa de respostas que já em 2022/2023 tinha caído sensivelmente em relação a 2021/2022.

O Reitor reforça a necessidade de melhorar esta taxa de resposta para o que é essencial os estudantes sentirem que a sua opinião conta e que as suas observações são usadas realmente no sentido da melhoria dos processos e da modificação de comportamentos docentes, quando tal for de evidente necessidade.

Há, entretanto, que salientar que a taxa de resposta dos segundo ciclos é mais elevada (24,2% no primeiro semestre e 17,2% no segundo semestre), mas ainda bem longe do desejável, enquanto nos terceiros ciclos, dada a natureza dos cursos, da pequena dimensão e da proximidade com os docentes, taxa é francamente mais elevada (64,1% no primeiro semestre e 42,8% (!) no segundo semestre).

No que se refere à avaliação que os estudantes fazem dos docentes, globalmente, não há grandes diferenças relativamente aos anos anteriores, confirmando uma avaliação francamente positiva da “performance” pedagógica dos docentes.

Assim, em todos os itens da avaliação quer da disciplina, quer do docente, a moda é sempre 5 e as médias andam, habitualmente, ente 4 e 4,5.

Outro dado curioso e que se vem mantendo ao longo do tempo é que os estudantes se autoavaliam com classificações inferiores às que atribuem aos docentes. Assim, a moda deixa de, na maioria dos casos, ser 5, para ser 4. Esta classificação é atribuída ao nível da “preparação anterior para acompanhar os conteúdos da UC sem dificuldades”, a preparação e nível da consulta bibliográfica fora das sessões de contacto e à gestão do tempo de estudo durante o semestre, bem como e não menos relevantemente, à apreciação global do seu desempenho na UC,

Curiosamente, a moda de 5 aparece na atitude positiva, quer na atenção e participação nas sessões de contacto, no cumprimento dos horários e prazos para as sessões de contacto e momentos de avaliação de conhecimentos e no reconhecimento de que adquiriram conhecimento úteis para o seu percurso académico e/ou profissional.

Estes resultados suscitam uma preocupação face à evolução previsível do processo ensino/aprendizagem, fundamentalmente centrado nos estudantes. E o que os dados parecem revelar é que no ponto em que os estudantes estão “tutelados” pelas exigências específicas dos tempos de contacto e presença de docentes há uma resposta mais positiva do que na parte que, crescentemente, compete aos estudantes no seu desenvolvimento académico.

Também na comparação entre a avaliação dos docentes e da autoavaliação embora as médias dos vários itens não estejam tão afastadas dos estudantes antes muito mais em torno de 4, caindo mesmo ligeiramente abaixo desse valor na questão da gestão do tempo de estudo.

Esta situação é clara nos dois semestres da licenciatura, mas há uma situação diferente no caso dos mestrados em que a autoavaliação dos estudantes aparece com uma moda de 5 em todas as variáveis e a média não perde em comparação com a atribuída aos docentes. Curiosamente, nos mestrados as médias relativamente mais baixas, em ambas as avaliações, têm em comum a ligação à preparação dos tempos de contacto. Assim, os estudantes continuam a considerar como ponto fraco a gestão do tempo fora das horas de contacto, consideram também como menos bom, em termos relativos, no caso dos docentes, o cuidado na preparação das sessões de contacto.

A comparação da aplicação do mesmo tipo de inquérito aos 3 ciclos de estudo parece, contudo, revelar-se algo desadequada, dada a estrutura desses ciclos serem claramente diferenciadas. De facto, enquanto parece bastante bem-adaptado aos primeiros ciclos, a sua extensão ao segundo ciclo já é mais problemática, já que o segundo ciclo é constituído obrigatoriamente por um curso, como a licenciatura, mas a que acresce, com a mesma relevância, uma dissertação, um relatório de estágio ou algo equivalente. Para além das exigências pedagógicas das UC dos cursos serem diferenciadas, o inquérito deixa de avaliar

uma parte relevante da estrutura do curso. Se é assim nos segundos ciclos, o caso ainda é mais flagrante nos terceiros ciclos que até podem não incorporar qualquer curso.

E mesmo quando o curso existe, tem um formato bem diferente, emergindo o Seminário como meio mais comum de o estruturar e isso, só por si, já implicaria um conjunto de itens com alguma diferenciação face aos apresentados para a licenciatura. Contudo, o essencial dos terceiros ciclos é o processo de construção da tese, sendo aí curial o método de orientação que não é, de todo, avaliado. É certo que o inquérito com igual estrutura em todos os ciclos, emula radicalmente o que tem sido seguido nos questionários que figuram nos processos de avaliação e de acreditação dos cursos por parte da A3ES, o que é absolutamente inaceitável no caso dos terceiros ciclos, em que importa avaliar as condições de orientação dos estudantes e as características do ambiente que envolve esse processo, designadamente a existência de um razoável ambiente de investigação em que o estudante de doutoramento deve estar imerso.

Ora nada disto é avaliado, nem nos inquéritos da UAL nem, até ao momento, nos processos da A3ES.

A questão do segundo ciclo é intermédia quer pela presença essencial do curso, quer porque o nível e a natureza do acompanhamento de uma dissertação, cujo conteúdo de inovação é relativamente reduzido, nada tem a ver com o esforço e intensidade de investigação que a construção de uma verdadeira tese exige.

Mesmo assim, será conveniente que também o inquérito relativo aos segundos ciclos seja revisto, tendo em atenção as características que estão assinaladas.

Neste contexto, faz sentido que a análise dos mais pormenorizados inquéritos se foque mais intensamente nas licenciaturas, sem deixar de se assinalar, se for caso disso, alguns aspetos relevantes dos outros dois ciclos, começando por uma análise global dos itens relacionados com a avaliação dos docentes e respetivas unidades curriculares.

Em termos gerais, globalmente, quer as médias quer as modas de avaliação dos vários itens relativos aos docentes e às unidades curriculares não tem variação sensível entre os dois semestres de 2023/2024.

Assim, no que toca aos docentes, em termos relativos, os aspetos mais positivos, muito na continuação do padrão já registado em 2022/2023, tem a ver com o bom domínio das matérias lecionadas e com o cumprimento dos horários e prazos que integram o processo de avaliação.

Em sentido contrário, aparecem como menos positivos, em primeiro lugar, a clareza de exposição das matérias, logo seguido da promoção de um ambiente propício à aprendizagem e à discussão aberta e imparcial dos conteúdos, consistentemente, aliás, com outra indicação também relativamente menos positiva referente à promoção do debate de ideias e inter-relação no contexto das sessões de contacto. Para além de, como já foi assinalado, alguma menos boa preparação prévia das sessões de contacto.

Estes resultados são, aliás, consistentes com a apreciação das unidades curriculares e aparece como menos positivo a adequação da metodologia de avaliação, que, no entanto, é relativamente mais valorizada ao ser referido que, de qualquer modo, essa metodologia foi cumprida. Também a bibliografia disponibilizada é relativamente menos bem avaliada, tal como a relevância de alguns conteúdos programáticos.

O que de comum ressalta na avaliação da unidades curriculares e dos docentes é a sua apreciação global em ambos os casos com média relativamente baixa no contexto geral das classificações atribuídas (ambas em torno de “4”), o que pode revelar o peso que a clareza da exposição dos docentes, a relevância dos conteúdos, a promoção do debate e o estímulo à interação, tal como uma metodologia de avaliação têm na opinião dos estudantes, sendo, por isso, estas as áreas mais sensíveis para promoção de ações de melhoria.

Perante esta análise mais geral que tem de ser a preocupação mais relevante para um Reitor, importa também verificar o que se passa nos vários cursos de licenciatura para salientar apenas, como indicação aos respetivos Diretores de Departamento, a quem compete avaliar mais especificamente o que se passa em cada curso, em óbvia sintonia com os seus Coordenadores, em ordem a propor soluções de melhoria e propor alterações pedagógicas, designadamente no campo da afetação das unidades curriculares aos docentes, quando haja claros desequilíbrios.

É neste sentido que este relatório se propõe evidenciar alguns desses problemas, abrindo caminho a uma próxima atuação dos responsáveis pelos cursos.

Assim, perante as médias e modas que foram indicadas, parece não se descabido uma maior preocupação por sinalizações mais negativas, com modas de 1 e 2, sem esquecer que o “3” não é, ele mesmo, um bom sinal de apreciação favorável.

Não é demais, no entanto, voltar a insistir no cuidado com a interpretação dos dados disponíveis. É que, ao adicionarmos os vários “1” e “2” estamos, muito provavelmente, a violar a muito ignorada característica essencial da homogeneidade da adição, ou seja, só posso adicionar parcelas com a mesma propriedade que as define.

Ora o nível de significância das valorizações disponibilizadas varia muito entre os diversos cursos e, mesmo dentro de cada um deles, entre as unidades curriculares, já que as taxas de respostas obtidas são também muito diferentes, com intervalos de variação enormes, mesmo entre cursos do mesmo departamento e com taxas de resposta que, frequentemente, vão mesmo abaixo de 10%, em particular, na avaliação individual dos docentes e das unidades curriculares.

Há mesmo casos em que há apenas uma ou duas respostas ao inquérito, o que, obviamente, invalida qualquer conclusão minimamente fundada. Quanto muito, sobretudo se negativas, constituirão alguns sinais a que se deve estar atento para eventuais correções do ponto de vista pedagógico.

É nesse contexto que, agora, se apresentam algumas informações resultantes de uma análise aprofundada dos inquéritos, centrando-nos particularmente nos primeiros ciclos, isolados do Mestrado Integrado em Arquitetura que, aliás, tem uma tão baixa taxa de resposta, que será alvo apenas de uma ou outra reflexão que os dados suscitam.

A preocupação central dessa análise foi avaliar, no contexto global de uma avaliação, do mérito dos docentes francamente positivo, como já foi referido, se há situações que, tendo esse referencial global, se desviem claramente desse resultado.

Com a preocupação de buscar, para o futuro, melhorias pedagógicas de várias naturezas, com especial atenção à afetação dos docentes às unidades curriculares e aos métodos de lecionação, avaliação e, sobretudo, comunicação.

As informações não identificarão nem os cursos, nem os docentes, sendo vistas num enquadramento global da UAL como compete ao Reitor, deixando aos Diretores de Departamento, aos Coordenadores de Curso e ao Conselho Pedagógico e aos Conselhos Escolares a avaliação específica das situações identificadas.

O critério usado foi, como já foi também referido, identificar valorizações de “1” e “2” quer nos itens referentes aos docentes, quer às unidades curriculares, pois, independentemente da reconhecida subjetividade e eventuais enviesamentos emocionais ou de julgamento por parte dos estudantes, são, face aos resultados globais, sinais de algo que não está a correr bem.

A preocupação de incorporar na avaliação dos docentes a das unidades curriculares é expressão de que, frequentemente, é difícil separar a avaliação do docente do conteúdo e do modo de funcionamento da unidade curricular respetiva, do ponto de vista do estudante. De facto, uma avaliação dos resultados disponíveis mostra uma correlação significativa entre as duas avaliações, sem embargo de haver situações bastante divergentes. E estas, no que concerne às tais baixas avaliações negativas, ocorrem em situações, e são várias, em que o docente com um conjunto de avaliações negativas numa dada unidade curricular não correspondem avaliações negativas do funcionamento dessa unidade, parecendo, neste caso, que o ónus do relativo fracasso da avaliação cai sobre o docente e não sobre a natureza e o modo de funcionamento da unidade curricular.

Curiosamente, sem embargo de haver nalguns itens de avaliação de unidades curriculares com valorizações negativas avulsas a que não corresponde qualquer valorização negativa dos docentes, praticamente não existe qualquer avaliação de unidade curricular com um número significativo de avaliações negativas a que corresponda um docente sem avaliações negativas significativas.

Como primeiro critério de identificação de docentes com avaliações negativas, foi usado o critério de haver, pelo menos, 2 itens com avaliação de “1”, tendo encontrado, mais de 30 docentes com esse tipo de avaliação, embora identificando situações algo contraditórias nalguns deles. De facto, em cerca de 20% desses docentes verificámos avaliações absolutamente contraditórias do docente numa dada unidade curricular entre o turno pós-laboral e o diurno, particularmente em dois departamentos de áreas bem diferentes, em

que, num deles, o docente é avaliado muito positivamente no diurno e no outro, embora menos claramente que no primeiro, se verifica situação contrária.

É uma situação que deve ser encarada com atenção e que poderá ter origem na diferente visão cultural dos estudantes dos dois turnos ou nas respetivas competências digitais. É apenas uma hipótese que fica em aberto para eventuais buscas de melhoria e adaptação.

De notar ainda que os mais de 30 docentes que tiveram essa avaliação se repartem heterogeneamente entre os diversos cursos, havendo dois cursos em que essas situações são quase inexistentes. Quando existem, têm tal singularidade que justificam uma atenção muito particular.

Em termos globais, o número de “1” atribuídos no total dos itens relativos à avaliação dos docentes foi de cerca de 5 por mil do número total de valorizações atribuídas, enquanto o número “1” atribuído aos itens das unidades curriculares foi cerca de 3,3‰, portanto algo inferior à percentagem para o caso dos docentes, em consonância com as considerações já atrás feitas acerca da ligação docente/unidade curricular.

É evidente que os 5 por mil no caso da avaliação dos docentes é sinal de que as suas classificações são exceção no universo dos docentes da UAL.

Contudo, é bom não esquecer, por um lado, a evolução temporal e, por outro, que os valores globais podem esconder situações particulares que não convém esquecer, até porque, de algum modo, contaminam a imagem da capacidade pedagógica da UAL.

Neste contexto, o primeiro dado negativo é a evolução deste indicador relativamente a 2022/2023. Nesse ano as percentagens de “1” atribuídas aos docentes foi menor que 1,5 por mil, o que significa, em termos relativos, que esta percentagem aumentou mais que o triplo em 2023/2024, um dado que é preciso não ignorar.

Por outro lado, este valor global esconde uma grande heterogeneidade entre cursos e departamentos, com três departamentos com menos de 14% do total de “1” e dois deles com mais de 50% de todos os “1” atribuídos.

Acresce que, como é de esperar, esses “1” não se repartem homogeneamente pelos docentes de cada departamento, concentrando-se esse “1” em pouco docentes em cada

departamento, sendo ainda mais preocupante que, nalguns casos, os docentes têm essa valorização em todas as disciplinas que lecionam.

É certo que são poucos os casos em que tal acontece, razão suficiente para serem abordados com prioridade.

Quando aos “1” se acrescenta a valorização de “2”, verificamos que, tal como no ano 2022/2023, o número de “2” é inferior aos de “1”, tendo, mesmo assim, atingido 3,8 por mil do total de itens avaliados nos docentes e 2,9 por mil nas unidades curriculares.

Isto leva a que o conjunto de classificações negativas atingiu, globalmente, cerca de 7 por mil nos docentes e 6 por mil nas unidades curriculares.

Adicionalmente, é interessante notar que também nas unidades curriculares existe concentração e não homogeneidade. Assim, no que toca à valorização de “1”, a mais significativa afinal, 64%, ou seja, cerca de dois terços estão atribuídas apenas a 18 unidades curriculares de todas as licenciaturas. Outro sinal que não deve ser ignorado.

Continuando na perspetiva de identificar pontos fracos que urge procurar eliminar, e tendo em atenção que se tem salientado, ano a ano, que um dos itens mais valorizados é o nível de conhecimentos dos docentes, verifica-se que apenas pouco mais de uma dezena tem classificações inferiores a 3 nesse item, o que, sem ser preocupante em si mesmo, é um sinal que não pode ser ignorado, até porque, na generalidade desses casos, essas classificações ocorrem em outros itens.

Concentrando a atenção nos diversos itens em avaliação, há um deles, quer no caso dos docentes, quer na avaliação das unidades curriculares, que tem uma característica especial, de algum modo integradora de todos os outros itens. Trata-se da denominada “Apreciação global do docente” (da disciplina no caso das unidades curriculares).

Valorizações menores que “3” significam uma apreciação negativa e, nesse caso, globalmente não há, em termos de números, diferença significativa entre docentes e unidades curriculares, já que se contam cerca de 40 docentes com essas classificações e um pouco menos nas unidades curriculares.

No caso dos docentes, este número parece dar uma ideia de uma situação mais gravosa do que aquela que os dados anteriores e a apreciação global inicialmente feita indicam. No

entanto, há que referir que o docente que, habitualmente, leciona várias unidades curriculares, fica identificado entre os “40” atrás referidos se numa delas tiver essa classificação, independentemente do que tem nas outras, ou até noutros turnos de lecionação. Basta ter em atenção o que se referiu para vários casos completamente antagónicos do mesmo docente, na mesma unidade curricular em turno de lecionação diferentes, o que, obviamente, implica cautela na consideração dessas situações.

Há, por outro lado, alguns casos, embora não muitos, que merecem uma reflexão: o estudante classifica todos os outros itens positivamente e acaba por atribuir uma classificação negativa na apreciação global. Qual o significado? Inconsistência na avaliação ou consideração, por parte dos estudantes, de outras características ou comportamentos que não são avaliados no formato do inquérito?

Finalmente, ainda no campo da preocupação com as indicações menos positivas, o maior número de valorizações negativas vai para o item “as sessões de contacto são metodologicamente adequadas”, no caso das unidades curriculares e “o docente expõe a matéria com clareza”, seguido, de perto, por “o docente promove um contexto de aula propício à aprendizagem, suscitando o interesse pelos conteúdos e promovendo a discussão respeitosa e imparcial dos mesmos”.

Estes dados revelam que, na avaliação do docente importam mais as capacidades pedagógicas, quer de comunicação, quer de interação, enquanto na unidade curricular a metodologia de avaliação é a mais sensível.

Estes sinais globais mais negativos não podem, é claro, esconder a avaliação muito positiva dos docentes nas licenciaturas da UAL, mas numa inalienável procura de melhoria, não podem ser ignorados, sobretudo quando concentrados em poucos docentes, poucas unidades curriculares e um ou outro curso ou departamento.

Importa, por isso, retomar a avaliação genericamente muito positiva, que, aliás, não apresenta nas “modas” e, em menor grau, nas “médias” dos diversos cursos grandes assimetrias entre elas.

Do ponto de vista da avaliação dos docentes, as modas de todos os itens são quase sempre 5, com exceção de um curso do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais que,

quer no primeiro semestre, quer no segundo semestre, têm diferenças face ao conjunto das licenciaturas, apresentando como moda da avaliação do docente “4” no primeiro semestre no ponto de apreciação do cuidado de preparação das sessões de contacto, designadamente na conceção do material pedagógico, e ainda, na clareza de comunicação do docente, desaparecendo estas avaliações no segundo semestre, sendo o “4” atribuído na avaliação global do docente.

Contudo, neste curso a maior diferença cai, claramente, na avaliação das unidades curriculares, já que, no primeiro semestre, a moda “4” é atribuída à relevância dos conteúdos programáticos e, como era esperado, à adequação da metodologia e à avaliação global da disciplina. No segundo semestre a avaliação agrava-se com todos os itens com moda “4” e médias todas ligeiramente abaixo de “4”.

É também noutra curso deste departamento que aparece uma valorização de “4” no segundo semestre num item relativo aos docentes, relativo à promoção do debate de ideias durante as sessões de contacto.

Embora, na generalidade, as médias sejam superiores a “4”, há alguma variabilidade entre os cursos salientando quedas abaixo de “4” nalguns cursos, em particular os que têm baixas taxas de resposta ou baixo número de respostas, conferindo, por isso, grande volatilidade às médias, retirando-lhes significado estatístico adequado.

De qualquer modo, e em particular no que respeita à avaliação dos docentes, as médias apresentam, em geral, picos no que toca ao nível de conhecimento dos docentes e ao seu cumprimento dos prazos e horários das sessões de contacto e das avaliações de conhecimentos, confirmando todos os sinais já indicados “covas” (valores mais baixos) na clareza de exposição do docente e na promoção de um contexto propício à aprendizagem dos conteúdos e sua discussão.

Uma palavra ainda para o Mestrado Integrado de Arquitetura que tem características híbridas de licenciatura e mestrado, para referir que a baixa representatividade das respostas, em particular no segundo semestre, não permite mais do que uns breves e inseguros apontamentos, não podendo deixar de manifestar alguma preocupação por

algumas valorizações muito baixas atribuídas pelos poucos estudantes que responderam, a alguns docentes do curso.

É uma nota que não procura tirar conclusões de dados insuficientes, mas que apela, a um tempo, a um empenhamento maior dos estudantes e da direção do departamento no preenchimento dos inquéritos e a, de qualquer modo, investigar os casos avulsos que são apontados.

Uma nota final para algo que, sem ser irrelevante do ponto de vista das condições operacionais de funcionamento dos cursos, sobrecarrega demasiado os inquéritos, pela repetição que implica. Trata-se do ponto relativo à avaliação das infraestruturas e serviços de apoio ao ensino que aparecem em todas as avaliações e que deve constituir uma avaliação separada. De qualquer modo, salientar que, nas licenciaturas, em termos gerais, a avaliação dos vários itens é francamente positiva com “5” como moda e média em, torno de “4”, com exceção do item “O mobiliário da sala é adequado e confortável” que, mantendo o “5” como moda, apresenta uma média em torno de 3,5, o que reflete as diferentes avaliações dos estudantes dos vários cursos ou, mais provavelmente, salas com características díspares, sentidas como negativas pelos estudantes.

Uma das informações potencialmente relevantes e capaz de lançar maior luz sobre os dados quantitativos apresentados a propósito dos Inquéritos aos Estudantes são os Comentários Livres que, opcionalmente, os estudantes podem apresentar.

A primeira nota que convém evidenciar e repensar alternativas à apresentação dos comentários é que, na versão atual, esses comentários são apresentados por unidades curriculares e não por docente nem por turno de ensino. Como consequência, será em muitas situações, difícil identificar qual o docente em causa e, mesmo no caso da unidade curricular se é do turno diurno ou do pós-laboral.

Com frequência se referem 2 ou mais docentes por unidade curricular, que têm observações muito díspares por parte dos estudantes, sem que fique claro se se trata de docentes que lecionam em turnos diferentes ou se são docentes que repartem a lecionação num dado turno.

E se é verdade, como se tem consistentemente afirmado, que a avaliação dos docentes é muito positiva na generalidade, os comentários confirmam que há casos que os estudantes consideram como de má prática pedagógica, em termos muito duros, raros, mas não inexistentes, no que toca ao domínio dos conteúdos, mas já mais presente no que diz respeito à falta de capacidade de comunicar, não menos relevantemente, à falta de diálogo e criação de um clima de discussão crítica nos tempos de contacto.

A monotonia discursiva de alguns docentes e a mera leitura de power-points são também matéria repetida de críticas.

É grande a diferença entre a extensão dos comentários por disciplinas, sendo muitos deles constituídos apenas por um claro, por vezes mesmo enfático, elogio ao ou aos docentes, quando há mais do que um em causa na unidade curricular.

Curiosamente, é muito rara essa contenção de escrita quando o estudante considera que há problemas com o docente, mesmo quando o comentário contém expressões duras, mas que nunca ultrapassam o que se exige em termos de respeito pelo docente. De facto, em muitos desses casos, o comentário é mais extenso, invocando os argumentos para a avaliação feita que, frequentemente, não se separa daquilo que consideram não aceitável na unidade curricular. Neste caso, estão em causa, como era de esperar, temas de avaliação, a maioria dos quais, na metodologia usada, no cumprimento dessa metodologia, na desagregação do currículo ao curso ou ao estágio do curso em que se encontram, ou até no desinteresse dessa disciplina no contexto do curso.

Outros comentários negativos no caso das unidades curriculares estendem-se ao que consideram programas demasiado extensos ou desadequados aos conhecimentos prévios para enfrentar os desafios dessa unidade curricular.

Ainda, no que toca aos docentes, apesar de não serem muitos os casos, há referência à sua arrogância, às vezes ao que consideram desrespeito e, no limite, ofensas ao nível intelectual dos estudantes.

Pela sua raridade, não se podem ignorar casos em que os estudantes referem atrasos frequentes dos docentes e, mais gravemente, um número significativo de faltas sem sequer aviso prévio.

Os comentários mais difíceis de discernir são os que são contraditórios na avaliação do docente e da unidade curricular e que são em número não irrelevante.

A grandes elogios ao docente de algumas opiniões, opõem-se comentários de grande desagrado e desaprovação ao docente, o que pode ter interpretações diversificadas. Para além das naturais diferenças de opinião dos estudantes, que numa avaliação global do docente são irrelevantes, quando são claramente minoritárias e que não estão a ser consideradas, no âmbito do que considero avaliações contraditórias, podem estar em causa dois docentes diferentes que partilham a lecionação de uma unidade curricular ou que lecionam a mesma unidade curricular em turnos diferentes. Ora, em muitos casos, a informação não é suficiente para que o Reitor possa tirar qualquer conclusão. Contudo, algumas indicações gerais saem da leitura dos comentários dessas situações. É o caso, não infrequente, de partilha de lecionação por 2 (e até 3 em poucos casos) docentes da mesma disciplina no mesmo turno. Uma das queixas dos estudantes nesses casos é a descoordenação dos docentes quer no modo de lecionação, quer mesmo no cumprimento do programa da disciplina, levando a repetições de conteúdos ou, o que é pior, ao não tratamento de alguns deles.

Há casos flagrantes e até repetitivos em disciplinas partilhadas pelos mesmos docentes em que os estudantes põem claramente em causa um deles, clamando por que a unidade curricular seja lecionada por um deles, identificando-o. O mais relevante é que raramente estão em causa o nível de conhecimentos dos docentes, mas o modo como eles se relacionam com os estudantes nas várias vertentes pedagógicas, desde a capacidade de diálogo e à disponibilidade, até ao modo como aplicam a metodologia de avaliação, sendo particularmente sensíveis àquilo que consideram ser parcialidade ou preferência específicas.

Estes comentários gerais que resultam da leitura das 283 páginas de comentários que foram cuidadosamente recolhidos pelo Gabinete da Qualidade, a quem o Reitor muito agradece, relativa ao conjunto das licenciaturas da UAL (160 no primeiro semestre e 123 no segundo semestre), com natural diversificação de taxas de resposta, dado o número diferente de licenciaturas em cada departamento e, sobretudo, o número de estudantes em cada um deles.

Mas estas diferenças estão longe de justificar as diferenças existentes entre os vários departamentos. Assim, Psicologia com apenas uma licenciatura, e sendo o terceiro departamento em número de alunos, com grande proximidade aos de Ciências da Comunicação, teve o maior número de comentários dos estudantes nos 2 semestres (32,5% do total no primeiro semestre e 29,3% no segundo semestre), seguido de Direito, claramente com o maior número de estudantes numa só licenciatura, com 20,6% no primeiro semestre, subindo para 25,8% (em termos relativos, que não absolutos), sendo Ciências da Comunicação o terceiro (quarto em número de estudantes) com 16,3% no primeiro semestre e uma queda abrupta para 10,6%, ainda mais acentuada em termos absolutos.

Isto significa uma grande concentração (69,4%, em 3 departamentos com um só curso) no primeiro semestre e queda ligeira para 65,7% no segundo semestre, em 3 licenciaturas, das 11 atuais lecionadas na UAL.

Neste sentido vai uma nota negativa para os que têm mais do que um curso: Ciências Económicas e Empresariais e Engenharia e Ciências da Computação, ambos com 3 cursos, em especial o primeiro por ser o segundo em número de estudantes, enquanto o segundo tem, claramente, um menor número, apesar das muitas unidades curriculares.

Assim, Ciências Económicas e Empresariais apenas teve 13,1% dos comentários no primeiro semestre, subindo, em contraciclo com a generalidade, em termos absolutos no segundo (de 21 para 26 páginas) e, conseqüentemente, para 21,1% no segundo semestre.

Deve notar-se que a opção por utilizar como indicador o número de páginas e não o número de comentários decorre de duas circunstâncias: o número de disciplinas é diferente, tal como é a extensão de cada comentário, sem ser claro quantos estudantes fizeram comentários. Em contrapartida, o número de páginas permite identificar as unidades curriculares em que há maior participação de comentários e/ou maior explicação das razões que subjazem a esses comentários.

Neste contexto, vale a pena referir que há cursos em que algumas (poucas) unidades curriculares ocupam uma parte significativa dos comentários, repartindo-se mesmo por 2,

3 ou mais páginas, que resultam quer de maior número de respostas, quer, e não é o caso menos frequente, de alguns extensos “discursos” por parte de alguns estudantes.

Estas notas gerais devem ser, a nível de cada curso e do departamento, pelos respetivos diretores e coordenadores que, com maior proximidade e conhecimento de causa, poderão avaliar o que tem verdadeiro significado e é expressão razoavelmente segura de situações a corrigir, quer a nível dos docentes, quer das unidades curriculares (ou de ambos), tanto mais que o Reitor já verificou que há situações que se repetem ao longo do tempo, sem que se verifique qualquer alteração sensível.

Talvez seja isto que leve um dos estudantes a escrever no seu comentário: “Já deu para perceber que nada do que escrevo na avaliação por aqui é tido em consideração”.

Sem ser visível que as respostas dos estudantes aos inquéritos têm consequências, torna-se difícil incentivá-los ao seu preenchimento com vista à obtenção de uma taxa de respostas que permita alguma significância estatística, fugindo à casuística.

Uma nota final para os outros ciclos de estudos, em particular para o Mestrado Integrado de Arquitetura, pelo seu caráter híbrido. As respostas ao questionário foram poucas, com três páginas no primeiro semestre e duas no segundo semestre, fundamentalmente para lamentar sobre algumas situações nas salas de aula e para elogiar alguns docentes e unidades curriculares, com duas exceções feitas de um modo muito afirmativo. Também foi clara a insatisfação com o processo de desenvolvimento da dissertação, o que também foi referido pelas poucas opiniões dadas nos outros mestrados, referindo também a desadaptação do inquérito à natureza do ciclo de estudos.

Esta foi, afinal e de um modo ainda mais enfático, referido pelas poucas observações dos doutoramentos que consideraram sem sentido os termos do inquérito, claramente desadequados da natureza do terceiro ciclos, centrado, fundamentalmente, na construção de uma tese original.

1.1.2.3. Atividades de investigação e outras não docentes

Este ponto de caracterização do corpo docente, cuja informação de base consta do Anexo 3 - Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações, não podia

deixar de considerar esta atividade dos docentes, aliás em consonância com o Método de Avaliação dos Docentes em vigor na UAL, que exige, designadamente aos docentes de carreira, para além das atividades letiva, também atividades de investigação, gestão académica e de relação com a Sociedade em geral, sendo relevantes aquelas que se exercem a partir da Universidade.

A recolha da informação capaz de cobrir todas estas atividades torna-se complicada e com muitos tipos de dados.

O Anexo 3, tal como figurava nos relatórios precedentes, procurava quase exaustivamente, abordar todos estes pontos, sem embargo de se reconhecer que não há nenhum ponto que cubra todas as atividades de relação com a Sociedade.

Por outro lado, o peso cada vez maior de exigência da Investigação na avaliação das universidades impõe, especificamente, uma atenção particular às Atividades Científicas e de Investigação, do ponto de vista institucional, para além das atividades singularizadas dos seus docentes.

Neste contexto, e porque se impõe uma avaliação integrada da Investigação na UAL, neste relatório subdividiu-se o Anexo 3 em duas partes, isolando os “Projetos de Investigação” com participações referidas pelos docentes, já que esses projetos, em geral, estão ligados ao funcionamento de unidades de investigação, devendo ser avaliados integradamente e não como algo que está exclusivamente ligado à atividade de cada docente isoladamente. Ao optar por esta via, deixamos ainda alguma “interferência” na avaliação em causa ao manter em separado os projetos de investigação da UAL que estão referidos em conjunto com a participação nos cursos da Autónoma Academy” mesmo modo, e como reiterada ente se tem referido nos relatórios precedentes, mantem-se ainda a referência a júris de a par dos júris de doutoramento, conquanto o Reitor considera que orientações, participações ativas na construção das teses de doutoramento e nos respetivos júris são parte integrante da atividade de investigação, o que não acontece integralmente com os metrados. Em defesa desta posição, está a natureza diferenciada dos dois ciclos de estudo – o mestrado é constituído por um curso, como base fundamental, enquanto o doutoramento tem por base a construção de uma tese inovadora, podendo mesmo não haver qualquer curso. Isto significa que o mestrado tem na parte pedagógica a sua principal

vertente, enquanto no doutoramento a parte de investigação é claramente maioritária, quando não mesmo exclusiva. É isto que, por certo, tem levado a um crescimento claríssimo de Escolas Doutorais por toda a Europa, descolando do mestrado que, de algum modo, aparece mais ligado ao primeiro ciclo. Aliás, em várias áreas profissionais, o mestrado (ou o mestrado integrado que, por isso mesmo, parece estar em crescendo) é condição necessária ao acesso a certas profissões.

No nosso caso, a manutenção da presença de mestrados justifica-se pela existência do Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos (GAMD) cujo apoio aos departamentos com mestrado e ao Reitor no caso dos doutoramentos tem sido de inestimável valor. O Reitor não quer deixar de manifestar o seu apreço por esse apoio, na ultrapassagem de dificuldades inesperadas de vária natureza, regulamentar ou de comportamento. Por isso mesmo, o Reitor quer deixar bem expresso um agradecimento a todo o Gabinete, não podendo esquecer todo o apoio e partilha com o Professor Doutor José Amado Mendes, ao longo dos vários anos.

Entrando, agora, no tema específico deste ponto do relatório, salientando, como primeiro dado, a continuidade da relativamente baixa taxa de resposta por parte dos docentes, já que só 52,7% do total dos docentes contribuíram para esse anexo, valor em linha com os dois últimos anos. Tendo em atenção a história do Ensino Superior Privado, fundamentalmente centrado no Ensino e a natural gradualidade de evolução para a necessidade de integração da investigação, tema que será recuperado no ponto relativo às Atividades Científicas e de Investigação, que é bem visível na estrutura já apresentada da ligação dos docentes à UAL, designadamente o peso ainda significativo de docentes em tempo parcial, a avaliação desta taxa poderia ser menos “negativa”, mas o Reitor entende que não deve “adocicar” essa avaliação, designadamente tendo em atenção três aspetos:

- i) A taxa de resposta não subiu claramente nos últimos anos;
- ii) Há uma grande assimetria de taxas ente os diversos departamentos;
- iii) Há uma significativa concentração de atividades num relativamente reduzido número de docentes.

Já tendo assinalado o que se passa com a evolução da taxa de resposta, há que explicitar a assimetria entre as taxas de resposta. Assim, a taxa de resposta varia entre 25,9%

(Arquitetura) e 80% (Direito). Taxas inferiores à média aparecem ainda em Ciências da Comunicação (34,4%), Engenharia e Ciências da Computação (47,1%), História (47,4%) e, ainda que ligeiramente, Ciências Económicas e Empresariais (50%). Acima estão apenas Relações Internacionais (64,7%) e Psicologia (76,4%).

É evidente que este grande intervalo de variação tem certas explicações “estruturais”, em particular o número de mestrados e doutoramentos em cada departamento, bem como a data da sua criação e a existência de unidades de investigação na UAL ou de integração dos seus docentes em unidades em outras instituições exteriores à UAL. Por outro lado, no caso de mestrados e doutoramentos, são naturais assimetrias que resultam, naturalmente, do número de estudantes que frequentam os diferentes ciclos de estudos. No caso das licenciaturas, esta diferença tem particular efeito em eventuais assimetrias ligadas à participação em atividades de gestão, designadamente na coordenação de cursos.

Centrando, agora, a atenção na assimetria entre as publicações, em sentido lato, apresentadas pelos docentes que responderam ao questionário que está subjacente aos dados apresentados no Anexo 3, há um dado interessante, salvaguardadas as condições de interpretação já atrás assinaladas, as participações dos docentes dos diversos departamentos, comparadas com o número de docentes dos respetivos departamentos.

Nesse contexto, o quociente entre ambos, sendo a referência de publicações o numerador, é inferior a 1 em 4 departamentos (Arquitetura (0,25), Engenharia e Ciências da Computação (0,35), Ciências Económicas e empresariais (0,76) e Ciências da Comunicação (0,87), com os outros 4 com quocientes superiores a 1, com maior evidência para Relações Internacionais (1,86), seguido de História, Arte e Humanidades (1,66), Psicologia (1,34) e Direito (1,33). Como é evidente, as diferenças são tão grandes que dificilmente poderão ser explicadas apenas pelas tais variações naturais.

Globalmente, e independentemente da natureza dessas publicações que, aliás, não é questão menor, foram apresentadas 420 publicações, ou seja, uma média de 1,69 publicações por docente e 3,20 por cada docente que respondeu ao questionário.

Centrando a atenção no conjunto dos docentes que responderam ao inquérito, também se verifica uma acentuada diferença destes rácios por departamento. Efetivamente, o maior

valor é observado em História, Artes e Humanidades (5,9), bem acima da média e o menor claramente é Engenharia e Ciências da Computação (1,25), seguido de perto por Arquitetura (1,57), bem como Ciências Económicas e Empresariais (2,86) e Direito (2,79). Psicologia está na média (3,2), enquanto Relações Internacionais (4,82) e Ciências Comunicação (4,27) estão bem acima da média.

A comparação destes rácios com os quocientes do número de publicações por departamento apresenta diferenças, a maior das quais em Ciências da Comunicação, que é um primeiro indício de concentração, designadamente interdepartamentos.

Como foi referido, é relevante distinguir o tipo de publicações e dentro delas as que, ainda com certo nível de agregação, são artigos publicados em revistas indexadas ou com referee. Estas são 133 (35,2%) do total de publicações, referidas por 43 docentes (36,4% do total que respondeu ao questionário).

Entrando num maior nível de exigência de indexação das revistas em que os artigos foram publicados, identificam-se 87 (65,4% dos artigos indexados ou com referee) na SCOPUS ou na Web of Science.

Comparando estes últimos dados com os do ano precedente, verifica-se uma subida de 19,2%, continuando a tendência já verificada no ano precedente (aumento de 20%). Em contrapartida, decresceu acentuadamente o número de docentes ligados a essas publicações (30), caindo 19%, em contraste com o que aconteceu no ano letivo precedente em que tinha havido uma subida de 19%. Estes resultados são mais uma indicação da concentração em poucos docentes que foi a terceira indicação menos positiva relativa à avaliação da informação do Anexo 3.

Relativamente aos artigos publicados na SCOPUS ou na Web of Science, cada um dos docentes teve uma média de quase 3 publicações, enquanto no ano precedente essa média foi de 2.

Notar-se-á que na apresentação dos números ligados ao número de artigos publicados, a palavra usada foi “ligados” quando se referia cada um dos docentes e não “publicados”. Não é uma questão semântica preocupação de rigor que tem como fundo o facto de alguns, ou mesmo a maioria, dos artigos terem mais do que um autor. Estando em causa a

avaliação da intervenção de cada docente na área da investigação e, em particular, na produção de artigos, faz sentido mais que a cooperação dos investigadores na produção de artigos é cada vez mais comum, e até desejável, designadamente em artigos que aflorem assuntos interdisciplinares, sem embargo de não se poder ignorar, sobretudo quando o número de coautores é grande, que nem sempre essa participação de algum ou alguns dos autores é, verdadeiramente, relevante.

Outros dados revelados pela informação do Anexo 3 confirmam a concentração interdepartamental, quer entre os docentes, no conjunto dos artigos indexados ou com referee. Assim, dois terços desses artigos estão concentrados em dois dos departamentos (Psicologia e Ciências Económicas e Empresariais) e outros dois departamentos (Ciências da Comunicação e História) são responsáveis por 23%, “deixando” apenas cerca de 13% aos outros quatro departamentos.

Ainda neste conjunto de artigos, e no que diz respeito à distribuição pelos docentes ligados aos artigos, 9 docentes dos diversos departamentos são responsáveis por quase 50% desses artigos e 16 docentes são responsáveis por cerca de 70% de todos esses artigos. Tendo em atenção o número de docentes que podem servir de referência, ou seja, 224 docentes em atividade, 118 que responderam ao questionário, fica bem claro que o número de artigos publicados nestas condições estão muito concentrados, até porque só 43 (36,4%) dos docentes que responderam ao questionário estão ligados à produção desses artigos.

Se o conjunto for restrito a artigos publicados só na SCOPUS ou na Web of Science, os 43 docentes reduzem-se a 30 e, dentro destes 30, 10 docentes, todos com 4 ou mais artigos, representam 67% do total desses artigos.

É natural que tal não seja desligado das estruturas de investigação existentes na UAL, questão que é abordada no capítulo específico dedicado a esse tema, sem esquecer o problema do nível de qualidade das publicações, cuja primeira abordagem está já feita, pela referência específica à indexação na SCOPUS ou na Web of Science, critérios ainda prevaletentes, independentemente do juízo que se faça sobre a justiça dessa prevalência.

Entre as outras publicações não indexadas há a destacar 39 capítulos de livro internacional, 21 livro nacional, 19 em revista científica nacional sem referee, 11 relatórios ou “working papers”, bem como 11 edições de livros, para além de várias referências a artigos publicados em atas, posters em conferências e congressos, prefácios e posfácios de livros e publicações audiovisuais.

Globalmente e sem qualquer distinção do tipo de publicação, Direito com 20% tem a maior participação, com Engenharia e Ciências da Computação (2,7%) e Arquitetura (2,9%) com participações muito baixas. Ciências Económicas e Empresariais (17%) e Psicologia (16,2%) estão na esteira de Direito, enquanto História, Artes e Humanidades e Relações Internacionais têm ambos 14,1% e Ciências da Comunicação tem 12,5%.

Noutro plano, há referência a 420 presenças em congressos/seminários, de natureza e nível muito variado, com maior expressão em Direito (24%), uma vez mais em claro contraponto com as baixíssimas presenças de Engenharia e Ciências da Computação (1%) e Arquitetura (3,1%). Ciências da Comunicação surge em segundo lugar com 17,9%, seguida de, curiosamente, também aqui igualadas com 15,5% História, Artes e Humanidades e Relações Internacionais, com, estranhamente, Psicologia (11,7%) e Ciências Económicas e Empresariais (11,4%), com presenças relativas baixas.

Outro ponto com importância na atividade dos docentes é a participação em órgãos da UAL. São indicadas 127 participações, mas relativas apenas a 47 docentes, o que denota, também aqui, concentração de funções nalguns docentes, sem embargo de ter de se salientar que nessas 127 participações estão incluídas várias referências à presença nas Comissões Científicas dos Departamentos que, no caso dos doutorados, são de presença obrigatória. Acresce quem neste caso, não faz muito sentido a referência à participação relativa por departamento, dada a diferença de número de cursos e de estruturas de investigação entre eles.

No Anexo 3 estão também referidas 44 participações em atividades da Autónoma Academy, sendo mais relevante a presença de Direito (com 17 das 44 referências) e a ausência de Arquitetura e de Engenharia e Ciências da Computação.

A presença de docentes da UAL nestas atividades é relevante e uma expressão clara da ligação quer à formação contínua, quer à ligação à Sociedade e às empresas. Esta situação é, naturalmente, retomada no ponto específico do relatório consagrado à Autónoma Academy.

Finalmente, e com as reservas já apresentadas a propósito de os júris dos segundos ciclos serem integrados neste anexo, é de assinalar a referência a 333 presenças em júris de mestrado, com 121 como Presidente, 114 como orientador e 96 como Arguente, havendo uma referência inesperada 2 presenças como Vogal, mas em outras universidades.

Também neste caso, a participação por departamento tem menos sentido, dada a diferença do número de estudantes inscritos nos diversos mestrados e que determinam praticamente o número de orientadores, arguentes e presidentes, sem embargo de não deixar de referir que, dentro dos departamentos, se assista a uma grande concentração em relativamente poucos docentes. Essa concentração é visível pois apenas 82 docentes referem presença nesses júris, além de que 9 docentes, todos com 10 ou mais (até 21) presenças são responsáveis por 38,7% (mais de um terço) delas.

Por fim, uma nota, infelizmente curta, sobre doutoramentos que, esse sim, estão, ou devem estar, profundamente imbricados nos processos de investigação, com papel mais relevante para a função de orientação.

No Anexo 3 estão referidas 31 participações repartidas por 14 docentes, também aqui com alguma concentração. De salientar, entretanto, que 18 (mais de 50% das participações) referem-se à função de Vogal, enquanto 9 assumem a posição de Orientador, 3 de Arguente e 1 de Presidente.

É evidente que, também neste caso, não tem qualquer sentido fazer referência à repartição por departamento, porque depende crucialmente da existência de doutoramentos nos departamentos e do número de estudantes que os frequentam.

Mesmo assim, é fácil concluir que a presença de doutoramentos na UAL ainda está longe de evidenciar a visibilidade que se deseja.

Também este problema é abordado noutra ponto do relatório relativo aos doutoramentos, para além da presença de docentes da UAL que é objeto deste ponto.

1.1.3. Eficiência Formativa

Não é possível avaliar o funcionamento de uma instituição de ensino sem monitorizar o seu processo pedagógico e, em última análise, quais os resultados desse processo.

Contudo, a avaliação dos resultados não pode nunca deixar de ser inserida no contexto da sua evolução e, em qualquer caso, nunca ultrapassará, completamente, a dificuldade dos critérios de avaliação e “medição” e, menos ainda, da subjetividade inerente a toda a avaliação.

Não se vai repetir os já reiterados condicionantes da avaliação da eficiência da formação, tanto mais que os Quadro 4 e 5 do Anexo 1 mantêm os critérios e as medidas utilizadas nos relatórios precedentes, ou seja, a comparação entre o tempo formal de duração de um ciclo de estudos e o tempo real que os estudantes levam a concluí-lo (Quadro 4) e as classificações obtidas nos cursos, procurando ultrapassar a mera informação da média que esconde, no fundo, toda a diversidade de situações que os muitos estudantes que concluem os seus cursos defrontaram.

No que toca ao primeiro critério, o do tempo de conclusão dos cursos, é evidente que as situações são muito diferentes, designadamente quando se tem em atenção que na UAL, com expressões diferentes nos diversos departamentos, existe o turno pós-laboral, com evidentes condicionamentos face à generalidade dos estudantes que frequentam o turno diurno e essas diferenças não estão contempladas nos dados dos quadros já referidos.

Já no que toca ao segundo critério, o das classificações, o critério do mérito do processo pedagógico seria comparar o nível (a classificação?) de entrada na UAL e o nível (classificação?) de saída.

É claro que este critério falhará completamente por não ter em atenção os critérios de classificação dos vários níveis do ensino, das variações dentro de cada um deles, da dificuldade intrínseca das aprendizagens dos diversos níveis, das vicissitudes sofridas pelos estudantes na evolução do seu processo de formação.

Isto se nos colocarmos apenas na situação dos estudantes, o que é manifestamente insuficiente, quiçá, perverso. O processo pedagógico tem características muito diferentes nos diversos níveis de ensino, devendo o papel do estudante ser cada vez mais ativo e

independente ao longo do processo que é sempre, embora de simetria variável, um processo dinâmico de ensino/aprendizagem. E aí há toda a diversidade de capacidades dos docentes, dos meios de ensino disponíveis, dos colaboradores não docentes, da governação dos estabelecimentos de ensino, da mudança das leis e dos regulamentos.

No fundo, cada classificação de cada estudante é fruto de tudo isto e é, nesse sentido, que os valores do Quadro 5 devem ser lidos, sabendo que não há informação suficiente para avaliação dos valores apresentados.

1.1.3.1. Licenciaturas

O número total de estudantes que concluíram a sua licenciatura na UAL em 2023/2024 foi de 663 (mais 5,1% que em 2022/2023), mas com uma quebra absoluta ligeira de 3 estudantes (0,6%), mas relativa com uma expressão não negligenciável, no que toca à conclusão dos cursos nos tempos formais de duração dos cursos.

De facto, essa percentagem de conclusão foi em 2023/2024 de 80,2%, quando havia sido de 85,5%, uma queda de mais de 5% que não pode ser negligenciada.

Já no que toca aos estudantes que levaram mais um ano a concluir o seu curso, a percentagem aumentou naturalmente, face ao decréscimo dos que concluíram no tempo “normal”, sendo de 12,7% em média (9,1% no ano precedente), 7,1% dos estudantes demoraram mais dois anos para concluírem, o seu curso (5,1% no ano precedente), com vante de os que o fizeram em 3 ou mais anos passarem de 2% para 3%. Como se dizia no relatório precedente, o número de estudantes neste último grupo é pequeno (20), mas acrescentava-se que “São poucas as situações, mas que não podem deixar de merecer atenção”. Se isso era verdade quando eram “só” 12 esses estudantes e que agora quase duplicaram, maior relevo tem essa chamada de atenção. E ainda mais se se tiver em atenção o que se refere mais geralmente no relatório precedente, em que é detetada uma situação pior que no ano anterior no que toca aos estudantes que não conseguiram concluir o seu curso no tempo “normal”.

Este agravamento reiterado do número de estudantes que “arrastam” a conclusão do curso não pode deixar de ser revisitada e devidamente investigada.

Estes dados evidenciam, portanto, uma eficiência formativa, medida por este critério, que sofreu uma degradação no ano letivo 2023/2024, devendo os Coordenadores dos Cursos procurar tirar algumas lições deste facto e procurar as devidas correções.

Como é de esperar, estas percentagens são diferentes da média para as diversas licenciaturas da UAL.

Mas se essa variação é natural, já a sua dimensão não pode ser ignorada. De facto, as percentagens dos estudantes que terminaram os seus cursos nos tempos “normais” é de [33,3%; 95,8%], sendo o extremo inferior relativo às licenciaturas de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (mais uma preocupação com este curso que tem um pequeno número de estudantes e, portanto, com potencialidades de um acompanhamento mais próximo e o extremo superior na licenciatura em História.

Em torno da média está o curso de Direito (80,5%). Acima da média, apenas mais 3 cursos: Ciências da Comunicação (90,8%), Gestão do Desporto (88,5%) e Psicologia (87,1%). Isto mostra que há um enviesamento da conclusão do curso no número “normal” de anos no sentido de menor eficiência já que 7 das licenciaturas estão abaixo da média, que já está degradada face ao ano anterior, nomeadamente Economia (62,5%), Gestão (71,7%), Relações Internacionais (72,7%), Engenharia Informática (73,2%) e Informática de Gestão (75%).

Tendo em atenção que 7,1% dos estudantes concluíram o seu curso em dois ou mais anos que o “normal”, importa também identificar as licenciaturas que tiveram percentagens superiores a essa média, já que o arrastamento dos cursos é, em princípio e salvo condições singulares a que estão expostos os estudantes, um mau indicador de eficiência formativa.

O caso mais preocupante é, de novo, o de Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, com 33,3% (embora não haja nenhum estudante que tenha mais de 2 anos que o “normal”), Engenharia Informática (14,2%, sendo que metade destes demorou 3 ou mais anos), Economia (12,5%), Relações Internacionais (11,4%), Gestão (8,5%) e Informática de Gestão (8,3%), mas sendo só um estudante com um tempo de 3 ou mais anos.

Estes dados mostram também aqui um enviesamento no sentido de maior tempo de conclusão entre os diversos cursos, sendo de salientar como situações mais favoráveis

relativas à média (7,1%) apenas Gestão do Desporto e História, que não têm qualquer estudante nessas condições, Ciências da Comunicação (2%) e Psicologia (3%).

Esta assimetria ainda é mais evidente quando se tem em atenção que 4 das licenciaturas têm em conjunto 80% dos estudantes que concluíram os seus cursos em 3 ou mais anos e que 4 (quase os mesmos com exceção de uma licenciatura) concentram 77,7% dos estudantes que completaram os seus cursos em mais dois anos que o “normal”.

Contudo, esta concentração em 4, é baseada no número absoluto de estudantes, sendo relevante pois, que cada estudante nessa situação merece uma atenção específica, não tem a ver diretamente com a eficiência formativa, medida por este critério das 4 licenciaturas referidas nos dois casos. É que isso tem a ver com a dimensão dos cursos e, portanto, naturalmente, com o número de licenciados.

Assim, há que ter em atenção a enorme assimetria entre o número e, portanto, as suas percentagens, no conjunto da UAL, de licenciados e o número de estudantes que frequentam cada licenciatura. Assim, não é de estranhar que o intervalo de variação das percentagens de estudantes que terminaram os seus cursos seja significativo, com intervalos de [0,5%; 26,8%] ou, em números absolutos, de [3; 175], com o extremo inferior, uma vez mais, em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e o superior, naturalmente, em Direito.

Naturalmente, os cursos de maior dimensão concentram a grande maioria dos licenciados. Mas dentro do grupo dos 4 cursos de maior dimensão não pode deixar de se salientar, com preocupação, o peso, nesse conjunto, de Gestão (12,6%), bem longe de Ciências da Comunicação (16,8%) e de Psicologia (16,6%). Em conjunto, os 4 maiores cursos foram responsáveis por 72,6% (quase três quartos do total de licenciados). Dos outros cursos, as maiores contribuições vêm de Engenharia Informática (7,7%) e Relações Internacionais (6%).

Passando ao Quadro 5 do Anexo 1, relativo às classificações obtidas nas licenciaturas, verifica-se uma média de 13,5, ligeiramente abaixo do verificado no ano precedente (13,6), tendo as médias por licenciatura tido um intervalo de variação de [12,5; 14,8], sendo Direito responsável pelo extremo inferior e Engenharia Informática pelo extremo superior,

uma alteração dos extremos face ao ano precedente, em que o extremo inferior era Engenharia Eletrónica e de Comunicações e o superior partilhado por Ciências da Comunicação e Psicologia.

Enquanto Ciências da Comunicação mantém um valor próximo de 14,6, Psicologia tem uma assinalável queda da média, passando de 14,8 no ano precedente para 13,6 em 2023/2024. Ao contrário, Engenharia Informática, mantendo a média sempre acima da média geral, aumentou de 14,3 para 14,8.

De notar que a média e a moda do conjunto de todas as classificações obtidas nas licenciaturas foi de 13, caindo de 14 ocorrida no ano precedente. Por curso, as medianas variam de 12, em Direito, até 15 em Ciências da Comunicação e Engenharia Informática, sendo 13 em Economia e Gestão e, a maioria, com 14, ou seja, Gestão do Desporto, História, Informática de Gestão, Psicologia e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, embora neste último, o valor tenha pouco significado pois há só 3 licenciados.

Por outro lado, ao contrário do que sucede para o conjunto total de classificações, ao nível de cada curso há descolagem das suas medidas estatísticas nalguns cursos. As duas medidas só são iguais em Economia, Engenharia Informática, Informática de Gestão e, sem significado, Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, com Relações Internacionais em consequência de ser bimodal (12 e 13 valores).

A descolagem evidencia, sem especificação de grau, assimetria em relação à mediana, com modas inferiores à mediana, Direito, Gestão, Gestão do Desporto, História, Psicologia e Ciências da Comunicação, não se verificando qualquer assimetria de sentido contrário.

Voltando às médias, além de Direito, com uma média bem abaixo do conjunto das licenciaturas, também Relações Internacionais estás nessas condições e ainda abaixo de 13 (12,8) uma queda clara pois no ano precedente foi de 13,4. Ainda abaixo da média global, mas com médias maiores ou iguais a 13, estão Gestão (13,1), uma queda clara face ao ano precedente (13,8) e Economia (13,4), mas uma subida clara face ao ano precedente (12,4), que representava a classificação média mais baixa das licenciaturas.

Acima da média, mas apenas muito ligeiramente e ainda no caso dos “13”, estão Psicologia (13,6), como já foi assinalado e Informática de Gestão (13,7), uma queda em relação ao ano precedente (14,2).

Com médias iguais ou superiores a 14 estão, para além das já referidas Engenharia Informática e Ciências da Comunicação, História (14,4) e Gestão do Desporto e Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações, ambas com 14.

Perante a diversidade das classificações obtidas, justifica-se um olhar sobre elas. Assim, o intervalo de variação das classificações foi [11, 18], tal como no ano precedente.

O extremo inferior é claramente mais frequente que o superior, pois corresponde a 7,4% do total das classificações atribuídas, enquanto o superior apenas ocorre em 0,6% dos casos, correspondendo a 4 licenciados, 2 em Engenharia Informática, 1 em Ciências da Comunicação e outro em Gestão do Desporto, diferentemente do ano precedente em que só havia 2 estudantes com esta classificação, ambos em Psicologia que, em 2023/2024 não teve qualquer licenciado com esta classificação.

Já quanto ao extremo anterior, mas com significado simétrico, o número de licenciados com a classificação mais baixa (11) passou de 32 para 49, uma subida de 53,1% face ao ano precedente com natural predominância de Direito, que teve 32 licenciados (tantos quanto no total das licenciaturas do ano precedente), correspondendo a 65,3% do total dessas classificações em 2023/2024 e a 18,3% dos licenciados em Direito, valor praticamente igual ao do ano precedente (18,4%).

Contudo, em termos relativos, Relações Internacionais, com 9 dessas classificações, tem a maior participação dessa classificação no total da sua licenciatura (20,5%), excedendo, em muito, o que ocorreu no ano precedente (2 estudantes).

Esta classificação teve ainda alguma expressão em Gestão (6 licenciados, correspondendo a 6,5% do total desse curso), aparecendo ainda um em Psicologia e em Economia.

Entre as notas mais elevadas, correspondendo à classificação de Muito Bom, isto é, 16 e 17, ao contrário do que aconteceu com o 18, houve uma queda substancial em relação ao ano precedente. Assim, apenas 14 licenciados obtiveram a classificação de 17 (2,1% do total) e 52 a de 16 (7,8% do total), que é claramente inferior aos 21 (com 17) e 64 (com 16)

do ano precedente. No que toca ao 17 a queda maior é a observada em Psicologia, que caiu de 7 (9% dos diplomados) para 1 (1% dos diplomados), logo seguida de Ciências da Comunicação, caindo de 8 (7,5% dos diplomados para 3 (3,1% dos diplomados). A grande novidade é Engenharia Informática com 6 (42,9% do total dos diplomados com essa classificação e 10,7% do total dos seus licenciados).

Esta classificação foi obtida ainda nas licenciaturas de Economia, Gestão, História e Relações Internacionais, todas apenas com um licenciado com essa classificação, para além de Psicologia, como já foi assinalado.

A classificação de 16 está presente em todos os cursos, com exceção de Economia (que tem 1 diplomado com 17) e Informática de Gestão que, aliás, tem o menor intervalo de variação das classificações dos licenciados [12, 15], com moda em 14.

Uma vez mais, Engenharia Informática tem uma representação significativa (10, ou seja, 17,9% dos seus diplomados), embora seja Ciências da Comunicação que apresenta o maior número (15, ou seja, 29,4% do total dessa classificação e 15,3% dos seus diplomados), ainda assim com menor 1 que no ano precedente. A assinalar ainda 6 diplomados em História (25% do total dos seus diplomados) e em Gestão (apenas 6,5% dos seus diplomados) e Psicologia com 5 (5% dos seus diplomados).

No relatório do ano precedente assinalou-se que o curso de Direito continuava a evidenciar um perfil de classificações claramente diferenciado dos perfis da generalidade dos outros cursos. Nesse sentido, referia-se que 78,7% dos diplomados obtiveram classificações inferiores a 14 valores, enquanto no conjunto de todos os outros cursos, os 57,6% dos diplomados obtiveram classificações iguais ou superiores a 14 valores. Ora a situação agravou-se em 2023/2024 já que, embora a percentagem dos diplomados no conjunto dos outros cursos tenha subido só ligeiramente (58,2%), a percentagem de diplomados de Direito com classificações inferiores a 14, que já era muito elevada, ainda se agravou mais sensivelmente atingindo 85,2%.

Também é de assinalar, consistentemente com os valores que vêm sendo apresentados, a queda de Psicologia que tendo, em 2022/2023, 79,5% dos diplomados com classificações

iguais ou superiores a 14 valores, viu essa percentagem cair abruptamente para 54,4% (valor mesmo inferior à média de todos os outros cursos em conjunto, excluindo Direito.

Em sentido contrário, e também confirmando todos os valores que vêm sendo descritos, Engenharia Informática apresenta uma percentagem de 82,2% e classificações iguais ou superiores a 14, percentagem só superada por Ciências da Comunicação, com 86,8%, embora abaixo do extraordinário valor (93,6%) observado e comentado no relatório relativo a 2022/2023.

Independentemente de não ser possível uma análise das causas para as diferenças verificadas entre 2022/2023 e 2023/2024, estatisticamente verifica-se alguma degradação, em termos médios e em muitos dos cursos, uma menor eficiência formativa face ao ano precedente, o que não pode deixar de ser tido em atenção, para além de, na comparação entre os cursos, haver, como se evidenciou, alterações não despididas. Cabe aos Diretores dos Departamentos e aos Coordenadores dos Cursos, que mais em contacto estão com o funcionamento dos respetivos cursos, procurar algumas explicações para a evolução e procurar ultrapassar falhas eventualmente detetadas.

Como se tem vindo a chamar a atenção nos relatórios precedentes, há um indicador de insuficiência formativa que é dos mais relevantes que é o nível de abandono dos cursos, sendo socialmente preocupante quando tal se deve a fragilidades da situação económica dos estudantes.

Com base no Quadro 13 do Anexo 1, verifica-se face às expectativas uma taxa de desistência/abandono na maioria das licenciaturas, com especial peso e, uma vez mais preocupantemente, em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (20%), na senda do ano precedente (17,9%), com Gestão (11,7%) ainda acima dos 10%. Quedas ainda significativas acima dos 9% em Relações Internacionais (9,8%), Gestão do Desporto (9,5%) e Informática de Gestão ((9,4%). Em contrapartida, Psicologia aparece com um acréscimo de estudantes face às expectativas (12%), tal como História (9,2%) e, em menor grau, Ciências da Comunicação (5,6%).

O Quadro 14 do Anexo 1, que refere desistências registadas por curso, indica que 27 estudantes anularam a matrícula em 2023/2024, uma queda sensível face ao ano precedente (43).

Também são indicadas as razões desse anulamento, sendo o maior número (cerca de 50%), tal como no ano precedente, a “colocação noutra universidade”, sendo, embora a grande distância, as dificuldades financeiras a segunda razão mais invocada.

Com menor frequência aparecem os motivos pessoais/familiares, doença, não identificação com o curso e horários incompatíveis.

A existência de 2 turnos e as condições específicas do pós-laboral terão influências diferenciadas nas causas invocadas, mas não se pode deixar de procurar identificar as causas da mudança para outra universidade, em particular as que ocorrem logo no início do primeiro ano que não estarão ligadas à eficiência formativa e ao abandono da UAL, mas à concretização de uma primeira opção até aí não alcançada.

1.1.3.2. Mestrado Integrado de Arquitetura

A primeira nota relevante é o pequeno número de diplomados (5), menor que o número de 2022/2023 que também já era diminuto (8).

Dois desses alunos concluíram o curso nos 5 anos previstos e três precisaram de mais um ano para o concluir, uma melhoria neste indicador relativamente ao ano precedente, mas não tanto em relação a 2021/2022 em que todos terminaram nos 5 anos previstos.

Uma outra melhoria significativa é a média do curso que passou de 13,8 em 2022/2023 para 15,4 em 2023/2024, correspondendo a dois com 14 valores, dois com 16 valores e um com 17 valores.

Curiosamente a média deste mestrado é, em 2023/2024, igual à média do conjunto dos mestrados da UAL, embora o tempo para concretização do curso seja francamente menor que no conjunto de todos os mestrados da UAL.

Já no que respeita a abandonos, o Quadro 13 do Anexo 1 evidencia uma agravada queda de abandonos/desistências de 20,8% face às expectativas (o maior de todos os cursos da UAL), sendo 4 o número de desistências assinaladas no Quadro 14.

1.1.3.3. Mestrados

Para além do Mestrado Integrado em Arquitetura, concluíram o seu mestrado na UAL em 2023/2024, 113 estudantes, uma subida de 11,8% face ao ano precedente, em que tinha havido uma queda substancial de 17% face ao ano precedente, designadamente em consequência de uma queda de 25% no Mestrado em Direito.

Em 2023/2024 essa queda foi menor (de 51 em 2022/2023 para 45), mais que compensada por uma subida acentuada de 58,3%, atingindo o número de 78 diplomados, aproximando-se muito do número em Direito. Gestão de Empresas também melhorou significativamente o número de diplomados (de 11 em 2022/2023 para 17 em 2023/2024). Estes três cursos concentram 88,5% (80,5% em 2022/2023) do total dos mestrados concluídos na UAL, o que evidencia o baixíssimo número de diplomados nos outros 4 cursos de mestrado da UAL, com particular relevância negativa para a Comunicação Aplicada, apenas com 1 novo mestre (4 no ano precedente) e Engenharia Informática e de Telecomunicações com 2 (5 no ano precedente).

História e Património surge com 4 mestres e Relações Internacionais com 6, subindo de 5 do ano anterior e parecendo evidenciar uma subida consistente, já que em 2021/2022 apenas 2 estudantes tinham concluído o mestrado neste curso. É uma situação inversa de Comunicação Aplicada e de Engenharia Informática e de Telecomunicações, cujas situações têm de ser devidamente acauteladas, tendo em atenção as condições de acreditação institucional da UAL.

No que respeita ao tempo que decorre até à concretização do mestrado, a situação continua a ser francamente negativa. Apenas 26 mestrados (23%, percentagem muito próxima dos dois anos precedente) concluíram no número de anos “normal”. Aliás, é quase homogénea a distribuição do número de novos mestres pelo número de anos para obtenção do grau: 26 no “normal”, 31 em mais um ano, 32 em mais 2 anos e 25 em mais 3 ou mais anos.

Tal como se referiu no relatório do ano precedente, “Se o número dos que concluem em 3 anos pode ser justificado, embora tal justificação tem de ser encarada de frente para ser processualmente eliminada, (designadamente) a morosidade de que, por vezes, enformam

as discussões e aprovações das dissertações”, não se pode aceitar que 50% dos mestrandos (46,4% no ano precedente) conclua o seu curso em 4 ou mais anos. Claro que há situações particulares que podem justificar essa demora, e o Reitor até as identifica facilmente, pelo número de requerimentos para suspensão de prazos por questões previstas no Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos, em particular em casos do género feminino que, obviamente, não podem ser considerados como ineficiência formativa. Mas o número de tais requerimentos, posto que não despidendo, não justifica a situação existente.

Quando se olha para cada curso, verifica-se uma clara variação entre eles, designadamente no número de estudantes que concretiza o mestrado em 4 ou mais anos. Curiosamente, entre os 3 cursos com maior número de novos mestres, a situação mais próxima da média, é Direito, com praticamente tantos diplomados com 4 ou mais anos e menos de 4 anos. Nos outros dois, a situação é simétrica. Enquanto Psicologia Clínica e de Aconselhamento “apenas” tem 36,8% nessas circunstâncias, Gestão de Empresas tem 76,5%, uma situação que é de extrema preocupação, tanto mais que não há qualquer mestrado concretizado no tempo “normal”. Aliás, só 3 mestrados evidenciam novos mestres que concluíram o seu curso no tempo “normal”: Psicologia Clínica e de Aconselhamento com 13 (34,2% do total desse curso), Direito com 11 (24,4% do total desse curso) e História e Património com 2 (50%).

Em contrapartida, “só” em 4 mestrados há novos mestres cujo tempo de conclusão do curso foi de 4 ou mais anos: Direito com 13 (34,2%), Gestão de Empresas com 6 (35,2%), Psicologia Clínica e de Aconselhamento com 5 (13,2%) e Comunicação Aplicada que é o único em que quem terminou o mestrado o fez em 4 ou mais anos, o que não deixa sérias preocupações à situação deste mestrado.

O que é relevante e evidencia certa instabilidade temporal entre o padrão global dos diversos mestrados é que a situação em 2022/2023 era completamente diferente, com Direito a ter mais de um terço dos diplomados do seu mestrado a completar o curso em 2 anos, enquanto Psicologia Clínica e de Aconselhamento apenas 8,3% dos novos mestres o conseguiram.

Ao contrário, Relações Internacionais teve 3 novos mestres nessas condições e Engenharia Informática e de Telecomunicações 2, enquanto Gestão de Empresas já apresentava a situação negativa de não ter qualquer novo mestre nessa situação.

É certo que em mestrados com um pequeno número de estudantes estas flutuações são mais naturais, não se podendo estabelecer qualquer sentido estatístico aos resultados, mas o problema dessa instabilidade merece ser devidamente avaliado.

Passando para o indicador das classificações, verifica-se uma certa homogeneidade das médias de cada curso em torno da média global (15,4). Assim, o intervalo de variação é de [15,0; 16,8] com o extremo inferior em Direito e em Comunicação Aplicada enquanto o extremo superior ocorre em História e Patrimónios. Próximo desse extremo aparecem Relações Internacionais (16,7) e ainda igual ou acima de 16 estão Engenharia Informática e de Telecomunicações (16,0). Classificação média inferior à do conjunto também em Gestão de Empresas (15,1), sendo essa média ligeiramente superada (15,6) em Psicologia Clínica e de Aconselhamento.

No que toca à variação do total das classificações obtidas por todos os novos mestres o intervalo é, curiosamente, igual ao da licenciatura [11; 18], com o extremo inferior em Psicologia Clínica e de Aconselhamento e o extremo superior em 4 mestrados, um dos quais é, também, Psicologia Clínica e de Aconselhamento (com 4 mestres com essa classificação), Direito, História e Patrimónios e Relações Internacionais com um novo mestre em cada uma delas.

A moda do conjunto de classificações é 15, coincidindo com a mediana. De salientar, negativamente, 10 classificações abaixo de 14 (Bom), apesar de tudo uma situação menos desfavorável que a do ano precedente com 22. A diferença em termos percentuais é ainda mais clara, pois passa-se de 21,8% dessas classificações em 2022/2023 para 8,8% em 2023/2024, a que acresce a existência de 4 classificações de 11, 6 classificações de 12. Esta diferença de situações não é tão visível na classificação final global por ter havido em 2022/2023 uma maior assimetria, pois o intervalo de variação é de [11; 19] e uma maior percentagem relativa de classificações superiores a 14 nesse ano, o que leva a moda e a mediana também para 15 valores.

No que toca à variação entre cursos e não considerando os cursos com menos de 5 novos mestres onde o intervalo tem pouco significado, o menor intervalo de variação é em Relações Internacionais [15; 18] e o maior é em Psicologia Clínica e de Aconselhamento [11; 18], embora este intervalo seja descontínuo, pois não há nenhuma classificação de 12 ou de 13. Em termos de continuidade do intervalo, o maior ocorre em Direito [12; 18] com uma moda em 16, mas com mediana em 15, evidenciando o maior peso relativo de classificações inferiores a 16.

Relações Internacionais, que tem uma das melhores médias, tem um intervalo de variação de [15; 18] e História e Patrimónios, apenas com 4 diplomados, tem dois 16, um 17 e um 18.

Comparando com anos precedentes, nota-se, de facto, uma grande volatilidade no conjunto das classificações.

Mas há uma constante que tem vindo a ser assinalada e comentada nos relatórios anteriores que tem de ser repetida. É que a eficiência formativa, globalmente, está longe de ter atingido os níveis e a qualidade exigida para um mestrado e não se têm verificado melhorias globais ao longo do tempo.

Esta afirmação relativa à avaliação global não esconde, nem quer esconder, que há mestrados que têm mantido um nível apreciável, mas outros têm, manifestamente, de melhorar.

O mesmo se dirá para cada um dos novos mestres, já que há uma boa percentagem de mestres com a qualidade desejada, persistindo outros com nível que, para um segundo ciclo, deixam algo a desejar.

Mas, mais grave que tudo isto, porque a dispersão de resultados reflete afinal a diferença de qualidade dos estudantes, mas também do processo de acompanhamento, é o reduzido número de frequência de alguns mestrados que podem pôr, brevemente, problemas institucionais que convém antecipar e prevenir.

1.1.3.4. Doutoramentos

Quando as situações se tendem a perpetuar, é bom voltar a evidenciar o passado. Assim, este ponto iniciava-se no relatório precedente nos termos seguintes:

“A situação dos doutoramentos, na senda do que foi referido no ano precedente, no que toca a diplomados é quase “invisível”, apesar do número de cursos já acreditados, só que a maioria ainda é muito recente e, portanto, sem condições de produzir diplomados.”

Estes dados são diferentes dos que são apresentados no ponto do Relatório relativo à Representação da UAL, em que se dá conta dos doutoramentos realizados durante o ano letivo 2023/2024.

Só que, mais um ano passou e a “invisibilidade” agravou-se, passando de 10 doutorados a 8, 4 (8 no ano precedente) dos quais em Direito, cujo doutoramento está descontinuado.

Há, no entanto, um dado positivo, pois os 2 de História no ano precedente, não tiveram continuidade em 2023/2024, mas em contrapartida, Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia saem da preocupante letargia para evidenciar 4 novos doutores, o que se saúda.

Do ponto de vista quantitativo e muito devido, por certo, ao processo de acompanhamento mais exigente e próximo da evolução das teses, os resultados, sem serem espetaculares, embora inferiores ao ano precedente, confirmam uma melhoria.

Assim, a média foi de 16,3, com 16,5 no Doutoramento em Direito e 16,0 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, correspondendo a 3 novos doutores com 15 com 17 valores

Uma comparação com 2023, no entanto, evidencia uma quebra nas classificações, pois as classificações qualitativas de Muito Bom ou Excelente caíram, não se verificando mesmo nenhum Excelente (18 ou mais valores).

Contudo, a média 16,3 (16,7 no ano precedente) não caiu muito significativamente, sendo o intervalo de variação no ano precedente bem mais alargado [14; 18], evidenciando uma maior dispersão.

Também os tempos de conclusão deixam a desejar já que nenhum novo doutor concluiu no tempo normal, só 1 (em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) concluiu em mais um ano, 4 concluíram em mais 2 anos (3 deles em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia) e 3 em mais 3 ou mais anos, todos em Direito.

Há uma clara necessidade de consolidação dos doutoramentos, pois as condições regulamentares e de acompanhamento melhoraram, mas a atração de candidatos e a disponibilidade dos existentes e das respetivas orientações também têm de ser melhoradas.

1.2. Atividades Científicas e de Investigação

O Anexo 4 contém o relatório de atividades da Divisão de Apoio à Investigação (DAI), produzido pela sua Coordenadora, Dra. Cristina Dias, a quem o Reitor agradece todo o trabalho desenvolvido, procurando sempre difundir toda a informação relacionada com as oportunidades de financiamento nas áreas científicas do Grupo Autónoma, através da Newsletter e do site da UAL.

Para além disso, tem procurado promover, acompanhando, a contratação de Bolseiros, o Programa de Estímulo ao Emprego Científico Individual, a participação dos docentes/investigadores em eventos científicos, além de outras atividades inerentes à Divisão, nomeadamente na preparação de respostas ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, participação em sessões de esclarecimento de Ciência, concursos de bolsas de investigação para doutoramentos e às diversas avaliações, designadamente a Avaliação Institucional e as Avaliações das Unidades de I&D 2023/2024, assunto que merecerá particular atenção neste relatório.

Naturalmente, o apoio ao financiamento e ao funcionamento das Unidades de Investigação foi o trabalho mais constante.

Uma das referências mais relevantes é a relativa a “Candidatura a distintos concursos” que tem como subtítulo “No período em apreço, foram submetidas pela entidade CEU diversas candidaturas, quer na qualidade de Instituição Proponente, quer enquanto Instituição Participante” e, do texto que vem a seguir: “A DAI apoiou o processo de preparação e

submissão de várias candidaturas promovidas pelos Docentes/Investigadores das Unidades de I&D e de Departamento a distintos concursos nacionais e internacionais, promovidos quer por instituições públicas, quer como privadas.”

Nesse enquadramento refere três concursos de projetos da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em que a DAI deu suporte e acompanhou, designadamente 4 candidaturas do CIP (Centro de Investigação em Psicologia), 1 do Centro de Investigação em Ciências Históricas (CICH) e 1 do Autónoma TechLab (Centro de Investigação em Tecnologias).

Noutro ponto, refere a participação da CEU em concursos promovidos por entidades públicas e privadas, para além da FCT, de origem variada, desde o Instituto Camões – Instituto de Cooperação e da Língua ou fundações, como a Fundação Auchan, Fundação “La Caixa”, “Eurasia Foundation”, Bial, até organizações internacionais, como a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e até a programas europeus como o Erasmus+ e Horizon ou agências europeias, como a CEPOL, sem esquecer autarquias locais (Câmara de Leiria) e juntas de freguesia (Campo de Ourique e Benfica).

Neste conjunto estiveram envolvidos o CIP, o NIP@COM (Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Digitais), o CEACT (Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território) e o OBSERVARE (Observatório de Relações Exteriores).

Este enunciado alargado antecipa parte das informações que incorpora no ponto final e mais substancial do Anexo 4 que resume as “Atividades de I&D dos Centros de Investigação”.

São referidos 9 “centros”, mas com níveis de atividade e estrutura muito diferenciados, designadamente no domínio de projetos de investigação e de estrutura organizacional, tanto mais que esta foi, em muitos casos, determinada pela preocupação de atingir ou manter acreditação de terceiros ciclos da UAL, assunto que será abordado mais adiante, tanto mais que as atividades descritas nesses resumos quase não referem ações de dependência ou de cooperação com outras unidade de I&D exteriores a UAL e que, obviamente, condicionam uma estratégia autónoma de investigação.

Não cabe ao Reitor, neste relatório, descrever todas essas atividades que têm natureza diversa e de que, aliás, com grande generalidade só teve conhecimento pela leitura do Anexo 4, salvo algumas atividades de maior visibilidade que lhe foram avulsamente referidas, ou para as quais foi convidado a assistir.

Sendo este ponto do relatório votado às atividades de investigação científica, importa, em primeiro lugar, salientar as publicações que resultam dessas atividades, em particular as enquadradas em projetos de investigação, com saliência para as que têm participação institucional. Nesse contexto, há que, em primeiro lugar, salientar a edição e publicação de revistas próprias, como é o caso da Janus.Net, e-journal of internacional relations, indexado na Scopus, com 2 volumes publicados nesse ano letivo, com 36 artigos de autores de diversos países, no âmbito do OBSERVARE.

Através deste centro editou-se o já tradicional Anuário Janus, dinamizando-se o que se designa por “coleção de livros OBSERVARE”, com saliência para a reedição da tese do Professor Luís Moita, “O sentido moral da comunhão humana”, figurando também nessa republicação textos de autores convidados.

É afirmado como um dos objetivos dos investigadores do OBSERVARE “a publicação de artigos científicos em revistas de referência, bem como a publicação de capítulos de livros de edição internacional”. Contudo, nesse relatório não consta qualquer referência ao número e ao nível de publicações, embora, eventualmente, no capítulo deste Relatório relativo aos docentes se possam identificar algumas publicações.

O CIP edita a Revista Psique, indexada na Latindex e na DOAJ, mas surpreendentemente, não tem qualquer referência no resumo apresentado no Anexo 4, apesar de, no âmbito de projetos realizados, se referir a publicação de 3 artigos em revistas Scopus/WoS.

Também há registo na página da UAL de referências à publicação de um número nesse ano letivo da Revista “Galileu”, no âmbito do Ratio Legis – Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas, mas sem qualquer referência no Anexo 4, apesar de, no contexto da apresentação das 4 linhas de investigação, se referir que “Verificou-se um incremento acentuado na atividade de I&D, na produção científica e na respetiva publicação, quer a nível nacional quer a nível internacional, como se demonstra pelos

outputs". Refere que as publicações "ascenderam a 108, de ressaltar a manutenção de publicações SCOPUS e Web of Science, aumento de publicações de livros com publicação nacional – de 17 para 26 – e de livros com edição internacional – de 3 para 10", sem mais referências específicas aos autores e investigadores.

O CEACTION edita a Revista "Estudo Prévio", tendo sido publicados os números 23 e 24, referindo-se em particular, a publicação de três artigos resultantes de trabalhos de investigação realizados por doutorandos da UAL, depois da devida revisão por pares. Já foi feita a submissão da revista à Scopus, aguardando-se a primeira apreciação.

O Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais (CICEE) edita a Revista ERBE – European Review of Business Economics, indexada no Latindex e DOAJ, aguardando a indexação na Scopus, à qual já fez a devida submissão. Dos diversos investigadores do CICEE resultou a publicação de um total de 54 artigos, 18 dos quais em revistas com indexação na Scopus, além da publicação de 14 capítulos de livros. De assinalar ainda a continuada realização de ciclos de seminários de investigação, aberto a investigadores de outras instituições, tendo sido realizados 10 seminários.

Uma referência ainda para 4 publicações em revistas Scopus do Autónoma TechLab no âmbito dos seus projetos e ainda 3 artigos em revista indexada na Scopus e 1 na WoS, 10 capítulos de livros com edição nacional e 5 com edição internacional e 2 livros com edição nacional, resultantes da investigação científica do NIP@COM em questões de literacia mediática para a cidadania.

No âmbito do OBSERVARE, no que toca a projetos, há uma ampla descrição evidenciando grande variedade, com diferenças designadamente no campo das ligações internacionais. Entre estas, e dado o papel relevante da Internacionalização na avaliação das universidades, são indicados vários projetos, envolvendo várias instituições estrangeiras, designadamente com o Research Institute for Indo-Pacific Affairs (RIIPA), de parceria também, com o IPRI da Universidade Nova com o tema "Atlantic-Pacific: Security and Governance Links between Euro-Atlantic and Asia-Pacific regions", com a Agência Europeia para a Formação Policial (CEPOL), a Dnipro State University of Internal Affairs (DSUIA) da Ucrânia, com a participação também do Centro de Investigação em Ciências Sociais e, ainda na área da Segurança, com a Universidade La Sapienza de Roma e o Departamento de

Relações Internacionais da Middle East Technical University (METU) de Ankara, com o tema “Euro-Mediterranean Security”.

No âmbito do CIP deve destacar-se o projeto “Family functioning, coparenting and child adjustment: A cross cultural study”, com a participação do BabyLab – LPNC Laboratoire de Psychologie et Neurocognition, Université Grenoble les Alpes e a UAN-Universidade Agostinho Neto.

Para além disso são referidos vários projetos mais centrados em investigações internas, salientando-se, no entanto, a participação avulsa de investigadores estrangeiros e, sobretudo, a participação de estudantes de mestrado, levando à construção das suas dissertações, para além da produção de artigos pelos seus investigadores, alguns dos quais em revistas Scopus.

O Ratio Legis refere quatro linhas/projetos de investigação, dois deles, em princípio, com características marcadamente internacionais como são os casos de “Migrações Internacionais e Direitos Humanos” e “Corpus Delicti – Estudos de Criminalidade Organizada”. Refere o anexo grande desenvolvimento de publicações nestes campos a nível nacional e internacional, mas não são identificados, especificamente, nenhuma instituições estrangeiras ligadas ao projeto. Contudo, o Reitor tem tido contacto com teses de doutoramento que têm sido desenvolvidas no âmbito deste projeto, com significativa participação brasileira.

Por outro lado, é referido, e é um ponto que será retomado mais adiante, e cita-se “a constituição da Delegação do JUSGOV na UAL, com a integração de 10 doutores como investigadores integrados, que têm desenvolvido atividade científica no quadro dos grupos de I&D e participaram nas reuniões com o painel de avaliação da FCT”.

No CICH são de referir como projetos que integram entidades estrangeiras, para além de uma alargada cooperação de instituições portuguesas, o projeto “OcrezArt - As primeiras manifestações artísticas do Centro-Oeste da Península Ibérica: o vale do Ocreza”, designadamente, a Junta de Extremadura e a University of Liverpool. Por seu lado, o projeto “EcoPLis – Human Occupations in the Pleistocene Ecotones of River Lis” teve participação da Hebrew University e Universidade de Uppsala.

Referência ainda para o projeto “MEDICI - Memórias Dinâmicas e Cenários da Pré-história à Época Romana” que, para além das habituais colaborações com instituições portuguesas, com particular evidência para o Instituto Politécnico de Tomar, contou com investigadores internacionais, nomeadamente do Brasil e dos Estados Unidos da América.

No entanto, a preocupação por evidenciar as participações internacionais não deve ofuscar o mérito de outros projetos, nomeadamente nacionais, como o “ExPORT. Exportar Portugal”, “A diplomacia cultural do Estado Novo nos Estados Unidos (1933- 1974)” e a publicação de livros que resultam de projetos como “Espólio da Escola de Escultura de Lisboa (XVIII-XIX)”, “História do Ensino das Belas Artes em Portugal”, bem como a indicação de estar em curso a tradução e edição crítica e ensaios da obra de Joaquim Machado de Castro, no âmbito do projeto “Descrição Analytica da Execução da Real Estátua Equestre do Senhor Rei Fidelissimo D. José I”.

Ainda no campo das ligações internacionais, uma referência para o projeto “Framework for Data Quality and Cleaning Management in the LOD (DCleanLOD)”, uma parceria com a Universidade Federal do Ceará, Brasil, visando “a implementação de melhor metodologia e estratégia para integração de dados extraídos de ficheiros CSV tendo em vista a sua utilização na criação de conhecimento numa perspetiva empresarial”, projeto desenvolvido no âmbito do Autónoma TechLab.

No CICEE, entre as linhas de investigação encontra-se “Goeconomia e Empresas Transnacionais”, a par de desenvolvimentos ligados à área ibero-americana. Acresce o protocolo, já em plena execução, com a Universidad de Extremadura.

Um dos veículos para a produção e internacionalização é a já referida ERBE, que crescentemente atrai a apresentação de investigadores estrangeiros para nela publicarem. Por outro lado, no plano nacional, grande parte das suas linhas de investigação têm a cooperação, institucional ou de investigadores individuais, de diversas unidades portuguesas com relevo para o Centro de Estudos de Gestão e Economia (CEGE/CRP/UCP), da Universidade Católica no Porto, Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura (ISTAR-IUL) do ISCTE e a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP) da Universidade de Aveiro.

A relevância dada às relações na área internacional e a produção científica indexada, designadamente na Scopus, é apenas expressão da preocupação com a acreditação dos ciclos de estudos, designadamente os terceiros ciclos, um peso, porventura exagerado, mas são atualmente as “regras do jogo” que, frequentemente, são universalizadas sem atender às diversas naturezas das áreas científicas, desde as sociais e humanas até às tecnológicas ou artísticas.

Por isso mesmo, não deve deixar de chamar a atenção de outras atividades relevantes das unidades de investigação da UAL, desde a promoção de conferências, designadamente com expressão internacional, até à presença ativa em conferências, congressos e seminários que, aliás, já figuram no ponto do relatório relativo aos docentes, e que têm forte expressão na generalidade das unidades.

Por outro lado, a produção de livros resultantes das investigações e das comunicações em conferências tem também importância, tal como os “working papers” nos processos seminal e de desenvolvimento das unidades de investigação, sendo particularmente importante, quando tal é possível, a integração de estudantes dos ciclos mais avançados em projetos de investigação nacionais ou internacionais, bem como aqueles que têm relação umbilical com o desenvolvimento da sociedade em que a universidade se insere.

O mais evidente exemplo desta última problemática é a atividade do CEAAT, com profunda ligação a diversas autarquias, em cooperação com outras instituições, designadamente o Instituto Superior de Agronomia e de empresas com grande envolvimento de futuros arquitetos.

Uma referência final a uma pequena unidade de características específicas, o CARS – Centro de Análise Económica e Regulação Social, centrado numa linha de investigação – Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito, com 2 livros publicados e participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

A descrição resumida e, tentativamente, integrada das várias atividades descritas no Anexo 4, não reflete, contudo, a falta de coerência de uma estratégia de investigação da UAL, como consequência da legítima preocupação de garantir a acreditação dos seus cursos, em particular, dos seus terceiros ciclos.

Aliás, a falta de coerência é inevitável perante uma legislação sem sentido, como se releva no ponto do relatório sobre Avaliação, onde a ligação entre acreditação de terceiros ciclos e a avaliação das unidades de investigação é o ponto nevrálgico desta potencial incoerência.

E esse ponto nevrálgico é, não é demais repeti-lo, a alínea c) do nº 2 do Artigo 29º do Decreto-Lei nº 65/2018, em ligação com o nº 5 do mesmo artigo.

De notar, desde já, que grande parte das condições que aí figuram estão ligadas à Lei nº 62/2007, o chamado RJIES, permanentemente em revisão permanentemente adiada, por vicissitudes políticas variadas, designadamente os Artigos 14º e 15º, sendo que o primeiro se refere sobretudo a instituições de investigação ligadas a instituições de ensino superior e o 15º a entidades de direito privado, criadas no âmbito de instituições de ensino superior público por iniciativa destas ou de suas unidades orgânicas, curiosamente, ou talvez não, alienando qualquer referência às instituições de ensino superior privado. Esta alienação, tendo em atenção o nº 1 desse artigo que refere que essa criação pode ser feita com outras entidades públicas ou privadas, então estão legitimadas as associações entre instituições de ensino público e instituições de ensino privado.

Com efeito, a alínea c) do nº 2 do Artigo 29º, do Decreto-Lei nº 65/2018, estabelece que a instituição de ensino superior para poder atribuir o grau de doutor tem, como condição necessária, de dispor na área em que o doutoramento for outorgado “recursos humanos e organizativos necessários à realização de atividades de I&D, nomeadamente através da demonstração da integração mínima de 75 % dos docentes do doutoramento em unidades de investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade, obtida na sequência de avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.”.

Só que, só contam para esses 75% os docentes integrados em unidades de I&D integradas na própria instituição de ensino superior (Artigo 13º do RJIES), como unidades orgânicas específicas, isoladas ou comuns a várias instituições de ensino superior (Artigo 14º do RJIES), entidades de direito privado criadas pela instituição de ensino superior do ensino em causa (Artigo 15º do RJIES).

Também podem ser contabilizados os que estão em unidades integradas ou acolhidas numa entidade subsidiária de direito privado que cumpra as condições da alínea b do nº 5 do Artigo 29º ou até polos ou delegações de uma entidade subsidiária de direito privado que cumpra essas mesmas condições.

Esta descrição alargada é para procurar situar as unidades de investigação de uma universidade privada neste contexto, tendo em particular atenção o nº 6 do Artigo 29º do Decreto-Lei nº 65/2018, que estabelece que “A verificação da satisfação dos requisitos nos números anteriores é feita no âmbito do processo de acreditação” (o sublinhado é meu).

Há, desde já, que fazer um conjunto de observações a esta confusão legislativa e, sobretudo, processual.

Em primeiro lugar, alienação de doutoramentos interdisciplinares, quando tanto se reclama por desenvolvimentos interdisciplinares e até Escolas Doutorais que os incorporem, uma vez que se exige só 75% de especialistas de uma só área.

A UAL não esquece nunca a falta de visão da Agência de Acreditação que não foi capaz de ultrapassar a rigidez das regras que sempre referiam uma só área.

Em 2013 (?) a UAL, em conjunto com o ISPA, apresentaram a proposta de um doutoramento em “Psicologia dos Media” que foi bem acolhida pela CAE respetiva, mas não foi acreditado com a famosa frase “em discordância desfavorável com a CAE”, basicamente porque não estava bem definida qual a área científica do doutoramento.

Continuaremos assim, impedindo a formação de unidades de investigação interdisciplinares?

Em segundo lugar, mas não irrelevantemente, através da demonstração da integração mínima de 75% dos docentes do doutoramento em unidades de investigação com a classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade (cá estamos outra vez na alienação da interdisciplinaridade), obtida na sequência da avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia” (os sublinhados são meus).

Começando pelo último sublinhado não se pode deixar de salientar a grave dependência da criação de um doutoramento de uma decisão tomada por uma entidade, sem qualquer poder regulador, ainda por cima em concursos com objetivos de atribuição de

financiamentos, portanto, com restrições implícitas da capacidade de financiamento e, sobretudo, com descontinuidade temporal, com programas concursais de, em princípio, de 4 em 4 anos, quando não mais, já que muitas vezes, como aconteceu agora, a FCT não cumpre os calendários que ela própria estabelece. Isto significa que as Instituições de Ensino Superior estão presas na sua estratégia de criação desse ciclo de estudos pela programação da FCT e pelo cumprimento do seu próprio programa. Não deixa, aliás, de ser estranho e preocupante que a própria Agência de Acreditação (A3ES) já tenha mesmo referido, a propósito da acreditação dos terceiros ciclos, estar à espera das decisões da FCT. É que, de facto, quem define, com as restrições já referidas, o acesso a uma real avaliação de uma proposta de acreditação de um doutoramento é a FCT. Isto não faz qualquer sentido, tanto mais, como se evidencia no ponto da Avaliação deste Relatório, que a FCT não tem condições exigidas para responder com rigor à isenção a estas exigências, para além de não fazer sentido que a acreditação não seja integralmente feita pela Agência respetiva.

Acresce, ainda, que ao referir-se 75% dos docentes do doutoramento se faz, implicitamente, referência ao curso que integra todo o terceiro ciclo, quando o doutoramento é constituído por uma tese, podendo, ou não, haver um curso. Portanto, o que está em causa é a capacidade de investigação do doutorando e, em particular, do lado do docente, a capacidade de Orientação, para além de assegurar a presença do Doutorando num ambiente de investigação científica que estimule a sua capacidade crítica e de encontrar a hipótese certa a testar ou a comentar.

Regressando ao segundo sublinhado, o tal que refere a demonstração da presença dos tais 75% de docentes em instituições referidas nos artigos já citados, e que deverá ser verificada em sede de acreditação, ou seja, na avaliação da A3ES que interpretará a intrincada legislação dos artigos que referimos, lançando alguma indefinição sobre os resultados de acordos entre unidades de investigação de instituições de ensino superior, no que toca à contabilização dos investigadores para fins de acreditação.

E este é um desafio que a UAL tem pela frente, já que a preocupação assinalada de procurar, e bem, garantir a necessária acreditação de terceiros ciclos de ensino levou, nos últimos anos, a uma afetação dos seus docentes/investigadores com maior experiência e

níveis de publicação a serem integrados em unidades de investigação de outras Instituições de Ensino Superior com classificações de, pelo menos, Muito Bom, atribuídas pela FCT, mesmo investigadores de unidades da UAL com alguma visibilidade como o CIP, classificado com Bom e do OBSERVARE que já havia também obtido essa classificação em anterior concurso de financiamento da FCT.

Nestas circunstâncias, duas questões se levantam: A primeira, qual a estratégia a seguir dentro da UAL, ou seja, qual a lógica de funcionamento das atuais unidades da UAL, acrescentando, como dificuldade, o facto de o modo de ligação às outras unidades exteriores à UAL serem diferenciadas: desde presença de investigadores isolados até à presença de um polo, com corresponsabilidades de gestão da unidade em que se integra, até à participação em grupo, mas sem capacidade de gestão.

Como definir, então, a estratégia de investigação se, no fundo, a UAL está dependente da estratégia das unidades externas, na maioria dos casos?

É que, em qualquer dos 3 casos, docentes/investigadores da UAL estão integrados (o sublinhado é meu) nessas unidades externas, só variando o modo como essas unidades se relacionam com a UAL. Dir-se-á que podem esses docentes/investigadores continuar como participantes nas atuais unidades da UAL, em parceria com os outros docentes/investigadores, se os houver, que não foram integrados nas unidades exteriores. Mas como se fará essa articulação e com que objetivos?

Não será, antes, de encarar uma reformulação dessas unidades, internamente, numa lógica de criação de dimensão interdisciplinar, procurando desenvolver a capacidade interna através de incorporação dos doutorandos quiçá também dos mestrandos, criando uma semente de dinâmica de investigação?

A segunda questão é relativa à garantia da sustentabilidade das relações atualmente estabelecidas, designadamente no que toca à razão última do estabelecimento dessas ligações – a acreditação de terceiros ciclos.

Que acontecerá se alguma ou algumas das unidades que agora têm a classificação de, pelo menos, Muito Bom, virem a sua classificação baixar? Põe-se em causa a existência de terceiros ciclos associados a essa acreditação?

O intrincado articulado das condições de contabilização dos 75% de docentes/investigadores, integrados, designadamente a interpretação do nº 6 do Artigo 29º do Decreto-Lei nº 65/2018 não parece que dê grande segurança jurídica às situações criadas.

O Reitor não pode, nem deve, nesta situação de incerteza, agravada ainda pelo que irá suceder ao RJIES, com clara influência sobre este tema e ainda na “luta” generalizada para que, mesmo que a FCT continue a ser a “porta de entrada”, como condição necessária que é, para a acreditação de terceiros ciclos, deixar de fazer as reflexões anteriores, tanto mais que boa parte das decisões assumidas e o estado real e funcional das relações estabelecidas quase lhe seja alheio.

Apenas uma unidade, de criação recente, tem tido o cuidado de informação permanente desde a sua fundação e em todos os passos do seu desenvolvimento: o CICEE (Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais).

Foi criado de raiz e apostou-se na sua capacidade de ter uma acreditação positiva, mesmo isoladamente, por parte da FCT.

O CICEE está registado na FCT e ficou aguardando que o Programa de Avaliação da FCT, um contexto de atribuição de financiamento às unidades de I&D aparecesse, finalmente, o que ocorreu durante o ano de 2024.

A proposta apresentada, dados os eixos de investigação escolhidos em consonância com as valências e interesses dos investigadores integrados, muitos deles de fora da UAL, a quem o Reitor agradece toda a colaboração e um empenho e disponibilidade nunca postos em causa, em contraste flagrante com o inaceitável alheamento da grande maioria dos docentes do departamento respetivo, levaram a proposta a escolher uma CAE centrada na área da Gestão, com Economia como área secundária.

Não tendo havido um número suficiente de candidaturas em que Economia seria a área principal (apenas 3, quando eram necessárias, no mínimo, 5), contra a manifesta vontade reiteradamente manifestada, em vários momentos, pela UAL, não só pelo coordenador da candidatura e Diretor do CICEE, mas também pelo Presidente da Entidade Instituidora e pelo Reitor, junto da Presidente da FCT, a proposta do CICEE foi incluída numa CAE com

Economia como área principal e Gestão como área secundária, pervertendo, completamente, até pela composição da CAE entretanto revelada, os objetivos da candidatura do CICEE, tendo em atenção que se trata de um concurso competitivo pelo financiamento e não pela avaliação avulsa da capacidade da unidade de I&D em causa.

A situação é particularmente grave, pondo em causa todo o investimento feito pela Entidade Instituidora e, fundamentalmente, e por todo o esforço, dedicação e qualidade do trabalho desenvolvido pela sua direção, em particular pelo seu Diretor, Prof. Doutor Mário Coutinho dos Santos e por todos os que se empenharam na afirmação do Centro.

O processo continuou pelo ano letivo 2024/2025, tendo sido decidido não se receber a CAE nomeada, ficando em aberto o futuro do CICEE, sem embargo de o Reitor ter continuado, e continuará, a não deixar de usar todos os meios ao seu alcance para pôr em causa a FCT, sem esquecer a discricionariedade, com claras irregularidades, na aplicação dos regulamentos que ela própria estabeleceu, bem como o processo de “diálogo” que estabeleceu com a UAL e com a Entidade Instituidora.

No fundo, muito mais que o financiamento da atividade de I&D, que pode fazer sentido estar sediado na FCT, está em causa o funcionamento de uma Universidade, não só na área da Investigação, mas também e, sobretudo, na própria estruturação dos seus ciclos de estudos, o que é absolutamente inadmissível.

2. Cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e Entidade Instituidora

Na senda do assumido no relatório relativo ao ano letivo de 2022/2023, este capítulo debruça-se, fundamentalmente, sobre a governação global da UAL, atendendo às competências e consequentes e necessárias coordenações com os outros órgãos de governação da UAL – Conselho Científico e Conselho Pedagógico, bem como com a sua Entidade Instituidora, à qual compete, conforme o Artigo 12º dos Estatutos da UAL, a sua gestão, nomeadamente nos domínios administrativos, económicos e financeiros, patrimonial e de recursos humanos.

Para além disso, tal como estabelece o Artigo 8º dos Estatutos da UAL, é a Entidade Instituidora que tem “a competência para a criação de estudos que visem conferir graus académicos, ouvidos o Reitor, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico, bem como, em articulação com a UAL, a promoção e “a melhoria contínua da qualidade das suas (da UAL) atividades, órgãos e serviços, baseada num sistema interno de garantia da qualidade que inclui autoavaliação e respetivos procedimentos” (nº 2 do Artigo 5º dos Estatutos da UAL). Neste contexto, este capítulo do Relatório integrará também problemas relativos às questões da Qualidade e Acreditação e Internacionalização.

Como se referiu no relatório precedente, tendo em atenção a necessidade crescentemente sentida de revisão dos estatutos que já são de 2016, face às evoluções legislativas, tecnológicas e exigências de acreditação, procura-se dar contributos para a eventual melhoria dos estatutos no âmbito destas questões de governação.

2.1. Conselho Científico

O Presidente do Conselho Científico, Prof. Doutor Manuel Guedes Valente elaborou um “Relatório das Atividades Desenvolvidas” no ano letivo de 2023/2024 que consta do Anexo 5 – Relatório de Atividades do Conselho Científico do presente Relatório.

O Reitor agradece o seu envio e, neste ponto, com o espírito referido no final da introdução deste capítulo, resume as atividades que são referidas no anexo e apresenta algumas reflexões que lhe são suscitadas pelo conteúdo de Relatório.

Foram realizadas 10 reuniões do Conselho Científico, com uma presença média de um pouco mais de 13 conselheiros entre os 23 que foram votados, continuando sem se atingir o número de 25 membros estabelecidos no nº 1 do Artigo 21º dos Estatutos da UAL. Tal é devido a sistematicamente não se dar seguimento ao referido nº 2 desse artigo que estabelece que “O Conselho Científico integra ainda 2 membros convidados, escolhidos entre professores ou investigadores de outras instituições ou personalidade de reconhecida competência no âmbito da Missão da UAL”. Esta reiterada omissão também poderá ser consequência do não estarem clarificados nem a competência para proceder aos convites, nem os critérios que devem presidir a tal convite. Será, eventualmente, um problema a visitar na revisão dos Estatutos.

No que toca à frequência, há que registar, com preocupação, a baixa taxa média (58,1%), claramente abaixo de anos precedentes, tanto mais de estranhar quanto é certo que estão disponíveis, em simultâneo, a via presencial e por videoconferência, sendo de assinalar que foi relativamente pequena a variabilidade do número de presenças (mínimo de 12 e máximo de 16).

O relatório salienta um notável aumento de duração das reuniões, passando de uma média de 0,85 horas em 2022/2023 para 1,87 horas (ligeiramente mais que o dobro) em 2023/2024.

Nas conclusões o relatório refere que “As reuniões decorreram com toda a cordialidade e com debate participativo de todos/as os/as Conselheiros/as sobre os vários temas que foram submetidos a deliberação ou que foram colocados em debate pelo Presidente ou por um/a Conselheiro/a presente”. Naturalmente acolhe-se com satisfação o aumento do debate, quiçá também do número e da qualidade dos assuntos a tratar em cumprimento das competências estatutárias que estão conferidas a este Conselho, saudando-se, ainda, o convite aos Diretores de Departamento para estarem presentes em assuntos da sua competência, embora a atividade e as responsabilidades do Direito de Departamento estejam mais ligadas à parte pedagógica e, conseqüentemente, ao papel do Conselho

Pedagógico, sem embargo da competência do Conselho Científico expressa na alínea p) do Artigo 22º dos Estatutos, de “Deliberar sobre a distribuição do serviço docente a submeter à homologação do Reitor”.

É, entre outros, um tema de coparticipação dos dois Conselhos e do Reitor, cumprindo a lógica da estrutura de governação tripartida já referida e que, no que toca à homologação do Reitor, tem sofrido vários hiatos ou situações de facto consumado que, no entanto, não resultam do funcionamento do Conselho Científico.

Mais relevante ainda, atentas as suas competências, e até fazendo jus à sua designação, foi o convite para as reuniões do Conselho dos responsáveis pelas diversas Unidades de Investigação da UAL, tendo já sido concretizadas algumas dessas reuniões.

Efetivamente, o Artigo 22º que estabelece as competências do Conselho Científico dá, com naturalidade, grande peso à área da investigação que, por isso mesmo, deve constituir o “ponto forte” da sua atividade. Assim, as alíneas b) Apreciar o plano das atividades científicas; e) Apreciar o plano de atividades de investigação; g) Promover, estimular, orientar e pronunciar-se sobre projetos de investigação, constituem com a alínea f) (esta já com componente da docência e, portanto, de âmbito também pedagógico) um conjunto de condições enquadradoras do processo de investigação na UAL que é importante ter em particular atenção. É certo que também aqui o Diretor de Departamento é, como estabelece o nº 1 do Artigo 33º, Presidente da Comissão Científica do respetivo departamento e, além disso, segundo a alínea c) do Artigo 30º, também lhe compete assegurar a coordenação dos Diretores dos Centros de Investigação das áreas científicas que integram o seu departamento. Contudo, o nº 1 do Artigo 34º, relativo à composição da Comissão Científica, estabelece que, “Nos casos em que o Diretor de Departamento não possua o grau de doutor, deverá o Presidente da Comissão Científica ser eleito de entre os professores habilitados com aquele grau”.

Assim, de algum modo se reconhece que o Diretor de Departamento, a quem compete, fundamentalmente, (nº 1 do Artigo 29º “A orientação, coordenação e gestão de cada Departamento...”, não tem de possuir, necessariamente, competências especiais na área da investigação, pondo-se a questão de saber se fará sentido que o Diretor de Departamento seja também o Presidente da Comissão Científica respetiva.

Aliás, no campo das relações dos departamentos com o Conselho Científico, e é disto que se trata neste caso, há que ter na devida atenção que (nº 3 do Artigo 22º) “O Conselho Científico pode delegar na Comissão Científica dos Departamentos, as competências previstas nas alíneas l) (Aprovar a composição dos júris de concurso e provas públicas e submetê-las para homologação ao Reitor) e n) (Deliberar, de acordo com a legislação aplicável, sobre a admissão de candidatos a provas de mestrado e doutoramento e designar, se solicitado pelos interessados, professores orientadores para a elaboração das respetivas teses e dissertações) do n.º 1.

Esta delegação que já acontece para os mestrados, evidencia a necessidade de uma relação estreita entre o Conselho Científico e as Comissões Científicas e, tendo em atenção as especializações das diversas áreas, uma delegação cautelosa e acompanhada por parte do Conselho Científicos, permite a este debruçar-se sobre os planos mais gerais da Universidade, designadamente mantendo um equilíbrio entre os diversos departamentos e unidades de investigação e, sobretudo, poder discutir e deliberar sobre temas multidisciplinares que são, crescentemente, relevantes.

Naturalmente, esta delegação de competências pressupõe um comportamento rigoroso por parte de quem sofre a delegação, sem o que a confiança, que é o elemento fundamental da delegação, fica em causa.

E esta não é questão menor, porque o Reitor já detetou e teve de corrigir propostas para homologar vindas diretamente de Comissões Científicas em que os júris de mestrado não respeitavam as regras regulamentares estabelecidas.

Aliás, esta questão da delegação não é de somenos importância para o regular e eficiente funcionamento do Conselho Científico que, com uma delegação confiante e confiável, terá tempo para se dedicar às questões de natureza científica atrás assinaladas.

Basta verificar através do Anexo 5 que boa parte do tempo das reuniões é dedicado à aprovação de Júris de Doutoramento (dos quais não pode abdicar, é certo, quando os doutoramentos forem interdisciplinares), à aprovação de candidaturas individuais e doutoramentos ou a indicação de Orientadores de teses, embora neste caso haja que ter em atenção o conteúdo do doutoramento.

É também muito claro que houve um maior e melhor funcionamento do Conselho face ao ano precedente, sobretudo na atenção aos problemas de natureza científica, em particular os relativos à discussão e aprovação de “pós-docs” pelo seu claro papel no desenvolvimento do processo de investigação na UAL.

Por último, não pode deixar de se acolher com apreço a colaboração com a Autónoma Academy no que toca à aprovação de ECTS em unidades curriculares nos cursos aí desenvolvidos. É uma ligação relevante à formação superior contínua, ela própria tantas vezes ligada aos problemas empresariais ou da sociedade civil, para além de, não menos relevantemente, contribuir para a melhoria da formação pessoal e até profissional dos participantes dos cursos da Autónoma Academy.

E, pela natureza abrangente, diversificada e, frequentemente, multidisciplinar ou interdisciplinar, não se vê que o papel do Conselho Científico possa deixar de ser por ele devidamente assumido.

Este conjunto de observações, plasmadas pelo espírito de melhoria contínua e de necessidade de adaptação às condições rapidamente mutáveis da Sociedade e da necessidade de a Universidade ser capaz de lhes responder, levanta o problema da eventual necessidade de repensar a composição, e o modo de a concretizar, do Conselho Científico. Este e outros pontos, dada a ênfase no papel que o Conselho Científico pode e deve representar no campo da investigação, estão já enquadrados no ponto 1.2 deste Relatório – Atividades científicas e de investigação.

2.2. Conselho Pedagógico

O Relatório do Reitor tem como referência neste ponto, como é natural e tem sido prática, o Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico relativo ao ano letivo 2023/2024, que consta do Anexo 6 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico.

O primeiro ponto desse relatório, designado por “Caraterização do Conselho Pedagógico” dá sobretudo conta da sua composição global, chamando a atenção para a necessidade de manter nesse Conselho a paridade entre o número de docentes e o número de estudantes que, de novo, e apesar dos esforços da Presidente e da Vice-Presidente, não foi conseguido.

É bem sabido que a manutenção da paridade, sobretudo no início do ano letivo, é dificilmente concretizável, já que há estudantes pertencentes ao Conselho que terminam os seus ciclos de estudo e não têm condições para continuar a representação que tinham.

Nessa perspetiva, e com o objetivo de ultrapassar a situação, foram promovidas no final de 2023, para 10 cursos que estavam em situação de vacatura de representação estudantil, eleições para eleger os 10 dos estudantes em falta. Infelizmente, apenas votaram 10 estudantes de 6 cursos, apesar de o relatório referir que tal aconteceu “não obstante todos os esforços desenvolvidos em prol da respetiva participação” e terem sido identificados 50 estudantes elegíveis.

Deste modo, ficaram sem representação o Doutoramento em Arquitetura, os Mestrados em Direito e Ciências Jurídico-Policiais, Engenharia Informática e de Telecomunicações e as licenciaturas em Ciências da Comunicação, em Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações e Psicologia. Se, dado o processo eleitoral, o pequeno número de estudantes do Doutoramento e dos Mestrados e da licenciatura em Engenharia Informática e de Telecomunicações, já é menos aceitável o que se passa nas outras duas licenciaturas que têm um número de estudantes apreciável.

Continua, pois, sem solução um problema que não pode ser descurado. Independentemente das necessidades de alteração dos Estatutos da UAL que já levou a uma solução provisória, assinalada no Relatório do Reitor do ano letivo precedente, com a criação de duas secções e das eventuais alterações que resultarão de nova versão do RJIES, o atual Estatuto da UAL contém possibilidades de ultrapassar a situação, desde que haja um funcionamento regular dos Conselhos Escolares de todos os departamentos.

Assim, a alínea c) do número 1 do Artigo 37º estabelece, na constituição desse Conselho, que integrará dois estudantes eleitos pelos respetivos pares e o número 2 do Artigo 38º estabelece como competência desses conselhos “solicitar a intervenção do Conselho pedagógico no âmbito das suas competências sobre assuntos que o departamento lhe entenda submeter”.

Aliás, as competências conferidas a estes Conselhos incentivam, se não mesmo exigem, uma ligação estreita ao Conselho Pedagógico, sendo certo que em todo o Anexo 6 não se

vê qualquer referência aos Conselhos Escolares. Tendo em atenção que o Conselho Pedagógico funciona para toda a Universidade, o Reitor, tal como acontece na relação entre as Comissões Científicas e o Conselho Científico no caso da investigação e dos conteúdos científicos dos cursos, entende que para melhor informação do Conselho Pedagógico em temas que especificamente digam respeito aos cursos, aos estudantes ou docentes de um dado departamento, também pode solicitar a intervenção do respetivo Conselho Escolar. No limite, e tendo falhado o processo eletivo, solicitar que o lugar, ou lugares, em aberto no Conselho Pedagógico na sequência de eleição para escolha dos seus membros, possam ser preenchidos por indicação dos Conselhos Escolares.

O que não é razoável é que os estudantes permaneçam em sub-representação no Conselho que trata fundamentalmente das questões ligadas ao processo ensino/aprendizagem, incluindo, designadamente (Artigo 25º), “apreciar as queixas pedagógicas e propor as providências necessárias, promover a realização da avaliação de desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes e a sua análise e divulgação”, “elaborar e aprovar o regime geral de avaliação de conhecimentos”, “pronunciar-se sobre o calendário letivo e o de exames” e, não menos relevantemente, “pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e avaliação”.

O segundo capítulo do relatório do Anexo 6 descreve as atividades desenvolvidas no ano letivo 2023/2024, repartindo por três tipos: correntes, especiais e avaliações.

Nas correntes estão fundamentalmente as que dizem respeito aos horários e calendário de exames, de ratificação do calendário escolar, do parecer obrigatório sobre a criação de novos cursos ou de alteração de plano de cursos e a aprovação dos inquéritos pedagógicos a estudantes.

Figura também entre essas atividades a “emissão de declarações de representação do Conselho Pedagógico em júris de nomeação de professores associados e professores catedráticos, dando cumprimento ao disposto no nº 4 (alínea b) e nº 5 do Artigo 20º do Regulamento 301/2022 (Estatuto da Carreira Docente da UAL). Efetivamente, estando previsto nesse estatuto a promoção interna de docentes da UAL que satisfaçam um conjunto de condições, tem lugar um concurso nominal em que é formado um júri, também com participação de membros exteriores à UAL, em que um dos membros internos é o

Presidente do Conselho Pedagógico. Nesse sentido, a Presidente do Conselho Pedagógico terá de indicar algum dos membros desse Conselho que a substitua no caso da categoria a que o docente concorre, ser superior à sua, o que já aconteceu em vários casos.

Entre as atividades especiais, no fundo as que correspondem a competências do Conselho, mas que são singulares, como o que acontece com a revisão do Regulamento Geral de Avaliação de conhecimentos (EGAC), para o qual foi constituído um grupo de trabalho “auscultando os diversos departamentos para fins de apreciação do documento”, bem como outro grupo destinado à “conceção de inquéritos satisfação destinados aos estudantes dos segundos e terceiros ciclos”, ou à “atualização da página Web do Conselho no sítio eletrónico da Universidade Autónoma de Lisboa”.

Esta última corresponde a ir ao encontro de uma referência no Relatório do Reitor relativo ao ano precedente, pois é fundamental ter em atenção que esse é um veículo indispensável de informação interna e externa e, nesse sentido, não deverá ser encarado como atividade especial”, mas sim como “atividade corrente”, pois é curial que a informação esteja sempre atualizada.

Isso é visível no terceiro tipo de atividade – as reuniões. Neste campo, vale a pena lembrar o que refere o Estatuto da UAL a este propósito no seu Artigo 26º.

No ponto 1 estabelece-se que: “O Conselho Pedagógico tem uma reunião ordinária trimestral durante o ano letivo e as reuniões extraordinárias consideradas convenientes pelo seu presidente ou por, pelo menos, dez dos seus membros.”

E no ponto 2 “De cada reunião é lavrada ata pelo membro do Conselho para esse efeito designado, a qual, depois de aprovada, é assinada pelo presidente e por quem a lavrar.”

O relatório do Anexo 6 refere apenas duas designadas “assembleias plenárias” (também designadas por assembleia geral ordinária), uma em 11-01-2024 e outra em 29-05-2024 em que foram, fundamentalmente, votados os pontos já referidos na descrição das atividades correntes e algumas especiais, merecendo referência especial a “Apreciação da proposta de ações corretivas relativas ao Conselho Pedagógico consequente à Auditoria Interna ao Sistema de Qualidade da UAL, realizada aos 5 e 6 de junho de 2023”.

Em princípio estaria em causa o cumprimento do estabelecido no nº 1 do Artigo 26º que estabelece uma reunião trimestral, o que, em princípio, imporá 3 reuniões ordinárias.

No entanto, dada a atual composição e estrutura do Conselho Pedagógico, essa conclusão pode ser inadequada.

Com efeito, logo a seguir à descrição das agendas das duas reuniões referidas, se indica que “foram efetuadas várias reuniões e estabelecidas várias comunicações entre as responsáveis do Conselho Pedagógico e entre estas” e os diversos grupos de trabalho em funcionamento, o Gabinete da Qualidade e a Administração Escolar e o Gabinete de Recursos Humanos, tendo em atenção as competências do Conselho Pedagógico no que toca, respetivamente, à elaboração dos Inquéritos Pedagógicos, a eleição do corpo discente do Conselho e o calendário escolar.

Por outro lado, há que ter em particular atenção o balanço de atividade desenvolvida pelo Conselho Pedagógico apresentado também no Anexo 6, em que se salienta a conclusão do “Layout do Inquérito do Primeiro Ciclo”, tendo sido o questionário “colocado em produção nos inquéritos referentes ao segundo semestre do ano letivo 2023/2024”, tal como foram concluídas todas as designadas “Atividades Administrativas” da responsabilidade do Conselho (aprovação dos calendários e horários de exames e Calendário Escolar”.

Continuam em curso duas atividades já especificadas, ou seja, Análise e Revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e as Respostas às Recomendações Resultantes da Auditoria Interna Realizada em julho 2023.

Merece em especial referir desse balanço o que diz respeito à primeira destas duas atividades. Assim, é referido que foi enviado pelo Conselho aos Diretores de Departamento a solicitação para se pronunciarem sobre esse assunto, mas só dois diretores responderam à solicitação.

O Reitor não pode deixar passar em claro esta situação e reforçar a falta sentida pelo Conselho Pedagógico, já que, em várias situações de funcionamento dos departamentos em que o Reitor deveria ter prévio conhecimento ou, no mínimo, acompanhamento dessas situações, acontece o mesmo e, curiosamente, ou talvez não, com a exceção dos 2 diretores também referidos pelo Conselho Pedagógico.

Mas há outra razão para o Reitor não deixar passar em claro esta referência, já que faria sentido que essa solicitação fosse avaliada nos Conselhos Escolares dos departamentos, o que parece evidenciar que algo não vai bem no funcionamento desses Conselhos.

Uma nota, ainda, para uma atividade de mérito indiscutível, e que ainda não foi iniciada: “Elaboração do Manual de Acolhimento a Novos Alunos”. Fica indicado que “será um projeto que poderá vir a ser revisado, mas as atividades com a revisão dos questionários e RGAC foram colocadas em 1º plano”. Pena é que, no último ponto do Anexo 6, relativo a atividades planeadas para 2024/2025, enquanto se dá seguimento às duas atividades que estiveram na base de não se ter iniciado a elaboração desse Manual, bem como seguimento à resposta a dar às Recomendações resultantes da referida Auditoria Interna, não apareça qualquer referência a esse Manual, de especial interesse para os estudantes.

Em contrapartida, surge uma nova atividade – “Reflexão acerca das implicações pedagógicas do processo de Internacionalização” que se reconhece ser um assunto estratégico para a UAL, mas que aparece indicado por uma situação particular, ou seja, “No seguimento da integração da nossa Universidade na Alliance Diverse e a atribuição do selo excelência, o Conselho Pedagógico tem a intenção de desenvolver contactos com os responsáveis do processo para colaborar naquilo que possa ser da sua competência”.

Obviamente o Reitor compreende e apoia a atenção estratégica da UAL ao problema da Internacionalização e respeita a independência do Conselho Pedagógico, tal como a do Conselho Científico, como órgão de governo da UAL (nº 1 do Artigo 14º do Estatuto da UAL), como não ignora as suas competências estabelecidas no nº 1 do Artigo 16º desses Estatutos: “O Reitor é o órgão de representação externa da U.A.L. e de coordenação geral das atividades dos restantes órgãos académicos.”

Também a alínea e) do Artigo 17º estabelece que compete ao Reitor “Assegurar o normal funcionamento da U.A.L e defender os seus legítimos interesses, intervindo diretamente nas competências das suas unidades orgânicas sempre que razões ponderosas o justifiquem, no quadro da cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e com a Direção da Entidade Instituidora”.

É nesse sentido, e só nesse, que deve ser lida a referência anterior relativamente à opção tomada pelo Conselho Pedagógico. Mas há que não esquecer, no desenvolvimento deste ponto do relatório, que estava em causa a avaliação do cumprimento das exigências relativas às reuniões estabelecidas nos Estatutos.

Retomando o assunto, e para além das competências já aduzidas, há um outro dado mais relevante para avaliação do problema.

No Relatório do Reitor relativo aos ano precedente foi pormenorizadamente especificada a alteração do funcionamento do Conselho Pedagógico devido ao elevado número de membros que o constituem, optando pela consideração de duas secções, uma integrando os primeiros ciclos e outra integrando os segundos e terceiros ciclos, sem prejuízo de, como foi também salientado, os terceiros ciclos terem características mais diferenciadas dos outros dois, mas que só seriam concretizadas através da existência de uma Escola Doutoral, o que não é o caso, por ora, na UAL.

Ora, havendo duas secções, com as suas reuniões específicas, há que reavaliar o número de reuniões neste contexto, podendo já não fazer sentido três reuniões plenárias, já que o adjetivo “plenária” nem sequer tem sentido no estatuto atual, pois as reuniões aí referidas estão adjetivadas de modo diferente.

Neste sentido, entende o Reitor que não se pode considerar inadequada a realização de só duas reuniões plenárias, desde que haja reuniões das suas secções referenciadas, embora o relatório do Anexo 6 não lhes faça referência específica.

Ultrapassado este assunto, há outro que não pode deixar de ser abordado e que não consta do relatório do Anexo 6, ou seja, o nível de presenças dos membros do Conselho em cada reunião, não só para avaliar o empenho dos seus membros na participação no Conselho Pedagógico, mas também, e não menos relevantemente, avaliar a relação docentes/estudantes em cada reunião face ao pretendido equilíbrio que deve existir nas decisões do Conselho Pedagógico. Aliás, estas preocupações do Reitor são legitimadas pelas indicações dadas no Anexo 6, não só quanto ao desinteresse dos estudantes perante a eleição realizada, mas também pelo conjunto de membros do Conselho no que toca à revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos. É que, no balanço do ano

letivo de 2023/2024, o relatório indica que “Também os membros do CP, quer docentes, quer discentes, na sua grande maioria não enviaram contribuições para o grupo de trabalho”.

Perante estas dificuldades, o Reitor quer deixar bem expresso o seu apreço às Doutoradas Ana Quaresma e Maria Luísa Jacquinet pelo trabalho desenvolvido e pela preocupação de informação sobre os problemas que continuamente defrontaram.

2.3. Entidade Instituidora

O nº 1 do Artigo 12º dos Estatutos da UAL estabelece que “Compete à Entidade Instituidora a gestão da U.A.L., designadamente, nos domínios administrativo, económico, financeiro, patrimonial, disciplinar e de recursos humanos” e o Artigo 8º, relativo à criação de ciclos de estudos estabelece: “1 - A competência para a criação de ciclos de estudos que visem conferir graus académicos cabe à Entidade Instituidora, ouvidos o Reitor, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico. 2 - A integração dos ciclos de estudos nas Unidades Orgânicas compete à Entidade Instituidora.”

Por outro lado, a alínea e) do nº 1 do Artigo 17º do mesmo Estatuto, relativo às competências do Reitor, estabelece que ao Reitor compete “Assegurar o normal funcionamento da U.A.L e defender os seus legítimos interesses, intervindo diretamente nas competências das suas unidades orgânicas sempre que razões ponderosas o justifiquem, no quadro da cooperação com os Conselhos Científico e Pedagógico e com a Direção da Entidade Instituidora.”

É evidente, portanto, como já foi claramente salientado nos relatórios anteriores, que a articulação entre a Reitoria e a Entidade Instituidora, que tem sido sempre preocupação de ambas, é particularmente significativa nos assuntos relativos à Acreditação Institucional e à criação de novos cursos e, também, unidades de investigação, em rigoroso cumprimento dos Estatutos acima invocados.

2.3.1. Qualidade e Acreditação

Como já foi sistematicamente referido nos relatórios precedentes, o processo de acreditação não é separável, antes tem âncora, nos Sistema de Garantia da Qualidade e na avaliação intrínseca da qualidade das instituições e dos seus ciclos de estudos.

Torna-se fastidioso referir sistematicamente as mesmas coisas, mas quando elas se mantêm, ou mesmo agravam, como é o caso, não se pode abandonar o tema em causa.

Não se pode esquecer que uma Instituição de Ensino Superior para ter a designação de Universidade, tem de possuir em conjunto números mínimos do primeiro ciclo, segundo ciclo e terceiro ciclo de estudos.

O nível de autonomia universitária não permite que a instituição consiga, por si mesma, atingir esses mínimos, já que há um sistema de regulação que impõe as condições e avalia o seu cumprimento para que a concretização seja possível.

Essa regulação tem sido, de algum modo, aliviada pelo processo de Avaliação Institucional e respetiva Acreditação de que várias instituições já gozam e que deve ser reconhecido. Mas, basicamente, o processo de regulação está, ou devia estar, concentrado na Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Ora, independentemente da avaliação que se faça sobre a atuação da A3ES, não há dúvida que a própria Agência está condicionada na sua atuação.

Em primeiro lugar porque, obviamente, tem de aplicar as leis e regulamentos da República que, além de desajustados, são entre si, frequentemente inconsistentes, quando não contraditórios.

Em segundo lugar porque, como consequência de tal legislação, nomeadamente pelo famigerado Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, cerceia as competências da A3ES no que toca à avaliação e acreditação de terceiros ciclos. De facto, esse decreto-lei, na alínea c) do nº 2 do Artigo 29º (modificando o Decreto-Lei nº 74/2006 e todas as versões subsequentes) impõe que para conseguir conferir o grau de Doutor é necessário que uma instituição “Disponham, nessa área, dos recursos humanos e organizativos necessários à realização de atividades de I&D, nomeadamente através da demonstração da integração mínima de 75% dos docentes do doutoramento em unidades de investigação com a

classificação mínima de Muito Bom nesse ramo do conhecimento ou sua especialidade, obtida na sequência de avaliação desenvolvida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.” (o sublinhado é meu).

No ponto anterior deste relatório relativo à Investigação na UAL, já ficou descrito o comportamento da Instituição (FCT) a quem foi dada a competência para decidir quais as propostas de criação de terceiro ciclo que podem ser avaliadas pela A3ES, corrompendo assim um processo. E essa corrupção é agravada pelo comportamento da FCT. É que esta cria os seus planos de avaliação que, em princípio, se fazem de 4 em 4 anos e que, nem sempre são cumpridos, alargando esses prazos, num contexto de aplicação de fundos de apoio ao investimento, necessariamente restritos. Isto significa que uma Unidade de Investigação, criada para ancorar um novo curso de terceiro ciclo, tem de esperar mais de 4 anos para ser avaliada, ainda por cima no contexto de um concurso, em lugar de uma avaliação específica que lhe é devida, já que o seu objetivo é ser avaliada e não como primeiro objetivo ser financiada.

É tempo de conferir à A3ES e às CAE que nomeia a legitimidade e correlativa competência para integralmente avaliar o mérito de todo e qualquer terceiro ciclo de estudos.

Isso é tanto mais justo e coerente por não só colocar o processo de avaliação/acreditação na Agência que para isso foi criada, como, além do mais, o tal Decreto-Lei nº 65/2018 se fundamentar, no seu preâmbulo, num relatório inexistente à altura da publicação do decreto-lei. Com efeito, escreve-se nesse preâmbulo: “Para dar acolhimento às recomendações formuladas pela OCDE, é essencial proceder à revisão do regime jurídico dos graus e diplomas de ensino superior...”

Ora o Relatório da OCDE que comporta Recomendações foi publicado em setembro e o Decreto-Lei é de agosto. O que havia era um “Draft” que foi sujeito a discussão pública, na qual o Reitor da UAL participou em duas sessões, que foi alvo de várias críticas e sugestões e que tem claramente escrito na página frontal: “This note is a summary of the findings and main recommendations of the review. It is a draft document for consultation purpose only. The document reflects the results of the Review at a pre-final stage and has not yet benefited from the comments of the Portuguese authorities.”

Mas a confusão legislativa nesta matéria resulta da manutenção do RJIES sem alteração, após várias tentativas falhadas de revisão, e que, por isso mesmo, dada a evolução da situação no Ensino Superior, é posto em causa. Esperava-se que, desta vez, a revisão concretizasse e tornasse consistente toda a legislação e regulação do Ensino Superior em Portugal, mas a queda do Governo deixa, de novo, tudo em aberto.

No que toca à A3ES é ainda importante modificar o processo de avaliação dos recursos das Instituições de Ensino Superior perante as propostas de decisão por parte do Conselho de Administração da A3ES. O chamado Conselho de Revisão tem de ser completamente modificado, bem como a sua competência, em particular podendo ajuizar sobre o conteúdo das propostas, para além das condições formais, com relevo para situações em que não haja sintonia entre a posição do Conselho de Administração da A3ES e da proposta de decisão da CAE.

Qualquer processo de avaliação e decisão tem de ser consistente e transparente, integrando um contraditório credível. É isso que está em causa e justifica esta posição no início deste ponto do Relatório do Reitor que não foge, entretanto, a reconhecer que algumas decisões desfavoráveis às propostas da UAL são responsabilidade própria.

E é aqui que emerge o conceito de “Qualidade”, pois é, ou deve ser, o fundamento dos processos de avaliação e de acreditação.

Para que a “Qualidade” necessária seja concretizável exige-se a criação de um processo de construção das propostas bem especificado e partilhado, construtiva e criticamente, por todos órgãos relevantes da UAL, não podendo ser baseado no voluntarismo de alguns, que é sempre de louvar, desde que se venha a integrar atempadamente no processo estabelecido e isso nem sempre tem sucedido.

O processo está desenhado, o Gabinete da Qualidade tem melhorado os seus procedimentos e a Assessoria do Conselho de Administração da Entidade Instituidora tem um papel institucional e de conhecimento a toda a prova, e aqui vai o meu apreço e o meu agradecimento ao Professor Doutor José Subtil e à Professora Doutora Telma Ruas por tudo o que a UAL lhes deve neste campo.

O que é preciso é que cada proposta e quem nelas se empenha siga o processo, assumindo que é uma proposta da UAL e não de uma pessoa, de um grupo ou de um departamento.

Fique claro que o Reitor assume integralmente esta posição, porque ele próprio tem sentido, demasiadas vezes, ser chamado ao processo, quando não alienado dele, já extemporaneamente, comprometendo o desejável e competente preenchimento do guião da proposta.

É que o desejo de obter a Acreditação Institucional sem condições, que permite uma maior e mais célere acreditação dos seus cursos, exige a apresentação de propostas bem preparadas, com fortes hipóteses de ser acreditadas sem condições. É que um dos critérios da A3ES para acesso ao processo ágil de acreditação, e bem, é a “performance” de acreditação de propostas de novos cursos de cada instituição. E o Reitor tem, por isso, a obrigação de alertar para o erro de se apresentarem propostas que não tenham internamente sido devidamente escrutinadas em termos de qualidade para que a não acreditação tenha uma baixa probabilidade.

Impõe-se agora uma nota do lado da A3ES e que tem a ver com o modo como algumas CAE são constituídas e que têm, elas próprias, baixo nível de qualidade, tomando decisões de não acreditação infundadas, sem existência de possibilidade de recurso a um adequado e credível contraditório. É que, neste caso, o critério que é meritório, deixa de ter legitimidade.

É neste conjunto de considerações que deve ser enquadrada a apreciação dos conteúdos dos Anexo 7 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau e Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2023/2024, o primeiro com informações que, dada a duração dos processos de acreditação, já entram pelo ano de 2025.

Assim, o Anexo 7 apresenta no seu Quadro II, propostas de novos cursos, um de licenciatura – Reabilitação Psicossocial em Saúde Mental e o Mestrado em Psicologia Organizacional e Saúde Ocupacional, ambos ainda sem decisão do Conselho de Administração da A3ES, mas, preocupantemente, com propostas de decisão das respetivas CAE de “Não Acreditação” desses ciclos de estudos, na sequência, aliás, de indicação de “Solicitação de Correção ao

Processo” em ambos os casos, sinal de alguma imperfeição ou incompletude no processo de formulação das propostas.

Está aqui bem evidente a preocupação do Reitor que o levou às extensas considerações que antecipou antes da referência aos casos concretos do âmbito da UAL.

A confirmar-se que o Conselho de Administração da A3ES segue a posição das CAEs, o que é uma forte probabilidade, estamos perante um agravamento da posição institucional da UAL, que não é surpresa para o Reitor nos dois casos em apreço e isso tem de ser travado urgentemente¹.

E é isso que o Reitor reclama para tratar os muitos processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento em Renovação da Acreditação no ano letivo 2024/2025 e também e, principalmente, para a submissão de novos cursos a apresentar em 2025 e que constam do Quadro III, todos do primeiro ciclo de estudos, um dos quais em associação com o Instituto Politécnico de Tomar, na linha de cooperação que vem dando frutos e que o Reitor saúda pelo ineditismo e tendo ocasião de ter acompanhado o cuidado desenvolvimento do processo.

Relembrando as “Notas para uma primeira reflexão sobre Avaliação” já referida no ponto relativo à Investigação, salienta-se no ponto 3 que ele deve ter várias perspetivas, mas é fundamental começar pelo nível interno das instituições.

E no último ponto é claro sobre a necessidade de operacionalizar o sistema indicando que “há que identificar a “agência” ou “grupo de trabalho” que deve ser encarregado da atividade sistemática de recolha dos elementos e seus primeiros tratamentos com vista às análises de avaliação”.

É curioso que em toda a pequena “Nota” se refere a necessidade de recolha de dados estatísticos sempre que possível e há grande cuidado em identificar os “objetos” de avaliação em que essas estatísticas podem ser obtidas, mas nunca se indicam quaisquer critérios de avaliação, de tal modo que a palavra “qualidade” nunca está presente.

¹ Já no processo de revisão deste Relatório, o Conselho de Administração da A3ES decidiu acreditar por um ano, com condições, o Mestrado, o que é uma oportunidade para a UAL, que tem de ser capaz de dar, agora, a resposta adequada.

Esta referência justifica-se aqui porque a tal “agência” ou “grupo de trabalho” no domínio interno da UAL é o Gabinete da Qualidade, cujo relatório anual se apresenta no Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade 2023/2024.

A leitura do Anexo 8 mostra, logo na primeira página, que, centrando-se fundamentalmente na recolha e tratamento da informação, alicerçada no acompanhamento do cumprimento das funções pedagógicas e dos instrumentos que as suportam, não deixa de, como é curial, estar empenhado nos processos de avaliação externa que, obviamente, impõem um cuidadoso e apurado processo de avaliação interna.

Assim, o relatório começa por uma análise SWOT que é antecipada por um “percurso do GQ (Gabinete da Qualidade) perturbado”, considerando como causas dessa perturbação, os processos de avaliação externa a decorrer (embora se refira também que esses processos de avaliação da A3ES “passaram ao lado do GQ, e do CAQ (Conselho de Avaliação da Qualidade), falta de colaboração dos restantes autores do SIGQ (Sistema Interno de Garantia da Qualidade) e, como comentário geral, porque” a Qualidade não está a ser encarada, globalmente, como “área estratégica para a UAL”.

Importa salientar que essa afirmação é emitida no ponto de “Ameaças” da análise SWOT referida, e que, portanto, deve ser lido neste contexto. De facto, pelo menos na intenção, no objetivo e em várias decisões e atividades assumidas, não há dúvida de que a qualidade é, se não uma área, seguramente uma preocupação estratégica.

Diferentemente é reconhecer, e nesse aspeto a referência à Ameaça é legítima, como é que ela é operacionalizada e, sobretudo, como é que cada membro da UAL (docentes, investigadores, colaboradores não docentes) e os órgãos de governo e as unidades que integram a UAL (departamentos e unidades de investigação) assumem essa preocupação.

E aí é fácil verificar que há uma grande heterogeneidade, inadmissível, de assunção dessa preocupação, o que legitima a chamada de atenção da Ameaça que, nesse contexto, o Reitor assume também como algo que tem de ser ultrapassado, impondo-se a todos os comportamentos que, não só não sejam um obstáculo à qualidade das atividades da UAL, mas que sejam ativos agentes da promoção e da concretização da qualidade.

Nesse sentido, o Reitor não pode deixar de assinalar alguns pontos fracos que podem e devem ser superados, por serem questões claramente identificadas, tal como as ameaças que aí são indicadas e que, no entender do Reitor, muitas delas são já verdadeiras falhas e quase todas as falhas acabam, umas mais do que outras, por ameaçar a qualidade de toda e qualquer atividade.

Neste contexto, relevar-se-ão indistintamente “falhas” e “ameaças”, sobretudo aquelas que, de facto, mais podem pôr em causa a qualidade das atividades da UAL.

Convém, desde logo, isolar aquilo que está por pôr em funcionamento adequado, da ausência de controlo e monitorização daquilo que está e ser feito, pois sem a conjugação de ambos não se consegue atingir uma “performance” de qualidade que, aliás, tem de ser melhorada dinamicamente, atendendo não só à superação de erros ou omissões, mas também de medidas de adaptação às alterações existentes na sociedade, em particular na legislação.

Entre as falhas por não realização de atividades há uma referência à falta do Planeamento da Qualidade formal, ou seja, uma integração da fase de elaboração/aprovação e realização de cada atividade sem embargo do reconhecimento que tal como se revela nos pontos fortes da análise SWOT, tenham sido dado passos importantes no sentido de colmatar as deficiências.

É o caso da criação de RAC (Relatório de Avaliação do Curso), a revisão dos inquéritos aos alunos no âmbito do Conselho Pedagógico, reforçando a ligação do Gabinete da Qualidade, ele próprio com equipa reforçada. Importa ainda salientar, pelo efeito mais geral sobre a instituição, a realização de uma auditoria interna ao SIGQ-UAL, realizado por um auditor externo.

Ainda com falha por realização é indicada a ausência de monitorização das reclamações. Esta referência tem de ser sedimentada porque um dos pontos fundamentais de bom funcionamento de um Sistema da Qualidade é o acompanhamento e consequentes decisões a tomar das diversas atividades e de sua interligação. Sem isso o planeamento formal atrás assinalado não passa de um documento sem os efeitos desejados, tema a que se voltará adiante.

Não menos importante é assinalar que há atividades que se realizam com falhas ou deficiências que comprometem todo o processo e que são, em grande parte, resultado do comportamento das pessoas que estão, ou deviam estar, envolvidas nas atividades, sem embargo de poderem coexistir com um menos conseguido desenho das atividades que, aliás, só pode ser corrigido através da experiência, levando às propostas de melhoria, já que os sistemas da qualidade têm de ser dinâmicos.

Neste campo é referida a reduzida participação do Gabinete da Qualidade no AINST (Processo de Avaliação Institucional) e no processo de avaliação externa, sendo curial o aceitar o papel do Gabinete da Qualidade nesses processos.

São também referidas dificuldades na implementação do plano de comunicação do Gabinete da Qualidade em 2023/2024, aliás, uma área (a comunicação interna) que, no entender do Reitor, tem de ser melhorada, não tanto na existência dos canais existentes, mas no modo como eles não são usados.

Na área pedagógica salienta-se a fraca participação dos estudantes nos inquéritos (ao contrário da boa participação dos docentes nos inquéritos de satisfação), como já foi salientado neste Relatório no capítulo relativo aos docentes.

Na mesma linha está o modo como as Ações de Melhoria são (ou não) levadas a cabo e reportadas (ou não), o que contribui para uma eventual (in)utilidade da identificação dos erros a corrigir, que é, do mesmo passo, mais um dado a acrescentar à outra falha relativa, de nível geral, indicado no ponto de “Ameaças” da Análise SWOT, caso da falta de indicadores de planeamento e dos devidos relatórios de atividade/reporte.

Uma nota para a referência de “distanciamento” da área de Arquitetura no campus de Campo de Ourique e a necessidade, óbvia e contínua, de atualização e, sobretudo, compatibilização dos diversos Estatutos e Regulamentos Académicos.

Nunca é demais salientar que os docentes têm de preencher, atempadamente, todos os documentos ligados à área pedagógica, desde as FUC aos RUC e os Coordenadores concretizarem os RAC (Relatórios de Avaliação dos Cursos), para não referir, é claro, a sua atualização permanente de conteúdos ao longo do ano e o preenchimento imediato dos sumários para o devido acompanhamento pelos estudantes.

Aliás, importa reforçar o papel dos estudantes, pois não faz sentido a passagem de uma lógica unidimensional do ensino para uma lógica bidimensional e dinâmica do ensino/aprendizagem sem uma empenhada participação dos estudantes, que tem de ser estimulada.

Impõe-se, por isso, que os órgãos em que há presença de estudantes, em particular, os Conselhos Escolares, a nível de cada departamento, tenham também o seu funcionamento em pleno, não confundindo os seus objetivos e as suas decisões com as das Comissões Científicas dos departamentos, o que nem sempre tem sido devidamente acautelado.

O relatório do Anexo 8 reporta as diversas atividades do Gabinete da Qualidade, com grande pormenor que evidencia, aliás, todo o empenhamento mostrado por toda a equipa no desenvolvimento do processo de garantia da qualidade do funcionamento da UAL.

O Reitor tem acompanhado de perto esse esforço e a competência e empenho que todos têm demonstrado e quer deixar bem expresso o seu apreço e agradecimento pelo inestimável contributo para a melhoria da qualidade da Instituição.

2.3.2. Internacionalização

O Reitor entende não ser necessário repetir o que tem escrito sobre o conceito de Internacionalização de uma Universidade e, designadamente, a fluidez desse conceito quando se passa aos seus indicadores, em particular os descritos no relatório relativo ao ano letivo 2022/2023.

Importa, antes, no contexto de um relatório que descreve e analisa as atividades da UAL e as suas relações no contexto da Entidade Instituidora e o papel que o Reitor pode desempenhar.

Independentemente do modo como a Internacionalização é avaliada, há que aceitar que o nível de Internacionalização de uma Universidade é uma característica inalienável da sua Avaliação e Acreditação, razão pela qual o Reitor não pode deixar de abordar o tema, sem embargo do seu nível de competência estatutária e, mais relevantemente, do seu nível de participação nas diversas componentes de Internacionalização da UAL.

Um dos aspetos mais importantes para a afirmação da UAL neste campo é conseguir uma estratégia razoavelmente definida e estruturada, para conseguir passar além de ações voluntaristas e avulsas que, sendo sempre louváveis, não permitem, se não forem devidamente coordenadas, definir qualquer estratégia que, aliás, exige, previamente, uma assunção de um órgão interno à UAL que assuma a condução dessa estratégia.

Começando, então, por olhar para os estudantes e para as presenças internacionais de estudantes, não há dúvida que essa preocupação está bem assumida pelo Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais, cujo relatório figura no Anexo 9 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais.

A primeira ideia que surge da leitura do relatório é a consolidação da normalidade de funcionamento dessas atividades, acompanhado de um crescimento e diversificação crescentes que, dada a dimensão da UAL, têm de ser reconhecidas como constituindo um notável resultado. O Reitor quer deixar aqui, desde já, bem expresso, o grande apreço e agradecimento pelo resultado que, sustentadamente, o Gabinete tem conseguido, que muito se devem, em particular, à sua responsável, Dra. Carolina Peralta.

O sucesso começa logo no montante de financiamento conseguido (158 215 euros), excedendo o do ano precedente em cerca de 70% (!), na sequência, aliás, de um crescimento desse ano em relação ao ano 2021/2022 de 58%.

Isso traduziu-se, naturalmente, no número de mobilidade dos estudantes para 113 vindos do estrangeiro e 54 estudantes da UAL em Instituições de Ensino Superior no estrangeiro.

A isso há a acrescentar, também ao abrigo do Erasmus+, 20 mobilidades de visitantes ligados ao ensino, 2 à investigação e 20 funcionários de instituições estrangeiras, para além de 5 docentes da UAL no estrangeiro.

Ainda em termos globais, o Anexo 9 descreve o modo como se vai consolidando institucionalmente a UAL no plano nacional e internacional, bem como a sua visibilidade.

A presença do Gabinete no *website* da UAL, em português e inglês, dá conta de todas as informações sobre o programa, induzindo a mobilidade estrangeira, incluindo aulas de português e informações sobre alojamentos e outros potenciais apoios.

Releva-se ainda a atualização constante da documentação sobre a UAL no portal ORS (Organization registration for actions managed by National Agencies (europe.eu)), essencial para as candidaturas à Carta Erasmus, bem como participação no consórcio DIVERSE.

Para além dessas atividades, respondem através da confirmação das qualificações obtidas na UAL, a solicitação de recrutadores de empresas internacionais. Por outro lado, contribuiu para a componente presencial do primeiro BIP (Blendend International Programme), organizado pelo Departamento de Direito com outras universidades estrangeiras. Em contrapartida, o Gabinete refere o não envolvimento na promoção de redes de investigação com universidades parceiras, revelando-se aqui algum distanciamento entre investigação e internacionalização que não é desejável, como já se referiu no capítulo destinado à Investigação.

Finalmente, a parte mais relevante do relatório centra-se na mobilidade dos estudantes, sendo que 102 estudantes estrangeiros estiveram presentes ao abrigo do Erasmus+ e 11 ao abrigo da mobilidade extraeuropeia, estes últimos todos proveniente do Brasil.

Integrando os 2 grupos, as áreas mais procuradas foram Arquitetura, com 33 estudantes de 6 países, com prevalência da Noruega e Alemanha, com 9 estudantes cada, Gestão com 21 estudantes provenientes de 6 países, com a Polónia (8) e Roménia (6) com maior expressão. Psicologia com 17, repartidos por 4 países, com Espanha e Polónia com 7 estudantes cada, a assumirem a quase totalidade de presenças e Relações Internacionais com 13, distribuídos por 4 países, com Itália em maioria relativa com 5 estudantes, a Turquia com 4 e ainda Ciências da Comunicação com presença assinalável com 11 estudantes de 5 países, com Espanha a ter a maioria relativa (4 estudantes).

Com representação claramente mais diluída estão Engenharia Informática, com 5 estudantes, todos da Polónia e todos da mesma universidade (WSB – Gdansk), Direito, também com 5, Economia (4) e História (2)².

² No total estão incluídos 3 estudantes da Escola de Enfermagem pertencente à Entidade Instituidora da UAL.

No que diz respeito à origem dos estudantes, estão presentes 11 países europeus e o Brasil. O maior contingente vem da Polónia, com 27 estudantes, segundo Espanha (18), Itália (15), Roménia (10), Noruega (9), Alemanha e Turquia com 7 cada um. Com representações mais reduzidas estão Chéquia, Bulgária, Eslováquia e Ucrânia. O Brasil tem 11 estudantes.

No que respeita às universidades de origem, a maior diversificação é de Espanha com 11 universidades, com a Universidade Rey Juan Carlos, com 5 estudantes, com a maior representação.

Segue-se a Itália com 5 universidades, com La Sapienza com o maior número de estudantes (6). A Turquia tem estudantes de 4 universidades, a Polónia tem “apenas” 3 universidades representadas, apesar do maior número de estudantes, porque a WSB-Gdansk tem, de longe, o maior contingente de estudantes (19), distribuídos por 5 cursos diferentes.

Roménia e Alemanha apresentam estudantes de 2 universidades, com a SNSPA (National School of Political and Administrative Studies) com 7 estudantes e a Universidade Kunste, da Alemanha, com 5 estudantes.

A Noruega, apenas com a NTNU (Norwegian University of Science and Technology) a apresentar 9 estudantes, todos em Arquitetura.

A maioria das universidades está presente apenas num curso, com grande ênfase em Arquitetura, embora algumas, para além da já referida WSB-Gdansk, que tem estudantes em mais de um curso, como é o caso da Universidade Rey Juan Carlos, la Sapienza, Campania, Torino (todas italianas), a romena SNSPA e a polaca Szczecin. O Brasil tem estudantes de 5 universidades.

Uma última nota, muito relevante, é a enorme preponderância do género feminino, com cerca de 73% contra 27% do género masculino.

No caso dos estudantes da UAL em mobilidade, há algumas semelhanças e significativas diferenças entre as características e as escolhas dos estudantes que visitam a UAL.

Em primeiro lugar, a semelhança da relação país de origem/país de destino, no que diz respeito ao número de estudantes. É que a Polónia com 27 estudantes na UAL é o país com maior número de estudantes da UAL (25). Acresce que, em termos percentuais, o peso relativo dos estudantes portugueses na Polónia é quase 50% do total de estudantes da UAL

em mobilidade, enquanto o peso dos estudantes polacos em mobilidade na UAL é de cerca de 27%.

Uma diferença muito significativa diz respeito à distribuição dos estudantes por género. Embora exista uma maior percentagem de estudantes do género feminino (53,7%), a diferença entre os 2 géneros esbate-se completamente quando comparado com as presenças de estudantes estrangeiros na UAL.

Por outro lado, a concentração dos estudantes portugueses em países é claramente maior que a dos estudantes estrangeiros em Portugal. Os portugueses estão presentes em 7 países, mas 3 deles, Espanha, Polónia e Itália, acolhem 87% dos estudantes portugueses, estando os restantes distribuídos pela Chéquia, Alemanha, Bélgica e Eslováquia.

Os estudantes portugueses distribuem-se por 22 universidades, sendo o maior número em Espanha (9), seguido da Polónia (5) e Itália (4), com cada um dos outros 4 países com uma só universidade.

Não tendo, no Anexo 9, informação completa sobre os cursos que cada estudante português frequenta, apesar da maioria das universidades ter sido escolhida apenas para um curso, a existência de várias universidades com mais de um curso, não permite resultados exatos de preferência dos estudantes da UAL.

Nesse contexto, optou-se por contar o número de citações dos cursos no conjunto de todas as universidades visitadas.

Gestão, com 7 referências, a que há a acrescentar outra em Gestão do Desporto, é a área que apresenta maior número de citações, logo seguido de Ciências da Comunicação. Engenharia Informática com 9 estudantes (possíveis de calcular por isolamento da informação pertinente) está em 3 universidades, duas das quais polacas, tal como Direito, embora nesta área não seja possível identificar o número exato de estudantes.

Referência ainda para Arquitetura em 2 universidades (4 estudantes, 2 na Alemanha e 2 em Itália), tal como Economia. Psicologia e Relações Internacionais têm 1 presença, tal como Enfermagem. A Universidade de Szczecin, com 3 cursos, Economia, Direito e Gestão, é a que concentra maior número de estudantes, seguida de AGH, com 5 estudantes em

Engenharia Informática e a U. Jagiellonian também com 5 estudantes, todos de Ciências da Comunicação.

Há ainda a acrescentar 1 estudante de Relações Internacionais em mobilidade extraeuropeia no Brasil, na PUCRS (Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul) que, aliás, é fonte de 3 estudantes do Brasil em mobilidade na UAL.

Finalmente, uma nota para ligar à descrição dos estudantes estrangeiros na UAL feita no primeiro capítulo, evidenciando aí que o número de estudantes estrangeiros presente na UAL, designadamente os não pertencentes aos países lusófonos, é maior que os estudantes matriculados na UAL.

Do ponto de vista institucional, designadamente no campo da organização do apoio funcional e logístico à Internacionalização, há que referir o papel do Gabinete de Relações Internacionais Institucionais (GRII), cujo relatório a Responsável, Prof^ª Doutora Isabel Silva teve a amabilidade de enviar ao Reitor, que agradece a informação e mostra apreço pelo trabalho desenvolvido.

Destaca, em particular, o seu papel no processo de avaliação institucional da UAL, na assinatura dos mais diversos protocolos e na participação da UAL em diferentes comissões temáticas na sequência da posição de Observador Consultivo da CPLP.

Mas o maior realce é para o seu papel central na tradução para língua inglesa dos mais diversos documentos e, sobretudo, no ensino e difusão da língua inglesa entre os estudantes e docentes através da lecionação de cursos específicos.

Neste contexto, importa destacar a realização de cursos em inglês para estudantes Erasmus, com uma frequência de 50 estudantes.

Além disso, mais de 80 estudantes frequentaram os cursos semestrais de língua portuguesa e, em maio de 2024, o GRII ficou responsável pelos exames de acesso dos alunos internacionais, que integraram entrevistas realizadas aos estudantes internacionais candidatos a uma licenciatura na UAL.

Estas referências não podem esgotar a abordagem da Internacionalização no âmbito da UAL, como já foi referido no relatório relativo a 2022/2023 e no ponto relativo a “Atividades

científicas e de investigação” do presente Relatório, pela indeclinável ligação entre a Investigação e a Internacionalização.

Como já aí foi referido, tem havido alguns equívocos no devido exercício das competências do Reitor neste domínio, quer no campo da estratégia, quer, sobretudo, no desenvolvimento das atividades das Unidades de Investigação, incluindo, naturalmente, as ligações e as redes internacionais.

Nesse sentido, e louvando sempre iniciativas que vão ao encontro do desenvolvimento da internacionalização, é de citar a presença da UAL, através da sua Entidade Instituidora, no Consórcio DIVERSE Alliance (Digital and Innovative Venture Science Education for Resilient and Sustainable Entrepreneurship), de 12 universidades europeias em 11 países que, já em 2024/2025, foi reconhecido pela Comissão Europeia como “Aliança de Universidades Europeias” e que lhe atribuiu o prestigiado “Selo de Excelência”.

Também já foi comunicada ao Reitor a realização de diversas atividades da rede constituída.

3. Representação da UAL

É fundamental situar a representação da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões no contexto da estrutura e da governação de uma universidade privada, tantas vezes ignorado, mesmo pelos responsáveis públicos pela área do Ensino Superior e até pelos próprios estudantes e entidades externas, que partem do princípio de que essa representação é da exclusiva competência do Reitor.

De facto, o nº 1 do Artigo 16º dos Estatutos da UAL refere que o Reitor é “o órgão de representação externa da U.A.L. e de coordenação geral das atividades dos restantes órgãos académicos”.

Só que a especificação das alíneas c) e j) do Artigo 17º dos Estatutos da UAL evidencia bem que a competência de representação, nacional ou internacional, não é exclusiva do Reitor, já que em certos casos (alínea c), a representação depende de um mandato da Entidade Instituidora e noutros (alínea j) relativo à assinatura de protocolos, “Outorgar, no âmbito académico, acordos ou protocolos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, em articulação com a Entidade Instituidora”.

Aliás, a natureza de uma universidade privada implica, tendo em atenção a responsabilidade central da Entidade Instituidora, uma contínua articulação entre o Reitor e a Entidade Instituidora, como é bem visível na alínea l) do mesmo Artigo 17º ao dar ao Reitor a competência, que é, afinal, uma responsabilidade, de “Assegurar a articulação com a Entidade Instituidora, de forma a manter a necessária coordenação entre as atividades desta e a ação da UAL”. Afinal esta responsabilidade do Reitor não é senão um corolário do Artigo 15º que estabelece que: “Os órgãos da U.A.L. exercem as suas atribuições em estreita colaboração com a Entidade Instituidora, enquanto responsável pela sua gestão administrativa, económica, financeira, patrimonial, disciplinar e de recursos humanos, indispensável à garantia da sua existência e funcionamento.”

Daqui decorre, naturalmente, uma referência nos capítulos seguintes à relevância das atividades da UAL que são da responsabilidade central da Entidade Instituidora. A colaboração referida no Artigo 15º, mais que estreita, tem de ser contínua e de confiança

e o Reitor e o Conselho de Administração da Entidade Instituidora têm tido a preocupação de materializar essa colaboração. Uma evidência da natureza dessa colaboração está bem patente no mandato implícito do Conselho de Administração no Reitor da sua representação na Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP), de cuja Direção o Reitor faz parte, participando nas suas reuniões e decisões, além de representar a APESP em várias comissões externas.

Ainda neste contexto, o Reitor não deve, contudo, deixar de repetir o que escreveu no relatório precedente relativamente às falhas de informação que interferem no bom funcionamento dessa articulação: “Esta ausência de informação ou a informação fora de tempo adequado já tem colocado o Reitor em indesejáveis situações face a entidades externas que, obviamente, prejudicam a imagem da UAL e que o Reitor não quer ver repetidas”.

Infelizmente, apesar dos avisos, das reclamações e das tentativas de superação dessas lacunas, a situação vivida em 2023/2024 e até em 2024/2025, ano em que este Relatório está a ser produzido é a repetição contínua, não sendo respeitados os deveres de informação completa e atempada ao Reitor que, assim, fica impedido de realizar uma competência estatutária que confere a maior responsabilidade direta ao Reitor na “coordenação geral dos órgãos académicos”, tal como se refere no relatório relativo a 2022/2023. Isso acontece, em particular, internamente, na criação de alguns cursos que chegam quase à fase final de apresentação das respetivas propostas para acreditação na A3ES sem qualquer conhecimento do Reitor.

É certo que o Artigo 8º relativo à criação de novos ciclos de estudos confere a competência da criação desses ciclos à Entidade Instituidora, competência essa que se estende à organização interna da UAL ao conferir também à Entidade Instituidora “A integração dos ciclos de estudos nas Unidades Orgânicas”, bem como (Artigo 27º) a “A criação, transformação, cisão, fusão e extinção de unidades orgânicas”. No entanto, isso não se deve fazer sem para tudo isso o Reitor seja ouvido, já que esta audição está sempre estatutariamente prevista em todas as situações referidas, com exceção do nº 2 do Artigo 8º, relativo à integração de ciclos de estudos nas Unidades Orgânicas, tal como sucede,

aliás, com a nomeação dos Coordenadores dos Cursos que integram os diversos ciclos de estudos, ao contrário do que sucede com os Diretores dos Departamentos.

Esta teia de competências e não competências do Reitor complica a sua coordenação integral da UAL, até porque abre a porta a um comportamento demasiado independente de algumas unidades orgânicas, cujos diretores não respeitam a posição do Reitor, ignorando também os direitos à informação, o que, não sendo respeitado, impedem o Reitor de cumprir integralmente o seu dever de coordenação estratégica da UAL.

Mas mais grave que isso é que, quando já no final do processo surgem problemas, aparecem, finalmente, solicitações ao Reitor no sentido da ultrapassagem dos problemas existentes.

Como já foi referido no relatório precedente e, como se verá no ponto relativo à acreditação de ciclos de estudos e gestão da qualidade, “Acréscce que a dimensão da UAL e a estrutura departamental confeririam potencialmente ao Reitor capacidades de verdadeira coordenação, sobretudo quando está crescentemente em causa a busca da interdisciplinaridade e uma escolha mais aberta dos cursos a frequentar por parte dos estudantes”.

Esta não informação estende-se à assinatura de protocolos que constam do Anexo 10 – Protocolos, convénios e parcerias que, ao contrário do ano precedente, apenas contém as atividades específicas da UAL, não incorporando protocolos assinados no âmbito do Grupo CEU externos à UAL, designadamente Centro de Empreendedorismo e Inovação (CEI Autónoma), Centro de Arbitragem, Gabinete de Inserção Profissional (GIP), Centro de Transferência de Conhecimentos (CTC) e Autónoma Academy, embora esta última tenha um tratamento específico neste Relatório, dado o seu papel na formação pós-graduada não conducente à concessão de grau académico, mas com ligações específicas à UAL no campo científico e de reconhecimento de unidades curriculares.

Isto não significa que os outros Centros e Gabinetes não tenham interesse em ligação à UAL, pois cada vez mais é necessário ligar a Universidade ao exterior e ao sistema empresarial, um passo que talvez se possa dar no futuro.

A maioria desses protocolos é feita pelos departamentos com objetivo de integração dos estudantes em estágios ou formação em contexto de trabalho, com grande peso em Psicologia ou com outras instituições universitárias nacionais, na cooperação para aproveitamento mútuo dos recursos científicos, técnicos e humanos, designadamente na regular cedência de pessoal docente.

No contexto das unidades de investigação, pela sua dimensão temporal e ligação ao estudo de problemas reais da sociedade, é de salientar o protocolo assinado entre o Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais (CICEE) e o Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

No campo internacional é de referir o protocolo celebrado no âmbito do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais com a Universidade de Extremadura, por 4 anos prorrogáveis, para a participação em atividades de cooperação em diferentes áreas académicas nos campos da docência, investigação, difusão cultural e outros.

Também relevante, mas com período inicial claramente menos significativo (1 ano prorrogável), no âmbito do Departamento de Relações Internacionais, um protocolo com o Instituto Diplomático “Doutor José Gustavo Guerrero” do Ministério de Relações Externas de El Salvador, para a promoção de contactos regulares com vista a uma cooperação académica na área da Diplomacia, Política Externa e Relações Internacionais.

Acrescem ainda 3 protocolos envolvendo a UAL com universidades ou instituições universitárias brasileiras e outro com a FUNIBER – Fundação Universitária Iberoamericana, todas no âmbito da cooperação académica, científica e tecnológica, com o protocolo da FUNIBER a incorporar ainda a cooperação em projetos a nível internacional e desenvolvimento de programas de formação.

Naturalmente estes protocolos inserem-se numa perspetiva de aumentar e aprofundar a internacionalização da UAL, com particular atenção ao Brasil e, mais especificamente, ao espaço ibero-americano, que será retomado em capítulo subsequente deste Relatório.

Aliás, esta preocupação está bem visível no Anexo 11 – Representações do Reitor, relativo às representações do Reitor, designadamente na assinatura do acordo UAL/Universidad de Extremadura, realizada em Badajoz e na intervenção inicial da conferência “Modelos de

equações estruturais em estudos científicos”, uma organização conjunta do CICEE e do Centro de Investigação EMTURIN da Universidad de Extremadura, como expressão de operacionalização do protocolo firmado, tal como a presença no 50º aniversário da Universidad de Extremadura, em Badajoz.

Ainda nessa perspetiva ibero-americana, presença na receção do IPDAL – Instituto para a Promoção da América latina e Caraíbas, por ocasião do XVIII aniversário, bem como na inauguração oficial da Assembleia “Encontros das Agências Espaciais Ibero-Americanas”.

Ainda na sequência de projetos continuados relativos às relações comuns de Portugal e Espanha com a América Latina, desenvolvido há vários anos com a Universidade de Nebrija, de Madrid, presença, em Madrid, no VI Encuentro Comercio Exterior - Red investigadores internacionalización, Secretaría de Estado de Comercio.

Participou, pessoalmente ou com representação, em vários eventos de ligação da UAL a outras entidades de ensino e investigação, designadamente na Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo do ISPA, no Colóquio de homenagem ao Professor Luís Moita "A Autodeterminação dos povos e a solidariedade internacional", na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, na conferência internacional do Instituto Universitário Militar, na Cerimónia de Investidura da Reitora da Universidade Aberta (representado nesta pelo Professor José Guilherme Victorino).

Recebeu também a visita da Reitora da Universidade Autónoma de la Ciudad de Encarnación (UNAE), juntamente com o Embaixador do Paraguai.

No contexto mais alargado de relações com a sociedade, esteve presente na tomada de posse do Presidente da Ordem dos Arquitetos, no Colóquio Machado de Castro: Artista – Escritor (1731-1822), na Apresentação Oficial Comemorações do 500º aniversário do nascimento de Camões, na cerimónia de entrega da Bolsa José Manuel de Mello e do “Prémio Gulbenkian para a Humanidade 2024”.

Por último, mas com não menor peso, a presença em atividades específicas ou eventuais no contexto da UAL, destacando a presidência da Mesa de Abertura de um seminário internacional de pós-graduação, em parceria com o CIDEHUS da Universidade de Évora e a Universidade Federal Fulminense, a participação na cerimónia de apresentação do livro “25

anos de Cooperação da Defesa na CPLP”, participação no “Special EU-Türkiye”, organização conjunta com a Embaixada da Turquia e ainda intervenção na Sessão Solene de Homenagem a Justino Mendes de Almeida por ocasião do 100º aniversário do seu nascimento, para além, é claro, da presença em eventos ligados aos cursos, departamentos e unidades de investigação.

Há, contudo, uma atividade central do Reitor que, pela natureza dos ciclos de estudos, implica ligação a outras Instituições de Ensino Superior, nomeadamente através dos docentes que integram, obrigatoriamente, os júris de doutoramentos realizados na UAL, que são presididos pelo Reitor, presente em todo o processo de concretização das teses apresentadas.

Assim, durante o ano letivo 2023/2024, e tal como consta do Anexo 12 – Doutoramentos na UAL (2023/2024), o Reitor presidiu a 11 provas públicas de doutoramento e a 9 reuniões de júri para decisão da marcação de provas de candidatos.

Destas últimas, 6 foram em Direito e 3 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia. De notar que, duas dessas reuniões não levaram à marcação de provas públicas, já que o júri entendeu que as teses não reuniam as condições para serem discutidas em provas públicas, recomendando aos candidatos a sua reformulação, indicando sugestões para essas reformulações, tendo ambos os candidatos aceite a recomendação de reformular.

No que toca às provas públicas, 8 em Direito e 3 em Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia, um candidato em Direito foi reprovado por maioria, tendo todos os outros sido aprovados com classificações entre 15 e 17 valores, sendo a média de 16,1 valores e a moda 17, com classificações qualitativas de Bom e Muito Bom.

Uma reprovação em provas públicas de doutoramento é sempre um acontecimento raro e indesejado, mas a atual configuração regulamentar, apesar de todas as cautelas e melhorias introduzidas, não consegue evitar que tal possa suceder.

Já foi introduzida, com grande sucesso, mas sem conseguir eliminar esta possibilidade, uma pré-prova para avaliação das teses em fase avançada, sugerindo alterações, sendo a versão final, depois da opinião favorável dos orientadores, enviada para o Conselho Científico,

depois de passar pela Comissão Científica do respetivo departamento, para constituição e nomeação de um júri que é homologado pelo Reitor.

Uma vez o júri homologado, o candidato tem o direito de pedir a realização das provas públicas, mesmo que não tenha o parecer favorável do júri que se reúne para a marcação dessas provas.

Daí a expressão anterior de o júri recomendar a reformulação e não impor a reformulação, porque a decisão última é do candidato que ao fim do tempo concedido (120 dias úteis), apresenta, sem novo escrutínio, a sua última versão da tese depois da reformulação que é a apreciada pelo júri em provas públicas.

No caso da reprovação referida, o Reitor, como Presidente do Júri e antecipando problemas com o reconhecimento do mérito da tese após reformulação, informalmente deu nota ao Candidato das dificuldades de aprovação que antecipava, mas o candidato decidiu realizar as provas com o resultado indesejado.

É uma situação muito delicada para o candidato e para o júri, que tem de se procurar eliminar ou, pelo menos, diminuir a probabilidade de acontecer.

4. Unidades de Apoio à UAL

4.1. Biblioteca Camões - Repositório Institucional e Autónoma Edições

Nunca é demais salientar o papel que uma Biblioteca e a Documentação associada, independentemente do modo de evolução e até transformação dos veículos e dos processos de armazenamento da informação, tem no funcionamento de uma Universidade, quer na vertente pedagógica, quer de investigação.

Por isso, o Relatório do Reitor não pode deixar de referir a ligação que existe entre a performance da UAL nessas duas vertentes sem a enquadrar nos fluxos de informação em que essas atividades devem imergir.

Por isso mesmo, o Reitor agradece à Diretora da Divisão de Bibliotecas e Documentação, Dra. Catarina Figueirinha Lopes, com apreço pelo trabalho desenvolvido, o Relatório de Atividades 2023/2024 que, aliás, na sua síntese na capa, assume quase integralmente este papel da unidade que dirige e que se cita: “Apresentação das atividades desenvolvidas pela da Biblioteca Universidade Autónoma de Lisboa, por Camões – Repositório Institucional e respetiva cooperação com os serviços do Grupo Autónoma na promoção do sucesso académico e na comunicação com a comunidade académica”.

Quando, atrás se refere “quase integralmente”, o “quase” não é uma crítica à atividade da Biblioteca e Documentação, mas sim o reconhecimento implícito pela Diretora da pouca relevância que terá sentido da utilização dos meios que disponibiliza para a atividade de investigação, como já ficou bem expresso no capítulo deste Relatório sobre as atividades de investigação.

Aliás, a Introdução ao relatório da Biblioteca e Documentação é muito clara sobre isso, pois, na sua perspetiva para o ano letivo 2024/2025 escreve que “pretendemos continuar a desenvolver atividades ao nível do apoio à investigação (o sublinhado é meu) e ao ensino-aprendizagem”. O problema é que só se pode dar apoio a quem quer ser apoiado.

O relatório, no ponto relativo ao ano letivo 2023/2024, no que toca à atividade da Biblioteca, relembra a existência de duas unidades físicas distintas – a Biblioteca Central de Santa Marta e um polo em Campo de Ourique, ligado à área de Arquitetura.

Independente da atividade normal da Biblioteca revela-se a preocupação, através da sua Montra, relevar temas que considera oportunos que, no ano 2023/2024, foram A Tuna Camoniana, os 50 anos do 25 de abril e os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que toca aos utilizadores, refere a inscrição de 373 novos utilizadores, sendo a maioria da área do Direito.

Descreve também os Empréstimos Domiciliários, com um total de 4 896 movimentos, empréstimos interbibliotecas, mas com apenas 2 pedidos solicitados por outras bibliotecas à UAL.

No campo das Aquisições/Assinaturas, que refletem as propostas de aquisição dos departamentos, docentes e investigadores, indicam-se 131 monografias, com presença maioritária da área da Psicologia, para além de se assinalar que aumentou o valor das assinaturas periódicas e das bases de dados, aumentos que se verificam todos os anos.

O espólio bibliográfico também vem enriquecido em 148 monografias e 89 publicações periódicas através de ações de oferta/permuta.

Naturalmente, uma das atividades centrais da Biblioteca é o tratamento documental com 1 628 novos registos em 2023/2024, salientando-se 120 dissertações de mestrado e 6 teses de doutoramento, para além de registo de cooperação com a Autónoma Edições.

Um dos aspetos mais dinâmicos e relevantes da atividade é a formação quer dos seus utilizadores, quer dos seus profissionais (formação contínua).

Entre os primeiros salientam-se ações destinadas a professores, a alunos dos primeiros ciclos e a alunos dos segundos e terceiros ciclos, com preocupações de sensibilização para a EDS, construção de currículos e disponibilização e utilização dos serviços da Biblioteca e de Bases da UAL, todas realizadas via Zoom.

Acresce a associação à comemoração do Dia nacional da Língua Gestual Portuguesa no reconhecimento dos direitos das pessoas surdas.

No que diz respeito à formação contínua, realizaram-se 10 ações de formação, com relevo para a área da cibersegurança, gestão de conteúdos digitais, inteligência artificial, para além da EBSCO, novo serviço de pesquisa integrado na Biblioteca.

Internamente a formação centrou-se no desenvolvimento da língua inglesa e nos primeiros socorros, para além da colaboração com o Programa Erasmus+, tendo recebido colegas de uma universidade polaca.

A última, mas não menos relevante informação, diz respeito à Biblioteca Virtual que, tal como se escreve nesse relatório “continua a ser a ferramenta que mais destaque dá ao acesso aos recursos digitais e aos serviços de uma forma rápida e eficaz”.

Promove também a comunicação através das redes sociais e salienta, como não pode deixar de ser, o seu “site” como meio privilegiado de acesso aos recursos disponibilizados pela Biblioteca, incluindo notícias e outras informações relevantes.

Dado não menos relevante é a informação de que a Universidade Autónoma de Lisboa continua a investir na assinatura e na promoção do acesso a bases de dados do consórcio B-On, da EBSCO e da Priberam, sinal de que não é por falta de acesso à informação científica relevante que o nível de investigação por parte dos docentes não melhora substancialmente.

Uma nota final sobre o Repositório Institucional Digital que “pretende reunir e divulgar a produção científica do Grupo Autónoma”.

Seguindo a política de acesso aberto, são incluídos artigos de publicação periódica, capítulos de livros, comunicações em conferências, teses, dissertações e material audiovisual.

No final do ano letivo 2023/2024 continha 6 242 registos, a maioria artigos (66,8%), predominantemente em língua portuguesa (76,8%).

A Universidade Autónoma de Lisboa preconiza uma política de depósito obrigatório da produção científica dos docentes/investigadores, através de um processo de auto-arquivo que, no fundo, deixa aos docentes/investigadores a responsabilidade desse depósito.

Por outro lado, por imperativo legal, as dissertações de mestrado e as teses de doutoramento são depositadas nesse repositório. As atuais regras de reposição das teses após a prova pública implicam que a tese, com eventuais pequenas alterações, seja depositada tal como foi apresentada a essas provas. Daí que a consulta eventual dessas teses, cotejada com a classificação final do doutoramento, possa trazer equívocos que devem ser evitados.

A classificação final de um doutoramento tem em atenção, por todos e cada um dos membros do júri, sem qualquer métrica definida, classificações obtidas em eventual curso de doutoramento, o valor intrínseco da tese e cada vez com maior relevância no entender do Reitor, o desempenho do Candidato na defesa da sua tese em provas públicas. Daí que a classificação final é do Candidato e não da tese, podendo a tese, em consulta posterior, ser lida com uma valorização que, de facto, não lhe corresponde.

Frequentemente é sugerido, após as provas públicas, a introdução de algumas melhorias na tese, em consequência das intervenções dos membros do júri e do próprio candidato, mas, com as regras atuais, tal não é possível.

Valerá a pena refletir sobre o modo de ultrapassar esta situação.

Foi também recebido pelo Reitor um Relatório de Atividades da Autónoma Edições. O Reitor agradece à Coordenadora, Doutora Raquel Cabeças, o envio de todo o trabalho desenvolvido no sentido de proporcionar a “produção editorial e divulgação dos trabalhos científicos (docentes, discentes dos segundos e terceiros ciclos) do Grupo Autónoma.

É de salientar, em particular, o seu papel no aumento da visibilidade da produção científica da UAL, pois todas as obras publicadas pela Autónoma Edições têm, a partir de certa altura, um *e-book* publicado no repositório Camões, com exceção das publicadas em parceria com as editoras comerciais.

Além disso, presta apoio aos docentes no âmbito das publicações *on line*, com fomento do Acesso Aberto, funcionando também como facilitador no caso do objetivo da publicação

de obras em papel, “procurando as empresas mais adequadas em função da temática, com um subsídio atribuído pela CEU.

Em todas as situações apoiam contratos entre autores e tradutores, a revisão dos textos e outras ações correlacionadas com a publicação e divulgação das obras.

Por último, salienta-se a preocupação de aumentar a indexação das publicações periódicas, designadamente em Acesso Aberto em ligação com os Centros de Investigação.

No relatório são indicadas 9 obras publicadas, 7 em papel e *e-book* e 2 apenas impressas, algumas delas em colaboração com outras editoras.

Para além disso, apresenta-se um quadro com 16 obras em processos de edição, um deles um *e-book*, 6 apenas impressos e os restantes pelas duas vias, parte delas em cooperação com outras editoras.

No conjunto destas publicações, o Reitor releva a presença maioritária e diversificada das áreas de História, com presença assinalável, também, de Ciências da Comunicação e algumas, mais avulsas, de Relações Internacionais, Sociologia e Arquitetura.

Não pode deixar de se assinalar a ausência de Direito, Ciências Económicas e Empresariais, Engenharia e Ciências da Computação, sem embargo de mencionar o apoio a edições impressas da área de Direito em editoras comerciais.

Nota final para as publicações periódicas da UAL, todas *on line*, com uma delas (Anuário Janus) também em papel.

4.2. Núcleo de Apoio aos Recursos Digitais (NARD)

Na sequência do relatório do ano 2022/2023 releva-se, ainda com maior ênfase, o papel que este Núcleo tem crescentemente no apoio a todo o funcionamento da UAL, incluindo também os seus docentes, estudantes, departamentos e unidades de investigação. É, afinal, o reflexo da presença continuamente crescente da digitalização nos processos pedagógicos, de investigação e de administração escolar, sem esquecer as relações internacionais e outras relações externas com a sociedade em geral.

O Relatório de Atividades de 2023/2024 que foi enviado ao Reitor descreve com grande rigor e pormenor o conjunto de atividades a que o NARD se dedicou e que ilustra bem, comparando com o ano precedente, o aprofundamento da sua participação nas atividades que até aí se desenvolveram, mas também noutras que foram surgindo ou que foram clarivamente antecipadas.

O Reitor tem ocasião de avaliar essa necessidade crescente de apoio até perante a evolução da legislação e regulamentos ligados às condições de funcionamento dos cursos. Exemplos significativos são os funcionamentos dos júris de provas públicas, designadamente dos doutoramentos e das provas de agregação.

No caso dos júris dos doutoramentos, o Artigo 38º (Discussão) do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos estabelece no seu nº 1 que “A discussão da tese só pode ter lugar com a participação, presencial ou por teleconferência nos termos do n.º 3 do artº 13º do presente Regulamento, do presidente e da maioria dos restantes membros do júri”, sendo que o referido nº 3 impõe que haja condições técnicas para plena Participação dos membros por teleconferência.

Já no caso das provas de agregação, o Decreto-Lei nº 64/2023, de 31 de julho, refere no seu preâmbulo “Decorridos cerca de 15 anos sobre a entrada em vigor do referido decreto-lei (nº 239/2007, de 19 de junho), verifica-se a necessidade de atualizar o regime jurídico do título académico de agregado, adequando o regime à crescente mobilidade de docentes e investigadores, ao prever o reconhecimento de agregações e títulos equivalentes realizados em instituições estrangeiras, reduzindo os constrangimentos, quer para os candidatos, quer para os membros do júri - estes, na sua maioria externos à instituição - associados aos intervalos temporais obrigatórios entre provas, alargando a possibilidade de realização de teleconferência e simplificando aspetos relacionados com o depósito legal”.

Em particular, a alínea a) do nº 6 do Artigo 11º estabelece que “Deve ser assegurado que o presidente do júri e o candidato, pelo menos, participam presencialmente nas provas”.

A possibilidade de presença dos membros do júri por teleconferência tem sido crescentemente aproveitada, facilitando a constituição de júris, a presença de membros de

fora do País, relevante no caso dos doutoramentos da UAL, exigindo o cumprimento das condições técnicas para pleno preenchimento da participação desses membros.

A razão desta especificação por parte do Reitor é para ilustrar o papel do NARD e o apoio que deu em permanência, também ao Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos, a atividades em que o Reitor está sempre presente, presidindo aos júris dessas provas públicas.

É bem sabido que, a todo o momento, podem surgir problemas ou interferências nos processos de comunicação por via digital que podem comprometer as condições exigidas para que essa presença efetiva, designadamente quando há ligações internacionais para fora da Europa.

Daí o agradecimento específico por este empenho do NARD nestas provas, direta e indiretamente, tanto mais que a experiência evidencia que há que estar em alerta permanente durante a realização das provas e, sobretudo, durante a reunião do júri para deliberação do resultado da prova, como já se referiu noutro ponto do relatório.

Esta referência também evidencia bem o que o relatório do NARD já referia no ano precedente que as atividades do NARD vão bem para além da ideia inicial da sua criação que era sobretudo votado ao apoio da utilização de recursos digitais para os cursos em formato de Ensino a Distância (EaD), referindo, e bem, no relatório deste ano que “Ao longo do tempo, expandimos o alcance das nossas operações, passando a oferecer apoio técnico generalizado a toda a comunidade de aprendizagem”.

E isso é bem retratado no relatório enviado, cabendo aqui, apenas, apresentar as principais áreas de atuação do NARD, sito é:

- i) Garantir o apoio técnico à Comunidade de Aprendizagem de Ensino a Distância
 - Desenvolvimento de produtos multimédia específicos para EaD
 - Monitorização eficaz de sessões on line
 - Investimento em formação pedagógica e de produção de conteúdos multimédia
- ii) Garantir o apoio técnico à Comunidade de Aprendizagem de Ensino Presencial
 - Apoio na adaptação dos estudantes às ferramentas do ensino presencial remoto
 - Criação e disponibilização de materiais de apoio
- iii) Gestão Administrativa da Plataforma de Elearning

- Processo eficiente de inscrições e criação de unidades curriculares
 - Migração bem-sucedida de conteúdos do ano letivo anterior
 - Integração de produtos multimédia H5P e reformulação da página web do Núcleo
- iv) Gestão da Plataforma de Sumários
- v) Gestão da Plataforma ZOOM
- Criação e disponibilização eficaz de links ZOOM
 - Sucesso na realização de gravações e apoio à configuração de inquéritos via ZOOM.
- vi) Gestão de Eventos na vertente online/hibrida

Esta descrição clarifica a extensão e diversificação das atividades em que o NARD vai intervindo necessariamente, pois os números de ações e utilizações apresentados no relatório está longe de ser, agora, o centro da atividade do NARD, emergindo, com maior generalidade, a Gestão da Plataforma de e-Learning, com inúmeras ações de apoio ao funcionamento dos cursos, quer os conducentes a um grau, quer de formação geral. Relevo também para o apoio à gestão académica, com maior expressão na gestão de sumários e, obviamente, a gestão do ZOOM, com particular relevância para todos os eventos não diretamente ligados a Unidades Curriculares, mas que permitem que eventos como seminários, congressos, conferências e outras atividades da UAL tenham maior visibilidade pela possibilidade de serem também transmitidos on line.

Tudo isto só foi possível com o aumento do número de elementos do NARD, em particular para os desafios futuros, como bem salienta o Supervisor do NARD, Dr. Miguel Pereira, a quem o Reitor manifesta o seu maior apreço, bem como aos colaboradores, pela atividade desenvolvida e pelo compromisso com o futuro que assumem, num espírito de equipa que transparece de todo o relatório, bem escrito e de informação relevante.

4.3. Gabinete para a Inclusão e Resiliência Universitária (GIRU)

Foi recebido, como habitualmente, um relatório de atividade do GIRU, particularmente enriquecido em 2023/2024, enviado pela Coordenadora Doutora Cláudia de Castro, a quem o Reitor agradece o envio e, sobretudo, a consolidação de um conjunto de atividades dirigidas prioritariamente ao bem-estar dos estudantes.

Como atividade permanente é referida a dinâmica entre pares e de tutorias entre professor-aluno, tendo como “ pilar fundamental o apoio ao estudante e ao corpo docente, na tentativa de prevenir o abandono e o insucesso do projeto académico dos discentes e a promoção do bem-estar e saúde mental”.

No que toca às tutorias entre pares, o relatório centra-se no Curso de Psicologia, com sessões presenciais ou, em alternativa, por Zoom, em situações de indisponibilidade de salas, com estudantes dos dois turnos de ensino. Apesar da natural preocupação centrada nos estudantes do primeiro ano, também foram abrangidos estudantes dos segundos e terceiros anos, estes com problemas específicos ligados às unidades curriculares de estatística.

De salientar, ainda, dinâmicas de tutoria que no terceiro ano envolveram uma média de 22 estudantes, com o apoio de 3 estudantes tutores.

As tutorias estenderam-se inclusivamente ao Mestrado em Psicologia Clínica e Aconselhamento, com o envolvimento de duas estudantes.

Neste campo, o relatório dá nota de que: “Apesar das práticas de tutorias entre pares estarem “enraizadas” nas turmas de Psicologia, pela proximidade com a coordenadora do GIRU, esta dinâmica tem sido alargada para outros cursos”.

Este alargamento é marcadamente expresso com as atividades ligadas aos Estudantes com Necessidades Especiais – NEE, incluindo apoio psicopedagógico, reuniões sistemáticas e articulação com diretores de curso e coordenadores científicos para procurar respostas adequadas a cada situação específica, designadamente a mobilidade reduzida, Perturbação do Espectro do Autismo (PEA), doenças crónicas e doenças oncológicas.

São referidos, em particular, apoios a uma estudante do primeiro ano do Mestrado de Direito com uma doença rara, a um estudante do Mestrado de Gestão com problemas psiquiátricos, a um estudante de Engenharia Informática que teve apoio semanal durante os 4 anos que frequentou até a conclusão do curso e a um estudante de Relações Internacionais, cego, que contou com o apoio do GIRU para a produção de materiais didático-pedagógicos, no Espaço de Leitura.

Há ainda uma referência à Licenciatura em História, em que é prática os professores realizarem tutorias com os estudantes, tendo, em particular, sido pedido ao GIRU, expressamente por uma docente e pela Coordenadora Científica, apoio para uma resposta mais adequada numa situação de relacionamento interpessoal entre estudantes.

Para além dos trabalhos de tutoria e coordenação do GIRU, colaborou no Projeto Ambição – Medida 4, Mentorias e Tutorias, bem como na organização e desenvolvimento da Semana Intercultural e na construção de “toolkits” para as tutorias.

Relevo para a realização da “Cogniweek”, em que foram expostos os trabalhos práticos da Unidade Curricular de Psicologia Clínica II, com o objetivo de sensibilizar os estudantes para os processos de aprendizagem, o funcionamento da mente e importância de hábitos promotores de saúde mental (sono, atividade física e alimentação).

Sem embargo de salientar e apoiar as indicações de atividades de consolidação e alargamento para Arquitetura e Enfermagem e a continuidade do aperfeiçoamento do apoio às atividades normais do GIRU, o Reitor não pode deixar de relevar, até pela sua extensão no tempo e a acuidade do problema visado, a assunção pela Coordenação do GIRU da candidatura ao Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior, um consórcio estabelecido com a Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias e a Escola Superior de Educação João de Deus.

Mas o mais relevante é a sua aprovação, em abril de 2024, do projeto denominado SuperiorMente, estando já organizadas e desenhadas as equipas de trabalho, com os seguintes eixos de desenvolvimento:

1. Meios digitais, redes sociais e edições informativas;
2. Comunidade educativa e promotora de saúde mental e bem-estar;
3. Saúde Mental: Estilo de vida, desporto e arte;
4. Ajuda especializada e encaminhamento;
5. Avaliação (através do desenvolvimento de uma investigação sobre a literacia em saúde mental e o impacto do SuperiorMente).

O projeto está pormenorizadamente apresentado no relatório, estendendo-se por todo o ano letivo de 2024/2025 e 2026, esperando-se que ele sirva para uma ainda maior presença e vivência do problema na UAL. É de realçar que estão envolvidos cerca de 137 mil euros

nos “Encargos com Salários de recursos humanos afetos à operação”, 69 mil euros com “Encargos com a contratação de Serviços” e 29 mil euros com a “Realização de encontros, seminários, workshops”, totalizando cerca de 235 mil euros, esperando-se, portanto, que os critérios de avaliação apresentados sejam atingidos ou mesmo superados como tradução real na melhoria futura do apoio aos estudantes.

4.4. Gabinete de Inserção Profissional/Alumni (GIP)

Uma das informações sempre solicitadas nas avaliações da universidades e respetivos cursos são as condições de empregabilidade dos seus estudantes que terminaram os seus ciclos de estudos, chegando mesmo a pedir a respetiva taxa de empregabilidade.

A satisfação integral destas exigências imporia um esquema organizativo complexo e cuja “performance” estaria sempre dependente da disponibilidade dos estudantes que terminaram os seus ciclos de estudos, em dar as informações relevantes para poder responder cabalmente a essas exigências, depois da saída da universidade.

A UAL não ignora a relevância dessa informação e tenta, de algum modo, obter e disponibilizar as informações possíveis, designadamente através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), cujo relatório a responsável, Dra. Cecília Dias, teve a amabilidade de enviar ao Reitor que agradece e manifesta o seu apoio a uma atividade difícil de concretizar. Aliás, uma nota do relatório respalda, inteiramente, a dificuldade de concretização de informação adequada.

Assim, no que toca à taxa de empregabilidade, quer as empresas, quer os candidatos a empregos, mesmo os veiculados em colaboração com o GIP, normalmente não comunicam ao GIP “a passagem de estagiário para trabalhador ou mesmo para contratação de emprego – o que sempre se solicita.”

Um papel de mitigação deste problema pode caber aos antigos alunos (Alumni) que mantêm relação próxima com a UAL, sendo que o GIP tem também a função de relacionamento com eles.

De facto, o GIP assume mesmo que “tem como missão apoiar a inserção e a adaptação à vida profissional dos finalistas e graduados da Universidade, respondendo aos diversos pedidos de recrutamento, designadamente através de protocolos e divulgação das ofertas de empresas/entidades/instituições junto dos estudantes. Fá-lo, também, com apoio à escrita de CVs, preparação de apresentações e entrevistas para estágios ou empregos.

No decurso de 2023/2024 foram disponibilizados cerca de 530 ofertas de estágios (curriculares e profissionais) e 122 ofertas de bolsas de estudos ou programas de formação nas diversas áreas científicas.

Também divulgou “programas comunitários que promovem a mobilidade no espaço europeu” ou “atividades em regime de voluntariado, facilitadoras de inserção no mercado”.

Foram celebrados com entidades e empresas 65 protocolos, sendo a quase totalidade relativa a estágios (63). No campo dos estágios a informação distingue as ofertas de empresas de todas as outras instituições, sendo 281 de empresas e 239 de outras instituições.

No que toca às outras instituições ressalta-se o facto de 154 (64,4%) serem abertas a todas as áreas académicas, enquanto os restantes eram mais especializados. De entre estes, o maior número (20) foi em Economia e Gestão, tal como em Línguas, seguindo-se Direito (14), Arquitetura e Ciências da Comunicação, ambos com 11 e Tecnologias de Informação (6). Presença ainda de Relações Internacionais (2) e Psicologia (1).

A grande generalidade desses estágios foi de natureza curricular, só se verificando estágios profissionais mais significativos os de Letras com os 20 citados, como Assistente de Português na Secretaria Geral de Educação e Ciência e na área de Gestão e Economia com 23, todos em instituições financeiras.

Esta repartição por áreas científicas poderá surpreender, designadamente pelo baixo número de estágios de Psicologia, mas tal resulta, em grande medida, do facto de os estágios curriculares nessa área serem concretizados através de protocolos estabelecidos diretamente pelos departamentos e assinados com entidades recetoras.

No que respeita às 281 ofertas do lado das empresas, 127 (45,2%) to total abarcaram todas as áreas, sendo, portanto, e como era de esperar, essas ofertas de empresas mais especializadas.

Nesse contexto, Ciências da Comunicação (40) aparece com o maior número, seguido, curiosamente, de Gestão do Desporto (35), de Economia e Gestão (28), Tecnologias de Informação (19), Arquitetura (12), Engenharia (10) e, com muito menor expressão, Línguas, Psicologia e Relações Internacionais (2) cada e Direito (1), para além de uma referência a Recursos Humanos.

Apesar de em menor número que os curriculares, os estágios profissionais, como era de esperar, apresentam um nível apreciável, atingindo 38,1% do total.

Cerca de metade dos estágios profissionais aparecem cobrindo “todas as áreas”, sem especificação. Dentro da outra metade emergem, claramente, Economia e Gestão com 27, distribuídas por 14 empresas, com as áreas de Auditoria, Contabilidade e Finanças claramente prevalecentes, Arquitetura com 12, divididas por 5 empresas e Engenharia com 10, estas por uma única empresa.

No que respeita às 195 ofertas de emprego, cerca de metade aparecem no âmbito de “todas as áreas académicas”. Entre as que especificam áreas, Economia Gestão (34) aparece em primeiro lugar, seguido de Tecnologias da Informação (24), Engenharia Eletrotécnica (12) e Direito (10). Com menor expressão aparecem Ciências da Comunicação (7) e Arquitetura (4), para além da referência a Recursos Humanos (5) e Saúde e Psicologia (4).

Apesar de haver uma grande dispersão pelo número de empresas (67), 6 delas representam cerca de 54,4% do total das ofertas de emprego, das quais a maior parte referindo “todas as áreas académicas”.

Noutro plano a difusão de prémios/concursos e programas abertos por diversas empresas e instituições, em particular relevância para 50 bolsas no âmbito das Línguas e 52 em Tecnologias da Informação, para além de 10 nas áreas de Economia e Gestão.

Como informação final a concretização de 66 protocolos de estágios e de cooperação celebrados em 2023/2024 com as Licenciaturas em Gestão do Desporto e em Ciências da Comunicação (21) com a grande maioria desses protocolos (85,5%).

4.5. Gabinete de Aconselhamento e Promoção da Saúde (GAPS)

A preocupação pela saúde dos estudantes e, ainda mais geralmente, pela Comunidade da UAL, aberta também ao exterior, vem agora reforçada por este Gabinete, cuja ação é descrita em relatório que foi enviado ao Reitor pela sua coordenadora, Professora Doutora Rute Brites, a quem o Reitor agradece e felicita vivamente pelo trabalho desenvolvido, felicitações extensivas a toda a equipa, baseada também no voluntariado e com fortes laços ao Departamento de Psicologia junto do qual, como refere o relatório, chegaram, também, alguns pedidos de ajuda urgentes e espontâneos.

No que se refere a pedidos e atendimentos é dada nota de 48 pedidos que deram origem ao agendamento de 39 primeiras sessões. Foram, assim, atendidas 30 pedidos a que acresce o “pedido feito por uma jovem em condição de refugiada (por intermédio da instituição que a acolhia)”, tendo algumas pessoas desistido do pedido ou não responderam à chamada.

O relatório evidencia a preocupação por “medir” a eficiência de resposta aos pedidos, com uma estatística que permite avaliar esse grau, bem como abre a porta a melhorias, sem nunca esquecer que o voluntariado se vê, frequentemente, limitado por obrigações prioritárias, pondo, naturalmente, em causa a sua disponibilidade. Daí que as medidas estatísticas apresentadas deverem ser lidas à luz dessa situação.

É de saudar que, no final do ano letivo, não havia qualquer fila de espera, sem embargo de, em estudantes que transitaram para 2024/2025, terem continuado os processos de acompanhamento.

Claramente, os processos de acompanhamento são de natureza muito variada, exigindo graus e tempos de acompanhamento diferenciados. Isso é bem patente no intervalo de variação de [1; 20], com uma média de 7 e um desvio padrão de 4,6 (mesmo com o

coeficiente de variação (0,66) há uma ideia de menor dispersão que o intervalo de variação, muito sensível a situações extremas.

A falha de disponibilidade atrás referida levou a alguns atrasos com um período médio de espera de 16 dias, embora com situações extremas que vão do atendimento imediato a 2 a 3 meses.

Importa referir também que a maior parte dos pedidos de atendimento foram queixas ligadas à ansiedade, sendo ainda relevantes sintomas de depressão e desmotivação académica, tendo sido salientado, com preocupação, um aumento das situações clinicamente relevantes.

A estatística apresentada é clara, com 40% dos pedidos ligados à ansiedade, 20% à depressão, 17,5% a problemas académicos, 5% a problemas familiares e o mesmo valor para “problemas amorosos, esquizofrenia, identidade de género, luto, problemas de autoestima e problemas laborais”.

O mesmo gráfico não pode deixar de ser complementado por uma parte do texto que o Reitor não quer deixar passar em claro e que se cita, a propósito do tal aumento das situações clinicamente relevantes: “tendo havido pedidos de ajuda no seguimento de tentativas de suicídio, ideação suicida, luto, esquizofrenia, assédio sexual e ataques de pânico”.

A razão desta saliência é que algumas dessas situações se, de algum modo, são resultado de comportamentos dos docentes ou colaboradores da UAL, têm de ser frontalmente assumidas sem qualquer hesitação.

A preocupação pela medição dos efeitos das ações do GAPS são também evidentes no balanço final do ano letivo, referindo-se que 35% dos clientes sentiu que a problemática estava ultrapassada e pediu para concluir o processo de acompanhamento, sem ter atingido a máxima disponibilização em condições de ter “alta”, continuando 20% em tratamento, sendo que “um quarto dos clientes desistiu do processo ou deixou de comparecer, sem mais informações”.

Comparações com 5 anos anteriores, desde a formação do Gabinete, evidencia uma acentuada subida de pedidos e consultas nos últimos 3 anos, havendo, contudo, em

2023/2024 uma queda face aos 2 anos precedentes, em resultado da desistência de clientes, a par do aumento do acompanhamento de situações de maior gravidade, para além dos pedidos “espontâneos” junto do Departamento de Psicologia.

Aliás, esta imersão do problema no Departamento de Psicologia é bem visível, também, pela referência a reuniões semanais presenciais de supervisão em grupo dirigidas pelo Professor Doutor João Hipólito, que também se ocupa de algumas supervisões individuais, tal como a Professora Doutora Odete Nunes.

Finalmente e, completando a preocupação de seguimento da eficiência do GAPS, apresentam-se no relatório algumas Conclusões e Recomendações, das quais se salienta, como sugestão para recomendação de melhoria:

- i) A disponibilidade dos técnicos voluntários tem-se mantido, embora o elevado número de respostas dadas em 2023-2024 se deva, essencialmente, à colaboração da estagiária profissional da OPP (Ordem dos Psicólogos Portugueses);
- ii) O espaço disponível (uma única sala de atendimento) continua a limitar, a capacidade de resposta em tempo útil;
- iii) Necessidade de desenvolvimento de um serviço de atendimento “na crise”, com o objetivo de dar resposta aos pedidos espontâneos e imediatos que têm surgido, junto do Departamento de Psicologia.

5. Autónoma Academy

Os atuais Estatutos da UAL estabelecem, no nº 3 do Artigo 7º, que “A UAL pode, também, realizar cursos não conferentes de grau académico cuja conclusão com aproveitamento conduza à atribuição de um diploma”.

É hoje bem reconhecido que há necessidade de uma atualização permanente dos conhecimentos e até instrumentos de aprendizagem que têm levado a um grande desenvolvimento de cursos de pós-graduação, com uma concorrência fortemente crescente entre instituições variadas, com avaliação e atribuição de diplomas que coexistem com a mera frequência para reciclagem de conhecimentos ou abertura a outras áreas para além das licenciaturas ou outros graus obtidos, não havendo preocupação por obter um diploma resultante de uma avaliação.

O invocado nº 3 do Artigo 7º impõe à UAL a realização de cursos com avaliação e consequente atribuição de um diploma tradutor de sucesso na avaliação, mas não acolhe especificamente os outros tipos de cursos de natureza mais “informativa” que, habitualmente dão origem a “diplomas de frequência”.

A lecionação desses cursos por um lado é resposta a do papel que cabe à universidade de responder às necessidades da sociedade e, por outro, designadamente para uma universidade que não vive de dinheiros públicos, mais um meio de obter financiamento, sem comprometer a sua missão.

Ponderando todos estes conhecimentos e oportunidades, essa missão, até mais alargada, acaba por ser assumida, dentro do Grupo Autónoma, pela Autónoma Academy.

Por isso é evidente que, no Relatório do Reitor, a Autónoma Academy tem um lugar especial, funcionando à guisa de extensão da UAL, sem embargo da sua autonomia específica.

É nesse contexto que o Reitor muito agradece o relatório que lhe foi enviado, assinado pelo seu Diretor, Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro e pela Diretora Executiva, Dra. Celina Luís, com grande apreço pelo trabalho desenvolvido em condições difíceis, que o relatório descreve adequadamente.

Importa, no entanto, começar por dar, resumidamente, conta das atividades desenvolvidas que se traduziram por uma receita de 968 485€, inferior em cerca de 6% ao ano transato, mas com um aumento de resultados superior em cerca de 12%, atingindo 300 137€, no entanto inferior em cerca de 15,3%, mas a que corresponde uma redução de custos de 12,8%, que permitiu o referido aumento de resultados face ao ano anterior.

A situação foi possível controlar por ter havido diminuição no número de recursos humanos, mas assinala o relatório “um desfasamento temporal de cerca de um ano entre o trabalho de preparação das ofertas formativas e a sua realização acaba por ajudar a explicar o facto de o contributo para os resultados ter apresentado uma evolução em sentido contrário da evolução dos proveitos”, para logo avisar, face às condições difíceis vividas em 2023/2024, designadamente a insuficiência relatada de recursos humanos, ser de esperar que tal se “reflita negativamente nos proveitos e nos resultados do próximo ano”.

Assim, no capítulo dedicado às “Atividades desenvolvidas no ano letivo 2023/2024”, refere-se que “O ano letivo foi, numa palavra, um ano de “sobrevivência”, uma vez que, ao invés de um esperado reforço da equipa, se verificou uma redução da mesma ao longo da integralidade deste período”, com a Autónoma Academy chamada ainda a dar respostas a solicitações não recorrentes com maior pressão sobre a escassez de recursos.

O relatório acaba, por isso, por assumir aquilo a que designa por plano de contingência, limitado a “atividades críticas para o funcionamento das ofertas formativas que haviam sido lançadas no mercado e para os projetos da Autónoma Online e Modelo de Avaliação de Desempenho do Pessoal não Docente”, com claro prejuízo de melhorias noutras áreas e, sobretudo, de abdicação de novas iniciativas de oferta ou de sua promoção.

A Direção da Autónoma Academy foi mandatada para se empenhar no desenvolvimento de projetos Autónoma Online, tendo tido a forte colaboração do Dr. João Paulo Feijó que no final acabou por integrar o Grupo Autónoma como colaborador responsável pelo projeto.

No contexto da reflexão inicial e do aprofundamento do ensino online, de modo a poderem acompanhar as boas práticas desse tipo de ensino, a Direção da Autónoma Academy

participou em várias iniciativas de formação de ensino a distância da Universidade Aberta, do Instituto Politécnico de Tomar e dos serviços internos da UAL. Salienta-se que, coimo efeito externo positivo, essa experiência poderá ser a “fonte natural de futuras ofertas geridas pela Autónoma Academy”.

A intervenção no Modelo de Avaliação de Desempenho do Pessoal Não Docente não foi uma iniciativa da Autónoma Academy, mas não pode estar omissa no relatório porque, por um lado, foi uma atividade do Grupo Autónoma que exigiu um grande envolvimento da sua Diretora Executiva mas, por outro, por terem assumido que “é da maior importância que se desenvolva um modelo de avaliação de desempenho coerente” que venha a proporcionar melhores desempenhos e uma gestão mais dinâmica das pessoas que trabalham na Autónoma Academy.

Como é evidente, estas atividades, de algum modo alienadas do plano normal de atividades da Autónoma Academy, levou a que o relatório considere que as Atividades Correntes e diretamente geradoras de receitas se tenham desenvolvido num regime de “serviços mínimos”.

Realça-se, mesmo assim, o facto de não ter falhado a abertura de curso recorrentes, nem o acompanhamento do relançamento dos cursos da Escola de Artes e da parceria com o Instituto Politécnico de Tomar e ter conseguido manter o mesmo nível de atividade que no ano precedente, com cerca de 114 mil horas de formação, embora com um número ligeiramente mais baixo de alunos.

No que toca aos Cursos Abertos, foram realizadas 34 edições de cursos da Autónoma Academy e 8 cursos na área da Enfermagem. Nas ofertas da Autónoma Academy 525 alunos terminaram os cursos em que se inscreveram, valor que ascendeu a 141 alunos nos cursos da ESEFM. Note-se que, tal como já referido em relatórios anteriores, houve um número anormalmente elevado desistências entre o momento da candidatura e o momento de pagamento das propinas, algo que , na opinião do Reitor, e perante a situação social existente, não é inesperado e torna difícil traçar um plano e orçamento capaz de equilibrar a ambição com a incerteza, pois os potenciais alunos arriscam a candidatura, muitas vezes, sem terem a convicção de a concretizar ou, o que ainda é mais possível, sem terem condições financeiras para o fazer.

O relatório, ao analisar os cursos e a respetiva frequência, com um intervalo de variação de alunos de [4; 38] e uma média ligeiramente superior a 14 alunos por curso, com 12 cursos acima desse número e 8 cursos com menos de 10 alunos, sendo de realçar 3 aspetos relativos à atividade desenvolvida ao longo do ano letivo, tendo, em primeiro lugar, a relevância da área da segurança.

Assim, o número de cursos e de alunos tem vindo a aumentar nessa área, observando-se um alargamento dos conteúdos às áreas da Segurança da Informação e Cibersegurança, ao mesmo tempo que, em termos institucionais, se vêm reforçadas as parcerias com a PSP e a ADSP.

Pelas razões já aduzidas, sem deixar de existir alguma renovação na introdução de cursos, ela não foi tão expressiva quanto o desejável, mas conseguiu manter-se e até “fortalecer o número de edições em cursos com uma longa presença no mercado, o que tem uma importância elevada na construção do processo de reputação da Autónoma Academy”.

Tal como em anos precedentes há cursos preparados que não foram abertos por falta de interesse suficiente no mercado desse período.

No que toca mais especificamente à relação com a UAL, para além da já normal atribuição de ECTS no contexto de alguns cursos, depois do adequado processo de reconhecimento por parte do Conselho Científico da UAL, começa a ganhar relevância a atribuição de microcredenciais, tendo havido na Autónoma Academy uma primeira divulgação e angariação de alunos em duas microcredenciais: i) Marketing Digital e ii) Leadership in the Digital Transformation, mas que não tiveram sucesso.

O insucesso levou a um processo de revisão dos cursos “colocando apenas docentes internos da CEU por motivos relacionados com a elegibilidade das despesas no âmbito do PRR e organizando o curso com as características pedagógicas já previstas na Autónoma Online”.

O apoio do PRR está ligado à obrigação de desenvolvimento de uma terceira microcredencial na área da gestão de entidades do terceiro setor, mas a equipa interna que se encontra a elaborar os conteúdos do curso não deu ainda resposta.

A lecionação dos cursos na Autónoma Academy está sempre e crescentemente alicerçada em duas atividades inalienáveis: a Comunicação e a Avaliação dos seus cursos.

No que respeita à primeira, o relatório reconhece que “a comunicação das ofertas formativas oferecidas desempenha um papel cada vez mais importante num mercado muito concorrencial e cuja concorrência foi incrementada com o fenómeno do ensino online”.

Neste sentido, a Autónoma Academy procurou desenvolver as ações de comunicação que já experimentara anteriormente, com relevância para a Academy Open Week, “com vários webinars e com temas relacionados com cada um dos 10 cursos estrategicamente selecionados da nossa oferta formativa”, com um aumento de pessoas e de inscrições relativamente à edição precedente.

Salienta-se uma nova iniciativa, a Academy Next Step, destinada a promover a sua oferta formativa junto dos estudantes da UAL, com incentivos específicos, que conduziram a um sorteio realizado entre os participantes, da oferta das propinas de um curso.

A Autónoma Academy também arrancou com a criação de uma série de podcasts ACADEMYcamente, com o contributo da UAL Media, concretizando 48 episódios de duração de 15/20 minutos, em que são abordados, ao longo deste primeiro ano, 48 episódios com a duração de 15/20 minutos com temas da atualidade que fazem ligação à oferta formativa.

Saliência ainda para 19 500 subscritores no website da Autónoma Academy e a realização de 152 campanhas de email marketing, com o número de emails enviados, com total respeito pelas regras do RGPD, subido para cerca de 230 mil, triplicando o número do ano precedente, como resultado do envio de “newsletters” para os subscritores e a criação da “jornada do candidato”.

O relatório evidencia ainda, com grande pormenor, a penetração crescente nas redes sociais digitais, mas sem deixar de chamar a atenção para que “é importante o complemento dos meios não digitais, quer de iniciativas específicas, quer de promoção pessoal e institucional”.

No que se refere à Avaliação da Qualidade, salienta-se que “A escassez de recursos durante este ano letivo não permitiu a aplicação generalizada dos questionários de avaliação dos cursos pelos alunos, tendo sido avaliados apenas 20 cursos da Autónoma Academy e 4 da ESEFM”.

Os resultados dessas avaliações são francamente animadores, com mais de 70% dos estudantes a atribuírem classificação de Bom ou Muito Bom nos diversos parâmetros da avaliação, com pequenas exceções, embora haja ainda até 10% de avaliações negativas, a exigirem a devida correção.

Mas, como bem salienta o relatório, “Atendendo ao facto de se tratar de programas de formação para profissionais, destacamos o facto de mais 80% dos inquiridos terem atribuído classificação bom ou muito bom ao contributo para o seu desempenho e aplicabilidade profissional no conjunto das formações geridas pela Autónoma Academy”.

A descrição das atividades da Autónoma Academy e as observações e chamadas de atenção da sua Direção não podem deixar o Reitor da UAL indiferente, ao mesmo tempo que agradece e saúda todo o esforço da equipa de trabalho em tão difíceis condições.

Cade vez mais, e bem, se clama pela necessidade e obrigação das Universidades responderem aos desafios da Sociedade e, em particular, aos aspetos de formação contínua e, não menos relevantemente, a abertura aos que na altura própria não puderam ou não conseguiram alcançar os níveis de formação que almejavam.

De algum modo a Autónoma Academy configura em boa parte a estrutura, flexível, com potencialidades para responder a esse desiderato.

O Reitor gostaria de ver cada vez mais docentes da UAL empenhados na criação e operacionalização de cursos da Autónoma Academy, desde que, obviamente, respondam aos objetivos que estão subjacentes aos cursos e não sejam a mera repetição de currículos escolares.

Nesse contexto, vê com preocupação o que parece ser uma alienação de grande parte dos docentes e também das unidades orgânicas da UAL, não podendo deixar de referir, por um lado, o facto de não ter havido, pelo menos atempadamente, no campo das microcredenciais, resposta da equipa interna que se encontra a elaborar o conteúdo do

curso relativo à Gestão de Entidades do Terceiro Setor e, por outro lado, a preocupação ligada à leitura do ponto do relatório relativo à Equipa de Trabalho, que reproduz: “Será necessário a breve trecho encontrar formas de recuperar o estado anímico da equipa para enfrentar com sucesso os desafios da Autónoma Academy, aumentando as formas materiais e imateriais de reconhecimento do esforço de cada um, alinhando incentivos com os objetivos da atividade, flexibilizando a gestão da equipa, enfim, assegurando o equilíbrio entre a exigência profissional, o reconhecimento pessoal, o apoio individual e a compatibilização entre a vida profissional e pessoal”.

É um desenho de objetivos que será bem acolhido, por certo, por todos nós e que na Nota Final do relatório, ao referir o sistemático acolhimento dessas preocupações por parte do CA do Grupo Autónoma, releva um sinal de esperança quando se escreve: “. Estamos certos de que a manutenção desse espírito de abertura e compreensão mútua permitirá ir encontrando a cada momento as soluções mais adequadas ao desenvolvimento sustentável do ensino não conferente de grau no seio do Grupo Autónoma”.

O Reitor, por seu lado, e a UAL, em consequência, não se poderão alienar da necessária contribuição para esse fim.

6. Considerações Finais

Em princípio, o Relatório do Reitor relativo a um dado ano letivo deveria estar escrito e disponível antes do início do ano letivo seguinte, de modo a poder ter um plano de atividades anuais, baseado na experiência recolhida e nas recomendações de melhoria ou mesmo de transformação, que pudessem daí ser extraídas.

Contudo, a estrutura semestral dos cursos e as diversas épocas de exames, em particular os exames especiais para finalistas, atiram a conclusão real das atividades desse ano letivo bem para dentro do início do seguinte.

Daí que a opção tenha sido ultrapassar o mero relato estatístico do ano 2023/2024 e, nos vários pontos do Relatório, ter incorporado, frequentemente, para além dos naturais comentários e comparações com anos precedentes, algumas críticas e sugestões que, quando a comunicação interna, nem sempre com a fluidez e o rigor desejáveis, permitiu, transmitir essas informações, de modo a terem efeito já no ano letivo em curso.

Neste contexto, as Considerações Finais retomarão os pontos essenciais do Relatório, mais numa lógica de futuro, com diagnósticos e propostas de melhoria ou de alteração, sempre que possível e justificado.

Sendo os estudantes a razão básica de existência da Universidade, faz todo o sentido começar por eles, lembrando que os métodos pedagógicos e de avaliação estão todos em causa, tendo em atenção as rápidas, contínuas e variadas mudanças nos sistemas de informação e nos modos de os utilizar, ultrapassando o sistema presencial obrigatório, bem como a ideia de relação unilateral professor-aluno, isto é, o professor ensina e o aluno aprende, para um sistema bilateral de ensino/aprendizagem simultâneo. Assim, o “aluno” é substituído por estudante, com crescente (com o avanço nos ciclos de estudos) participação ativa e criativa, e o professor, em resultado dessa interação, também é um “estudante” porque, no atual e futuro processo de aceder a informações e pensar sobre elas, até com a ajuda das novas tecnologias, sou de opinião que um professor que não aprende quando “ensina”, também não ensina.

Esta situação impõe novas regras de funcionamento, quer presencial, quer à distância, dos tempos de contacto (já não são designados por “aulas”), síncronicos ou assíncronicos, que têm de ser diferenciadas pelas diversas áreas científicas e, dentro destas, pela variedade temática que as constitui.

Neste sentido, os estudantes, os seus grupos e organizações têm cada vez maior responsabilidade pelo bom funcionamento do sistema pedagógico, devendo ser atores do sistema e não meros “clientes” do sistema. Assim, devem ter presença ativa em tudo o que lhes diga respeito, sendo fundamental a sua contribuição ativa no âmbito dos Conselhos Escolares, que têm que funcionar com regularidade e com a presença dos estudantes e, ainda com maior exigência, no Conselho Pedagógico, onde a paridade estudantes/docentes não pode estar em causa, não só na definição da composição, mas na presença nas reuniões.

Essa voz, com um sentido ético imprescindível numa época em que os comportamentos menos adequados são facilitados, quiçá até incentivados, é curial na definição dos processos de avaliação de conhecimentos e na avaliação dos docentes, pedindo-lhes uma maior resposta aos questionários que lhes são propostos, sem embargo de se impor que as suas observações e avaliações sejam integradas na programação da atividade docente, fazendo as alterações necessárias quando a evidência para a necessidade dessas alterações é clara. A não ser assim, haverá total e compreensível desmotivação por parte dos estudantes.

Finalmente, há que não esquecer as diferentes situações dos estudantes, quer na sua origem, quer no modo como se efetua a sua inserção na Universidade, para além, é claro do ciclo de estudos que frequentam.

Em particular, há que ter em atenção o diferente nível de conhecimentos com que se apresentam à entrada na Universidade, sendo curial uma identificação dessas diferenças e a criação de sistemas de recuperação sem os quais o sucesso de alguns estudantes fica comprometido logo à partida.

Por outro lado, há que distinguir entre os turnos frequentados pelos estudantes, pois se assinalam claras diferenças no seu aproveitamento e na avaliação da docência comum aos

dois turnos. Em particular, é de considerar a situação real do “trabalhador-estudante” que, numa perspetiva social, deve ter uma atenção específica por parte da Universidade e, em particular, também dos seus docentes.

Não esquecer, também, os estudantes não portugueses, com uma atenção particular aos de língua portuguesa, sem olvidar a criação de condições crescentemente ativas para estudantes estrangeiros, para além do bom funcionamento do Programa Erasmus+.

No que toca aos docentes, os desafios não são menores, dado o papel híbrido que são chamados a desempenhar, combinando docência com investigação, gestão universitária e relações com o exterior, tal como consta do “manual” para a sua avaliação.

Tem de se reconhecer que a UAL tem um corpo docente de reconhecido mérito, mas as exigências para os segundos ciclos e, sobretudo, para os terceiros ciclos, têm dificuldade em ser atingidas por boa parte dos docentes.

É fundamental aumentar o nível de afetação dos docentes em tempo integral e de carreira a atividades de investigação, sendo certo que muitos deles se alheiam, inclusivamente, das atividades promovidas pelas unidades de investigação das respetivas áreas científicas, para já não falar das desejáveis perspetivas interdisciplinares, o que não é aceitável. Aliás, é bem claro que é necessário aumentar o número de Professores Associados e Catedráticos, porventura através de concursos específicos, sem pôr em causa os concursos de promoção interna que, no entanto, se têm revelado, por vezes, problemáticos, dado o baixo nível das atividades científicas e de publicações que não podem deixar de se exigir para a promoção na carreira docente universitária.

Além disso, sem pôr em causa, antes reafirmando, o reconhecimento do mérito pedagógico da grande maioria dos docentes, importa que todos, sem exceção, se comprometam no cumprimento das condições formais de funcionamento das unidades curriculares, com informação atempada e atualizada que os estudantes necessitam e que, a não serem cumpridas, põem em causa a avaliação do nível de qualidade da Universidade.

A verificação destas condições e a presença de melhorias de qualidade necessárias no âmbito dos departamentos é, também, inalienável, exigindo um forte compromisso das Coordenações de curso em relação estreita com os Diretores de departamento.

Neste ponto, o Reitor não pode deixar passar em claro a diferença de dimensão dos departamentos, mais em número de estudantes do que de docentes, bem como a ainda maior diferença entre o número de estudantes dos diversos cursos.

Este facto, aliado à crescente assunção do valor da interdisciplinaridade, leva o Reitor a não deixar de propor à Entidade Instituidora uma reflexão aprofundada sobre o número e a composição dos departamentos que, com raras, mas apesar de tudo já com alguma visibilidade, cooperações, continuam a funcionar como “silos”.

Isso é evidente pela quase sistemática ausência de estudantes e de docentes de uma área a eventos de interesse promovidos por outras áreas, não sendo infrequente a marcação de vários eventos para as mesmas datas e as mesmas horas, expressão clara de uma incomunicabilidade que o Reitor não aceita. Aliás, esse é um problema claramente a melhorar no âmbito da UAL, pois a comunicação fluída, aberta e transparente tem de ser promovida e conseguida.

São, reconhecidamente, razões de âmbito institucional com influência na Avaliação Institucional, tal como tantas outras, designadamente no campo da Investigação, como se referiu na parte específica do Relatório que lhe é dedicada. Também aqui a reconfiguração institucional se impõe, embora tenha de se reconhecer que a incerteza legislativa atual, aliada à complexidade e discricionariedade do sistema existente, não seja o melhor ambiente para se conseguir a adequada reconfiguração.

Nesse campo da reconfiguração, vale a pena uma reflexão sobre o enquadramento Autónoma Academy no contexto do Grupo Autónoma, tendo em atenção, por um lado a competência estatutária da UAL na realização de cursos não conferentes de grau mas, por outro lado, o aproveitamento de sinergias no interior do Grupo, designadamente tendo em atenção a atividade da Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias e outras atividades de ligação à sociedade, desenvolvidas ou em desenvolvimento, no âmbito do Grupo.

Uma das razões que leva a levantar esta hipótese é a preocupação por uma presença mais visível dos docentes da UAL nas atividades da Autónoma Academy. Neste sentido, e tendo em atenção que se pretende que os docentes estejam envolvidos em atividades mais

ligadas ao exterior e aos problemas da Sociedade, designadamente na promoção da transferência de conhecimento e da promoção do empreendedorismo, será, provavelmente, de encarar uma maior ligação do CTC – Centro de Transferência de Conhecimentos e do CEI – Centro de Empreendedorismo e Inovação às atividades da UAL, nomeadamente às suas unidades de investigação, já que essa ligação parece não existir.

Voltando aos ciclos de estudos, há que retomar a preocupação com os Mestrados que, como está assinalado no texto, tem apresentado alguma instabilidade no que toca à frequência e aos Doutoramentos que é mister consolidar.

Aliás, quando está em causa a necessidade de reforçar a Internacionalização, esses ciclos, devidamente enquadrados na estratégia de investigação que tem de passar por acordos com universidade estrangeiras, o reforço desses ciclos é um veículo que não pode ser descurado.

Apesar de considerar que o panorama dos terceiros ciclos na UAL não está maduro para de imediato considerar a criação formal de uma Escola Doutoral, o Reitor, na sequência do que tem repetido ao longo dos anos nos seus relatórios, não pode deixar de voltar a aflorar o tema, até porque ele pode ter que ver com a potencial transformação da organização da investigação dentro da UAL. Para além disso, não será despiciendo admitir que neste campo se possa prefigurar um conjunto de alianças com outras Instituições de Ensino Superior.

Finalmente, uma nota repetida sobre a incerteza legislativa que rodeia o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), do qual poderá depender a estratégia a seguir pelas alterações legislativas e regulamentárias que pode trazer, em particular no que ao ensino superior privado diga respeito. Por esta razão a participação ativa das Instituições de Ensino Superior privado e, em particular da APESP, tem de ser reforçada nesta fase de indefinição.

Os desafios são grandes e o Reitor não se quer alienar deles, mas estar em constante cooperação com a Entidade Instituidora para os defrontar.

O Reitor



José Manuel Amado da Silva

Anexo 1 – Cursos que conferem grau

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por anos curriculares (2023/2024)

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
Administração de Unidades de Saúde						5						5
Ciências da Comunicação	88	89	4	114		117					92	320
Direito	129	140	4	162	8	199	2	287			143	788
Economia	22	23	1	17	4	44					27	84
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1	1	1	6		9					2	16
Engenharia Informática	33	35	7	58	3	86					43	179
Gestão	143	149	15	109	6	172					164	430
Gestão do Desporto	33	34		26		54					33	114
História	18	19		26		26					18	71
Informática de Gestão	16	16	2	10		22					18	48
Psicologia	68	73	2	132		130					70	335
Relações Internacionais	47	49	10	50	1	75					58	174
Arquitetura	28	28	2	26		36		11		21	30	122
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	626	656	48	736	22	975	2	298		21	698	2686

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso	Inscritos com exceção do Estágio / Projeto Dissertação
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total			
História e Patrimónios	6	6		14					1	6	21	21	20
Engenharia Informática e de Telecomunicações	4	4	2	9					6	6	19	19	13
Gestão de Empresas	14	21	2	27					21	16	69	69	48
Direito	23	31	27	92					50	175	100	298	123
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais				8					4		12	12	8
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	26	28	23	102	2				34	49	166	166	130
Comunicação Aplicada	7	9		7					5	7	21	21	16
Relações Internacionais	11	14		7					10	11	31	31	21
TOTAL (2º ciclo de estudos)	91	113	54	266	2				50	256	195	637	379

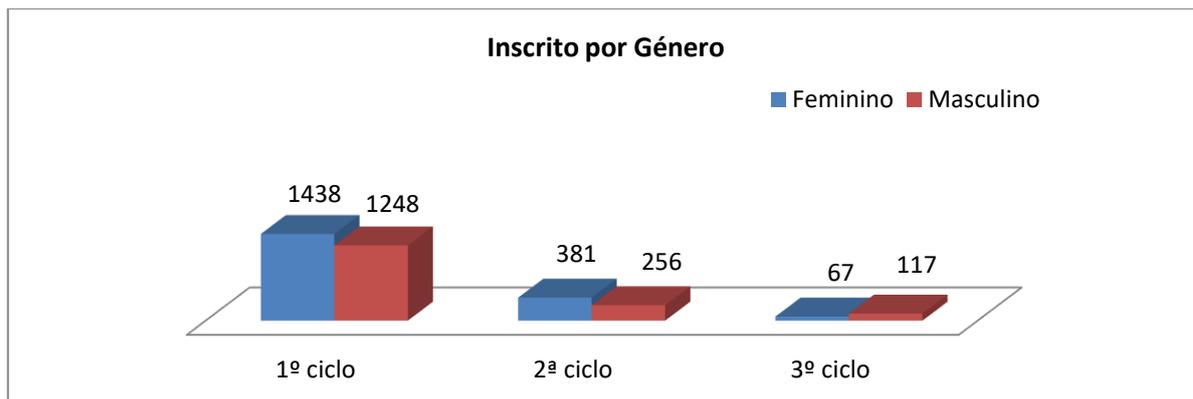
Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Inscritos pela 1ª vez	Total de inscritos por ciclo e curso
	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total	Novos	Total		
Arquitetura	7	7		5	3										7	15
História				6	6										9	21
Direito															54	54
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	14	14		8	19										18	59
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos	4	4	1	3	4										8	19
Doutoramento em Património, Tecnologia e Territóri	8	8		8											8	16
TOTAL (3º ciclo de estudos)	33	33	1	30	32										89	184

Quadro 2 - Alunos inscritos nos cursos distribuídos por género (2023-2024)

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Administração de Unidades de Saúde					5						5
Ciências da Comunicação	29	60	36	78	26	91					320
Direito	45	95	58	104	77	122	95	192			788
Economia	14	9	10	7	20	24					84
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1		5	1	7	2					16
Engenharia Informática	34	1	50	8	81	5					179
Gestão	92	57	64	45	98	74					430
Gestão do Desporto	28	6	25	1	47	7					114
História	13	6	21	5	18	8					71
Informática de Gestão	12	4	10		19	3					48
Psicologia	9	64	30	102	22	108					335
Relações Internacionais	29	20	25	25	36	39					174
Arquitetura	11	17	8	18	17	19	8	3	13	8	122
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	317	339	342	394	473	502	103	195	13	8	2686

Curso	1º Ano		2º Ano		Estágio final		Trabalho de projeto		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
História e Patrimónios	3	3	6	8					1		21
Engenharia e Tecnologia Informáticas	2	2	8	1					5	1	19
Gestão de Empresas	12	9	15	12					8	13	69
Direito	13	18	31	61					80	95	298
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais			5	3					3	1	12
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	9	19	22	80		2			8	26	166
Comunicação Aplicada	3	6	3	4					3	2	21
Relações Internacionais	7	7	7						2	8	31
TOTAL (2º ciclo de estudos)	49	64	97	169		2			110	146	637

Curso	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		Estágio final		Trabalho de		Dissertação		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Arquitetura	3	4	3	2	2	1									15
História			5	1	4	2							3	6	21
Direito													37	17	54
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	9	5	5	3	15	4							14	4	59
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	2	2	2	1	1	3	4	4							19
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	3	5	5	3											16
TOTAL (3º ciclo de estudos)	17	16	20	10	22	10	4	4					54	27	184
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS															3507

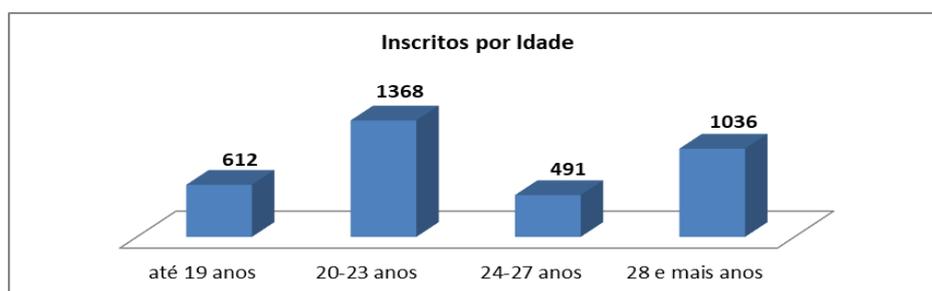


Quadro 3 - Distribuição dos alunos por faixas etárias (2023-2024)

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
Administração de Unidades de Saúde		3	2		5
Ciências da Comunicação	103	178	27	12	320
Direito	144	366	109	169	788
Economia	19	33	19	13	84
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1	4	7	4	16
Engenharia Informática	34	70	41	34	179
Gestão	135	200	52	43	430
Gestão do Desporto	26	61	16	11	114
História	12	45	8	6	71
Informática de Gestão	9	16	10	13	48
Psicologia	58	176	29	72	335
Relações Internacionais	38	87	28	21	174
Arquitetura	33	60	17	12	122
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	612	1299	365	410	2686

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
História e Patrimónios		6	3	12	21
Engenharia Informática e de Telecomunicações		2	11	6	19
Gestão de Empresas		12	20	37	69
Direito		16	34	248	298
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais			1	11	12
Psicologia Clínica e de Aconselhamento		25	40	101	166
Comunicação Aplicada		3	4	14	21
Relações Internacionais		5	9	17	31
TOTAL (2º ciclo de estudos)		69	122	446	637

Curso	até 19 anos	20-23 anos	24-27 anos	28 e mais anos	Total
Arquitetura				15	15
História				21	21
Direito				54	54
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia			4	55	59
Media e Sociedade no Contexto da CPLP				19	19
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território				16	16
TOTAL (3º ciclo de estudos)			4	180	184
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	612	1368	491	1036	

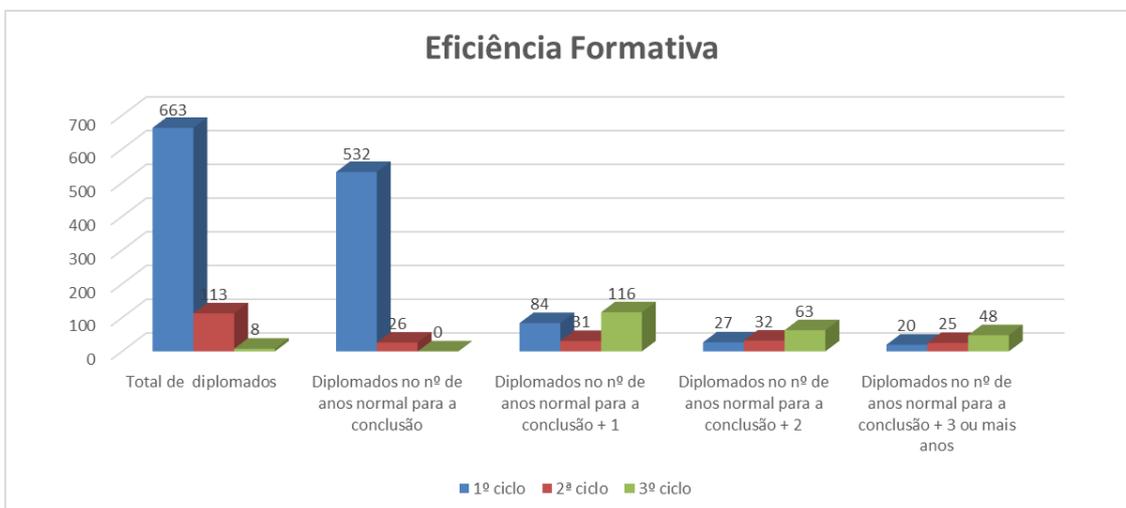


Quadro 4 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2023/2024

Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Administração de Unidades de Saúde	3	2		1	
Ciências da Comunicação	98	89	7	1	1
Direito	175	141	19	9	6
Economia	24	15	6	2	1
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	3	1	1	1	
Engenharia Informática	56	41	7	4	4
Gestão	92	66	18	4	4
Gestão do Desporto	26	23	3		
História	24	23	1		
Informática de Gestão	12	9	2		1
Psicologia	101	88	10	1	2
Relações Internacionais	44	32	7	4	1
Arquitectura	5	2	3		
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	663	532	84	27	20

Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Engenharia Informática e de Telecomunicações	2		2		
Gestão de Empresas	17		4	7	6
Direito	45	11	12	9	13
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	38	13	11	9	5
Comunicação Aplicada	1				1
História e Patrimónios	4	2		3	
Relações Internacionais	6		2	4	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	113	26	31	32	25

Curso	Total de diplomados	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 1	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 2	Diplomados no nº de anos normal para a conclusão + 3 ou mais anos
Direito	4			1	3
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	4		1	3	
TOTAL (3º ciclo de estudos)	8	0	1	4	3
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	784	558	116	63	48

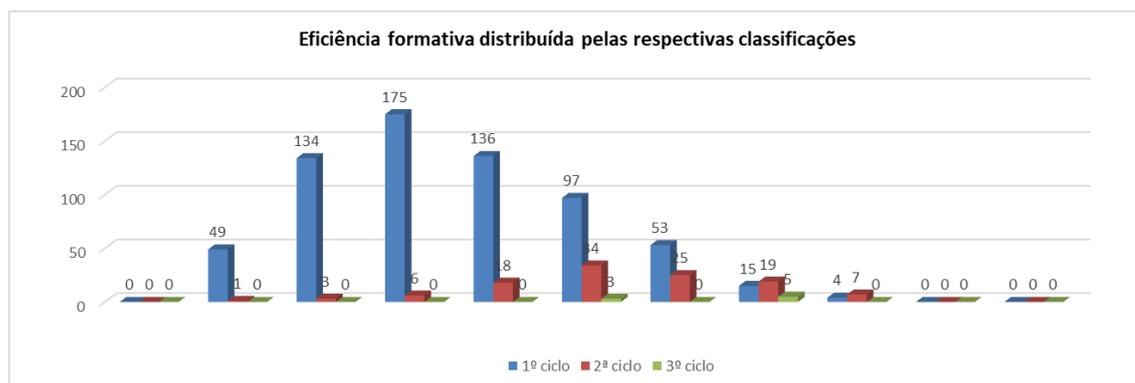


Quadro 5 - Eficiência formativa dos diplomados nos 3 ciclos no ano letivo 2022/2023, distribuídos pelas respetivas classificações

Curso	Nº diplomados	Ano Lectivo 2023/2024										
		N.º de estudantes diplomados pela classificação final										
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Administração de Unidades de Saúde	3			1	1		1					
Ciências da Comunicação	98			4	9	34	32	15	3	1		
Direito	175		32	57	60	18	5	3				
Economia	24		1	5	11	1	5		1			
Engenharia Electrónica e de Telecomunicações	3			1		1		1				
Engenharia Informática	56			5	5	12	16	10	6	2		
Gestão	92		6	35	20	15	9	6	1			
Gestão do Desporto	26			2	10	6	4	3		1		
História	24			1	8	4	4	6	1			
Informática de Gestão	12			1	4	5	2					
Psicologia	101		1	10	35	33	16	5	1			
Relações Internacionais	44		9	12	12	5	3	2	1			
Arquitectura	5					2		2	1			
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	663	0	49	134	175	136	97	53	15	4	0	0

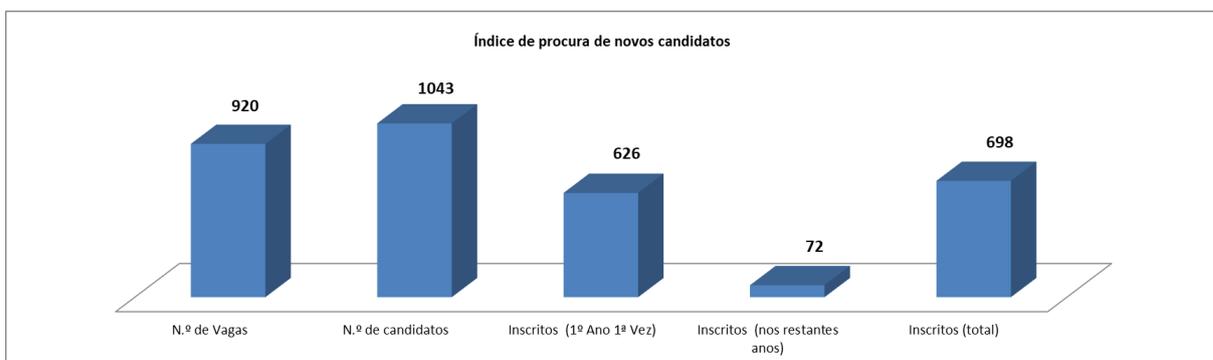
Curso	Nº diplomados	Ano Lectivo 2023/2024										
		N.º de estudantes diplomados pela classificação final										
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
História, Arqueologia e Património												
Engenharia e Tecnologia Informáticas												
Engenharia Informática e de Telecomunicações	2						1		1			
Gestão de Empresas	17			1		5	4	5	2			
História da Náutica e Arqueologia Naval												
Direito	45			2	6	9	9	12	6	1		
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais												
Psicologia												
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	38		1			4	18	5	6	4		
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica												
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais												
Comunicação Aplicada	1						1					
História e Patrimónios	4							2	1	1		
Economia das Organizações e Competitividade												
Relações Internacionais	6											
Mestrado em Estudos Portugueses							1	1	3	1		
Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval												
TOTAL (2º ciclo de estudos)	113	0	1	3	6	18	34	25	19	7	0	0

Curso	Nº diplomados	Ano Lectivo 2023/2024										
		N.º de estudantes diplomados pela classificação final										
		10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Direito	4						1		3			
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	4						2		2			
TOTAL (3º ciclo de estudos)	8	0	0	0	0	0	3	0	5	0	0	0
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	784	0	50	137	181	154	134	78	39	11	0	0



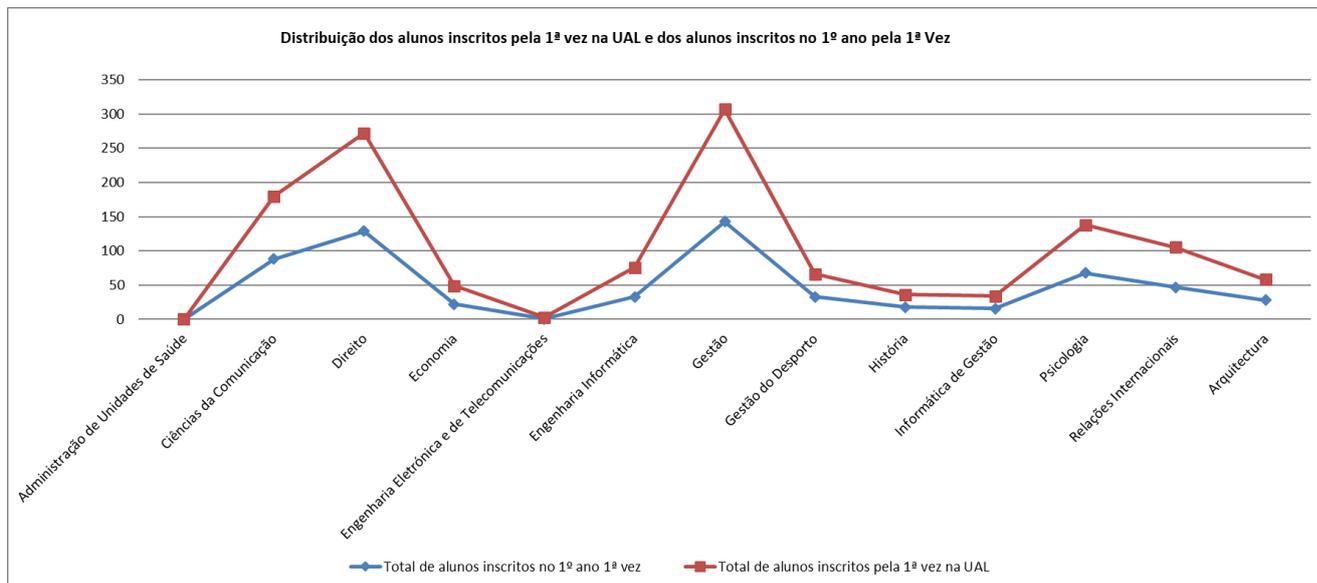
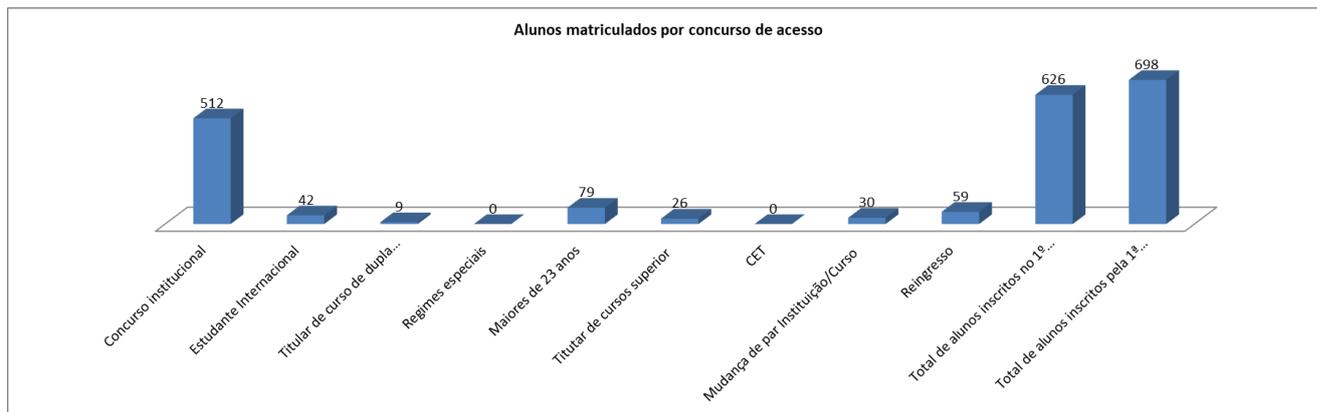
Quadro 6 - Índice de procura de novos candidatos por ciclo de licenciatura e mestrado em Arquitetura (2023-2024)

Curso	ECTS	Alunos matriculados pela 1ª vez								
		N.º de Vagas	N.º de candidatos	Inscritos		Inscritos (total)	Nota mínima de entrada	Nota do último aluno colocado	Nota do primeiro aluno colocado	Nota média de entrada
				(1º Ano 1ª vez)	(nos restantes anos)					
Ciências da Comunicação	180	100	114	88	4	92	95,0	124,4	162,4	136,8
Direito	180	140	229	129	14	143	95,0	113,2	167,8	137,5
Economia	180	40	49	22	5	27	95,0	118,2	154,1	130,4
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	180	60	17	1	1	2	95,0	136,3	136,3	136,3
Engenharia Informática	180	100	96	33	10	43	95,0	110,9	159,9	133,0
Gestão	180	180	201	143	21	164	95,0	108,0	186,2	135,8
Gestão do Desporto	180	45	40	33		33	95,0	113,6	148,4	132,0
História	180	20	37	18		18	95,0	133,2	146,9	137,9
Informática de Gestão	180	25	28	16	2	18	95,0	124,9	139,6	132,2
Psicologia	180	70	112	68	2	70	95,0	126,0	167,2	138,5
Relações Internacionais	180	75	85	47	11	58	95,0	96,0	156,5	130,9
Arquitetura	300	65	35	28	2	30	95,0	119,1	162,6	137,4
TOTAL		920	1043	626	72	698				



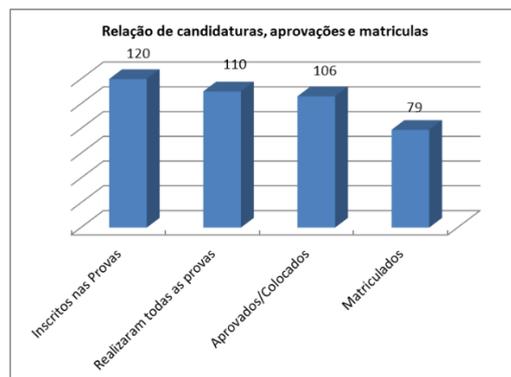
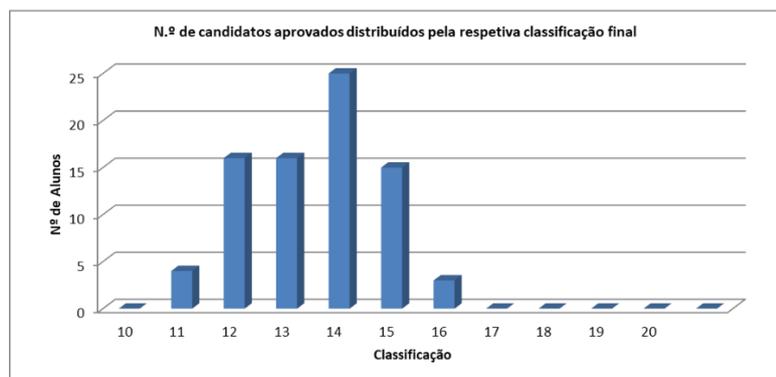
Quadro 7 - Alunos matriculados, pela 1ª vez, em resultados dos diversos concursos/regimes no ano letivo 2023/2024

Curso	Concurso Institucional	Estudante Internacional	Regimes especiais	Concursos Especiais						Reingresso e de Mudança de Par Instituição/Curso		Alunos matriculados no 1º ano, pela 1ª vez	Alunos matriculados pela 1ª vez a UAL	Alunos inscritos na UAL		
				Titular de curso de dupla certificação de nível secundário		Maiores de 23 anos		Titular de cursos superiores		CET					Mudança de Par Instituição/Curso	
				1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.	1º ano	Seg.				1º ano	Seg.
Administração de Unidades de Saúde															5	
Ciências da Comunicação	79	5			6	1					1		5	88	92	320
Direito	107	6			16	1	1	7			2	3	23	129	143	788
Economia	9	9			2		2	5					2	22	27	84
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	1	1											2	1	2	16
Engenharia Informática	23	2		3	9	3	1	1			1		1	33	43	179
Gestão	131	4		4	9	3	1	5			7		5	143	164	430
Gestão do Desporto	26	1			1		1				4		5	33	33	114
História	15				2						1		2	18	18	71
Informática de Gestão	6	1		1	1	6					2	1	1	16	18	48
Psicologia	54	2			10		2				2		5	68	70	335
Relações Internacionais	38	9			7	1					3		4	47	58	174
Arquitectura	23	2			2						2	1	4	28	30	122
SUBTOTAL	512	42		8	1	70	9	8	18		25	5	59	626	698	2686
TOTAL	512	42		9	79	26					30	59				



Quadro 8 - Candidaturas, aprovações e inscrições dos maiores de 23 anos no ano letivo 2023/2024

Curso	N. de candidatos Inscritos nas Provas	Nº de candidatos que realizaram todas as componentes da avaliação	Nº de aprovados (colocados)	CANDIDATOS												Matriculados	
				N.º de candidatos aprovados e matriculados distribuídos pela respetiva classificação final													
				10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20			
Administração de Unidades de Saúde																	
Ciências da Comunicação	7	7	7		1	3	1	2									7
Direito	34	33	32				1	6	9	1							17
Economia	2	2	2				2										2
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações																	
Engenharia Informática	16	13	13			6	2	3	1								12
Gestão	15	13	13		1	4	3	4									12
Gestão do Desporto	1	1	1					1									1
História	3	3	3					1	1								2
Informática de Gestão	8	7	7			1	3	2									6
Psicologia	20	20	17				1	4	3	2							10
Relações Internacionais	10	8	8		2	2	2	1	1								8
Arquitectura	4	3	3				1	1									2
TOTAL	120	110	106		4	16	16	25	15	3							79



Legenda:

Inscritos nas provas: candidatos que manifestaram vontade para realizar a prova

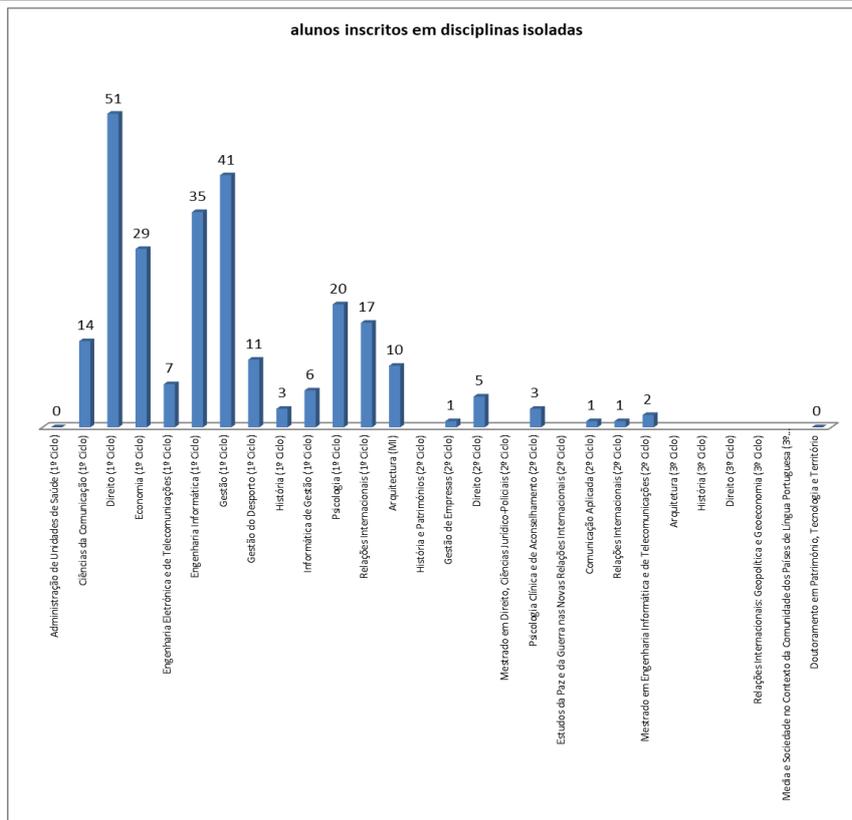
Realizaram todas as provas - Candidatos inscritos e que realizaram todas as componentes de avaliação (Prova Escrita | Entrevista | Avaliação Curricular)

Aprovados: Candidatos que realizaram as provas e obtiveram colocação

Matriculados: candidatos colocados que procederam à respetiva matrícula/inscrição

Quadro 9- Alunos inscritos no programa de acumulação de conhecimentos em 2023/2024

Curso	Alunos Inscritos
Administração de Unidades de Saúde (1º Ciclo)	
Ciências da Comunicação (1º Ciclo)	14
Direito (1º Ciclo)	51
Economia (1º Ciclo)	29
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações (1º Ciclo)	7
Engenharia Informática (1º Ciclo)	35
Gestão (1º Ciclo)	41
Gestão do Desporto (1º Ciclo)	11
História (1º Ciclo)	3
Informática de Gestão (1º Ciclo)	6
Psicologia (1º Ciclo)	20
Relações Internacionais (1º Ciclo)	17
Arquitetura (MI)	10
História e Patrimónios (2º Ciclo)	
Gestão de Empresas (2º Ciclo)	1
Direito (2º Ciclo)	5
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais (2º Ciclo)	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento (2º Ciclo)	3
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais (2º Ciclo)	
Comunicação Aplicada (2º Ciclo)	1
Relações Internacionais (2º Ciclo)	1
Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações (2º Ciclo)	2
Arquitetura (3º Ciclo)	
História (3º Ciclo)	
Direito (3º Ciclo)	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia (3º Ciclo)	
Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (3º Ciclo)	
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	
TOTAL	257



Quadro 11 - Alunos matriculados distribuídos pelo regime de frequência, 2023/2024

Ciclo de Estudos	Ano Lectivo 2023/2024														Dissertação	Estágio Final
	1º Ano			2º Ano			3º Ano		4º Ano		5º Ano					
	Diurno	Pós-Laboral	E-learning	Diurno	Pós-Laboral	E-learning	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral	Diurno	Pós-Laboral				
1º Ciclo	521	107		552	158		670	269	171	116						
2º Ciclo	16	97		52	214									256	2	
3º Ciclo	7	18	8	4	18	8	3	29						89		
Mestrado Integrado	28			26			36		11		21					



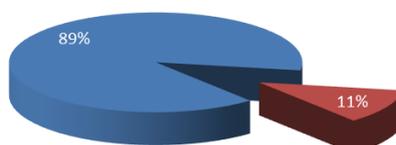
Quadro 12 - Distribuição dos alunos com Estatuto de Trabalhador Estudante, 2023/2024

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Administração de Unidades de Saúde	
Ciências da Comunicação	44
Direito	105
Economia	6
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	3
Engenharia Informática	30
Gestão	36
Gestão do Desporto	18
História	7
Informática de Gestão	14
Psicologia	80
Relações Internacionais	31
Arquitetura	3
TOTAL (1º ciclo de estudos e mestrado integrado)	377

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
História, Arqueologia e Património	
História e Patrimónios	2
Ciências Documentais	
Engenharia e Tecnologia Informáticas	
Gestão de Empresas	1
Direito	
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	
Psicologia	
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	13
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Comunicação Aplicada	
Economia das Organizações e Competitividade	
Relações Internacionais	2
Mestrado em Engenharia Informática e de Telecomunicações	
TOTAL (2º ciclo de estudos)	18

Curso	Nº de Trabalhador Estudante
Arquitetura	
História	
Direito	
Psicologia	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	1
Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	
TOTAL (3º ciclo de estudos)	1
TOTAL DOS 3 CICLOS DE ESTUDOS	396

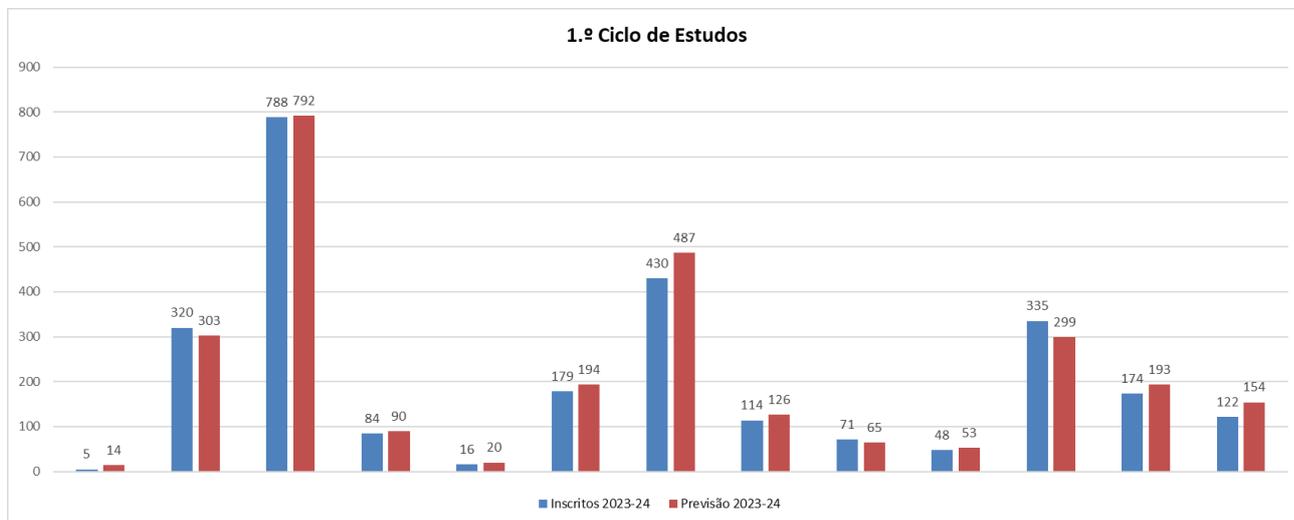
Alunos com Estatuto Trabalhador- Estudante



■ Sem Estatuto Trabalhador-Estudante

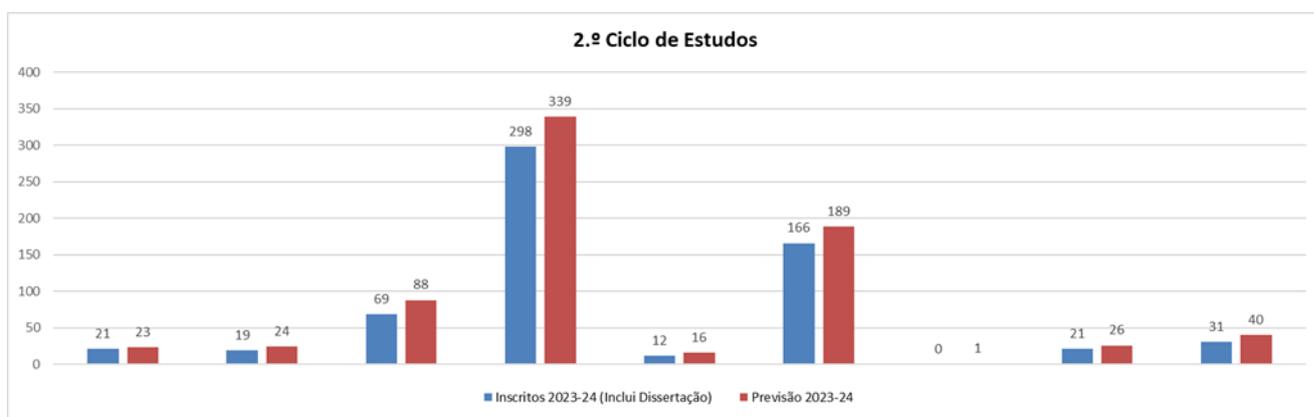
Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2023/2024 versus abandono

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2022-23	Diplomados 2022-23	Inscritos 1ª Vez 2023-24	Inscritos 2023-24	Previsão 2023-24	Abandono/desistência	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Administração de Unidades de Saúde	Licenciatura - 1.º ciclo	21	7		5	14	-19		64,3%
Ciências da Comunicação	Licenciatura - 1.º ciclo	317	106	92	320	303	17	5,6%	
Direito	Licenciatura - 1.º ciclo	785	136	143	788	792	-5		0,5%
Economia	Licenciatura - 1.º ciclo	86	23	27	84	90	-6		6,7%
Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	Licenciatura - 1.º ciclo	23	5	2	16	20	-4		20,0%
Engenharia Informática	Licenciatura - 1.º ciclo	194	43	43	179	194	-15		7,7%
Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	417	94	164	430	487	-57		11,7%
Gestão do Desporto	Licenciatura - 1.º ciclo	125	32	33	114	126	-12		9,5%
História	Licenciatura - 1.º ciclo	68	21	18	71	65	6	9,2%	
Informática de Gestão	Licenciatura - 1.º ciclo	52	17	18	48	53	-5		9,4%
Psicologia	Licenciatura - 1.º ciclo	307	78	70	335	299	36	12,0%	
Relações Internacionais	Licenciatura - 1.º ciclo	186	51	58	174	193	-19		9,8%
Arquitetura	Mestrado Integrado	134	10	30	122	154	-32		20,8%

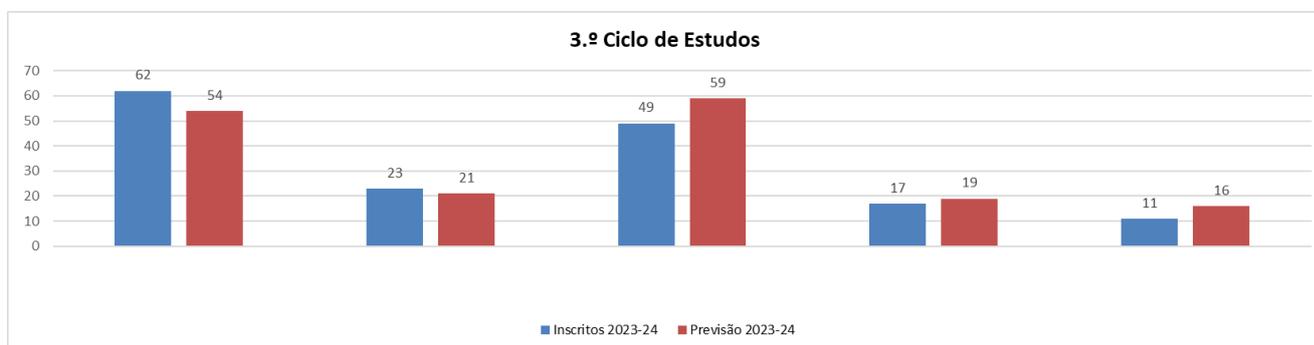


Quadro 13 - Relação dos alunos inscritos para 2023/2024 versus abandono (cont.)

Designação do Curso	Grau	Inscritos 2022-23 (Inclui Dissertação)	Diplomados 2022-23	Inscritos 1ª Vez 2023-24	Inscritos 2023-24 (Inclui Dissertação)	Previsão 2023-24	Abandono/desistência	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
História, Arqueologia e Património	Mestrado - 2.º ciclo								
História e Patrimónios	Mestrado - 2.º ciclo	17		6	21	23	-2		8,7%
Engenharia e Tecnologia Informáticas	Mestrado - 2.º ciclo								
Engenharia Informática e de Telecomunicações	Mestrado - 2.º ciclo	23	5	6	19	24	-5		20,8%
Gestão de Empresas	Mestrado - 2.º ciclo	83	11	16	69	88	-19		21,6%
Direito	Mestrado - 2.º ciclo	290	51	100	298	339	-41		12,1%
Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	Mestrado - 2.º ciclo	16			12	15	-4		25,0%
Psicologia	Mestrado - 2.º ciclo								
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	Mestrado - 2.º ciclo	164	24	49	166	189	-23		12,2%
Relações de Ajuda e Intervenção Terapêutica	Mestrado - 2.º ciclo								
Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Inter.	Mestrado - 2.º ciclo	2	1			1	-1		100,0%
Comunicação Aplicada	Mestrado - 2.º ciclo	23	4	7	21	26	-5		19,2%
Relações Internacionais	Mestrado - 2.º ciclo	34	5	11	31	40	-9		22,5%

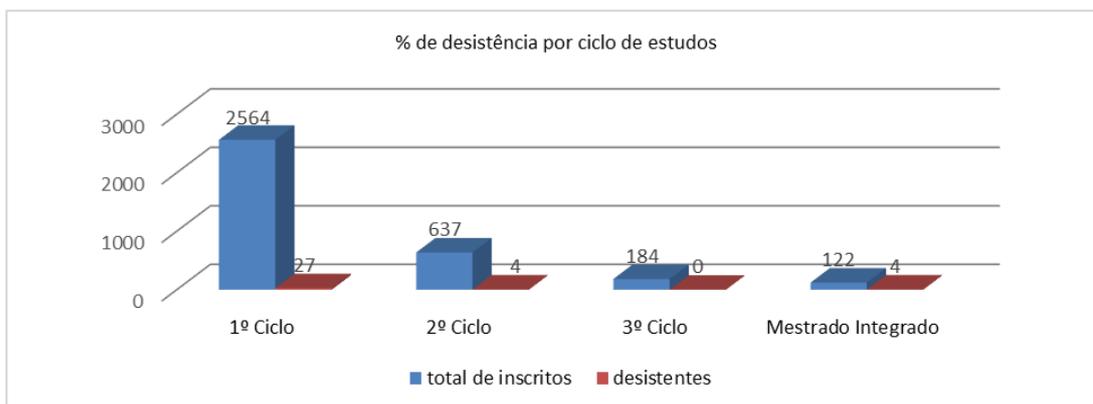


Designação do Curso	Grau	Inscritos 2022-23	Diplomados 2022-23	Inscritos 1ª Vez 2023-24	Inscritos 2023-24	Previsão 2023-24	Abandono/desistência	Acréscimo %	Taxa de desistência/abandono
Arquitetura	Doutoramento - 3.º ciclo	10		7	10	15	-3		33,3%
Direito	Doutoramento - 3.º ciclo	62	8		62	54	8	11,4%	
História	Doutoramento - 3.º ciclo	23	2		23	21	2	10,9%	
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	Doutoramento - 3.º ciclo	49		14	49	59	-10		16,9%
Media e Sociedade no Contexto da CPLP	Doutoramento - 3.º ciclo	17		5	17	19	-2		10,5%
Património, Tecnologia e Território	Doutoramento - 3.º ciclo	11		8	11	16	-5		31,3%

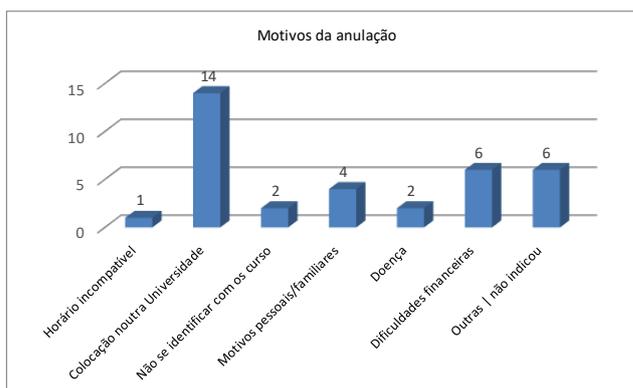


Quadro 14 - Distribuição das desistências por curso, 2023/2024

Grau	Curso	Nº de desistências
Licenciatura - 1.º ciclo	Administração de Unidades de Saúde	
Licenciatura - 1.º ciclo	Ciências da Comunicação	2
Licenciatura - 1.º ciclo	Direito	6
Licenciatura - 1.º ciclo	Economia	
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Eletrónica e de Telecomunicações	
Licenciatura - 1.º ciclo	Engenharia Informática	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão	5
Licenciatura - 1.º ciclo	Gestão do Desporto	2
Licenciatura - 1.º ciclo	História	1
Licenciatura - 1.º ciclo	Informática de Gestão	2
Licenciatura - 1.º ciclo	Psicologia	3
Licenciatura - 1.º ciclo	Relações Internacionais	3
Mestrado Integrado	Arquitetura	4
Mestrado - 2.º ciclo	História e Patrimónios	
Mestrado - 2.º ciclo	Comunicação Aplicada	
Mestrado - 2.º ciclo	Direito	1
Mestrado - 2.º ciclo	Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Policiais	
Mestrado - 2.º ciclo	Engenharia Informática e de Telecomunicações	1
Mestrado - 2.º ciclo	Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais	
Mestrado - 2.º ciclo	Gestão de Empresas	
Mestrado - 2.º ciclo	Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2
Mestrado - 2.º ciclo	Relações Internacionais	
Doutoramento - 3.º ciclo	Arquitetura	
Doutoramento - 3.º ciclo	Direito	
Doutoramento - 3.º ciclo	História	
Doutoramento - 3.º ciclo	Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	
Doutoramento - 3.º ciclo	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	
Doutoramento - 3.º ciclo	Doutoramento em Património, Tecnologia e Território	



Motivos de anulação	
Horário incompatível	1
Colocação noutra Universidade	14
Não se identificar com os curso	2
Motivos pessoais/familiares	4
Doença	2
Dificuldades financeiras	6
Outras não indicou	6
Total	35



Anexo 2 – Lista dos docentes com carga horária atribuída

Lista dos docentes com carga horária atribuída no ano letivo 2023/2024

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Arquitetura	Doutor	Tecnologia proteção ambiente	Prof. Associado	Tempo completo
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Arquitetura	Doutor	História arqueologia	Prof. Auxiliar c/Agr.	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Assistente Convidado	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Sociologia estudos culturais	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Associado	Tempo parcial
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Associado	Tempo completo
	Arquitetura	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências terra	Prof. Auxiliar	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Associado	Dedicação Plena
	Ciências da Comunicação	Doutor	Artes sem definição precisa	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Sociologia estudos culturais	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Sociologia estudos culturais	Prof. Visitante	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Dedicação Plena
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Línguas sem definição precisa	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo informação sem definição precisa	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Filosofia ética	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências sociais definição precisa	Prof. Visitante	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Sociologia estudos culturais	Prof. Associado	Dedicação Plena
	Ciências da Comunicação	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências da Comunicação	Doutor	Sociologia estudos culturais	Prof. Associado	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Visitante	Colaboração
	Ciências da Comunicação	Doutor	Ciências educação	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Jornalismo reportagem	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Associado	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Matemática	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Química	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Ciências educação	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo Parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Matemática	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Finanças, banca seguros	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Catedrático	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Desporto	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Associado	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Desporto	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Desporto	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Finanças, banca seguros	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Física	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Economia	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Contabilidade fiscalidade	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Desporto	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Desporto	Prof. Associado	Tempo completo
	Ciências Económicas e Empresariais	Doutor	Gestão administração	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Catedrático Convidado	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Catedrático	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo integral
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Catedrático Convidado	Tempo parcial
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo completo
	Direito	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eng ^a tecnologias afins sem definição precisa	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Des. análise aplicações informáticas	Prof. Auxiliar	Dedicação Plena
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eletrónica automação	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eng ^a tecnologias afins sem definição precisa	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Tecn. informação definição precisa	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Matemática	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eng ^a tecnologias afins sem definição precisa	Prof. Auxiliar	Tempo integral

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eletrónica automação	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Matemática	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eletrónica automação	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eletrónica automação	Prof. Associado	Tempo completo
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Eletrónica automação	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Eng ^a e Ciências da Computação	Doutor	Economia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Associado	Tempo completo
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Literatura linguística	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Associado	Tempo completo
	História	Doutor	Arquitetura urbanismo	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Catedrático	Tempo completo
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Catedrático	Tempo integral
	História	Doutor	Literatura linguística	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	História	Doutor	Belas-artes	Prof. Catedrático	Tempo completo
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Associado	Tempo completo
	História	Doutor	História arqueologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Prog.Saúde não classifi. noutras áreas	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Catedrático	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Auxiliar	Tempo parcial
	Psicologia	Doutor	Psicologia	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Sociologia estudos culturais	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Catedrático Convocado	Tempo integral
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Economia	Prof. Catedrático Convocado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo integral
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Catedrático	Dedicação Plena
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Associado	Tempo completo
	Relações Internacionais	Doutor	Direito	Prof. Associado	Tempo completo

Nome	Departamento	Grau	Área Científica	Categoria	Regime
	Relações Internacionais	Doutor	Ciências políticas cidadania	Prof. Auxiliar	Tempo completo

Anexo 3 - Participação dos docentes em atividades na UAL, fora da UAL e publicações



Anexo 4 – Relatório de Atividades da Divisão de Apoio à Investigação

Relatório de Atividades da DAI (Divisão de Apoio à Investigação)

outubro 2023 – setembro 2024

1. Para o período em apreço, a DAI deu suporte e acompanhou distintas Atividades e Projetos de I&D do Grupo Autónoma que, sumariamente, se apresentam:

- **Atividades dos Centros de I&D:** Ao longo do ano, a DAI deu suporte a diversos pedidos e tarefas inerentes aos Projetos em desenvolvimento nos Centros de Investigação, tendo em vista a sua boa persecução face ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento, respetivamente entregues junto do CA da CEU. Por outro lado, e em paralelo, deu apoio a outras solicitações vindas de Docentes do Grupo Autónoma, a título individual.
- **A3ES/ Avaliação Institucional:** a DAI integrou a Comissão para a Autoavaliação Institucional tendo, em janeiro de 2024, entregue o relatório global de atividades de I&D desenvolvidas no âmbito dos Centros de Investigação e Departamentos, em resposta às questões apresentadas no Guião da Agência. Posteriormente elaborou o relatório de Pronúncia. A DAI participou na reunião convocada pela CAE para audição dos Diretores dos Centros de Investigação.
- **FCT - Avaliação das Unidades de I&D 2023-2024:** a DAI deu suporte aos Diretores dos Centros de Investigação, assegurando que os Protocolos de Parceria (exigidos conforme Regulamento do Concurso) seriam devidamente assinados e encaminhados junto das Unidades de I&D externas, as quais a CEU integrou, quer na qualidade de Instituição de Gestão, quer na qualidade de Instituição Participante. A DAI deu igualmente suporte à candidatura do CICEE.
- **FCT - Concurso Bolsas de Investigação Doutoramento 2024:** A DAI divulgou junto de todos os doutorandos do Grupo Autónoma o concurso promovido pela FCT para atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento que se destinam a financiar a realização de atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor, tendo sido atribuídas 3 Bolsas de Doutoramento a estudantes da UAL: 1 na linha de Candidatura Geral (Design, Arquitetura e Urbanismo), e 2 na linha de Candidatura Específica em Ambiente não Académico (História e Arqueologia).
- **Prémio de Apoio à Produção Científica:** a DAI recebeu várias candidaturas ao Prémio, tendo para o devido efeito desencadeado os procedimentos internos necessários (verificação de elegibilidade e requisitos obrigatórios), e comunicação posterior ao autor.
- **Participação em eventos científicos:** A DAI deu apoio nos procedimentos tendo em vista a participação de Docentes/Investigadores em eventos científicos (presencial e/ou virtual) no País e no estrangeiro.
- **FCT/CEEC Individual 6.ª Edição:** a DAI deu apoio e acompanhou todo o processo junto da FCT tendo em vista a boa prossecução do processo de contratualização da investigadora do CIP, que concorreu ao Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual (CEEC), e obteve financiamento para o período de 6 anos. Foi efetuado o Contrato, no âmbito do CEEC.
- **Contratação de Bolseiros FCT no âmbito dos Projetos e Centro de I&D:** a DAI submeteu na plataforma Euraxess vários Editais no âmbito do Projeto Ref. 2022.03897.PTDC com

financiamento FCT, que tem como Centro de Acolhimento o Autónoma-TechLab. Acompanhou ainda 1 concurso para Bolsa BI, no âmbito do CIP.

- **Oportunidades de Financiamento nas áreas científicas do Grupo Autónoma e divulgação no Site e Newsletter:** a DAI, a todo o tempo, efetuou prospeção e divulgação de *calls* com o objetivo de facultar, atempadamente, aos Docentes/Investigadores o maior e mais diversificado número de concursos possíveis, tanto a nível nacional como internacional, tendo em vista a obtenção de financiamento externo. As divulgações da DAI foram materializadas quer através do seu site, quer da sua *Newsletter* mensal, intranet, e também através do envio de email direto aos Docentes/Investigadores, somando mais de uma centena de oportunidades de financiamento entre as quais bolsas nacionais/internacionais; programas e concursos nacionais e internacionais; prémios, publicações. Esta estratégia continua a ter uma ótima receptividade pela comunidade académica do Grupo Autónoma.

Pedidos de tradução e revisão: a DAI recebeu dos Docentes/Investigadores vários pedidos para tradução e revisão de artigos científicos, tendo sido dado seguimento com vista à sua publicação em revistas de referência no país e no estrangeiro.

Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN23): a DAI desencadeou internamente o processo para resposta ao IPCTN, obrigatório, junto de todo o corpo docente da UAL, e junto dos 3 Centros já avaliados pela FCT, tendo completado e submetido os inquéritos, em tempo útil.

Participação em sessões de esclarecimento de Ciência: para o período em apreço, a DAI esteve presente em diversas sessões de esclarecimento, presencial e online, respeitantes a procedimentos inerentes a diversos concursos, promovidas quer pela FCT, como por outras distintas e reconhecidas entidades publicas e privadas.

2. Candidaturas a distintos Concursos

No período em apreço, foram submetidas pela Entidade CEU diversas candidaturas, quer na qualidade de Instituição Proponente, quer enquanto Instituição Participante.

A DAI apoiou o processo de preparação e submissão de várias candidaturas promovidas pelos Docentes/Investigadores das Unidades de I&D e de Departamento a distintos concursos nacionais e internacionais, promovidos quer por instituições públicas, quer como privadas. Deu suporte na verificação dos requisitos exigidos, facultou a documentação necessária, e apoiou na elaboração dos orçamentos. Face aos Projetos que obtiveram financiamento, a DAI tem a responsabilidade da verificação da elegibilidade das despesas, dando apoio à execução orçamental, em estreita ligação com o Coordenador responsável, respetivamente, e com a Divisão Administrativa e Financeira da CEU.

Participação da Entidade CEU em Concursos promovidos pela FCT

No Ano Letivo 2023-2024, a DAI deu suporte e acompanhou as seguintes candidaturas:

- **Concurso FCT-Tenure (1.ª edição):** a DAI apoiou na elaboração e submissão de 1 candidatura (CIP);
- **Concurso FCT de Projetos Exploratórios em Todos os Domínios Científicos 2023:** a DAI apoiou 2 candidaturas apresentadas (CIP);
- **Concurso FCT de Projetos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos 2023:** a DAI apoiou 3 candidaturas a este concurso. Nesta edição as candidaturas foram submetidas por via do “Portal dos Fundos”, a saber: 1 CICH, 1 ESEFSM e 1 do CIP;
- **Projeto “Redes de comunicação virtualizadas assistidas por UAV com eficiência energética baseadas em IA” (2022.03897.PTDC):** a DAI acompanha a execução financeira do Projeto do TECHLAB, com termo a 31 de dezembro de 2024, data em que será submetido o Relatório Científico e Financeiro junto da FCT.

Participação da CEU em Concursos promovidos por Entidades Públicas e Privadas:

- **Convocatória “2024 Erasmus+ Call for new European Universities' Alliances”:** a DAI deu suporte e acompanhou a candidatura submetida por parte do Consórcio “DIVERSE” constituído por 12 universidades, da qual a UAL integrou. Não foi atribuído financiamento, porém, o Projeto foi distinguido pela Comissão Europeia com o prestigante “Selo de Excelência”;
- **Concurso “Promove, O futuro do interior” (Fundação “la Caixa”):** a DAI acompanhou a candidatura (DHAH);
- **Concurso “NCH-PT 2024” (DGS + AICIB):** a DAI deu suporte e acompanhou a candidatura submetida (ESEFSM);
- **Concurso “Flash para apoiar projetos de investigação sobre o impacto social das vidas longevas” (Observatório Social da Fundação “la Caixa”):** a DAI deu suporte e acompanhou 2 candidaturas submetidas (CIP);
- **Concurso “I Convocatória de Projetos e Iniciativas de Cooperação Triangular entre a Ibero-américa e os PALOP” (Camões Instituto da Cooperação e da Língua):** a DAI deu suporte e acompanhou a candidatura submetida (DCC/NIPCOM);
- **Concurso “Erasmus+ Programme, Call ERASMUS-EDU-2024-POL-EXP”:** a DAI acompanhou 1 candidatura;
- **Concurso da Fundação Auchan:** a DAI acompanhou a candidatura submetida (CEACT);
- **Call HORIZON-WIDERA-2024-ERA-02:** a DAI acompanhou a candidatura submetida por parte do Consórcio “DIVERSE” constituído por 12 universidades, do qual a UAL é parceira. Os resultados serão conhecidos em março de 2025;
- **Eurasia Foundation:** a DAI deu suporte no processo de candidatura levado a cabo pelo OBSERVARE, bem como na gestão orçamental para realização do Ciclo de Conferências “Europe and Asia: Constructions and Interactions in a Divided World” (OBSERVARE);
- **OEI-Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e a Cultura:** a DAI acompanhou os procedimentos da candidatura, bem como da execução financeira no âmbito da Cátedra de Estudos Ibero-Americanos (OBSERVARE);

- **Convocatória “Projetos de Educação para o Desenvolvimento de ONGD” (Camões - Instituto da Cooperação e da Língua):** a DAI deu suporte à candidatura submetida (NIP-COM);
- **Convocatória da Agência da UE para a Formação Policial (CEPOL):** a DAI deu suporte e acompanhou a candidatura submetida por parte da CEU-UAL para continuação de Parceria no quadriénio 2025-2028. A candidatura ficou classificada, no "Awarding Criteria" com 48 pontos (0/50) e percentagem de 96% (0-100%);
- **Junta de Freguesia de Campo de Ourique:** Projeto “in situ/ Sete Moinhos” (CEACT), edição de 2024 do Projeto. A DAI deu suporte e acompanhou a execução financeira do Projeto;
- **Junta de Freguesia de Benfica:** Projeto “in situ/ h2o” (CEACT): A DAI deu suporte e acompanhou 1 candidatura submetida por parte do CEACTION e acompanhou a execução financeira do Projeto;
- **Câmara Municipal de Leiria:** Projeto *EcoPLis* (DHAH). A DAI deu suporte e acompanhou a execução financeira do Projeto;
- **Fundação BIAL:** Projeto *RegularMente* (CIP). A DAI continuou a dar suporte na execução financeira do Projeto e a acompanhar as ações diversas necessárias à realização do Projeto, com conclusão prevista em junho de 2026.

A DAI deu suporte na realização dos seguintes eventos científicos (Conferências e Seminários):

- II Encontro Científico Internacional Inteligência Artificial e Ciências Criminais (Ratio Legis);
- SIECO III – Seminário Internacional de Estudos de Criminalidade Organizada Parte I + II (Ratio Legis);
- Ciclo de Conferências “Europe and Asia: Constructions and Interactions in a Divided World” (OBSERVARE);
- Evento “Dia da Turquia-UE”, UAL dia 20 maio de 2024 (OBSERVARE).

RELATÓRIO DE ATIVIDADES I&D DOS CENTROS DE INVESTIGAÇÃO

Outubro 2023- Setembro 2024

O Relatório de Atividades Científicas (em síntese) que segue tem como base a informação recebida por parte dos Diretores dos Centros de Investigação, em concreto com as atividades desenvolvidas no âmbito dos Projetos de I&D pelos Docentes/Investigadores, no decorrer do Ano Letivo 2023-2024. Estes dados incluem a produção científica, a participação em eventos científicos de referência no País e no estrangeiro para apresentação de *working progress papers* e/ou resultados finais dos Projetos de I&D que integram; o estabelecimento de parcerias com diversas entidades nacionais e estrangeiras; a organização de palestras e conferências na UAL. Neste Ano Letivo ressalta o aumento substancial de envolvimento de estudantes nas distintas atividades de I&D inerentes a cada Projeto, ou seja, cada vez mais os coordenadores dos Projetos têm tido essa preocupação, sendo este incremento extremamente positivo a todos os níveis, devendo por isso ser ressaltado.

Por outro lado, no que ao processo de Avaliação das Unidades de I&D 2024 por parte da FCT, diz respeito, após atribuição da classificação às Unidades, as quais serão anunciadas em 2025 e, por conseguinte, o financiamento a atribuir, iniciar-se-á um novo ciclo para os Centros de Investigação da UAL, conforme integração nas respetivas candidaturas externas. Desta feita seguir-se-á um período de 5 anos, até novo processo de Avaliação. Estes resultados terão, nas suas várias vertentes, também impacto nos três Ciclos de Estudo, mas sobretudo no 3.º Ciclo e, por conseguinte, a aplicação de critérios ainda mais exigentes por parte da A3ES, no que à acreditação de novos cursos diz respeito. Invariavelmente a Investigação continuará a ter um papel fundamental, pelo que não será demais ressaltar que é elementar o incremento a nível da produção científica, e da participação e submissão de Projetos I&D. Na mesma farsquia se encontra a materialização de ações que promovam e elevem o nível de internacionalização do Grupo Autónoma em todas as áreas científicas, quer através da integração dos Investigadores em redes e consórcios internacionais; da realização de parcerias com instituições de relevância a nível internacional, ou do incremento de parcerias em consórcios com empresas de reconhecido mérito para transferência de conhecimento, etc. Consideram-se que estas equações devem ser uma preocupação permanente e uma prioridade, numa perspetiva de consolidação, valorização, crescimento, inovação e excelência do Grupo Autónoma, porque a cada ano os desafios são tornam mais exigentes. O apoio permanente por parte do Conselho de Administração da CEU aos Docentes/Investigadores para concretização dos seus Projetos e Atividades de I&D, é constante, tal como o apoio dos distintos Serviços diretamente relacionados, tendo em vista a concretização dos objetivos propostos pela Entidade Instituidora.

Principais Atividades Científicas sumariamente descritas, no âmbito dos Projetos I&D dos Centros de Investigação

OBSERVARE - Observatório de Relações Exteriores

Para o período em apreço, o presente Relatório evidencia sumariamente o trabalho levado a cabo pela equipa do OBSERVARE quer ao nível da publicação científica, quer na participação e organização de eventos científicos, sem descurar o reforço e fomento de sinergias entre a investigação e a internacionalização/parcerias e formação avançada. Em relação às revistas científicas do OBSERVARE, a *JANUS.NET*, *e-journal of international relations* (Scopus), que dispõe do *Open Journal System* (OJS), publicou os dois números regulares previstos, Vol. 14, N.º 2, e Vol. 15, N.º 1, tendo no total publicado 36 Artigos de autores oriundos de todo o mundo. Foi também publicado o *Anuário Janus 2023*. A Coleção de livros do OBSERVARE foi particularmente dinamizada com a publicação do livro *O sentido moral da comunhão humana, a tese de Doutoramento do Prof. Luís Moita, que se reeditou, com textos de autores convidados*. Ao longo do ano letivo 2023-2024, um dos objetivos dos investigadores do OBSERVARE foi a publicação de artigos científicos em revistas de referência, bem como a publicação de capítulos de livros de edição internacional e de larga circulação e de livros com a chancela OBSERVARE. Sob organização do OBSERVARE, realizou-se com êxito o 2º ciclo de conferências “Europa-Ásia: construções e interações num mundo dividido”, financiado pela Eurasia Foundation (from Asia), que decorreu entre fevereiro e junho de 2024.

No âmbito dos Projetos da Linha A) Estudos de Segurança, da Paz e da Guerra: China e Países de Língua Portuguesa, estiveram em desenvolvimento os seguintes Projetos: “Atlantic-Pacific: Security and Governance Links between Euro-Atlantic and Asia-Pacific regions”, numa parceria com o IPRI-Novae o Research Institute for Indo-Pacific Affairs (RIIPA) do Japão, que envolve investigadores da Europa, Japão, Coreia do Sul Austrália, Índia e EUA; na mesma senda, o Projeto “Asia/Indo-Pacific and the World - geopolitical dynamics and security challenges”; o Projeto “China e Países de Língua Portuguesa”, em parceria com o Centro Cultural e Científico de Macau (CCCM) e o CEI-ISCTE/IUL; o Projeto “The External Dimension of Internal Security / Dimensão Externa da Segurança Interna”, numa parceria entre o OBSERVARE, o Centro de Investigação em Ciências Policiais (ICPOL-ISCPsi), a Agência Europeia para a Formação Policial (CEPOL) e a Dnipro State University of Internal Affairs (DSUIA)-Ucrânia, e ainda o Projeto “Euro-Mediterranean Security”, numa parceria entre o OBSERVARE, o CEMAS da La Sapienza Università di Roma e o Departamento de Relações Internacionais da Middle East Technical University (METU) de Ankara-Turquia. Realizou-se a **6ª Conferência de Lisboa: “Um Mundo Dividido”**, com organização do Clube de Lisboa em parceria com a UAL, o Instituto Diplomático-MNE e a Fundação Calouste Gulbenkian (**Out. 2024**). Decorreu a apresentação do livro de Mariano Aguirre *Guerra Fria 2.0*, centrado nas tensões complexas e perigosas do mundo atual. O OBSERVARE foi coorganizador do “CESRAN2024 - 11th Annual Conference on International Studies”, com a Turquia, evento que decorreu na Ca’ Foscari University of Venice, Itália (Out. 2024) e no qual participaram investigadores do OBSERVARE. Desde setembro de 2024 que os investigadores do OBSERVARE, entre outros da UAL, integram o Projeto *Nurturing Early-career research eXcellence and Talent*

(NEXT), submetido à CE, com a Algebra University (Croácia), a Windesheim University (Alemanha), a Georg Emil Palade University (Roménia) e a National University of Kyiv-Mohyla Academy (Polónia). Relativamente aos Projetos da Linha B) Espaços Económicos e Gestão de Recursos do Projeto “Respostas às alterações climáticas” resultaram 10 publicações, tendo sido divulgados os resultados em 9 eventos científicos no país e no estrangeiro. Quanto ao Projeto “Análise do Comportamento do PSI”, resultaram 2 publicações, tendo sido anunciados os resultados em 2 eventos científicos no país e no estrangeiro. Esta equipa foi organizadora da “MIRDEC-22nd, International Academic Conference on Economics, Business and Contemporary Discussions in Social Science (Global Meeting of Social Science Community)”, realizada na UAL (maio 2024). Quanto aos Projetos da Linha C) Povos e Estados: construções e interações, refira-se que decorreu a Cátedra de Estudos Ibero-Americanos - Principais linhas temáticas: Democracia, América Latina e a União Europeia, Drogas e Migrações - e, entre os objetivos atingidos, organizou-se o Ciclo de Conferências sobre a América Latina. Resultaram neste período cerca de 21 *outputs*, inerentes à Cátedra.

CIP - Centro de Investigação em Psicologia

No período em apreço, a equipa do CIP desenvolveu e promoveu diversas Atividades de I&D no âmbito dos Projetos de investigação que desenvolve, entre os quais: o Projeto *Mindfulness, em contexto escolar com crianças e adolescentes*: além dos *outputs* científicos em revistas científicas, este Projeto foi submetido à FCT, no âmbito das candidaturas ao Concurso de Projetos Exploratórios em Todos os Domínios Científicos 2023. Quanto ao Projeto “Estudo da relação entre comportamentos de bullying, qualidade do sono rendimento académico e comportamento em sala de aula em crianças do 1^o ciclo”, a atividade primordial foi a concretização de *outputs* científicos, e também a promoção de integração de alunos na investigação com a realização de dissertações de mestrado. Relativamente ao Projeto *SignPain – Development of a digital prototype intervention supporting pain communication between deaf patients and healthcare professionals*: além da realização de *outputs*, foi levada a cabo a preparação do estudo epidemiológico e experimental para obtenção de dados epidemiológicos sobre a dor em pessoas surdas, tal como a validação de instrumentos para a população surda; foi levada a cabo a revisão sistemática sobre facilitar a avaliação da dor e a comunicação em pessoas surdas, e a preparação de materiais para estudo epidemiológico e experimental. Este Projeto foi submetido à FCT, no âmbito das candidaturas ao Concurso de IC&DT Projetos em Todos os Domínios Científicos 2023 (aguardam-se resultados).

De igual modo, em Nov. 2023, este Projeto foi submetido ao CEEC-IND/FCT - Concurso Estímulo ao Emprego Científico Individual - 6^a edição, tendo o mesmo sido aprovado para financiamento, encontrando-se já em desenvolvimento, nesse contexto. Quanto ao Projeto *Explorando as Experiências de dor de dia-a-dia em crianças em idade pré-escolar: Coping, influência dos pais e vocabulário*, procedeu-se com a adaptação de materiais para a recolha de dados e condução do estudo piloto. Relativamente ao Projeto *Solidão, uma nova pandemia após a covid-19*, além dos 3 *outputs* em revistas Scopus, e um outro que se encontra em fase de revisão SCOPUS (Q1), contou com a participação de uma investigadora da University 29-Mayis (Istambul), vários

mestrandos e também estagiários da Academic Programs International (API) Internship: Ian Nyberg. O Projeto obteve bastante visibilidade, gerando interesse dos alunos para desenvolvimento das suas dissertações de mestrado dentro do Projeto, e dos *outputs* contam-se: uma proposta de colaboração em evento sobre Saúde Mental organizado por alunos; entrevista para o Jornal Observador sobre solidão e participação num vídeo da OPP sobre solidão. Quanto ao Projeto *Funcionamento familiar, coparentalidade e ajustamento da criança: Estudo comparativo intercultural / Family functioning, coparenting and child adjustment: A cross cultural study*, contou com a participação de investigadores da BabyLab – LPNC Laboratoire de Psychologie et Neurocognition, Université Grenoble les Alpes, do ISCISA-Instituto Superior de Ciências da Saúde / UAN-Universidade Agostinho Neto, do Tribunal de Família e Menores de Lisboa e Vale do Tejo, do Consortium MULTI-LAB de investigadores ManyBabies, e de vários alunos. No âmbito do Projeto foram apresentadas 3 dissertações de mestrado; o Projeto foi submetido a instituições escolares e de apoio à infância. Foram publicados 2 artigos a revistas de referência e publicado 1 capítulo de livro nacional; foram submetidos *papers* a congressos internacionais com revisão por pares e apresentados 2 posters e 1 comunicação; a apresentação do Projeto em comunicações nacionais por convite, em reuniões com as entidades parceiras, e a realização de *workshops*. No que diz respeito ao Projeto *Neuropsicologia e envelhecimento: Adaptação, validação e normalização de instrumentos para avaliar as aptidões cognitivas e a capacidade funcional*, contou com a colaboração de vários mestrandos, encontrando-se na fase de recolha de dados (administração dos instrumentos de avaliação) para obtenção de amostras robustas para alcançar os objetivos de investigação propostos. Relativamente ao Projeto *Transmissão intergeracional do trauma: um estudo com famílias de militares portugueses*, contou com a participação de alunos mestrandos e uma estagiária CIP/ CIP-ANEP, e além da publicação de artigo científico, a participação em três eventos científicos, foi realizada a transcrição de entrevistas (veteranos), em MaxQDA; a construção dos genogramas familiares, e análise dos genogramas; organização e análise dos dados quantitativos, e a conclusão de duas dissertações de mestrado. No âmbito do Projeto *Avaliação de Perturbação Pós-Stress Traumático (PPST) em Refugiados Ucrrianos e Validação do PCL-5 para população ucraniana*, este contou com uma aluna (USA – API), foi feita auscultação de novas instituições de acolhimento de refugiados (CPR, ACNUR, CRUZ VERMELHA, ao estabelecimento de novo acordo internacional para captação de investigadores colaboradores (Instituto Karolinska); a acordos interinstitucionais com vista à internacionalização do Projeto (Alemanha, Suécia e USA); a disseminação da App GoGenius, e a publicação de artigos em revistas Scopus e Wiley. Quanto ao Projeto *Repositório de Instrumentos de Avaliação para Aprendentes de Língua Segunda em Contexto Educativo* (financiado), concluiu-se o *layout* do repositório/plataforma eletrónica nacional e realizou-se a parceria com o aplicativo tecnológica resultante do Projeto – App “gogenius”. Este Projeto foi submetido à FCT, no âmbito das candidaturas ao Concurso de Projetos Exploratórios em Todos os Domínios Científicos 2023. Por fim, e quanto ao Projeto *Sono e horários escolares*, este contou com a participação de alunos de mestrado, tendo sido dada continuação de novas análises de bases de dados (com novas populações e contextos atuais), e concluída a publicação de 3 *papers* em revistas Scopus/WoS.

RATIO LEGIS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas.

A equipa do Centro de investigação continuou a levar a cabo vários trabalhos em torno das quatro Linhas/Projetos de I&D: (1) Cultura de Paz e Democracia, (2) Migrações Internacionais e Direitos Humanos, (3) Autotutela e Realização do Direito Privado e (4) Corpus Delicti – Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional. Verificou-se um incremento acentuado na atividade de I&D, na produção científica e na respetiva publicação, quer a nível nacional quer a nível internacional, como se demonstra pelos *outputs*. As publicações ascenderam a 108, de ressaltar a manutenção de publicações SCOPUS e Web of Science, aumento de publicações de livros com publicação nacional – de 17 para 26 – e de livros com edição internacional – de 3 para 10. Importa referir que estão em curso outras publicações submetidas que se encontram a aguardar publicação quer em Portugal, quer no estrangeiro, que se irão refletir no próximo exercício de I&D. Resulta, também, dos relatórios de cada Projeto um claro e significativo incremento de divulgação da atividade de I&D desenvolvida durante o último ano letivo e com uma significativa internacionalização das atividades de I&D, projetando a UAL no panorama internacional. No que a comunicações científicas nacionais internacionais diz respeito, totalizam 135. Verifica-se que os Projetos/Linhas têm produção diferenciada, sendo de destacar: o Projeto de I&D “Cultura de Paz e Democracia” apresenta um aumento de produção a ser publicada em breve das atividades (13) e de divulgação científica (34), desenvolvidas no último ano letivo, e que resultará num aumento de publicações; o Projeto de I&D “Migrações Internacionais e Direitos Humanos” apresenta efetiva produção (15) e divulgação científica (10) em crescendo, cuja publicação desta última se refletirá no ano letivo 2024/2025; o Projeto de I&D “Autotutela e Realização do Direito Privado” teve um crescimento significativo na produção (41) e na divulgação científica (29), que aumentará com a continua integração de novos mestrados no Projeto; o Projeto de I&D “Corpus Delicti – Estudos de Criminalidade Organizada” continua a relevante produção científica internacional e nacional (39) e importante divulgação científica (62), quer a nível nacional quer a nível internacional. Poder-se-á afirmar que continua a ser um dos projetos de I&D em Portugal frisado como uma referência nacional e internacional, com encontros internacionais científicos com publicação efetiva, cuja materialização se concretizará com a implementação definitiva da «Rede Internacional de Estudos de Criminalidade Organizada Transnacional», neste ano letivo. Importa salientar que existe uma solidificação da crescente produção e divulgação científica, um aumento de alunos de mestrado a serem integrados como investigadores com elaboração da dissertação dentro do objeto de I&D de cada um dos projetos. Este relatório demonstra que a aposta assertiva na produção científica e respetiva divulgação desenvolvidas pelo Ratio Legis é uma aposta de sucesso com a acreditação final sem condições pela A3ES dos cursos de Licenciatura em Direito e de Mestrado em Direito (nas três especializações – Ciências Jurídicas, Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Jurídico-Criminais) e, durante este ano, do curso de mestrado em Direito: Especialização em Ciências Jurídico-Policiais, que irá dar os respetivos frutos académicas e científicos nas próximas avaliações da A3ES em curso. Acresce que se solidificou, desde finais de dezembro de 2023, a constituição da Delegação do JusGov na UAL, com a integração de 10 doutores como investigadores integrados, que têm desenvolvido atividade científica no quadro dos grupos de I&D e participaram nas reuniões com o painel de avaliação da FCT.

CICH - Centro de Investigação em Ciências Históricas

Para o período em apreço, no âmbito do Projeto *ExPORT. Exportar Portugal. A diplomacia cultural do Estado Novo nos Estados Unidos (1933-1974)*, os trabalhos contaram com a participação dos alunos dos três ciclos do DHAH da UAL, e ainda com a participação de investigadores do ICS-UL, do ISCTE-IUL, da FL-UL e do DRI-UAL. Em julho de 2024, foi organizada a Escola de Verão “Narrativas de Lisboa: Políticas do Turismo no Século XX”, que tinha por objetivo discutir como as políticas de promoção do turismo em Lisboa elaboradas ao longo do século XX moldaram a cidade contemporânea, tendo o curso sido composto por conferências, análise de documentos e arquivos e visitas guiadas na cidade. Relativamente ao Projeto *Espólio da Escola de Escultura de Lisboa (XVIII-XIX)*, contou com a participação de 3 doutorandos do DHAH, e após recolha de dados e análise de estudos de desenhos, em 2024 foi publicado 1 livro. Quanto ao Projeto *História do Ensino das Belas Artes em Portugal*, resultou a publicação de 1 livro, encontrando-se 2 em edição. No âmbito do Projeto *Manuel da Maia*, encontra-se em curso a elaboração de edição crítica e a tradução para inglês da *Dissertação sobre a renovação de Lisboa*, por Manuel da Maia.

Por fim, quanto ao Projeto *Descrição Analytica da Execução da Real Estátua Equestre do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I*, encontra-se em curso a tradução e edição crítica e Ensaio da obra de Joaquim Machado de Castro, tendo em vista a sua publicação em 2025. Quanto ao Projeto *OcrezArt - As primeiras manifestações artísticas do Centro-Oeste da Península Ibérica: o vale do Ocreza*, que contou com a participação de estudantes de licenciatura da UAL, e a equipa é formada por elementos da Univ. de Coimbra, Instituto Politécnico de Tomar, Junta de Extremadura, Centro de Geociências, Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo, Património Cultural, I.P., University of Liverpool, e do Centro de Geociências. No período em apreço, foram identificados novos painéis com arte rupestre paleolítica e os alunos ficaram formados nas tarefas básicas de trabalho de campo e de registo. Foi submetido um artigo em revista indexada na WoS. Quanto ao Projeto *EcoPLis – Human Occupations in the Pleistocene Ecotones of River Lis*, contou com a participação de investigadores da Direção Geral do Património Cultural, ICArEHB, Univ. Aberta, Hebrew University, Univ. de Lisboa, Univ. de Uppsala, IPHES; Univ. do Algarve, CEAACP, IPT, CRIA, Univ. de Coimbra, e MARE. Foram levados a cabo os trabalhos: escavação no Abrigo da Gruta da Buraca da Moira; flutuação, triagem, organização e análise dos materiais; publicação da apresentação geral e contextualização do Abrigo do Poço numa revista com *peer review*; deteção remota via LiDAR e sensores de imagem térmica transportados por drone; estudo do conjunto lítico do nível epipaleolítico do Abrigo do Poço; apresentação por estudantes da UAL em 3 congressos internacionais, com respetiva publicação, e divulgação em congressos internacionais dos resultados obtidos até ao momento, que ascendem a mais de 10, e a concretização de 3 eventos realizados na UAL no âmbito do Projeto. No âmbito do Projeto *PaleoTejo - Paleolítico Inferior e Médio no Rio Tejo em território português*, a equipa da UAL contou com a participação de investigadores de entidades tais como: Museu Nacional de Arqueologia; IPT; Univ. de Coimbra, de Lisboa e de Évora; EMERITA, Lda; Associação de Estudos do Alto Tejo; Centro de Geociências; Centro Português de Geo-História e Pré-História, e NovArqueologia, Lda. Os principais trabalhos desenvolvidos centraram-se no estudo dos sítios

arqueológicos Malhadinhas, Vale do Forno 1, 2, 3 e 8, na identificação de novos sítios durante os trabalhos de prospeção na Beira Baixa, e caracterização de material para a Carta Arqueológica. No âmbito deste Projeto, resultou a publicação de 13 *outputs*, e participação/divulgação em 3 eventos científico internacionais. Por fim, o Projeto “MEDICI - Memórias Dinâmicas e Cenários da Pré-história à Época Romana”, o qual conta com a participação de investigadores das 3 instituições de investigação parceiras nacionais, o Instituto Politécnico de Tomar, o CICH/UAL e o Centro de Geociências, Univ. de Coimbra, e inclui também investigadores internacionais, nomeadamente do Brasil e dos EUA. Neste período, foram desenvolvidas as seguintes atividades: escavação do sítio arqueológico da Anta do Azurrague 1; da Lapa da Furada; do Algar da Malhada de Dentro; bootcamp para alunos universitários (incluindo da UAL). Os resultados preliminares do Projeto foram apresentados no 2.º Seminário Internacional de Património Arqueológico (em Ourém), organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar, em colaboração com a CAA Portugal, a Universidade Autónoma de Lisboa e o Município de Ourém, e que contou com oradores do Instituto Politécnico de Tomar e da Universidade Autónoma de Lisboa. Importa também salientar que participam no Projeto vários alunos. Os resultados obtidos com os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos foram também apresentados nas Jornadas do Instituto de Ciência da Terra, realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Univ. do Porto, e apresentados 3 *papers* no 4.º International Symposium Megalithic and Cult Practices que se realizou na Univ. do Sudoeste "Neofit Rilski" – Blagoevgrad, Bulgária (Out. 2024).

CEACT - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território

No período em apreço, concretizou-se mais uma edição do Projeto “in situ/ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura” que contou com a participação de investigadores do Instituto Superior de Agronomia, da empresa COBA, como parceira do projeto de Benfica; a Associação de Moradores dos Sete Moinhos, JF de Campo de Ourique; Nota Técnica; Fabory; Arquivo Municipal de Lisboa e Biblioteca Espaço Cultural Cinema Europa. O Projeto “in situ/ Benfica H20”, ao abrigo de um protocolo com JF de Benfica, culminará com a construção de uma estrutura num espaço público da Freguesia, o Jardim da Cortiçada, no âmbito das ações daquela entidade junto da comunidade escolar e a população de Benfica para a sensibilização para o tema da importância da poupança e gestão da água em meio urbano. O Projeto “in situ/ Benfica H20” foi apresentado na Conferência “Urban Creativity”, com o título “Rain is also planted - in situ/ Benfica H20”.

Quanto ao Projeto “7 Moinhos”, que envolveu todos os alunos do 6º Semestre e foi composto pelo desenho e execução de todo o mobiliário construído por aqueles, irá ser colocado na mercearia social que está, ao presente, a ser construída na Rua dos 7 Moinhos, com financiamento do projeto Bip-Zip. Este mobiliário (estrutura em ferro) foi, entretanto, utilizado como suporte para a exposição “Mulheres dos 7 Moinhos”, que decorreu na Biblioteca / Espaço Cultural Cinema Europa (julho, 2024) (reportagem da inauguração em: <https://www.youtube.com/watch?v=2yU-Pqlhqvs>). No âmbito desta atividade, foi realizada a Mesa Redonda I Jornadas do Património de Campo de Ourique. No que concerne ao Projeto “Cidade, água, habitar”, todos os alunos de mestrado 2022-24 trabalharam como tema-base das suas investigações de mestrado, questões da relação entre cidade, água e habitar. Este trabalho

é feito de forma integrada, com todos os docentes do departamento, em particular com os das disciplinas de mestrado. Para além do resultado direto da investigação nas dissertações elaboradas pelos alunos (7 no total, já defendidas), foi feita a recolha de todo o material produzido coletivamente, que foi já objeto da exposição “Cidade Manifesto” e de uma tertúlia, na Galeria NOTE, e que se pretende também publicar em livro, com o material já organizado. Relativamente ao Projecto “Fazer_ensinar_arquitetura”, foram realizadas 2 reportagens fotográficas, que suportaram a publicação de dois *working papers* resultantes dos trabalhos de investigação e projeto dos alunos dos 5º e 6º semestres, publicados online no repositório institucional da UAL: Arrábida (<http://hdl.handle.net/11144/6891>) e Beato (<https://hdl.handle.net/11144/6944>). Foi também recolhido o material necessário para a elaboração de um livro, e ser publicado em 2025. Quanto ao Projeto “Exposição - Mais do que Casas”, contou com a participação dos alunos do 4º e 5º anos, e investigadores da Univ. do Porto e consórcio associado para esta iniciativa. A UAL foi um parceiro ativo desta parceria que envolveu docentes e estudantes, entre outras, na preparação dos conteúdos da exposição, que reflete de forma muito completa a investigação que é feita no DA/UAL no âmbito das dissertações de mestrado. A participação da UAL na exposição, realizada no MUDE – Museu do Design, foi composta por um mapa e a edição de um livro de grande escala, onde estão patentes trabalhos realizados pelos alunos no âmbito das suas investigações de mestrado. No que diz respeito à Revista Estudo Prévio, foram publicados os números 23 e 24 da revista. Foi também terminado o registo definitivo na ERC, e feita a submissão da revista à indexação Scopus (a submissão foi confirmada, aguarda-se a primeira apreciação). No n.º 23 foi entrevistado o historiador de arquitetura Jean Louis Cohen. Durante este ano foram ainda publicados três artigos resultantes de trabalhos de investigação realizados por doutorandos da UAL, depois de devidamente sujeitos a revisão por pares. A experiência de tradução externa dos textos foi muito positiva e permitiu lançar em simultâneo a versão em português e inglês, o que é fundamental para a indexação da revista. Por fim, no âmbito da parceria do CEACTION com o CIEBA, está em curso o Projeto de arte pública colaborativa em Canal Caveira, município de Grândola. Trata-se de um Projeto composto pela realização de um conjunto de sessões de trabalho com a comunidade que terminará com a construção de um objeto escultórico, que será executado no ano de 2024/25. O Projeto contempla também a publicação de um livro.

Autónoma TechLab – Centro de Investigação e Tecnologias

No período em apreço, e no âmbito do Projeto *InterML*, o trabalho centrou-se no desenvolvimento e na melhoria de técnicas inovadoras de *machine learning* e *information retrieval* para resolução de problemas de otimização combinatória, bem como no desenvolvimento de estudos de ablação, e implementação computacional. De igual modo se deu continuidade com os estudos da aplicação de inteligência artificial à investigação em matemática. Este estudo de ablação do algoritmo inovador criado permite resolver problemas de otimização combinatória com base em *machine learning* e *information retrieval*. Acerca do Projeto e sobre a IA, realizaram-se duas conferências na UAL (abril, 2024). Quanto ao Projeto *Desempenho de um Sistema de Comunicações 6G utilizando Sistemas LIS*, continuaram os trabalhos em torno da simulação de sistema de comunicações, em Matlab, 6G baseado em *Large Intelligent Surfaces*,

com vista à obtenção de desempenho do sistema e otimização com recetores avançados associados a aprendizagem máquina, ainda a modelação e simulação de sistemas *Large Intelligent Antenna Systems* (LIS) com imparidades aplicado aos requisitos das comunicações 6G. Do Projeto resultaram 4 publicações em revistas Scopus, a divulgação em 4 conferências internacionais e foram organizadas 3 conferências na UAL (Nov./Dez.2023 e Jan.2024).

Relativamente ao Projeto “Framework for Data Quality and Cleaning Management in the LOD (DCleanLOD)”, uma parceria com a Universidade Federal do Ceará, Brasil, continuou em desenvolvimento o trabalho que visa a implementação de melhor metodologia e estratégia para integração de dados extraídos de ficheiros csv tendo em vista a sua utilização na criação de conhecimento numa perspetiva empresarial. O *working progress* até ao momento será apresentado em conferência internacional (ICEIS 2025). No que concerne ao Projeto *Petições Coloniais: Comunicação Política e Representação Social no Império Português (1736-1807)*, foi divulgada a base de dados, bem como se deu continuidade ao desenvolvimento da aplicação web para permitir consultas à mesma. Está prevista a publicação dos dados recolhidos segundo os princípios da semântica web. No período em apreço resultaram 2 artigos e 1 capítulo de livro, tendo ainda sido apresentados os resultados em 3 eventos científicos. Quanto ao Projeto *Redes de Comunicação Virtualizadas Assistidas por VANTs Energeticamente Eficientes Baseadas em IA*, focou-se melhorar a eficiência, conectividade e implantação no mundo real de redes sem fio assistidas por VANTs (Veículos Aéreos Não Tripulados). Embora o foco principal fosse em VANTs, o Projeto também considerou potenciais aplicações para Veículos Submarinos Autônomos (AUVs) em ambientes mistos. Este Projeto culmina em 31 de dezembro de 2024, data em que será submetido o Relatório Científico e Financeiro junto da FCT.

CARS - Centro de Análise Económica da Regulação Social.

Para o período em apreço, foram desenvolvidas distintas Atividades de I&D no âmbito da linha de investigação: *Regulação Económica e Social e Análise Económica do Direito*. Os investigadores do CARS participaram em distintos eventos científicos nacionais e no estrangeiro, entre eles, o “ENHR - European Network for Housing Research 2024 Conference” (Delft) e o XXXVII Congresso da ASEPELT – Associação Internacional de Economia Aplicada (Elche). Os investigadores publicaram, na sua área de intervenção, artigos em revistas científicas nacionais e internacionais, tendo sido publicados 2 livros. Os investigadores do CARS organizaram na UAL conferências com convidados de referência nacional sobre temas da sua área de investigação, nomeadamente centrados na economia portuguesa.

CICEE - Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais.

Para o período em apreço, os investigadores do CICEE, nas várias áreas de intervenção, prosseguiram com as Atividades de I&D inerentes aos Projetos que tem vindo a desenvolver, nomeadamente sobre: a utilização de inteligência artificial nas organizações; novas tecnologias digitais nas organizações; investigação da satisfação, confiança e lealdade na Banca; transformação digital na indústria do fitness; técnicas de marketing na frequência de negociação

de ativos financeiros; *Households' Portfolio behavior during the Covid-19 Pandemic: evidence from Portugal*; Literacia Financeira dos jovens universitários – evolução e impacto do COVID. Das atividades desenvolvidas resultaram como *outputs*, a publicação de um total de 54 artigos, 18 em revistas com indexação na Scopus, bem como a publicação de 14 capítulos de livro. Os investigadores participaram em cerca de 20 Conferências no País e no estrangeiro. O CICEE organizou distintas conferências na UAL. De salientar que no âmbito do Protocolo entre a Universidade Autónoma de Lisboa e a Universidade da Extremadura (UnEX), continuaram em desenvolvimento as atividades de I&D conjuntas, de índole académica, científica, de investigação, técnica e cultural em áreas de interesse e intervenção comum às duas instituições. A realização do ciclo de seminários de investigação do CICEE continuou aberto aos Investigadores de outras instituições, tendo sido realizados um total de 10 seminários. A revista ERBE publicou os seus números previstos, disponíveis em acesso aberto.

NIP@COM - Núcleo de Investigação em Práticas e Competências Mediáticas Digitais

Para o período em apreço, o trabalho desenvolvido, por parte dos investigadores do NIP@COM versou ao redor de questões de literacia mediática para a cidadania. As publicações decorrentes da investigação produzida pelo coletivo do NIP@COM respeitantes somaram: 3 artigos em revistas indexadas na SCOPUS e 1 artigo em revista com indexação na Web of Science, 10 capítulos de livro com edição nacional e 5 com edição internacional e 2 livros (volumes) com edição nacional. No que diz respeito à divulgação de resultados dos Projetos em eventos científicos, registaram-se 5 comunicações científicas nacionais com revisão por pares e 2 comunicações científicas internacionais também com *peer review*.

Obs.: A informação apresenta-se de forma sumária, dada a impossibilidade de neste espaço se descrever de forma exaustiva todas as Atividades científicas desenvolvidas em cada Centro de Investigação.

UAL, 11 de dezembro de 2024

Divisão de Apoio à Investigação.

Anexo 5 – Relatório de Atividades do Conselho Científico

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Ano letivo 2023/2024

I – INTRODUÇÃO

O presente relatório corresponde ao período de 4 de outubro de 2023 a 25 de julho de 2023, correspondendo a nove reuniões ordinária e a uma reunião extraordinária do Conselho Científico.

As nove reuniões ordinárias seguiram a agenda aprovada a 4 de outubro de 2023 com exceção das duas últimas reuniões que foram previamente reagendadas por motivos de agenda institucional do Presidente do Conselho Científico e por haver necessidade de ajustar as reuniões às atividades da Universidade.

As atividades elencadas *infra* representam um resumo do que foi desenvolvido, debatido e deliberado em sede de Conselho Científico, cujo conteúdo pormenorizado se encontra expresso nas atas de cada reunião, que se encontram publicadas no site da Universidade.

II – ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

O Conselho Científico exerceu as atribuições e competências previstas no artigo 103.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, no artigo 22.º dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa e no seu Regimento, com a prévia colaboração dos departamentos e das comissões científicas que, de forma atempada, enviaram a documentação necessária para apresentação, debate e deliberação pelos/as Conselheiros/as.

Os objetivos deste relatório são a divulgação de atividades que o Conselho Científico realizou durante o período em apreço, nomeadamente as reuniões realizadas, deliberações tomadas, assiduidade dos(as) conselheiros(a), temas discutidos ao longo das 10 reuniões realizadas no ano letivo 2023/2024.

Estes objetivos enquadram-se no cumprimento das orientações definidas pelos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa.

III– QUADROS

CONVOCATÓRIAS

Convocatória Nº	Data	Agenda
130/2023	02 out 2023	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do calendário das reuniões do Conselho Científico para o ano letivo de 2023/2024; Aprovação de júris de provas públicas; Alteração do Júri de Creditação de Competências Académicas e Profissionais do Departamento de Relações Internacionais; Outros assuntos e informações.
131/2023	06 nov 2023	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação de júris de provas públicas; Proposta de admissão ao doutoramento em <i>Media e Sociedade no Contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</i>, ao abrigo do art.º 30.º, alínea b) do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL, da candidata Teresa Mafalda Guilherme Nicolau; Outros assuntos e informações.
132/2023	14 dez 2023	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição do serviço docente para o 1º semestre do ano letivo de 2023/24; Aprovação de alteração de título de tese; Aprovação de júris de provas públicas; Outros assuntos e informações.
133/2024	26 jan 2024	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição do serviço docente para o 2º semestre do ano letivo de 2023/24; Aprovação de júris de provas públicas; Apreciação das atividades científicas dos Centros de I&D: CIP – Centro de Investigação em Psicologia e Ratio Legis – Centro de Investigação em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa; Pronúncia (debate) sobre acordos de cooperação e parcerias internacionais; Outros assuntos e informações.
134/2024	01 mar 2024	<ul style="list-style-type: none"> Apreciação de projetos de teses e deliberação sobre a respetiva aprovação, condições de admissão a doutoramento e registo; Deliberação sobre propostas de júri de provas públicas; Pronunciar-se sobre as condições de criação de um ciclo de estudos de Licenciatura em REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL EM SAÚDE MENTAL, que o Departamento de Psicologia pretende submeter à A3ES, e aprovação do respetivo Plano de Estudos (art.º 22.º, n.º 1, alínea d) dos Estatutos); Pronunciar-se sobre as condições de criação de um ciclo de estudos de Mestrado em PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E SAÚDE OCUPACIONAL, que o Departamento de Psicologia pretende submeter à A3ES, e aprovação do respetivo Plano de Estudos (art.º 22.º, n.º 1, alínea d) dos Estatutos);
		<ul style="list-style-type: none"> Deliberação a sobre propostas de júris de provas públicas de agregação. Apresentação da atividade científica do Centro de I&D: CICH - Centro de Investigação em Ciências Históricas da UAL; Outros assuntos e informações.

135/2024	25 mar 2024	<ul style="list-style-type: none"> • 10H00 - Reunião com todos membros do Conselho Científico <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação da resposta do Conselho de Administração aos dois pontos/questões suscitadas e deliberadas pelo Conselho Científico na reunião do dia 6 de março de 2024. • 11h00 - Reunião apenas com os membros do Conselho Científico Catedráticos ou com o título de agregado <ol style="list-style-type: none"> 1. Decisão da presidência da reunião da Comissão Extraordinária composta por Conselheiros com a categoria de Catedrático ou com o título de agregado; 2. Pronúncia sobre proposta de júri de provas de agregação em Arquitetura.
136/2024	15 abr 2024	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação de proposta de curso não conferente de grau apresentado pela Autónoma <i>Academy</i> e respetiva deliberação e de atribuição de ECTS a dois processos individuais que os requereram; • Apreciação de projetos de teses e deliberação sobre a respetiva aprovação, condições de admissão a doutoramento e registo; • Proposta de admissão ao curso de Doutoramento em Arquitetura, nos termos do art.º 30.º, nºs. 1, alínea <i>b</i>) e 2 do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL; • Deliberação de propostas de júris de provas públicas de doutoramento; • Deliberação de composição de júris de provas públicas para obtenção do grau de agregado; • Tomar conhecimento e apreciar o Relatório sobre Mestrados e Doutoramentos na UAL no ano de 2023, apresentado pelo Professor Doutor José Amado Mendes; • Outros assuntos e informações.
137/2024	27 mai 2024	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação de proposta de curso não conferente de grau apresentado pela Autónoma <i>Academy</i> e respetiva deliberação do curso de Língua Inglesa; • Apresentação, apreciação e deliberação sobre a proposta da Comissão Científica do Departamento de Direito de alteração ao Plano de Estudos, do curso de Licenciatura em Direito; • Proposta de admissão ao curso de Doutoramento em Património, Tecnologia e Território (EaD), parceria entre a UAL e o IPT, nos termos do art.º 30.º, nºs. 1, alínea <i>b</i>) e 2 do Regulamento Geral de Mestrados e Doutoramentos da UAL; • Apreciação, aprovação e registo de projetos de tese de doutoramento; • Apreciação de projeto de pós-doutoramento e deliberação para a realização de estudos <i>posdoc</i> no âmbito do OBSERVARE; • Aprovação de júris de doutoramento em Direito; • Outros assuntos e informações.
138/2024	21 jun 2024	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação de propostas de cursos não conferentes de grau apresentados pela Autónoma <i>Academy</i> e respetiva deliberação do curso de Língua Inglesa e do curso de Pós-Graduação em Arqueologia Subaquática; • Apresentação do Centro de Investigação – OBSERVARE; • Aprovação e registo de projetos de tese; • Aprovação de proposta de júri(s) de doutoramento; • Outros assuntos e informações.
139/2024	23 jul 2024	<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação de propostas de cursos não conferentes de grau apresentados pela Autónoma <i>Academy</i> e respetiva deliberação dos cursos de MBA em Gestão de Projetos, Pós-Graduação em INTERARTES e do curso de Pós-Graduação em «Prova e Garantismo Penal»;
		<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação de alterações de título de tese; • Aprovação de proposta de júri(s) de doutoramento;

- Outros assuntos e informações.

Como resulta da enunciação *supra*, o Conselho Científico empreendeu e incrementou o cumprimento do máximo das suas atribuições e competências legais e estatutárias, cujos debates e deliberações se encontram plasmados na atas, que são públicas e podem ser consultadas; acresce que se procurou sempre manter a dinâmica de se abrir ao debate temas que algum/a Conselheiro/a quisesse expor com a participação de alguns Diretores de Departamento não integrantes do Conselho Científico, assim como as Presidentes do Conselho Pedagógico, no sentido de se promoverem sinergias e debates que possam melhorar as atividades académicas e científicas na Universidade. Dos temas inovadores tratados no Conselho Científico, identificamos os que nos parecem mais relevantes sobre os quais se pronunciou: atividade de I&D; atribuição de ECTS aos cursos não conferentes de grau, ministrados pela Autónoma *Academy*; e a necessidade de implementar uma estratégia de pós-doutoramentos e de instâncias de I&D.

É importante dizer que, conforme consta das atas das reuniões, na linha desenhada no último Conselho Científico, foram convidados os Diretores de Centros de I&D da UAL a apresentarem ao Conselho Científico a atividade de investigação desenvolvida, a que estava em curso e a que se encontrava projetada a desenvolver quer pelo centro quer por meio dos polos e delegações celebradas com outros Centros de I&D avaliados com Muito Bom e Excelente. Atividade temática que será retomada a partir da reunião de 29 de janeiro de 2025, de modo que o Conselho Científico consiga ouvir todos os Centros de I&D da Universidade.

As apresentações dos centros de I&D, CIP – Centro de Investigação em Psicologia, Ratio Legis – Centro de Investigação em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa, Centro de I&D: CICH – Centro de Investigação em Ciências Históricas da UAL, e do OBSERVARE – Centro de I&D, teve muita relevância uma vez que se verificou toda, que não é diminuta, a I&D efetuada, em curso e a desenvolver, quer no plano interno quer no plano internacional, resultando que seria importante se promover uma maior comunicação/divulgação dessa atividade em prol da Universidade.

Verifica-se uma contínua atribuição de ECTS a cursos não conferentes de grau, ministrados pela Autónoma *Academy*, por deliberação do Conselho Científico, cuja apresentação por parte dos coordenadores e por parte da Direção da Autónoma *Academy*, proporcionou debates frutíferos com a participação ativa dos/as Conselheiros/as. Desses debates ressalta a necessidade de se promover e ampliar a oferta de formação não conferente de grau académico, quer por meio de pós-graduações, quer por meio de cursos de especialização, quer por meio de curso breves, prestando um serviço à comunidade nacional e internacional.

Outro tema que teve um debate relevante prende-se com a necessidade de se implementar uma política de pós-doutoramentos, em especial nas áreas científicas que têm cursos de doutoramento acreditados pela A3ES, e, se possível, financiados por fundos de fundações e das instituições que têm por missão apoiar as atividades de I&D, como a FCT ou o CNPD. Este tema proporcionou o debate de, a par desta possível estratégia, desenvolver-se uma política de instâncias de I&D de professores estrangeiros na UAL e de professores da UAL em universidades

estrangeiras, como metodologia de implementar os convênios e protocolos celebrados pela Universidade e pelo Grupo Autónoma.

Presenças e Ausências dos Membros às Reuniões do Conselho Científico

Conselheiro(a)	04 de outubro de 2023 a 25 de julho de 2024										Totais Presenças
	4-out-23	9-nov-23	20-dez-23	31-jan-24	6-mar-24	2-abr-24	17-abr-24	29-mai-24	26-jun-24	25-jul-24	
	P	P	P	P		P	P	P	P		8
	P		P		P	P	P	P	P	P	8
	P		P	P	P	P		P	P	P	8
											0
	P										1
	P		P	P	P	P	P	P	P	P	9
	P	P	P		P		P	P	P	P	8
	P		P		P	P			P	P	6
		P	P	P	P	P			P	P	7
		P	P	P			P			P	5
	P	P		P	P	P		P			6
	P										1
		P	P	P	P	P	P	P	P	P	9
											0
	P	P	P	P		P	P		P	P	8
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	10
		P	P	P	P	P	P		P	P	8
											0
	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	10
		P		P	P	P	P	P		P	7
		P			P				P	P	4
	P	P		P			P	P		P	6
		P	P			P	P	P	P	P	7
Totais Presenças	13	14	14	13	13	14	13	12	14	16	136
	Média de presenças 13,6										

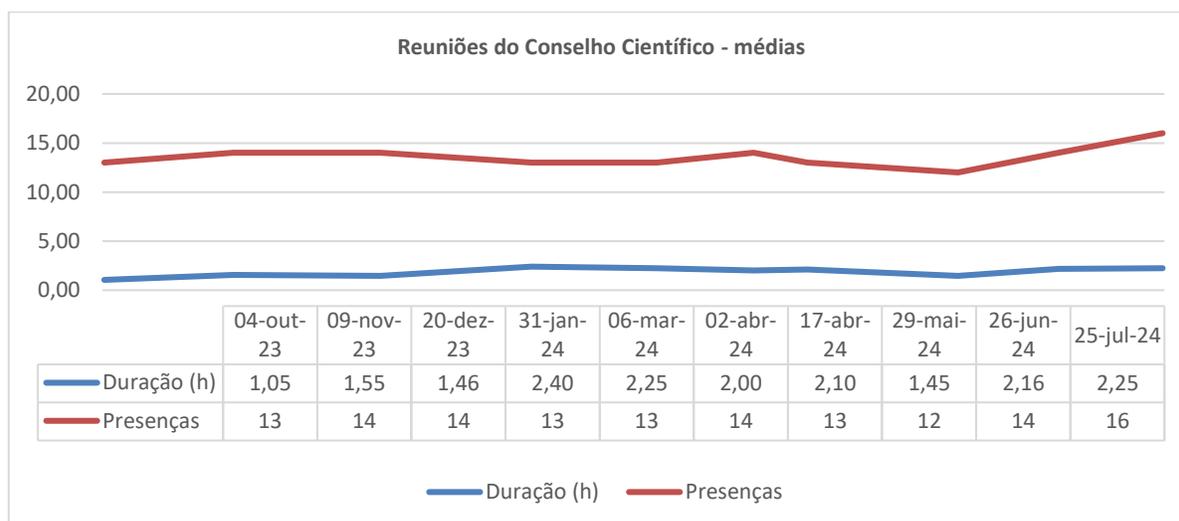
Relação por Conselheiro dem assiduidade

Nome Conselheiro(a)	Presenças	Ausências	Nulas	% Presenças	% Ausências	% Nulas
	8	2	0	80	20	0
	8	2	0	80	20	0
	8	2	0	80	20	0
	0	0	10	0	0	100
	1	9	0	10	90	0
	9	1	0	90	10	0
	8	2	0	80	20	0
	6	4	0	60	40	0
	7	3	0	70	30	0
	5	5	0	50	50	0
	6	4	0	60	40	0
	1	9	0	10	90	0
	9	1	0	90	10	0
	0	0	10	0	0	100
	8	2	0	80	20	0
	10	0	0	100	0	0
	8	2	0	80	20	0
	0	0	10	0	0	100
	10	0	0	100	0	0
	7	3	0	70	30	0
	4	6	0	40	60	0
	6	4	0	60	40	0
	7	3	0	70	30	0
Totais	136	64	30	59,13%	27,83%	13,04%
			230			100,00%

Como *supra* exposto, o Presidente do Conselho Científico, com a concordância de todos os seus membros, convida os Diretores de Departamento para as reuniões no sentido de os agregar aos debates e deliberações e, não obstante estarem privados do direito de voto, de serem uma voz ativa nas deliberações tomadas. Verifica-se que 2 Diretores de Departamento têm estado presentes nas reuniões sempre as suas atividades académicas e científicas não se sobreponham em data/hora.

Reuniões do Conselho Científico - médias

Dia	Duração (h)	Presenças
04-out-23	1,05	13
09-nov-23	1,55	14
20-dez-23	1,46	14
31-jan-24	2,40	13
06-mar-24	2,25	13
02-abr-24	2,00	14
17-abr-24	2,10	13
29-mai-24	1,45	12
26-jun-24	2,16	14
25-jul-24	2,25	16
Totais	18,67	136
Média	1,87	13,60



A assiduidade mantém uma média próxima do ano letivo 2022/2023, mas a duração média das reuniões manifesta um aumento significativo, passando de 0,85 para 1,87 de média de duração.

V – CONCLUSÕES

As reuniões decorreram com toda a cordialidade e com debate participativo de todos/as os/as Conselheiros/as sobre os vários temas que foram submetidos a deliberação ou que foram colocados em debate pelo Presidente ou por um/a Conselheiro/a presente.

Verifica-se que há um grupo de 13 Conselheiros e Conselheiras que tiveram uma participação superior a 86% das reuniões, sendo que 4 Conselheiros/as têm uma presença em número menor devido às atividades letivas e de I&D em que se encontram envolvidos quer a nível nacional quer a nível internacional, e 4 não têm participado das reuniões.

Ter-se-á de, no próximo mandato, encontrar uma solução de modo que os membros do Conselho Científico não tenham atividades letivas no dia e hora da reunião para que seja garantida uma maior assiduidade; ou as reuniões do Conselho Científico devem ter prevalência em relação às atividades letivas, devendo a falta a estas se considerar justificada.

No ano letivo 2023/2024 não foi possível convidar todos os diretores dos vários Centros de I&D da Universidade Autónoma de Lisboa para apresentarem ao Conselho Científico as

Relatório do Reitor 2023/2024

atividades desenvolvidas e em curso, desiderato que se completará ao longo do próximo ano letivo, recomeçando-se a partir de 29 de janeiro de 2025.

Aproveitamos para agradecer a participação de todos os membros do Conselho Científico durante as reuniões de trabalho realizadas ao longo do último ano letivo, o apoio prestado pela Profa. Doutora Filipa Ramalhete, no exercício de Secretária do Conselho Científico, o apoio sempre presente e a organização da Dra. Helena Silva, no âmbito do Secretariado do Conselho Científico.

Lisboa (UAL), 27 de dezembro de 2024

O Presidente do Conselho Científico,

Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente

Anexo 6 – Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico

Relatório de atividades do Conselho Pedagógico ano letivo 2023/2024

1. Caracterização do Conselho Pedagógico

A composição do Conselho Pedagógico sofreu algumas alterações no decorrer do ano letivo 2023/2024. Verificou-se que alguns dos discentes que integravam o Conselho Pedagógico já não eram alunos do curso que representavam e que alguns outros já não eram alunos da UAL. Para assegurar a paridade entre docentes e discentes, que caracteriza este órgão, foram promovidas eleições para preenchimento dos lugares de membro discente daqueles cursos onde inexistia representante válido.

Para os 10 (dez) cursos que se apresentavam na situação acima descrita foram identificados 50 (cinquenta) discentes elegíveis. Como resultado do ato eleitoral, realizado no dia 19/12/23, entre as 14h00 e as 19h00, e no dia 20/12/23, entre as 9h00 e as 14h00, para a eleição de discentes membros do Conselho Pedagógico, apenas votaram 10 (dez) discentes de 6 (seis) cursos e, como resultado, apenas 6 (seis) dos 10 (dez) cursos elegeram representante no Conselho Pedagógico (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Cursos onde faltavam representantes discentes no Conselho Pedagógico/Total de discentes elegíveis/Total de discentes votantes

CURSO	DESIGNAÇÃO CURSO	TOTAL ALUNOS ELEGÍVEIS	TOTAL ALUNOS QUE VOTARAM
DOUTORAMENTO	HISTÓRIA	2	1
LICENCIATURA	GESTÃO	9	1
LICENCIATURA	CIÊNCIAS COMUNICAÇÃO	7	0
LICENCIATURA	DIREITO	8	1
LICENCIATURA	ENG.ELCT.COM.	4	0
LICENCIATURA	HISTÓRIA	4	4
LICENCIATURA	PSICOLOGIA	6	0
LICENCIATURA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	6	2
MESTRADO	ENG.INF.TEL.	2	0
MESTRADO	HISTÓRIA E PATRIMÓNIOS	2	1
	TOTAL	50	10

O Quadro 2 identifica os 6 novos membros discentes eleitos para a substituição de discentes em cursos sem representante no Conselho Pedagógico.

Quadro 2 – Novos membros discentes do Conselho Pedagógico eleitos

MEMBRO DISCENTE ELEITO	Nº Aluno	CURSO
Alexandre Albuquerque	30008644	LICENCIATURA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Diogo Coelho	30008514	LICENCIATURA EM GESTÃO
João Rafael Espanhol Pereira	30008655	LICENCIATURA EM DIREITO
Mafalda Benedito	30012098	MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIOS
Nelson Júnior	30012098	DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA
Teófilo Lopes	30009365	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

É de salientar a fraca adesão dos discentes ao ato eleitoral, não obstante todos os esforços desenvolvidos em prol da respetiva participação. Em resultado do ato eleitoral realizado, o Conselho Pedagógico passou a ter uma nova composição, expressa no quadro 3, abaixo apresentado.

Quadro 3 – Nova composição do Conselho Pedagógico

DEPARTAMENTO	CURSO	DOCENTE	DISCENTE
ARQUITETURA	Mestrado Integrado Arquitetura Doutoramento Arquitetura	EGAS VIEIRA MARTA CARNEIRO	GABRIELA HORTA A ELEGER
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	Licenciatura Ciências Com. Mestrado Com. Aplicada Doutoramento Média e Soc.	PAULA LOPES LUIS LIMA BRUNO REIS	A ELEGER ANA SOFIA MARQUES RITA SIMÕES
CIÊNCIAS ECON.EMP.	Licenciatura Aus Licenciatura Economia Licenciatura Gestão Licenciatura Gestão do Desporto Mestrado Gestão Emp.	ANA QUARESMA SANDRA RIBEIRO SÉRGIO PONTES VERA PEDRAGOSA JOAQUIN QUIROZ	MATILDE BELCHIORINHO LUÍS TAVARES DIOGO COELHO RAFAEL COSTA LUÍS NOVO
DIREITO	Licenciatura Direito Mestrado Direito Cien. Políticas Jud.	ALEX SANDER PIRES STELA BARBAS	JOÃO RAFAEL ESPANHOL PEREIRA A ELEGER
ENG. CIÊNCIAS COMP.	Licenciatura Eng ^a Inf. Licenciatura Eng ^a Elct. Telcom. Licenciatura Inf. Gestão Mestrado Eng ^a Inf. Telecom.	MÁRIO MARQUES DA SILVA GONÇALO MATIAS ANTÓNIO CABEÇAS ISABEL ALVAREZ	LUÍS FINURAS A ELEGER JOANA GRAÇA A ELEGER
HISTÓRIA, ARTES E HUMANIDADES	Licenciatura História Mestrado História e Patrimónios Doutoramento História	ISABEL HOMEM MARIA LUÍSA JACQUINET ADOLFO MARTINS	TEÓFILO LOPES MAFALDA BENEDITO NELSON JÚNIOR
PSICOLOGIA	Licenciatura Psicologia Mestrado Psic. Clínica e Aconsel.	TITO LANEIRO JOÃO HIPÓLITO	A ELEGER EMA SARMENTO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Licenciatura Relações Int. Mestrado Relações Int. Doutoramento RI: Geopol. e Geocon.	NANCY GOMES LUÍSA GODINHO FILIPE ROMÃO	ALEXANDRE ALBUQUERQUE DIANA SKOCHYLYS ALEXANDRE PATRÍCIO

2. Atividades Desenvolvidas pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo de 2023/2024

O Conselho Pedagógico esteve envolvido em atividades correntes, atividades especiais e reuniões, abaixo identificadas:



- **Atividades Correntes:**

- ✓ Ratificação do horário e calendário de exames do 1º semestre do ano letivo de 2023/2024;
- ✓ Ratificação do horário e calendário de exames do 2º semestre do ano letivo de 2023/2024;
- ✓ Ratificação do Calendário Escolar do ano letivo 2024/2025:
- ✓ Emissão de declarações de representação do Presidente do Conselho Pedagógico em júris de nomeação a Professor Associado e Professor Catedrático dando cumprimento o disposto no nº 4 (alínea b) e nº 5 do Artigo 20º do Regulamento 301/2022 (Estatuto da Carreira Docente da UAL). Foram emitidas 4 declarações de promoção a Professor Associado (Professores/as Catarina Tomé Pires, Duarte Freitas, Pedro Almiro e Roberta Stumpf) e 1 declaração para promoção a Professor Catedrático (Professora Rute Brites);
- ✓ De acordo com o nº 8 do Artigo 25º dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, o Conselho Pedagógico, na sua assembleia plenária de 11 de janeiro de 2024, deliberou por unanimidade pronunciar-se favoravelmente à criação, proposta pelo Departamento de Psicologia, do Mestrado em “Psicologia Organizacional e Saúde Ocupacional”, conforme o respetivo Plano de Estudo;
- ✓ De acordo com o nº 8 do Artigo 25º dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, o Conselho Pedagógico, na sua assembleia plenária de 11 de janeiro de 2024, deliberou por unanimidade pronunciar-se favoravelmente à criação, proposta pelo

Departamento de Psicologia, da Licenciatura em “Reabilitação Psicossocial em Saúde Mental”, conforme o respetivo Plano de Estudo.

- ✓ De acordo com o nº 3 do artigo 25º dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, o Conselho Pedagógico, na sua assembleia plenária de 11 de janeiro de 2024, deliberou unanimemente a aprovação do novo inquérito pedagógico a estudantes (1º ciclo), a ser colocado em execução aos 15 de janeiro de 2024.
- ✓ Parecer favorável à alteração, proposta pelo Departamento de História, Artes e Humanidades, dos planos curriculares do Doutoramento em História e do Mestrado em “História e Patrimónios”.

- **Atividades Especiais:**

- ✓ Foi iniciado o processo de revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos (RGAC), tendo-se constituído um grupo de trabalho a tal afeto e auscultado os diversos departamentos para fins de apreciação do documento;
- ✓ Foi iniciado o processo de conceção de inquéritos de satisfação destinados aos estudantes do 2.º e 3.º ciclo de estudos, e, nesse contexto, constituído um grupo de trabalho especial;
- ✓ Foram promovidas eleições de representantes dos estudantes no Conselho Pedagógico, para substituição dos lugares deixados vagos por outros discentes;
- ✓ Atualização da página *web* do Conselho Pedagógico no sítio eletrónico da Universidade Autónoma de Lisboa.

- **Assembleias /Reuniões**

No período a que se refere o presente documento foram realizadas, em regime remoto, com recurso à plataforma Colibri/ZOOM as seguintes **assembleias plenárias** do órgão:

- ✓ **11 de janeiro de 2024, pelas catorze horas – assembleia geral ordinária**

Ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião ordinária de 27 de julho de 2023;
2. Divulgação dos resultados da eleição dos novos membros discentes do Conselho Pedagógico e apresentação dos membros eleitos;
3. Ratificação do calendário de exames do 1.º semestre do ano letivo de 2023/2024;
4. Aprovação da proposta de revisão dos Inquéritos Pedagógicos aos Estudantes;
5. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para o ano letivo 2023/2024;

6. Apreciação da proposta de ações corretivas relativas ao Conselho Pedagógico consequente à Auditoria Interna ao Sistema de Qualidade da UAL, realizada aos 5 e 6 de junho de 2023;
7. Outros assuntos.

De notar que todos os assuntos colocados à votação foram aprovados.

✓ **29 de maio de 2024, pelas catorze horas – assembleia geral ordinária**

Ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião ordinária de 11 de janeiro de 2024;
2. Ratificação do calendário de exames do 1.º semestre do ano letivo de 2023/2024, não votado na assembleia geral de 11 de janeiro de 2024;
3. Ratificação do calendário de exames do 2.º semestre do ano letivo de 2023/2024;
4. Ratificação do calendário escolar do ano letivo de 2024/2025;
5. Apresentação do grupo de trabalho constituído para a revisão do Regulamento Geral da Avaliação de Conhecimentos (RGAC);
6. Apresentação do grupo de trabalho constituído para a elaboração dos Inquéritos Pedagógicos destinados a estudantes do 2.º e 3.º ciclos;
7. Outros assuntos.

De notar que todos os assuntos colocados à votação foram aprovados.

Durante o ano letivo em análise foram efetuadas várias **reuniões e estabelecidas várias comunicações** entre as responsáveis do Conselho Pedagógico, e entre estas e:

- ✓ os diversos grupos de trabalho em funcionamento (Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Grupo de Trabalho para a elaboração de inquéritos pedagógicos a aplicar ao 2.º e 3.º ciclos);
- ✓ o Gabinete de Qualidade, no âmbito da elaboração dos Inquéritos Pedagógicos e das eleições dos novos representantes do corpo docente no Conselho Pedagógico;
- ✓ a Administração Escolar e o Gabinete de Recursos Humanos, para análise da proposta do novo calendário escolar para o ano letivo 24/25.

3. Balanço da atividade desenvolvida pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo de 2023/2024, tal como proposto no Plano de Atividades do Conselho Pedagógico daquele ano

O Quadro 4 espelha as atividades propostas no Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para o ano letivo de 2023/2024, devidamente aprovado em assembleia geral, mencionando as atividades concluídas e justificando as não concluídas.

É de salientar que a elaboração do Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para cada ano letivo foi definida como atividade obrigatória deste órgão.

Quadro 4 – Balanço da atividade desenvolvida pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo de 2023/2024, tal como proposto no Relatório de Atividades do Conselho Pedagógico daquele ano

 PLANO DE ATIVIDADES DO CONSELHO PEDAGÓGICO - ANO LETIVO 2023/2024		
PROPOSTA/ ATIVIDADES PROGRAMADAS	DESCRIÇÃO	ESTADO/JUSTIFICAÇÃO
INQUÉRITO SATISFAÇÃO A ESTUDANTES	Aprovação do novo layout do Inquérito de Satisfação a Estudantes. Este inquerito, após a sua aprovação (prevista na AG de Novembro de 2023), será colocado em execução nos inquéritos referentes ao 1º semestre de 23/24.	Concluído Foi concluído o Layout do Inquérito do 1º ciclo e o questionário foi colocado em produção nos inquéritos referentes ao 2º semestre do ano lectivo 23/24.
ANÁLISE E REVISÃO DO RGAC	O CP, órgão responsável pela revisão e aprovação do RGAC, irá analisar a necessidade de revisão/alteração do documento. De notar que está em curso o processo de avaliação institucional (novembro 2023) e que até ao termino deste processo não será feita qualquer alteração no documento mas este facto não invalida o inici da sua revisão por este órgão. De acrescentar que já foi consultado o Magnífico Senhor Reitor sobre esta intenção tendo manifestado a sua concordância. O RGAC revisto pelo CP terá de ser homologado pelo Magnífico Senhor Reitor.	Em curso. Foi constituído um Grupo de Trabalho que integra docentes e discentes cuja constituição foi aprovada em AG 20/05/2024. Foi enviado para os Diretores de Departamento a solicitação para se pronunciarem sobre este assunto mas apenas 2 Diretores (Professora Odete Nunes e Professor Sérgio Pontes responderam à solicitação). Também os membros do CP, quer docentes, quer discentes, na sua grande maioria não enviaram contribuições para o grupo de trabalho
ELABORAÇÃO MANUAL ACOLHIMENTO A NOVOS ALUNOS	A elaboração de um "pequeno" manual (formato físico ou online) que reuna as principais informações para o acolhimento de alunos não obstante não dispensar a consulta das informações disponíveis do site institucional e no NetPa e E.Learning.	Não iniciado. Este será um projeto que poderá vir a ser revisado mas as atividades com a revisão dos questionários e RGAC foram colocadas em 1º plano.
RESPOSTA ÀS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DA AUDITORIA INTERNA REALIZADA EM JULHO DE 2023	Uma das recomendações do Auditor Interno dirigidas ao CP foi o maior envolvimento dos estudantes na investigação. As recomendações gerais resultantes da referida Auditoria estão a ser analisadas de forma conjunta, nas matérias que envolvem vários participantes e áreas, para culmar as falhas e sugestões de melhoria detetadas na Auditoria Interna.	Em curso. Trata-se de uma actividade que será mantida para o ano lectivo 24/25 e muito provavelmente mantida durante mais tempo. Não é algo que o CP possa, de forma autonoma, concluir mas existiram esforços para que este ponto, apontado como uma fragilidade, possa ser melhorado nomeadamente o envolvimento com o NEEG - Nucleo de Estudantes de Economia e Gestão, cujo Presidente, o discente Diogo Coelho, é membro do CP.
ATIVIDADES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO	Aprovação dos calendários e horários de exames do 1º e 2º semestre do ano lectivo 23/24. Aprovação do Calendário Escolar do ano letivo 2024/2025	Concluído. Todas as atividades, de carácter administrativo, que são competência deste órgão foram devidamente finalizadas e as que carecem da aprovação dos membros foram devidamente aprovadas nas assembleias.gerais do órgão.

4. Plano de Atividades a Desenvolver pelo Conselho Pedagógico no Ano Letivo de 2024/2025

Para além de todas as atividades resultantes das competências atribuídas a este órgão, conforme o descrito no art.º 25 dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, e do art.º 4 do seu Regimento, bem como as reuniões obrigatórias, e eventuais extraordinárias, referidas no art.º 26 dos Estatutos da Universidade Autónoma de Lisboa, e do art.º 10 do seu Regimento, é intenção da atual Presidência iniciar e desenvolver durante o próximo ano letivo as seguintes atividades (ver quadro 5).

Salientamos que o Plano de Atividades do Conselho Pedagógico para cada ano letivo, e que carece da aprovação dos membros, apenas integra as atividades programadas, para que a validação dos objetivos estabelecidos possa ser devidamente avaliada e justificada no final de cada ano letivo. O quadro 5 integra as intenções não contempladas no Plano de Atividades a aprovar.

Quadro 5- Atividades planeadas pelo Conselho Pedagógico para o ano letivo 2024/2025

 PLANO DE ATIVIDADES DO CONSELHO PEDAGÓGICO - ANO LETIVO 2024/2025	
PROPOSTA/ ATIVIDADES PROGRAMADAS	DESCRIÇÃO
INQUÉRITO SATISFAÇÃO A ESTUDANTES do 2º e 3º CICLO DE ESTUDOS	O processo foi iniciado no ano letivo de 2023/2024, com a constituição, para o efeito, de um grupo de trabalho. Prevê-se a conclusão do Inquérito destinado ao 2º ciclo, que deverá poder ser aplicado no 2º semestre de 2024/2025. Prevê-se igualmente a conclusão do Inquérito destinado ao 3º ciclo, a aplicar desejavelmente no 1º semestre de 2025/2026.
ANÁLISE E REVISÃO DO RGAC	O processo foi iniciado no ano letivo transato, com a constituição de um grupo de trabalho específico e o pedido, dirigido aos diretores de cada departamento, de apreciação do documento. No presente ano, será realizado, em primeiro lugar, um documento provisório com base nos resultados obtidos pelo grupo de trabalho e nas contribuições dos demais intervenientes. O documento será seguidamente analisado e discutido com o Magnífico Reitor e, por último, homologado pelo Conselho Pedagógico.
RESPOSTA ÀS RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DA AUDITORIA INTERNA, AO SISTEMA DE QUALIDADE DA UAL, REALIZADA EM JULHO DE 2023	As recomendações que implicam diretamente o Conselho Pedagógico sublinham a necessidade de um maior e mais precoce envolvimento dos estudantes no domínio da investigação lato sensu. As ações concretas visando esse objetivo continuarão a ser alvo de análise no decurso do presente ano letivo.
REFLEXÃO ACERCA DAS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	A Internacionalização é um tema central e estratégico para a Universidade. No seguimento da integração da nossa Universidade na Alliance Diverse e a atribuição do selo excelência, o Conselho Pedagógico tem a intenção de desenvolver contactos com os responsáveis do processo para colaborar naquilo que possa ser da sua competência (como exemplo a emissão de recomendações pedagógicas a docentes)
ATIVIDADES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO	Aprovação dos calendários e horários de exames do 1º e 2º semestre do ano lectivo 24/25. Aprovação do Calendário Escolar do ano letivo 2025/2026

Relatório do Reitor 2023/2024

Em suma, a atividade do Conselho Pedagógico no ano letivo de 2023/2024 decorreu de acordo com o exigido e previsto, não deixando o Conselho de se comprometer a tentar fazer mais e melhor de forma a gratificar a confiança nele depositada.

Subscvem-se com elevada estima e consideração,

Lisboa, 27 de novembro de 2024

Professora Doutora Ana Quaresma

(Presidente do Conselho Pedagógico e Presidente da 1ª Secção do Conselho Pedagógico)

Professora Doutora Maria Luísa Jacquet

(Presidente da 2ª Secção do Conselho Pedagógico)

Anexo 7 - Situação dos Cursos Conferentes de Grau

Situação dos Cursos Conferentes de Grau junto da A3ES

Quadro I - Processos de Renovação e Acreditação dos Cursos em Funcionamento Situação atual em 4/02/2025

Cursos	Ciclo de Estudo	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Direito	1º Ciclo	Acreditar por 3 anos a partir de 31 de julho de 2019		Entrega de Relatório de Follow-Up (em Fevereiro 2023) Acreditação por 6 anos a partir de 31/07/2019	Submissão em 20 de dezembro Processo em apreciação liminar (12 dias)
Direito	2º Ciclo	Acreditar por 1 ano a partir de 31/07/2019	Entrega de Relatório de Follow-Up (em janeiro 2021)	Entrega de Relatório de Follow-Up (em janeiro 2023) Acreditação por 6 anos a partir de 31/07/2019	Submissão em 20 de dezembro Processo em apreciação liminar (12 dias)
Informática de Gestão	1º Ciclo	Acreditar por 1 ano a partir de 31/07/2019	Entrega de Relatório de Follow-Up (em junho 2021)	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019	Submissão em 13/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Engenharia Informática	1º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 13/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Psicologia	1º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 11/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Psicologia Clínica e de Aconselhamento	2º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 11/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
História	1º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 10/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
História e Patrimónios	2º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 10/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
História	3º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 10/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Ciências da Comunicação	1º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 5 de dezembro de 2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)

Cursos	Ciclo de Estudo	Decisão Conselho de Administração A3ES	Situação em 2021	Situação em 2023	Renovação de Acreditação em 2024/2025
Comunicação Aplicada	2º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 5/12/2024 Continua análise do processo (5 dias)
Media e Sociedade no contexto da CPLP	3º ciclo				Submissão em 6/12/2024 Processo em apreciação liminar (11 dias)
Relações Internacionais	1º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 18/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Relações Internacionais	2º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 18/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	3º ciclo	Acreditar por 4 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 18/12/2024 Processo em apreciação liminar (11 dias)
Gestão	1º Ciclo	Acreditar por 6 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 20/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Gestão de Empresas	2º Ciclo	Acreditar com condições por 3 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 20/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Arquitetura	Mestra do Integrado	Acreditar com condições por 3 anos a partir de 31/07/2019			Submissão em 20/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Engenharia Eletrónica e Telecomunicações	1º ciclo	Acreditar por 4 anos a partir de 31/07/2021			Submissão em 13/12/2024 Processo em apreciação liminar (12 dias)
Gestão do Desporto	1º ciclo	Acreditar por 3 anos a partir de 31/07/2022			Submissão em 4/02/2024 -Solicitada correção ao Processo
Engenharia Informática e Telecomunicações	2º ciclo	Acreditar por um período de 2 anos a partir de 31/07/2023	-----		Submissão em 11 de dezembro Processo em apreciação liminar (11 dias)

Quadro II – Submissão de Cursos Novos - 2024

Cursos	Ciclos de Estudos	Data da Submissão dos Processos	Estado		Decisão Conselho de Administração A3ES
Licenciatura em Reabilitação Psicossocial em Saúde Mental	1º ciclo	14 de março de 2024	6 de maio de 2024 - Solicitada correção ao Processo. 8/11/2014 - nomeação da CAE: Adriana da Conceição Soares Sampaio, Cristina Queirós (P), Maria Fernandes-Jesus	24 de janeiro- Entrega do relatório da CAE – não acreditação do Ciclo de Estudos Apresentação de pronúncia até 13 de fevereiro	
Mestrado em Psicologia Organizacional e Saúde Ocupacional	2º ciclo	14 de março de 2024	6/05/2024 -Solicitada correção ao Processo. 11/09/ 2014 - nomeação da CAE: Maria do Carmo de Alencar, Joaquim Armando Ferreira (P), Samuel Fonseca Monteiro	8/01/2025 – Entrega do relatório da CAE – não acreditação do Ciclo de Estudos 23 de janeiro – submissão de pronúncia 24 de janeiro- envio da pronúncia à CAE	

Quadro III – Submissão de Cursos Novos - 2024

Cursos	Ciclos de Estudos	Data Prevista para Submissão dos Processos	Observações
Licenciatura em Inteligência Artificial	1º Ciclo	13/03/2025	
Licenciatura em Estudos de Segurança	1º Ciclo	13/03/2025	
Licenciatura em Marketing Digital	1º Ciclo		Curso em associação com o IPT Sendo a submissão do guião da responsabilidade do IPT

Lisboa, 4 de fevereiro de 2025

**Anexo 8 – Relatório de Atividades do Gabinete da Qualidade
2023/2024**

Gabinete da Qualidade

Relatório de Atividade - Ano Letivo 2023-2024

1. Introdução

O trabalho realizado em 2023/24, no Gabinete da Qualidade, deu continuidade aos trabalhos realizados nos anos anteriores.

É de realçar que neste ano lectivo se realizou também o reforço da equipa do GQ, com a entrada da Dr.^a Sara Gaspar.

2. Análise SWOT da Situação da Qualidade na UAL, 2024/07

Esta análise SWOT foi realizada no fim do ano lectivo de 2023/24, de modo a analisar as actividades realizadas nesse ano, e extrair conclusões para melhorias aplicáveis à actividade do Gabinete da Qualidade para ano lectivo seguinte. Transcreve-se parte desta análise:

2.1. Situação

2.1.1. O que correu mal?

- CAQ 10 – Realizado tardiamente – em 2024-02-20;
- Planeamento GQ 23/24: tardio, e com poucos efeitos práticos;
- Todo o processo de avaliação A3ES passou ao lado do GQ, e do CAQ;
- Percurso do GQ perturbado:
 - Devido aos processos de avaliação externa a decorrer - (A3ES);
 - Por falta de colaboração dos restantes actores do SIGQ;
 - Porque a Qualidade não está a ser encarada, globalmente, como área estratégica para a UAL.

2.1.2. – Análise SWOT (referida a 2024/07)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Nova ferramenta RAC (Relatório de Avaliação de Curso) em operação; • Auditoria interna ao SIGQ-UAL, realizada por um auditor externo; • Revisão dos inquéritos aos estudantes pelo Conselho Pedagógico (em curso); • Reforço da ligação do GQ com o Conselho Pedagógico; • Reforço da equipa GQ; • Boa participação dos docentes no inquérito de satisfação, com aumento da participação neste ano; • De-briefing da participação do GQ na AINST22, com recolha das lições aprendidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • CAQ tardio; • Faltou o Planeamento da Qualidade formal (elaboração / aprovação / realização); • Reduzida participação do GQ na AINST e nos processos de avaliação externa: <ul style="list-style-type: none"> - GQ colaborou no que foi pedido; - mas esteve afastado da elaboração / concepção / e , principalmente, da revisão global do relatório de auto-avaliação; • Fraca participação dos estudantes nos inquéritos; • Dificuldades na implementação do plano de comunicação do GQ, em 23/24 – 2º Sem.; • Ausência de monitorização das reclamações.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação do GQ com a Associação Académica da UAL; • Reforço da ligação do GQ com a ESEFSM; • Eventual certificação ISO 9001; • Formação sobre o SIGQ para a comunidade UAL; • Implementação das ferramentas CMENet e NetQa. 	<ul style="list-style-type: none"> • A Qualidade não é encarada como uma área estratégica para a UAL; • Falhas na representatividade do CAQ, (mas que está em conformidade com estatutos da UAL); • Relação complexa com a DCM; • Ausência de uma resposta completa aos processos de auscultação das partes interessadas (Acções de Melhoria decorrentes dos inquéritos); • Faltam, a nível geral: <ul style="list-style-type: none"> - indicadores; - planeamento; - e relatórios de actividade /reporte; • Diversos Estatutos e Regulamentos académicos necessitam de actualização, e compatibilização; • Distanciamento face ao campus de Campo de Ourique.

3. Actividades de longa duração durante 2022/23

Algumas actividades do Gabinete da Qualidade, neste ano lectivo, desenrolaram-se ao longo de vários meses:

- Participação na CS11 e nas actividades do CS11 /IPQ) / GT3 (Ensino Superior);
- Configuração do módulo RAC (Set 2023-Jul 2024);
- Acompanhamento e apoio na elaboração dos PAC decorrentes da auditoria interna realizada em Junho de 2023 (Set-Nov 2023);
- Preparação e participação na AINST22 - Avaliação Institucional, Set 2023-Fev 2024;
- Actividades relativas ao processo de avaliação de desempenho de colaboradores não docentes (Fev-Jul 2024), e com continuidade para 2024/25.

4. Detalhe das actividades realizadas durante 2022/23

O detalhe das actividades realizadas foi o seguinte:

Setembro 2023

- Extracção do Indicador FUC 1 – Sem 1, e respectiva divulgação;
- Divulgação dos resultados dos inquéritos a estudantes e docentes 2022/23 – Sem 02;
- Acompanhamento das auditorias ao SIGQ da ESEFSM (interna e externa);
- Lançamento dos RUC do Sem 02 - 2022/2023 e apoio ao preenchimento;

Outubro 2023

- Lançamento da Newsletter da Qualidade nº 07;
- Extração do Indicador FUC 02 – Sem 01, e respectiva divulgação;
- Simulacro – formação, preparação e participação no evento;

Novembro de 2023

- DMQ – Comunicação à Comunidade UAL alusiva ao Dia Mundial da Qualidade (07/11/2023)
- Apoio ao arranque do processo de revisão do RADD – Regulamento de Avaliação de Desempenho de Docentes, com ponto de situação face ao processo de avaliação anterior, e feedback sobre os resultados obtidos.

Dezembro de 2023

- Apoio às eleições no CP - Conselho Pedagógico (eleição dos representantes dos estudantes, para substituição dos lugares vacantes);
- Elaboração de um documento de reflexão (de-briefing), relativamente ao modo como decorreram os trabalhos da CAE, e à participação, na CAE, do Gabinete da Qualidade.

Janeiro de 2024

- Configuração dos novos questionários para o inquérito pedagógico aos estudantes (após validação pelo CP);
- Lançamento dos inquéritos a estudantes e docentes – Sem 01.

Fevereiro de 2024

- Realização do CAQ 10;
- Indicador FUC 1 – Sem 02, e respectiva divulgação;
- Inquérito a docentes – Sem 01 – análise de resultados.

Março de 2024

- Inquérito a estudantes – Sem 01 – análise de resultados;
- Indicador FUC 2 – Sem 02, e respectiva divulgação

Abril de 2024

- Lançamento dos RUC 2023/2024 – Sem 01 e apoio ao preenchimento;
- Inquérito a estudantes – Sem 01 – divulgação de resultados.

Maio de 2024

- Inquérito a docentes – Sem 01 – divulgação de resultados;
- Preparação da campanha de divulgação dos inquéritos pedagógicos, relativamente ao Sem 02.

Junho de 2024

- Formação IPQ “Curso de formação Sistema de Gestão da Qualidade – Implementação – NP EN ISO 9001:2015” – para a Dr.^a Rita Trindade, e Dr.^a Sara Gaspar;
- Lançamento dos inquéritos a estudantes e docentes – Sem 02;
- Acompanhamento da auditoria interna ao SIGQ da ESESFM, como Observador.
- Lançamento da Newsletter da Qualidade nº 08;

Julho de 2024

- Inquéritos a estudantes e docentes – análise de resultados;
- Inquérito a docentes – Sem 02 – divulgação de resultados;
- Lançamento do RAC para o 1º ciclo de estudos – formação aos Coordenadores de Ciclo de Estudos, e apoio ao preenchimento;
- Acompanhamento da auditoria externa ao SIGQ da ESESFM, como Observador;
- Realização de uma análise SWOT relativamente ao trabalho do Gabinete da Qualidade, e à situação da Qualidade na UAL.

Fim do Documento

Anexo 9 – Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais

Relatório de Atividades do Gabinete Erasmus+ e de Mobilidade Internacionais

Relatório de Atividades 2023/2024

O ano letivo 2023-24 decorreu com normalidade e revelou-se bastante positivo. A candidatura às verbas para mobilidades para o ano 2023-24 foi aprovada (158 215 euros) e é bastante superior à atribuída nos dois anos anteriores (59 000 euros e 93 175 euros). O número de mobilidades de estudantes foi ligeiramente superior face ao ano anterior (113 incoming e 54 outgoing) e toda a verba para 2023-24 foi executada. O Gabinete contou com duas pessoas, e sendo que a pessoa que ingressou em 1 de setembro de 2023 saiu em agosto de 2024, tendo sido substituído por outra em agosto de 2024.

1. Consolidação institucional e visibilidade da UAL no plano nacional e internacional.

Atualização constante da informação sobre o Gabinete e respetivas atividades no *website* da UAL, em português e inglês, sobre: Erasmus+, Declaração de Compromisso Institucional, lista de protocolos internacionais, candidaturas Erasmus+, documentos de suporte, informação sobre a UAL, informação diversa destinada a alunos *incoming* tanto das universidades europeias como das brasileiras (mobilidade extraeuropeia) (aulas de português, alojamento, sistema de *buddies* etc.). Resposta e reencaminhamento aos departamentos de pedidos de informação externos. Tradução para inglês de documentos sempre que solicitado.

Atualização constante à medida que é necessário de documentação sobre a UAL no portal ORS (Organisation registration for actions managed by National Agencies (europa.eu), que é essencial para as candidaturas à Carta Erasmus e *Calls*: Participação no consórcio *Diverse* e membro do *Working Group* para a mobilidade.

2. Programas de Mobilidade Internacional/Programa Erasmus+

Em maio de 2024 submeteu-se o relatório final relativo ao projeto de 2023-24, que foi provado pela Agência Nacional. A execução foi total (100%) da verba contratualizada e 131 % dos fluxos de mobilidade. O número de alunos da UAL em mobilidade foi 59 (54 no ano anterior). Atualmente encontram-se em mobilidade 22 alunos (primeiro semestre) e 42 iniciarão a mobilidade em janeiro ou fevereiro de 2025, perfazendo um total de 64 alunos *outgoing* (acima dos 43 contratualizados). A distribuição das mobilidades *outgoing* encontra-se em anexo, este ano liderada por estudantes de gestão e ciências da comunicação. Praticamente todos os cursos de licenciatura da universidade estiveram representados, incluindo Enfermagem

As sessões de esclarecimento sobre o programa Erasmus+ com o objetivo de incentivar a mobilidade e consequente internacionalização da UAL foram realizadas presencialmente. A mobilidade extraeuropeia voltou a realizar-se e recebemos 11 estudantes de universidades brasileiras. O gabinete promoveu também a candidatura dos alunos *outgoing* às bolsas de mobilidade Erasmus do Banco Santander, e as oito concedidas à UAL foram atribuídas.

Realizaram-se cinco mobilidades de professores da UAL (Universidades de Salerno, Direito, Valencia, Direito, Algebra, Ciências e Tecnologias, Karolinska Institutet, Psicologia, e

Hamburgo, Direito). Recebemos 42 visitantes (número superior ao do ano anterior) provenientes de universidades parceiras em Espanha (Extremadura, Girona, Lleida, Camilo José Cela, A Coruña, Miguel Hernandez de Elche, Complutense), Polónia (Gdansk, Szczecin, Poznan, Wroclaw, Lublin), Roménia (ASE, SNSPA e Ovidius), Eslováquia (Nitra), Turquia (Van Yuzuncu, Uskudar, Karadeniz, 29 Mayıs), Alemanha (Viadrina) e Bulgária (University of National and Word Economy).

Continuação do projeto *buddies* para facilitar a integração de alunos *incoming*, e das aulas de português (presencialmente).

O gabinete continuou a recorrer à plataforma *Erasmus Without Paper* para verificação dos *Online Learning Agreements* dos alunos *incoming* e *outgoing*, e a estabelecer novos acordos com universidades parceiras, incluindo as do consórcio *Diverse*, sem necessidade de assinatura física e carimbos. Nem todas as universidades conseguiram ainda implementar o sistema, mas de momento já temos mais de uma centena de acordos (112).

3. Promoção de redes de investigação com universidades parceiras

O gabinete não esteve envolvido nesta atividade.

4. Apoio aos departamentos/unidades da UAL

O Gabinete desempenhou um papel importante na confirmação de qualificações obtidas na UAL, respondendo a solicitações de recrutadores de empresas internacionais. O gabinete contribuiu, do ponto de vista administrativo, para a componente presencial do primeiro BIP (*Blended International Programme*) organizado pelo Departamento de Direito com mais duas universidades estrangeiras.

Carolina Peralta

Responsável pelo Gabinete Erasmus+ e de Mobilidades Internacionais, 20 de novembro de 2024

Estudantes Erasmus+ incoming 2023-24

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Espanha	Granada	2	M	9	Arquitetura	Estudos
Espanha	ETSAM	2	F	9	Arquitetura	Estudos
Espanha	País Basco	1	M	9	Ciências da Comunicação	Estudos
Espanha	Autónoma Madrid	1	M	9	Economia	Estudos
Espanha	Alcalá	2	F	6	Enfermagem (P)	Estudos
Espanha	Castilla-La Mancha	1	M	9	Gestão	Estudos
Espanha	Comillas	1	F	6	Psicologia	Estudos
Espanha	Rey Juan Carlos	5	5 F	6	Ciências da Comunicação, Psicologia	Estudos
Espanha	Valladolid	1	1 F	9	Arquitetura	Estudos
Espanha	Camilo JC	1	1 F	6	Psicologia	Estudos
Espanha	Salamanca	1	1 F	9	Psicologia	Estudos
Eslováquia	Nitra	1	1 M	6	Gestão	Estudos
Itália	POLIMI	3	2 F, 1 M	6	Arquitetura M.	Estudos
Itália	IUAV	1	F	6	Arquitetura M.	Estudos
Itália	La Sapienza	6	4 F, 2 M	6/9	Ciências da Comunicação, Direito, Relações Internacionais M.	Estudos
Itália	Campania	3	2 F, 1 M	6	Psicologia, Relações Internacionais, Direito	Estudos
Itália	Torino	2	F	6	Psicologia, Enfermagem	Estudos
Noruega	NTNU	9	5 F, 4 M	6/9	Arquitetura M.	Estudos
Alemanha	Kunste	5	3 F, 2 M	6	Arquitetura	Estudos
Alemanha	HAWK	2	1 F, 1 M	6	Arquitetura	Estudos
Bulgária	UNWE	2	2 F	6	Gestão	
Roménia	SNSPA	7	7 F	6	Ciências da Comunicação, Gestão	Estudos
Roménia	ASE	3	1 F, 2 M	6	Gestão	Estudos
Polónia	WSB - Gdansk	19	3 M, 16 F	6	Ciências da Comunicação, Engenharia Informática, Gestão, Psicologia, Relações Internacionais	Estudos
Polónia	Szczecin	5	4 F, 1 M	6	Direito, Economia, Gestão	Estudos
Polónia	PJAIT	3	2 F, 1 M	6	Engenharia Informática	Estudos
Chéquia	Pardubice	3	2 F, 1 M	6	Gestão	Estudos
Turquia	Zonguldak Bülent Ecevit	1	M	9	Economia	Estudos
Turquia	Karadeniz	3	F	6/9	Relações Internacionais	Estudos
Turquia	Topkapi	1	F	6	Psicologia	Estudos
Turquia	METU	2	1 F, 1 M	6	Relações Internacionais	Estudos
Ucrânia	Kharkiv	1	F	-	Arquitetura	Estudos

Total: 102 alunos

Alunos incoming em mobilidade extraeuropeia 2023-24

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Brasil	Escola da Cidade	2	1 F, 1 M	6	Arquitetura	Estudos
Brasil	UNISC	3	3 F	6/9	Arquitetura	Estudos
Brasil	PUCRS	3	2 F, 1 M	6	Economia, Ciências da Comunicação, Direito	Estudos
Brasil	USP	2	1 F, 1 M	6	História	Estudos
Brasil	Univap	1	1 F	6	Gestão	Estudos

Total: 11 alunos

Total de alunos incoming (Erasmus+ e Brasil): 113 alunos

Legenda:

ETSA Madrid (Escuela Superior de Tecnologias de Arquitectura)

POLIMI (Politécnico de Milão)

IUAV (University of Venice)

UNITO (University of Turin)

NTNU (Norwegian University of Science and Technology)

SNSPA (National School of Political and Administrative Studies)

ASE (Bucharest Academy of Economic Studies)

METU (Middle East Technical University)

PUCRS (PUC Rio Grande do Sul)

USP (Universidade de São Paulo)

Número de alunos por curso e por país de origem

Curso	Nº de alunos	Principal País de Origem	
Arquitetura	33	Espanha	5
		Noruega	9
		Alemanha	9
		Itália	4
		Brasil	5
		Ucrânia	1
C. Comunicação	11	Roménia	3
		Espanha	4
		Itália	2
		Brasil	1
		Polónia	1
Direito	5	Itália	2
		Polónia	2
		Brasil	1
Economia	4	Polónia	1
		Espanha	1
		Turquia	1
		Brasil	1
Enfermagem	3	Espanha	2
		Itália	1
Gestão	21	Roménia	6
		Polónia	8
		Eslováquia	1
		Chéquia	3
		Brasil	1
		Bulgária	2
História	2	Brasil	2
Psicologia	17	Espanha	7
		Itália	2
		Polónia	7
		Turquia	1
Relações Internacionais	13	Espanha	1
		Turquia	4
		Itália	5
		Polónia	3
Engenharia Informática	5	Polónia	5

Estudantes da UAL em Mobilidade Erasmus+ 2023-24

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Itália	POLIMI	2	1 F, 1 M	6	Arquitetura	Estudos
Espanha	Camilo J. Cela	2	F	6	Ciências da Comunicação	Estudos
Espanha	Salamanca	3	2 F, 1 M	6	Ciências da Comunicação, Direito	Estudos
Polónia	Szczecin	9	7 F, 2 M	6/9	Direito, Economia, Gestão	Estudos
Espanha	Comillas	1	F	6	Direito	Estudos
Itália	La Sapienza	2	1 F, 1 M	6/9	Economia, Ciências da Comunicação	Estudos
Itália	Campania	3	1 F, 2 M	6	Relações Internacionais	Estudos
Itália	Torino	1	F	6	Psicologia	Estudos
Espanha	Alcalá	1	F	6	Enfermagem	Estudos
Polónia	PJAIT	3	2 F, 1 M	6	Engenharia Informática	Estudos
Bélgica	Thomas More	1	M	6	Engenharia Informática	Estudos
Polónia	AGH	5	1 F, 4 M	6	Engenharia Informática	Estudos
Espanha	RJC Madrid	3	2 F, 1 M	6	Gestão do Desporto, Ciências da Comunicação	Estudos
Espanha	Villanueva	1	F	6	Gestão	Estudos
Espanha	Universidade Autónoma de Madrid	1	M	6	Gestão	Estudos
Espanha	C. La Mancha	1	M	6	Gestão	Estudos
Polónia	Gdansk	3	M	6	Gestão	Estudos
Chéquia	Pardubice	3	M	6	Gestão	Estudos
Eslováquia	Nitra	1	M	6	Gestão	Estudos
Polónia	Jagiellonian	5	4 F, 1 M	6	Ciências da Comunicação	Estudos
Espanha	Complutense	1	F	6	Ciências da Comunicação	Estudos
Alemanha	Kunste	2	1 F, 1 M	6	Arquitetura	Estudos

Total: 54 Alunos

Estudantes da UAL em mobilidade extraeuropeia 2023-24

País	Universidade	Nº de alunos	Género	Nº meses	Curso	Tipo de Mobilidade
Brasil	PUCRS	1	F	6	Relações Internacionais	Estudos

Total: 1 aluno**Total de Estudantes da UAL (Erasmus+ e Brasil): 55 alunos****Legenda:****POLIMI** (Politécnico de Milão)**RJC Madrid** (Rey Juan Carlos University)**PJAIT** (Polish-Japanese Academy of Information Technology)**UNWE** (University of National and World Economy)**Visitantes *incoming* em mobilidade Erasmus+ na UAL no ano letivo 2023-24****Ensino: 20****Investigação: 2****Funcionários: 20****Professores da UAL em mobilidade Erasmus: 5****Funcionários da UAL em mobilidade Erasmus: 0**

Carolina Peralta

Responsável pelo Gabinete de Mobilidades Internacionais, 20 de novembro de 2024

Anexo 10 – Protocolos, convénios e parcerias

Protocolos, convénio e parcerias – 2023/2024

Protocolos celebrados com entidades nacionais

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
20/10/2023	Dep. Psicologia	Unidade W+	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
23/10/2023	Dep. Psicologia	Centro Social Paroquial de S. Pedro e S. João do Estoril	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
23/10/2023	Dep. Psicologia	Instituto S. João de Deus-Casa de Saúde do Telhal	Estágio curricular a um aluno do 2º ano do Mestrado em Psicologia Clínica e de Aconselhamento	até 26/06/2024
30/10/2023	Dep. Psicologia	Centro de Recuperação Infantil de Ponte de Sor	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
30/10/2023	Dep. Psicologia	IMPULS	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
24/11/2023	Dep. Psicologia	St. Dominic's International School	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano
24/11/2023	Dep. Psicologia	Associação de Socorros Médicos O Vigilante	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
29/11/2023	Dep. História	Associação de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos IPSS	Proporcionar a estudantes formação académica em contexto de trabalho	6 meses
29/11/2023	Dep. Psicologia	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	Realização de aulas práticas de algumas Ucs	2 anos, renovável
12/01/2024	Dep. Psicologia	Associação de Moradores de Santos António dos Cavaleiros	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
17/01/2024	Dep. Direito	Conselho Regional da Ordem dos Advogados	Apoio mútuo entre as 2 entidades nos domínios jurídicos, em áreas de intervenção comuns	1 ano, renovável
01/02/2024	Dep. Ciências Económicas e Empresariais	Instituto Politécnico de Santarém	Cooperação para aproveitamento mútuo dos respetivos recursos científicos, técnicos e humanos	tempo indeterminado
12/03/2024	Dep. Psicologia	Think People - Management e Recursos Humanos	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
12/03/2024	Dep. Psicologia	Junta de Freguesia de Benfica	Proporcionar aos alunos finalistas estágios curriculares	1 ano, renovável
29/05/2024	CICEE	Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Colaboração para implementar o projeto de investigação em curso no CICEE designado por "AI Waste"	3 anos, renovável
25/07/2024	Dep. Arquitetura	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	Regular a cedência de pessoal docente pelo ISCTE à UAL	ano letivo 2024/2025

Protocolos celebrados com entidades estrangeiras

Data	Departamento	Entidade	Objeto	Duração
12/09/2023	Dep. CEE	Universidad de Extremadura	Participação conjunta em atividades de cooperação, permitindo aumentar os vínculos entre as suas diferentes áreas académicas nos campos da docência, investigação, difusão cultural e outros	4 anos, prorrogável
12/09/2023	Dep. RI	Instituto Diplomático "Doutor José Gustavo Guerrero" do Min. de Relações Externas de El Salvador	Estabelecer o marco de cooperação com o fim de criar condições para manter contactos regulares e promover a cooperação académica nas áreas da Diplomacia, Política Externa e Relações Internacionais, com base em interesses partilhados e benefícios recíprocos.	1 ano, prorrogável
15/03/2024	UAL	Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) Brasil	Colaboração nas atividades de formação científica e técnica em domínios considerados de interesse comum	2 anos, renovável
10/05/2024	UAL	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (Brasil)	Convénio também com IPT com a intenção de estabelecer programas de cooperação académica, científica e técnica	5 anos, prorrogável
21/05/2024	UAL	FUNIBER-Fundação Universitária Ibero-Americana	Definição de um quadro de atuação para a colaboração ente a CEU e a FUNIBER em atividades académicas, educativas e culturais e de suporte científico e tecnológico, assim como de cooperação em projetos a nível internacional e de desenvolvimento de programas de formação	4 anos, renovável
17/05/2024	UAL	Universidade Cândido Mendes (Brasil)	Estabelecimento de relações recíprocas no âmbito académico, científico e cultural em todos os campos de interesse comum	5 anos
21/06/2024	Dep. Direito	NOMOS Consulting Group SLP, Espanha	Promover conjuntamente o aperfeiçoamento da ciência jurídica	5 anos, prorrogável
02/07/2024	Dep. Direito	Università degli Studi del Molise (University of Molise) Itália	Acordo que visa o acolhimento por parte da UAL de uma doutoranda do Doutoramento em Law and Economics com vista a levar a cabo atividades de investigação relativas ao tópico: "The Independent Administrative Authorities, source of inspiration and paradigmatic model for the public administration"	até ao cumprimento da investigação do doutoramento
09/07/2024	Dep. Direito	Faculdade Milton Campos, EBRADI-Escola Brasileira de Direito e Ânima Educação (Brasil)	Atuação numa base de cooperação recíproca com vista à promoção da formação pós-graduada e de curta duração especializada nas áreas científicas das instituições signatárias do protocolo	tempo indeterminado
16/07/2024	Dep. Direito	Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB (Brasil)	Estabelecimento de cooperação académica, científica e cultural em todos os campos de interesse comum	5 anos, renovável

Anexo 11 – Representações do Reitor

Representações do Reitor no ano letivo 2023/2024

Data	Evento	Local
12/09/2023	Assinatura de Acordo UAL/Universidade da Extremadura (Espanha)	Universidade da Extremadura, Badajoz
28/09/2023	Presidiu à Mesa de Abertura do Seminário internacional de pós-graduandos “Resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos, séculos XVI-XIX”	UAL, Evento organizado em parceria com o CIDEHUS-U. Évora e a U. Federal Fluminense (RJ)
30/09/2023	Cerimónia de entrega dos Diplomas do ano letivo 2022/2023	UAL
11/10/2023	Tomada de Posse do Presidente da Ordem dos Arquitectos e dos membros dos órgãos Nacionais	Teatro Thalia, Lisboa
17/10/2023	Intervenção inicial na Conferência "Modelos de Equações Estruturais em Estudos Científicos", organização conjunta do CICEE – Centro de Investigação em Ciências Económicas e Empresariais da UAL e Centro de Investigação EMTURIN da U. Extremadura	UAL
06/11/2023	Intervenção na Sessão de Abertura do Dia da Autónoma Edições	UAL
07/11/2023	Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo do ISPA	ISPA
15/11/2023	Colóquio de homenagem a Luís Moita "A Autodeterminação dos povos e a solidariedade internacional"	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
27/11/2023	Intervenção no Encontro estratégico Oportunidades e Parcerias: "Apresentação do Acordo entre a Universidade Autónoma de Lisboa e a Universidad de Extremadura"	UAL
28/11/2023	Colóquio Machado de Castro: Artista – Escritor (1731-1822)	Academia Nacional de Belas Artes
05/12/2023	Abertura da Conferência comemorativa dos 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, organizada pelo Ratio Legis	UAL
06/12/2023	Conferência Internacional subordinada ao tema “A Portuguese Law of Armed Conflicts Manual”, Organizada pelo IUM em associação com a Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto (Católica Porto School of Law)	Instituto Universitário Militar, Lisboa
12/12/2023	50 Aniversario de la Universidad de Extremadura	Badajoz
14/12/2023	JGV em representação: Cerimónia de Investidura da Reitora da U. Aberta 2023-2027	Universidade Aberta
09/01/2024	Entrevista para magazine trimestral da Freguesia de Santo António	UAL
10/01/2024	Participação na cerimónia de apresentação do livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”	UAL

Data	Evento	Local
18/01/2024	Receção por ocasião do XVIII Aniversário do IPDAL, - Instituto para a Promoção da América Latina e Caraíbas	Grémio Literário
19/01/2024	JGV em representação: Sessão sobre Política Externa Portuguesa com o Ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Embaixador António Martins da Cruz	UAL
01/02/2024	Visita da Reitora da Universidad Autónoma de la Ciudad de Encarnación (UNAE) + Embaixador Julio Humbec	UAL
12/03/2024	VI Encuentro Comercio Exterior. Red investigadores internacionalización Secretaría de Estado de Comercio	Universidad Nebrija, Madrid
13/03/2024	Participação no lançamento do “Autónoma Sustentável” - Concurso de Ideias	UAL
13/05/2024	Tomada de posse da nova Direção da APESP	Culturgest, Lisboa
16/05/2024	Inauguração oficial da Assembleia “Encontro de Agências Espaciais Ibero-Americanas”	Teatro Thalia, Lisboa
20/05/2024	Participação no “Special EU-Türkiye”, organização conjunta com a Embaixada da Turquia	UAL
04/06/2024	Apresentação Oficial Comemorações do 500º aniversário do nascimento de Camões"	Grémio Literário
05/06/2024	Encerramento do Dia do Empreendedorismo	UAL
06/06/2024	Intervenção na Sessão Solene de Homenagem a Justino Mendes de Almeida por ocasião do 100º aniversário do seu nascimento	UAL
19/06/2024	Apresentação do Anuário Janus 2023	UAL
28/06/2024	Cerimónia de entrega da Bolsa José Manuel de Mello	CCB, Lisboa
11/07/2024	Cerimónia Prémio Gulbenkian para a Humanidade 2024	Fundação Calouste Gulbenkian

Anexo 12 – Doutoramentos na UAL (2023/2024)

Doutoramentos na UAL no ano letivo 2023/2024

Data	Doutoramento	Candidato	Tese	Nota
14-09-2023	Direito		Discriminação genética como categoria de violação contemporânea à igualdade de oportunidades nas relações de trabalho	17
18-09-2023	Direito		Conciliação judicial e uma metodologia humanista de resolução de conflitos	16
26-09-2023	Direito		Análise do Planeamento Fiscal para grandes sociedades empresárias brasileiras e portuguesas	15
10-10-2023	Direito		Direito à Privacidade e Redes Sociais. O indivíduo e a sociedade de vigilância omniótica	17
11-01-2024	Direito		O abandono afetivo das crianças e jovens no ordenamento jurídico português	17
15-02-2024	Direito		A boa-fé nos instrumentos contratuais de tutela do meio ambiente	Reprovado por maioria
10-04-2024	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia		A cooperação policial na União Europeia face a ações transnacionais de protesto político	15
14-05-2024	Direito		Políticas públicas pra inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência - Portugal e Brasil	17
20-06-2024	Direito		A tutela penal do genoma humano: entre a salvaguarda da espécie humana e a necessidade de tutela global	15
27-06-2024	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia		O desporto e os grandes eventos desportivos como jogos de poder na política internacional	15
05-07-2024	Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia		Mitigação de emissões no acordo de Paris: uma análise a partir da perspetiva dos least developed countries	17

Reuniões dos Júris de Doutoramento 2023/2024

Data	Resultado	Candidato	Doutoramento	Data Provas
10/01/24	marcação de provas		Direito	14/05/23
16/01/24	marcação de provas		Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	10/04/24
21/02/24	marcação de provas		Direito	14/05/24
13/03/24	marcação de provas		Direito	20/06/24
03/04/24	proposta reformulação		Direito	11/02/24
08/05/24	marcação de provas		Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	05/07/24
08/05/24	marcação de provas		Relações Internacionais: Geopolítica e Geoeconomia	27/06/24
05/06/24	marcação de provas		Direito	19/09/24
18/07/24	proposta reformulação		Direito	11/03/25